

Relatório Anual 2023

Proposta



Santander Totta, S.G.P.S., S.A.

Mapa de Indicadores	3
Mensagens do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração	4
Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2023	6
Clientes e rede de distribuição	11
Banca Responsável	13

Atividade e Resultados

Enquadramento da atividade	17
Principais riscos e incertezas para 2024	24
Perspetivas para 2024	25
Áreas de negócio	26
Áreas de suporte ao negócio	30
Informação económica e financeira	36
Factos relevantes após o término do exercício	43

Gestão de Risco

Modelo de gestão e controlo de risco	44
Gestão de risco em 2023	48

Informação Complementar

Relatório de Governo Societário	65
--	-----------

Demonstrações financeiras, notas, relatórios e pareceres

Demonstrações financeiras consolidadas	69
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	75
Relatórios e pareceres da atividade consolidada	204
Demonstrações financeiras individuais	227
Notas às demonstrações financeiras individuais	233
Relatórios e pareceres da atividade individual	260

Mapa de Indicadores

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	Dez-23	Dez-22	Var.
Ativo líquido	54 590	59 148	-7,7%
Crédito a clientes (líquido)	43 796	42 365	+3,4%
Recursos de clientes	43 318	45 777	-5,4%
Total dos Capitais Próprios	4 336	3 825	+13,4%
Margem financeira	1 491,0	782,9	+90,5%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	463,5	480,8	-3,6%
Produto bancário	2 130,5	1 388,5	+53,4%
Resultado de exploração	1 586,9	860,9	+84,3%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	1 461,7	873,5	+67,3%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST SGPS	1 030,2	606,7	+69,8%

RÁCIOS	Dez-23	Dez-22	Var.
ROE	26,9%	13,1%	+13,8 p.p.
ROA	1,9%	1,0%	+0,9 p.p.
Rácio de Eficiência	24,7%	36,1%	-11,4 p.p.
Rácio CET 1*	16,9%	16,3%	+0,6 p.p.
Rácio Tier 1*	19,5%	18,8%	+0,7 p.p.
Rácio de capital*	21,3%	20,5%	+0,8 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	1,7%	2,0%	-0,3 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	89,2%	87,0%	+2,2 p.p.
Custo do crédito	0,17%	(0,03%)	+0,20 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	124,3	110,1	+14,1 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)	Dez-23	Dez-22
FitchRatings	A-	BBB+

OUTROS DADOS	Dez-23	Dez-22	Var.
Colaboradores**	4 619	4 653	-34
Colaboradores em Portugal**	4 615	4 644	-29
Pontos de atendimento	376	383	-7
Postos de atendimento em Portugal	375	381	-6

* Fully implemented com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Critério Headcount

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



2023 foi um ano em que o espectro económico e financeiro foi marcado pela inflação e consequente subida das taxas de juro, que tiveram um impacto significativo na vida de todos os portugueses. Neste contexto, a missão do Santander de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas revestiu-se de particular importância e, ao longo do ano, nunca deixámos de estar próximos dos nossos clientes, ajudando-os a superar as dificuldades e a prosperar.

O Santander em Portugal manteve a sua posição de referência, quer no Grupo, quer no setor, tendo obtido o resultado líquido de 1 030,2 milhões de euros. Este resultado foi alcançado tendo sempre em mente a ambição de ser o melhor Banco para os nossos clientes, colaboradores, acionistas e para a sociedade e dá-nos a confiança e solidez necessárias para enfrentar os desafios que 2024 nos irá apresentar.

O trabalho que desenvolvemos ao longo do ano, nomeadamente ao nível da transformação digital, automatização e simplificação de processos, valeu-nos o reconhecimento de publicações internacionais de prestígio no setor financeiro. Fomos reconhecidos como o **Melhor Banco em Portugal** pela revista *Euromoney*, no âmbito dos *Euromoney Awards for Excellence 2023*. Também no âmbito destes prémios, o Santander foi reconhecido como o “Melhor Banco” nas categorias de “Soluções Digitais” e “Responsabilidade Social Corporativa (RSC)”. Fomos igualmente considerados o Melhor Banco em Portugal pela *Global Finance*, no âmbito dos *World’s Best Banks 2023*. Já a revista *World Finance* considerou-nos o **Melhor Banco de Retalho** em Portugal, no âmbito dos *World Finance Banking Awards 2023*. Este reconhecimento mostra que vale a pena agir corretamente com todos os nossos *stakeholders*. Contudo, ainda existe muito trabalho pela frente. Um dos desafios com que nos deparamos é o de manter a disciplina financeira, gerindo os custos e garantindo uma alocação de capital rigorosa, bem como um preço otimizado e personalizado dos nossos produtos. É fundamental assegurarmos que continuamos a ser um Banco sólido, rentável e prudente na gestão dos riscos, enquanto oferecemos as melhores condições aos nossos clientes.

Continuaremos empenhados em construir um Banco mais inspirador, diverso e inclusivo, focado no desenvolvimento e retenção dos nossos colaboradores. Queremos que se sintam valorizados e orgulhosos do seu trabalho e dos resultados alcançados.

Neste contexto, quero terminar com um agradecimento aos colaboradores do Santander. O seu empenho, dedicação e energia foram essenciais para o sucesso de 2023 e continuarão a ser fundamentais em 2024. Neste ano, revalidaremos o compromisso de contribuir de forma ativa para o desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas. Neste ano, juntos, continuaremos a fortalecer o nosso compromisso histórico de contribuir ativamente para o desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesas, seguindo a nossa trajetória de progresso e inovação.

José Carlos Sítima

Mensagem do Vice-Presidente do Conselho de Administração



O ano de 2023 foi inicialmente encarado com algumas reservas, marcado sobretudo pela continuidade da guerra na Ucrânia e suas repercussões socioeconómicas, bem como pela inflação, que impulsionou a subida das taxas de juro. Estes fatores, juntamente com os desafios impostos pelos conflitos em Israel e em Gaza, foram decisivos para o desenrolar dos eventos do ano.

Contudo, e apesar deste cenário desafiante, o Santander em Portugal alcançou um feito notável, fechando o ano com o melhor resultado da sua história. A subida das taxas de juro, aliada a uma estratégia eficaz de remuneração dos depósitos, impactou positivamente nos nossos resultados. A aposta na transformação contínua do nosso modelo de negócio, por meio da simplificação e automatização dos processos, revelou-se também crucial. Este caminho tem permitido a melhoria sustentada da eficiência operacional e a elevação da experiência dos nossos clientes, sendo uma referência dentro do Grupo Santander.

A subida das taxas de juro impôs desafios adicionais. Os nossos clientes depararam-se com a necessidade de maior equilíbrio financeiro, o que levou à redução da alavancagem tanto em famílias como em empresas, afetando o crescimento do crédito, particularmente no que toca a empréstimos hipotecários. Em resposta, adaptámos a nossa abordagem com o intuito de fomentar um crescimento sustentável. Com o aumento das taxas de juro, esforçamo-nos por responder às solicitações dos nossos clientes em dificuldades, mas, acima de tudo, em ser proativos e antecipar essas mesmas dificuldades. Até ao fim do ano, renegociámos quase 50 mil contratos de crédito à habitação e contávamos com cerca de 17 mil contratos bonificados.

A nossa visão de futuro é firme e ambiciosa. Aspiramos a ser o banco líder em Portugal, a oferecer um serviço de excelência aos nossos clientes, a proporcionar um desempenho financeiro atrativo aos nossos acionistas e a sermos reconhecidos como o melhor local para trabalhar. Para o próximo ano, identifico três fatores que serão essenciais para a nossa atividade:

1. A economia portuguesa começa a mostrar sinais de desaceleração, antecipando-se uma diminuição no ritmo de crescimento em 2024, que pode contribuir para um aumento moderado da taxa de desemprego.
2. O abrandamento da inflação em 2023 possibilitou que o Banco Central Europeu terminasse o ciclo de aumento das taxas de juro. De acordo com o Governador do Banco de Portugal, a questão que agora se impõe é saber quando estas taxas começarão a baixar. Antecipa-se que, no segundo semestre do ano, tanto famílias como empresas comecem a beneficiar de taxas de juro mais reduzidas, o que estimulará a recuperação económica.
3. Face aos desafios e à crescente exigência dos nossos clientes por qualidade no serviço, é imperativo que continuemos a nossa agenda de transformação. Encontrar o melhor equilíbrio entre inovação, confiança e relação pessoal, será determinante para o nosso sucesso.

Para alcançar esta visão, definimos três áreas de atuação prioritárias: continuar a nossa agenda de transformação, simplificando e automatizando processos e integrando a inovação tecnológica; manter uma disciplina financeira rigorosa, gerindo os custos e assegurando uma alocação de capital criteriosa e uma definição de preços otimizada e personalizada para os nossos produtos; E investir no desenvolvimento dos nossos colaboradores, criando um ambiente de trabalho inspirador e inclusivo.

Além do sucesso económico, o Santander deixou a sua marca no desporto, nomeadamente através da parceria com o rugby em Portugal. A seleção nacional conseguiu uma vitória histórica no Mundial de *Rugby*, um feito extraordinário para uma equipa semiprofissional. O projeto 'Oh Gui', que apoiamos e que proporciona treinos regulares de *rugby* a quase 90 pessoas com necessidades especiais, é um excelente exemplo desse compromisso. Este ano, um grupo destes atletas teve a oportunidade de ir França assistir a um jogo do mundial.

No âmbito da educação, a Fundação Santander tem desempenhado um papel muito ativo, concentrando esforços na literacia financeira e no desenvolvimento das competências profissionais essenciais para o futuro. Iniciativas como o TUMO, o primeiro centro de tecnologias criativas em Portugal, e a introdução do Code.org, que visa tornar a aprendizagem da programação mais acessível e divertida, são exemplos claros do nosso investimento nas gerações futuras.

Para terminar, não posso deixar de salientar o papel crucial de todos os profissionais que compõem o Santander em Portugal. O seu empenho e dedicação são o alicerce do nosso sucesso e posicionam o nosso banco como uma referência em boas práticas, tanto a nível nacional como dentro do Grupo Santander. Somos, de facto, as escolhas que fazemos, e a nossa escolha é continuar a trabalhar em conjunto para assegurar um futuro próspero para o nosso banco e para as comunidades onde marcamos presença.

Pedro Castro e Almeida

Cultura Corporativa, Prémios, Distinções e Outros Factos Relevantes em 2023

O Santander em Portugal



O Santander Portugal é um banco de referência do sistema financeiro português, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas. Servindo mais de 1,7 milhões de clientes, o Santander tem como visão ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

O Banco tem prosseguido um processo de transformação, assente na digitalização, na simplificação de processos e na inovação, prestando um serviço mais próximo e personalizado aos seus clientes, de modo a proporcionar-lhes a melhor experiência possível. Decorrente deste processo, tem havido um forte investimento em tecnologia, com grandes impactos na melhoria de processos. Em 2022, foram assinados digitalmente mais de um milhão de documentos (vs. 200 mil há dois anos) e criados novos processos de suporte totalmente *paperless* e mais capacidades para gestão remota com os clientes.

O investimento em máquinas de *Selfbanking* continuou, de forma a oferecer aos clientes um serviço de caixa em autosserviço 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ao todo, são já 212 os balcões com máquinas *VTM (Virtual Teller Machine)* que permitem depósitos e levantamentos de notas, moedas e cheques, entre outras operações.

O Santander tem prosseguido também um grande esforço na oferta de produtos e serviços inovadores, como o lançamento de soluções de pagamento digitais, que permitem aos clientes pagar as suas compras com qualquer dispositivo móvel em todo o mundo.

Esta transformação tem contribuído para o crescimento do número de clientes digitais, para cerca de 1,2 milhões, representando 64% do total de clientes. Os que utilizam a *App mobile* têm vindo também a crescer, sendo já 962 mil.

Por outro lado, o Banco está comprometido com a construção de uma economia mais verde e, para isso, está a ajudar os seus clientes a realizar escolhas sustentáveis e na transição para um modelo de negócios *net zero*. Neste âmbito, em 2023, o Santander lançou uma nova funcionalidade na *App*, inovadora no setor da banca, para ajudar os clientes a conhecer e compensar a sua pegada de carbono, com base nas compras efetuadas com cartão bancário e nos débitos diretos.

Em matéria de financiamento sustentável, o Banco mantém uma presença relevante no financiamento de projetos de apoio à transição climática dos seus clientes particulares e empresas, num volume de cerca de mil milhões de euros.

No âmbito social, a capacidade de impacto na Sociedade foi largamente reforçada através da Fundação Santander Portugal, com a missão de transformar a vida das pessoas e das empresas. O propósito é investir no futuro de Portugal, apoiando a educação de todas as gerações e promovendo a mobilidade social para uma sociedade mais desenvolvida, justa, inclusiva e sustentável.

Nesse sentido, foram lançados vários programas e atribuídas mais de 6 400 bolsas no país, com o objetivo de dotar quer estudantes universitários, quer a população adulta em geral, de um conjunto de competências relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Com o intuito de apoiar os jovens a adquirir competências em *STEAM (science, technology, engineering, arts, maths)*, a Fundação Santander Portugal associou-se ao TUMO, o primeiro centro de tecnologias criativas do país. No final do ano, juntou-se também à Code.org, a maior plataforma do mundo para ensino gratuito de programação, para fomentar a aprendizagem de competências cruciais para as profissões de futuro.

Marca Santander | “Escolhemos ver Pessoas”

Numa campanha de marketing, lançada em abril de 2023, o Santander utilizou o *software* de Inteligência Artificial “*Stable Diffusion*” para criar o “Manel”, um homem português típico, baseado em fotos de 277 pessoas com idades entre os 18 e os 75 anos.

No filme participam também personagens reais, reforçando a mensagem de que, apesar da importância dos dados e dos números, o que mais importa são as pessoas.



Campanha de Marketing - “Escolhemos ver Pessoas”

Rugby | “Somos todos Lobos”

O ano de 2023 foi também marcado pelo apoio do Santander à Seleção Nacional de *Rugby*. Sob o mote “Somos Todos Lobos”, o Banco convidou todos os portugueses a apoiar a Seleção no Campeonato Mundial em França, criando a maior alcateia do mundo.

O Santander é patrocinador da Seleção Portuguesa de *Rugby* desde 2021 e a qualificação para o Mundial foi uma oportunidade única para promover e elevar esta modalidade para o público em geral.



Campanha “Somos todos Lobos”

Prémios, distinções e outros factos relevantes em 2023



Melhor Banco
em Portugal

O Santander foi distinguido como o “Melhor Banco em Portugal” pela revista norte-americana *Global Finance*, no âmbito dos “*World’s Best Banks 2023*”. A publicação realça que foram distinguidas “as instituições que melhor souberam responder às necessidades dos seus clientes em mercados difíceis e obtiveram os melhores resultados, estabelecendo ainda as bases de sucesso para o futuro”.



O Santander foi igualmente distinguido como “Melhor Banco em Portugal” pela revista *Euromoney*, no âmbito dos “*Euromoney Awards for Excellence 2023*”.

O Santander foi eleito o **Melhor Banco de Retalho em Portugal** pela revista *World Finance*, no âmbito dos “*World Finance Banking Awards 2023*”.

Melhor Banco de
Retalho em Portugal



O Santander foi premiado pela revista **Global Finance**, pelo terceiro ano consecutivo, como o “**Melhor Banco para PME**” em Portugal, no âmbito dos “**SME Bank Awards 2024**”. Este prémio, que está na sua segunda edição, distingue as instituições financeiras que melhor respondem às necessidades das PME nos seus mercados, reconhecendo o apoio prestado e a qualidade dos serviços oferecidos.

Melhor Banco para
PME em Portugal



Melhor Banco de Trade
Finance em Portugal

O Santander foi premiado pela revista **Euromoney** como o “**Melhor Banco de Trade Finance**” em Portugal, vencendo nas categorias de “**Líder de Mercado**” e de “**Melhor Serviço**”. A **Euromoney** destacou, pelo quarto ano consecutivo, o “**contributo notável do Banco para o setor de negócio internacional**”.

Pelo segundo ano consecutivo, o Santander foi considerado o **Banco Mais Responsável em Portugal**, ao ocupar o primeiro lugar do setor no *ranking* da **Merco ESG 2023**.

Banco Mais
Responsável
ESG em Portugal



Melhor
Private Banking
em Portugal

O **Private Banking** do Santander foi novamente distinguido pela revista **Euromoney** como o “**Melhor Private Banking Internacional**” em Portugal. É a 12.ª vez consecutiva que esta publicação distingue este segmento do Santander.



Recebeu semelhante prémio por parte da revista **Global Finance** que, pela nona vez consecutiva, reconheceu as vantagens do modelo de assessoria especializado e a proposta de valor única que o Banco oferece aos seus clientes.

Outros Prémios e Distinções



Top Employer 2023 –
Top Employers Institute

O Santander foi certificado como **Top Employer 2023** em Portugal pelo **Top Employers Institute**, uma empresa certificadora reconhecida mundialmente, com um *know how* aprofundado em recursos humanos.

A **World Finance** elegeu atribuiu ao Santander o prémio de “**Melhor Fundo de Pensões**” do País.

Melhor Fundo de Pensões em Portugal



Melhor Settlement & Custody - Euronext Lisbon Awards

O Santander foi selecionado pela **Euronext** como o intermediário financeiro que efetuou o maior número de emissões de ações e obrigações registadas na *Euronext Securities* Porto (e não admitidas à negociação), ponderado pelos respetivos montantes.

Factos Relevantes em 2023

❖ **Operação de refinanciamento da Finerge é “Deal of the Year 2022”**

O refinanciamento da Finerge, no montante de 2,3 mil milhões de euros, que teve o Santander como assessor financeiro, foi eleito “Deal of the Year 2022” de energias renováveis na Europa, no âmbito dos *PFI Awards*.

❖ **Santander e FEI disponibilizam 250M€ de financiamento às empresas em Portugal**

O Santander Portugal e o Fundo Europeu de Investimento (FEI) assinaram um acordo para disponibilizar 250 milhões de euros às empresas que atuam em três áreas de negócio: Sustentabilidade, Educação e Setores Culturais e Criativos.

❖ **Campanha para promover a poupança dos jovens**

O Santander lançou uma campanha para jovens, com o objetivo incentivá-los desde cedo a poupar e ajudá-los a gerir o seu dinheiro, promovendo assim a literacia financeira junto deste segmento.

❖ **“Manel”, um português médio gerado através de Inteligência Artificial**

O Santander criou uma campanha para pôr em perspetiva que, por muita evolução tecnológica que venha facilitar e agilizar a vida das pessoas, os momentos mais significativos da existência humana acontecem quando se desafiam as probabilidades.

❖ **V Encontro Internacional de Reitores Universia**

“Universidade e Sociedade” foi o tema do V Encontro Internacional de Reitores Universia que decorreu na cidade de Valência, entre 8 e 10 de maio, e que reuniu 700 reitores de 14 países. No evento, a presidente do Banco Santander e da Universia, Ana Botín, anunciou que o Banco irá dedicar 400 milhões de euros à educação empregabilidade e empreendedorismo até 2026.

❖ **162 milhões de euros de financiamento para aumentar a eficiência energética em Portugal**

O Santander e o Grupo BEI assinaram uma nova operação de securitização para apoiar o financiamento de novos investimentos em eficiência energética, na construção ou reabilitação de edifícios de consumo energético muito reduzido em Portugal.

❖ **Medir e compensar pegada de carbono dos clientes na App**

O Santander lançou uma nova funcionalidade na App, inovadora no setor da banca, para ajudar os clientes a conhecer e compensar a sua pegada de carbono, com base nas compras efetuadas com cartão bancário e nos débitos diretos.

❖ **Pedro Castro e Almeida nomeado para liderar negócio da Europa**

O Banco Santander nomeou Pedro Castro e Almeida para liderar o seu negócio na Europa, mantendo-se como CEO do Santander Portugal.

❖ **Madeira tem novo balcão mais tecnológico e com serviço personalizado**

Em agosto, o Santander abriu um balcão *SmartRed* na Região Autónoma da Madeira, um espaço mais moderno, digital e orientado para a experiência do cliente.

❖ **Santander entrega 1 000 diplomas às PME Líder 2023**

O Santander entregou 1 000 diplomas às PME Líder 2023, numa série de quatro eventos em diversos pontos do País, nomeadamente Lisboa, Porto, Leiria e Funchal.

❖ **Campanha de apoio à Seleção Nacional de Rugby**

Com o mote "Somos Todos Lobos", o Santander lançou uma campanha de apoio à presença da Seleção Nacional de *Rugby* no Campeonato Mundial em França e convidou todos os portugueses a fazer o mesmo, criando a maior alcateia do mundo. O Santander é patrocinador da Seleção Portuguesa de *Rugby* desde 2021.

❖ **Santander e BEI disponibilizam 400 milhões de euros a empresas portuguesas**

O Santander Portugal e o BEI assinaram um acordo para facilitar o acesso das empresas portuguesas (*Mid-Caps*) ao financiamento com melhores condições. Estima-se que a transação possa beneficiar a economia portuguesa, mobilizando novos investimentos no valor de até 560 milhões de euros.

Clientes e Rede de Distribuição

Evolução da Rede de Balcões

O ano 2023 foi mais um ano de consolidação, modernização de processos e a conclusão da implementação de novos modelos de serviço e atendimento de clientes da rede de Balcões do Santander.

Foram realizadas 7 fusões na rede Particulares e Negócios (P&N) no ano 2023 (2 na Rede Norte e 5 na Rede Sul).

A Rede de balcões fechou o ano de 2023 com 332 balcões, aos quais acrescem 14 extensões, num total de 346 pontos de venda.

Mantêm-se os 11 centros de atendimento remoto (Santander Próximo), incluindo o Próximo *International* dedicado a clientes não residentes e estrangeiros.

Modelos de Caixa e Selfbanking

As transações de caixa continuaram a sua trajetória descendente. Os meios digitais e os cartões são cada vez mais os meios de pagamento utilizados. Foram otimizados os modelos de transacionalidade de caixa manual e, durante o ano, foram implementados 122 balcões com apenas serviço de tesouraria em *Selfbanking*, dividindo os Balcões em 4 tipologias:

- 26 Balcões com posto de caixa tradicionais;
- 138 Balcões com Posto de Caixa Avançado (posto de caixa em posto de atendimento comercial);
- 27 Balcões com posto de caixa empresas;
- 141 Balcões com Tesouraria em *Selfbanking*.

Esta evolução dos modelos transacionais foi acompanhada por um forte investimento em *Selfbanking* (zonas automáticas) que permite, a todos os clientes, a realização de depósitos 24 horas por dia, 7 dias por semana, aspeto que proporcionou a reorganização dos modelos de serviço.

Em 2023 foram instaladas 95 novas VTM's, terminando o ano com 212 balcões com este tipo de equipamento. As VTM's permitem ao cliente realizar os seus depósitos e levantamentos, em notas e moedas, no horário da sua conveniência.

Para o ano de 2024 vai ser dada continuidade à instalação de novos equipamentos desta natureza, permitindo, aos clientes do Santander, utilizarem os serviços típicos de caixa em balcão, num período alargado e da sua conveniência.

Atendimento presencial de clientes

Com a objetivo de melhorar a experiência dos clientes que visitam os balcões foi instalado um inovador serviço de atendimento, por senhas.

O Santander tem atualmente 326 balcões, e as 14 extensões com este equipamento instalado, prevendo-se que, em 2024, esta seja uma solução para a gestão de atendimento e qualidade de serviço em todos os balcões da rede.

Atendimento Remoto a clientes

Ao longo de 2023, foi consolidado o modelo de atendimento Santander Próximo, 100% remoto, e foi dada continuidade à implementação e desenvolvimento do segmento de clientes valor com os *Hub Select*. Este modelo de serviço é composto por equipas de gestores que gerem clientes de forma remota, sem com isso perder o conceito de atendimento personalizado e humano e onde o banco se destaca e diferencia, pela agilidade digital tornando os processos mais simples e eficientes.

Estes centros especializados de atendimento remoto estão localizados em Balcões selecionados, possibilitando também a proximidade física a cada um dos contextos geográficos, com atendimento presencial e de agendamento prévio. As equipas, têm uma gestão e liderança integrada em cada um dos balcões, sendo este modelo disponibilizado em zonas onde existe massa crítica de clientes elegíveis. Atualmente, existem 28 balcões com *Hub Select*, estando previsto novas aberturas em 2024.

Toda a estrutura é dotada de plataformas facilitadoras de gestão e acompanhamento de clientes de valor. Foi otimizada e sistematizada a excelência operacional que se traduziu no desenvolvimento da qualidade do serviço prestado a clientes.

Implementou-se a Linha de Atendimento exclusivo ao segmento, de forma a focar as equipas de gestão remota em atendimento personalizado e próximo e, assim, centralizar os processos operacionais em equipas especializadas. Com ambição e foco na melhoria da experiência de cliente com o banco.



Clássico

Será que é um romance com muitas páginas?



Universitário

Será que ajuda na altura dos exames?



Money Club

Será que é só para senhores de cartola e monóculo?



Smart Red

Será que fica dentro de um carro pequeno e vermelho?



Work Café

Será que servem um novo blend com extra caféina?



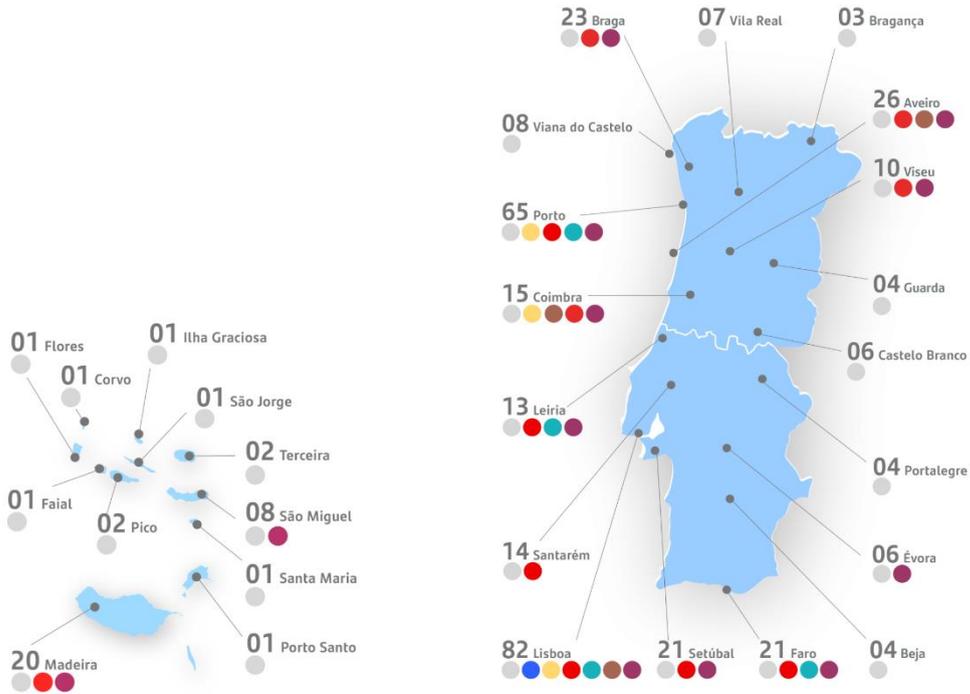
Santander Próximo

Será que está sempre na vizinhança?



Empresas

Será que é só para senhores de gravata e botão de punho??



Banca Responsável

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade

- ➔ Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma Simples, Próxima e Justa o Banco conseguirá manter a confiança dos seus clientes e de todos os *stakeholders* com quem se relaciona.
- ➔ O Banco procura garantir que, no exercício da sua atividade corrente, impulsiona o crescimento sustentável e inclusivo da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, apoia o desenvolvimento das comunidades onde está presente.
- ➔ Além do investimento na comunidade, o Banco atua também nos eixos do empoderamento financeiro, finanças climáticas e redução de consumos e emissões.

Principais âmbitos de atuação na política de sustentabilidade

	Ensino Superior
	Bem-estar Social
	Literacia
	Meio Ambiente
	Empreendedorismo e criação de emprego
	Cultura

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) onde a atividade de negócios e o investimento na Comunidade do Banco Santander tem maior incidência



A nossa equipa capacitada e comprometida nos permite responder às necessidades dos clientes; ajudar os empreendedores a criar negócios e empregos; e fortalecer as economias locais.



Combatemos as alterações climáticas ao reduzir a nossa própria pegada de carbono e o nosso impacto ambiental, enquanto ajudamos os nossos clientes na transição para uma economia sustentável.



Promovemos a transparência, a luta contra a corrupção e instituições sólidas para um desenvolvimento sustentável. Temos políticas e códigos de conduta que regulam a nossa atividade e comportamento e orientam o nosso compromisso para um sistema bancário mais responsável.

Outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos quais o Banco Santander também tem impacto – abordagem Grupo



Estamos comprometidos em reduzir a pobreza e fortalecer o bem-estar das economias locais em que operamos. Os nossos produtos de inclusão financeira e serviços e programas de investimento comunitário capacitam milhões de pessoas todos os anos.



Com o Santander Universities, um programa pioneiro e único no mundo, ajudamos Universidades e estudantes a prosperar, com foco na educação, empreendedorismo e emprego. As Bolsas de Estudo Santander são um dos maiores programas de bolsas financiados pelo setor privado.



Promovemos um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. Garantimos a igualdade de oportunidades e promovemos a igualdade de género em todos os níveis como uma prioridade estratégica. Apoiamos também iniciativas que promovem a diversidade na nossa atividade.



Somos líderes globais no financiamento de projetos de energias renováveis. Ajudamos também os nossos clientes a financiar projetos de eficiência energética, baixas emissões, veículos híbridos e elétricos e outras soluções de mobilidade elétrica.



Desenvolvemos produtos e serviços para os mais vulneráveis da sociedade, dando acesso a serviços financeiros e ensinando-os a usá-los adequadamente para gerir as suas finanças da melhor maneira possível.



Financiamos a construção de infraestruturas sustentáveis que garantam serviços básicos e promovam o crescimento económico inclusivo. Promovemos também oportunidades de habitação a preços acessíveis.



Estamos firmemente empenhados em reduzir a nossa pegada ambiental, implementando planos de eficiência energética e promovendo a utilização de energias renováveis, além de compensar o impacto ambiental das nossas operações internas.



Para avançar com a nossa agenda de Banca responsável, participamos em iniciativas e grupos de trabalho regionais e internacionais.

Destaques em 2023

O Banco Santander está comprometido com a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, apoiando um crescimento inclusivo e sustentável. No Relatório de Banca Responsável 2022 foram definidos planos de ação prioritários para 2023 em matérias Ambientais, Sociais e de Governo, aos quais foram dados resposta durante o ano.

De forma a atingir os objetivos ambientais, **continuaram a ser desenvolvidas iniciativas** para reforçar a capacidade de realizar operações ambientalmente conscientes. Em fevereiro, foi revisto o *Sustainable Finance Classification System* (SFCS), um documento que estabelece os critérios para um financiamento ser considerado sustentável pelo Santander. Inspirado pela Taxonomia Europeia e outros padrões internacionais, o SFCS estabelece as bases que permitirão apoiar os clientes na transição para uma economia baixa em carbono.

Em 2023, o Banco **continuou a apoiar o financiamento ambientalmente responsável** dos seus clientes, nomeadamente através das operações de *Sustainability Linked Loans* indexadas a KPIs de sustentabilidade, no valor de 125 milhões de euros, bem como a assessoria na estruturação e colocação do financiamento ao portfólio de renováveis da Finerge, e ao plano de expansão do mesmo, no valor de 2 296 milhões de euros, utilizando uma estrutura inovadora de "variable amortization". Adicionalmente, deve referir-se que o **Santander é líder de mercado** no programa IFRRU (Reabilitação urbana), tendo promovido em 2023 o financiamento de 470 milhões de euros. Para além das operações de financiamento direto (e indireto), o Banco tem vindo a melhorar a sua oferta de produtos, através da celebração de um acordo apoiado pelo InvestEU para garantir até 250 milhões de euros em empréstimos para empresas em Portugal, no âmbito da Sustentabilidade.

O Banco Santander manteve-se **neutro em carbono face à sua atividade própria** através da compensação das suas emissões. Adicionalmente, 100% da eletricidade consumida pelo Santander foi novamente proveniente de fontes renováveis. Destaca-se ainda a manutenção da iniciativa de cartões biodegradáveis e recicláveis, assim como a não utilização de plásticos desnecessários nos seus edifícios.

Durante o ano de 2023, o Banco aprofundou também a **integração dos riscos ambientais, sociais e climáticos** na sua gestão diária. Alargámos o universo de empresas, assim como o perímetro de novas operações sujeitas a avaliação de riscos ESCC (*Environmental, Social and Climate Change*), implementado novas Políticas de Riscos Ambientais & Climáticos e ainda uma formação das equipas de analistas de riscos de crédito nestas temáticas, mantendo uma promoção ativa e transversal entre as diferentes áreas do Banco, ao nível dos temas ESG.

No **âmbito social**, foi reforçado em larga escala a capacidade de impacto na Sociedade através da criação da Fundação Santander

Portugal com a missão de transformar a vida das pessoas e das empresas. Pretende-se que o Banco invista no futuro de Portugal, apoiando a educação de todas as gerações e promovendo a mobilidade social para uma sociedade mais desenvolvida, justa, inclusiva e sustentável.

Em linha com os objetivos traçados de promover, através da Educação, uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, o Banco estabeleceu e deu continuidade a diversas parcerias, tal como a Escola 42, que procura desenvolver competências de programação na sociedade, estimulando o trabalho em equipa, a resolução de problemas e a autonomia e resiliência ou o projeto *My Mentor*, uma plataforma única a nível nacional, assente na inteligência artificial, para estimular o *upskilling* e o *reskilling* dos seus utilizadores

Em linha com a sua missão do Grupo, o Santander promoveu também **iniciativas de Literacia Financeira**:

- ➔ No âmbito do Dia Mundial da Poupança, a Fundação Santander promoveu uma Semana de Literacia Financeira para crianças e jovens, com várias iniciativas para ajudá-los a despertar para a importância de poupar e gerir de forma sustentável o seu dinheiro.
- ➔ Para os jovens do secundário teve lugar uma *Masterclass* de Educação Financeira, promovida pela Fundação Santander e pelo parceiro Mentees Empreendedoras, que transformou uma simples aula numa experiência empolgante que transformou a relação de 250 jovens da zona da Grande Lisboa com as finanças.

Há já alguns anos que o Santander tem como objetivo corporativo ser a melhor empresa para trabalhar, nas várias geografias onde marca presença e, por essa razão, tem-se vindo a consolidar o trabalho realizado em anos anteriores, nomeadamente melhorando processos que facilitem a experiência do Colaborador, agilizando e ampliando o pacote de medidas que o Banco coloca à disposição.

Consolidando um dos comportamentos T.E.A.M.S., o *SpeakUp* de forma promover um ambiente aberto (*Speak Up*) e de confiança, proporcionando ações de melhoria, foi lançado o **Your Voice** que é a evolução do Inquérito Global de Compromisso, com algumas novidades:

- ➔ mais rápido e mais fácil, o questionário é feito numa plataforma (Peakon) agregada ao Workday;
- ➔ escuta mais continua, (em vários momentos e não apenas 1 vez por ano), permitindo estar mais próximos das equipas e agir com rapidez num ambiente em constante mudança. Este ano ocorreram três momentos do inquérito, em março/abril, junho/julho e setembro/outubro;
- ➔ melhoria da experiência do *manager* e do Colaborador, pela visualização rápida e prática de resultados e

melhores *insights*.

Este novo modelo permite identificar e acompanhar temas como o compromisso, a flexibilidade, a colaboração, a diversidade e inclusão e outros temas relevantes.

A responsabilidade e impacto do Santander foram reconhecidos. A **Euromoney** e **Global Finance** elegem o Santander como o Banco de referência em Portugal:

- *Best Bank for Digital Solutions in Portugal | Euromoney;*
- *Best Bank for CSR in Portugal | Euromoney;*
- *Best Private Bank | Global Finance;*
- *Best SME Bank 2024 | Global Finance.*

Estas distinções são a prova viva do ADN Santander de transformação e da vontade intrínseca de "fazer sempre melhor".

A *One App* tem vindo a subir nos *rankings* de satisfação, algo que não seria possível sem o investimento feito na melhoria da

experiência de utilização, e nas novas funcionalidades que se têm vindo a introduzir, como o Assistente Financeiro.

A nível de impacto na sociedade, realçam-se os esforços em recrutamento inclusivo e as parcerias educativas em projetos de relevo como o "**Destino: Emprego**" da Associação Salvador e outros, como o TUMO ou a Escola 42.

No que toca ao **Private Banking** e às **PME**, os prémios recebidos demonstram que o Banco está à altura dos desafios e que os profissionais são, sem sombra de dúvida, os melhores do setor.

As PME são responsáveis por 46% do emprego criado em Portugal e, entre 2008 e 2021, as suas exportações cresceram 56%. O apoio do Santander e a proximidade a estas empresas, é mais uma forma de ajudar ao desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesa.

Contudo, é importante relembrar que os prémios não são um fim, mas sim um estímulo para continuar a fazer melhor e a inovar.

Enquadramento da Atividade

Economia Internacional

A atividade económica global, em 2023, foi dominada pelo contexto de inflação elevada e pela posterior normalização da política monetária.

Em 2022, a inflação atingiu máximos de mais de 3 décadas (acima dos 10% na zona euro e nos EUA), em resultado da combinação dos vários choques que afetaram a economia mundial, nomeadamente a pandemia e subseqüentes respostas de política económica (estímulos monetários e orçamentais), posteriormente agravados pela guerra na Ucrânia, na sequência da invasão pela Federação Russa.

Para combater os riscos inflacionistas, os principais bancos centrais executaram um processo de subida das taxas de juro de referência que consubstanciou um dos ciclos monetários mais pronunciados e rápidos desde o início dos anos 1980.

Este substancial endurecimento da política monetária, combinado com os efeitos de base relacionados com a recuperação pós-pandémica e com a guerra ainda em curso, contribuiu para uma desaceleração da economia mundial, embora de forma diferenciada entre os principais blocos económicos.

Observou-se, assim, uma dinâmica diferenciada entre economias avançadas e em desenvolvimento e, mesmo dentro das primeiras, o ciclo económico evoluiu de forma diferenciada, com a zona euro a ser mais afetada pelo contexto de guerra.

Por outro lado, a atividade registou dinâmicas distintas nos dois semestres de 2023, com uma maior resiliência no decurso do primeiro semestre, beneficiando da evolução no setor dos serviços e, em particular, do turismo. A reabertura plena das economias, que ocorreu gradualmente ao longo de 2022, assim como a alteração dos padrões de consumo, em favor dos serviços, permitiu que estes retomassem a tendência pré-pandémica, assim sustentando a atividade económica global.

No segundo semestre, já foram mais visíveis os efeitos do significativo endurecimento das condições monetárias entretanto implementado pelos bancos centrais. Esses efeitos foram, também, diferenciados, com maior impacto na zona euro.

Esta evolução económica está materializada na atualização de janeiro de 2024 das estimativas do Fundo Monetário Internacional.

Apesar de, em 2023 a economia mundial ter desacelerado face a 2022 (por dissipação de efeitos da recuperação pós-pandémica), o crescimento foi mais forte do que o antecipado, com a exceção da zona euro. A economia mundial terá, assim, crescido cerca de 3,1%, abaixo da sua tendência de longo prazo, mas com uma revisão em alta de 0,1pp face ao cenário de outubro de 2023, e

que foi similar para as economias avançadas e para as economias em desenvolvimento. Contudo, e como referido, houve diferenças entre as economias desenvolvidas.

Por outro lado, o processo de desinflação ocorreu mais rapidamente, com a inflação a desacelerar significativamente no segundo semestre de 2023, em reação à intervenção dos bancos centrais, assim como à correção dos preços da energia, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2% definido pelos principais bancos centrais (EUA, zona euro e Reino Unido).

Crescimento Económico Mundial

	2022	2023	2024P
Mundo	3,5	3,1	3,1
Países Avançados	2,6	1,6	1,5
EUA	1,9	2,5	2,1
UEM	3,4	0,5	0,9
Reino Unido	4,3	0,5	0,6
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1
África	4,0	3,3	3,8
Ásia	4,5	5,4	5,2
China	3,0	5,2	4,6
Europa de Leste	1,2	2,7	2,8
Médio Oriente	5,5	2,0	2,9
América Latina	4,2	2,5	1,9
Brasil	3,0	3,1	1,7

Fonte: FMI (janeiro de 2024)

Nos EUA, o PIB cresceu 2,5%, em média anual, com uma aceleração do ritmo de crescimento ao longo do ano.

O consumo privado foi o principal motor do crescimento, refletindo a normalização da atividade no pós-pandémica, com um maior consumo de serviços, em detrimento de bens não duradouros (que inclui alimentação).

A resiliência da despesa das famílias esteve muito alavancada na solidez do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a permanecer abaixo de 4%, assente em criação sustentada de emprego (em média, 255 mil novos empregos por mês), embora abaixo do ritmo de 2022. A menor pressão do lado da procura contribuiu para uma ligeira desaceleração dos salários, o que, por sua vez, contribuiu para uma diminuição das pressões inflacionistas.

Em resultado, a inflação desacelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, para 3,3% em dezembro de 2023, refletindo em grande medida a evolução dos preços da energia. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou de forma mais moderada, para 4,6% em dezembro de 2023, refletindo a solidez do mercado laboral e o dinamismo do setor dos serviços.

A Reserva Federal manteve uma política monetária restritiva, elevando a taxa dos *Fed funds* para o intervalo 5,25%-5,50%, o que consubstancia uma subida total de 525pb nas taxas de juro de referência, desde que o ciclo se iniciou em março de 2022.

Na China, a atividade económica acelerou, mas a economia cresceu mais lentamente do que antes da pandemia, em “apenas” 5,2%, sendo necessário recuar ao início dos anos 1990 para observar taxas de crescimento mais baixas. A China continua afetada por uma série de problemas relacionados com o setor imobiliário, em especial residencial, com a falência de algumas entidades de relevo, que podem afetar a confiança dos agentes económicos, em especial das famílias. Por outro lado, a reorientação das cadeias globais também está a afetar o comércio internacional.

No Japão, o PIB terá crescido 1,9% em 2023, alicerçado na recuperação pós-pandémica ao nível do consumo privado, e complementado pela depreciação do iene e pelo investimento em infraestruturas. Apesar da aceleração da inflação acima de 2%, o Banco do Japão manteve a sua política monetária expansionista.

No Reino Unido, a atividade desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer 0,5% em 2023. A dissipação dos efeitos da recuperação pós-pandémica, a elevada inflação e a resposta em termos de política monetária, com uma subida pronunciada das taxas de juro (em mais de 500pb, para 5,25%), resultaram numa recessão técnica no segundo semestre de 2023. O desemprego, contudo, manteve-se em redor de 4,0%, colocando alguma pressão sobre os salários, pelo que a inflação desacelerou, mas de forma mais moderada do que noutros países, situando-se em 4,0% no final do ano.

Na zona euro, a atividade também desacelerou de forma pronunciada, com um crescimento de 0,5% em 2023, refletindo os vários choques a que a economia esteve sujeita nos últimos anos. Apesar das diferenças entre países, com a Alemanha a ser o elo mais fraco, a zona euro, no seu conjunto, conseguiu evitar uma recessão técnica.

A região continuou a ser afetada pela guerra em curso na Ucrânia, fruto da continuação da ofensiva militar pela Rússia, apesar de ter sido capaz de substituir os fornecimentos de energia da Rússia por outras fontes. Contudo, os preços da energia foram estruturalmente mais elevados do que no passado, com impacto adverso sobre a atividade. Adicionalmente, a Alemanha foi afetada pelo fraco crescimento na China, que é um importante parceiro comercial.

Apesar da desaceleração da atividade, o mercado de trabalho permaneceu, à semelhança do que ocorre noutros países, bastante dinâmico, com uma descida da taxa de desemprego para um mínimo de 6,4%, beneficiando de um crescimento do emprego em 1,3%, em termos homólogos.

A inflação desacelerou, ao longo do ano, para 2,9% em dezembro, a um ritmo mais rápido do que o antecipado, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2,0% definido pelo

Banco Central Europeu. Esta desaceleração decorreu, também, da descida dos preços da energia e da moderação dos preços da alimentação, mas beneficiou igualmente de medidas públicas de apoio, em alguns países (como a redução das taxas de IVA ou sua isenção para alguns bens e/ou serviços essenciais).

A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou mais moderadamente, para 3,9%, em resultado das condições no mercado de trabalho, e dos aumentos salariais mais elevados, embora ainda sem cobrir plenamente o impacto sobre o poder de compra das famílias.

O Banco Central Europeu subiu as taxas de juro de referência em seis ocasiões, num total de 200pb em 2023 (e de 450pb desde que o ciclo se iniciou em meados de 2022), elevando a taxa de depósito para 4,0% e a taxa de refinanciamento para 4,5%.

2023	PIB	Inflação
UEM	0,5	5,4
Alemanha	-0,3	6,0
França	0,9	5,7
Espanha	2,5	3,4
Itália	0,6	5,9

Fonte: CE (fevereiro 2024)

Os preços das matérias-primas, em especial energéticas, desceram ao longo do ano, apesar da continuação da guerra na Ucrânia e de, em outubro, o ataque do Hamas a Israel ter originado um novo conflito no Médio Oriente, que causou uma subida de preços, posteriormente revertida.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Os efeitos da desaceleração da atividade económica dominaram, apesar de a OPEP ter anunciado vários cortes na produção, no sentido de estabilizar os preços do petróleo.

Como referido, os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** mantiveram uma política monetária claramente orientada para o controlo das pressões inflacionistas, tendo continuado a subir as taxas de juro, embora a um ritmo mais gradual do que no ano de 2022. Ao longo do ano, foram várias as discussões sobre a taxa terminal e o ritmo a que a ela se chegaria.

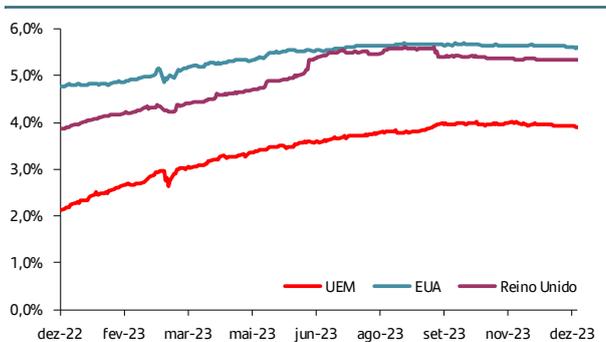
A partir do final do verão, as autoridades monetárias

estabilizaram as taxas de juro, avaliando o grau de desaceleração da inflação que já se observava, de forma relativamente generalizada.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo acompanharam a dinâmica das taxas de juro de referência, com uma subida, mas que foi mais visível até ao verão de 2023. A partir dessa data, as taxas estabilizaram, para iniciar uma ligeira tendência descendente no final do ano, em especial nos prazos dos 6 e 12 meses.

Com efeito, uma vez concluído o ciclo de subida de taxas de juro, o consenso de mercado começou a antecipar quando se iniciaria o novo ciclo de descida, mas com os bancos centrais a reafirmarem a sua mensagem de que a fase seguinte do ciclo de política monetária ocorrerá apenas com a confirmação de que a inflação efetivamente convergiu para o objetivo de 2,0%.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Estas expectativas, de reversão da política monetária, foram mais visíveis sobre a evolução das **taxas de juro de longo prazo**, que começaram a descer a partir de outubro, assim revertendo a tendência observada durante a maior parte do ano.

Em março de 2023, as *yields* subiram, principalmente devido ao foco de instabilidade associado à falência de vários bancos regionais nos EUA, a que se seguiu a venda do Credit Suisse à UBS.

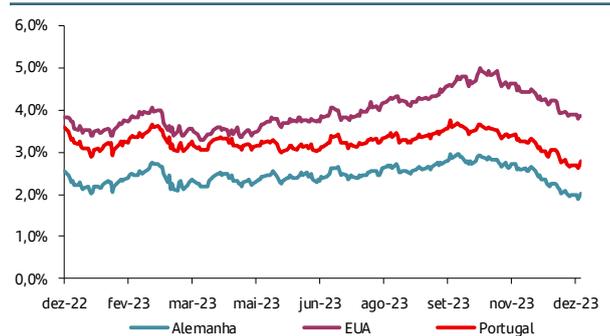
A rápida subida das taxas de juro pelos bancos centrais, em especial nos EUA, traduziu-se num conjunto de perturbações em várias instituições bancárias, que tinham descurado a adequada gestão de riscos, nomeadamente a gestão de ativos e passivos (ao terem o seu balanço exposto a ativos de taxa fixa num contexto de subida de taxas) e a gestão de liquidez (ao financiarem o ativo, com maturidades longas, através de depósitos voláteis). Em resultado, nos EUA, ocorreram três intervenções em bancos, de grande dimensão: Silicon Valley Bank, Signature Bank e, já em maio, o First Republic Bank, que estava a sofrer uma saída desordenada de depósitos.

Igualmente no final de março, os problemas que há muitos anos afetavam o Credit Suisse conduziram à intervenção das autoridades suíças e à venda do banco à UBS. O facto de os detentores de dívida *Additional Tier 1* (AT1) terem visto o *write-*

down permanente das suas exposições (uma especificidade do regime de resolução bancária na Suíça) afetou os mercados *wholesale*, com o seu virtual encerramento durante cerca de duas semanas, sem emissões de dívida, colateralizada ou não, por parte das instituições financeiras europeias.

A partir de meados de abril assistiu-se à progressiva normalização das condições de mercado e, nos EUA, a rápida intervenção das autoridades, permitiu igualmente estabilizar os depósitos nos bancos regionais e locais, que tinham sido os mais afetados.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

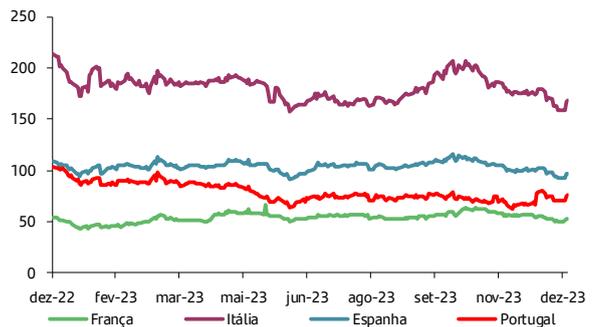
Nos meses seguintes, as taxas de juro subiram, num contexto de inflação ainda elevada, embora em desaceleração, a que, nos EUA, se juntou a discussão sobre a elevação do limite da dívida pública, e os riscos de, na ausência de acordo, os EUA entrarem em incumprimento e conduzir ao encerramento dos serviços não essenciais do Governo federal. O Congresso adiou o problema, mas muito influenciado pelo calendário eleitoral de 2024.

A mais rápida desaceleração da inflação, nos últimos meses de 2023, permitiu uma descida das *yields*.

Os desenvolvimentos de março não tiveram outro tipo de efeitos de contágio sobre os mercados (como seria o alargamento de *spreads* entre o *core* e a periferia da zona euro, por exemplo).

Com efeito, a evolução dos **diferenciais de taxas de juro soberanas** caracterizou-se por uma relativa estabilidade, num intervalo de flutuação relativamente limitado, durante o primeiro semestre de 2023, que deu lugar, a segunda metade do ano, a um estreitamento dos *spreads* para os países ditos "periféricos" da zona euro: o *spread* da dívida italiana a 10 anos face à Alemanha reduziu-se em 45pb e o da dívida espanhola, para o mesmo prazo, em 12pb.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

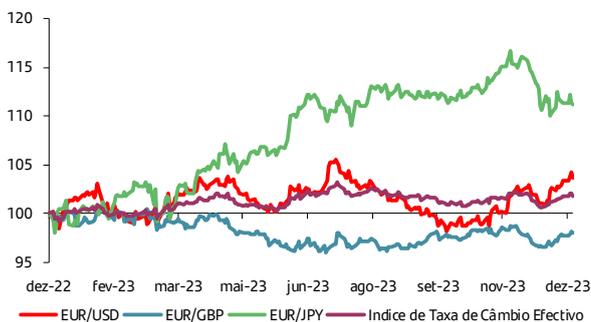


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos desceu ao longo do ano de 2023, num movimento mais pronunciado no último trimestre. A *yield* desceu 81pb, para 2,79% no final do ano, traduzindo-se numa redução em 28bp do *spread* face à Alemanha, para 75pb. Igualmente relevante foi a diferenciação entre a dívida pública portuguesa e a espanhola, com o *spread* entre ambas a ampliar-se em 17pb, a favor de Portugal, para o que muito contribuíram os sucessivos *upgrades* da notação de risco da República Portuguesa registados em 2023, pelas agências DBRS, Fitch e Moody's.

No mercado cambial, observou-se uma trajetória de apreciação do euro face à generalidade das dívidas, evidenciado na apreciação da taxa de câmbio efetiva (que agrega as divisas dos principais parceiros comerciais da zona euro) em 1,7%, ainda que esse movimento não tenha sido uniforme ao longo do ano. No final do ano, o euro cotava a 1,11 face ao dólar norte-americano (+3,6%), a 87p face à libra esterlina (uma depreciação do euro em 2,1%) e a 156,3 ienes por euro (uma apreciação de 11,1%).

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2022 = 100)



Fonte: BCE

Na comparação com o dólar norte-americano, a **libra esterlina**, apesar da apreciação face ao dólar em 2023 (para 79p), permanece em níveis historicamente baixos. O **iene japonês**, por seu lado, após uma recuperação no início do ano, retomou os mínimos de 1990, terminando o ano nos 141 ienes por dólar.

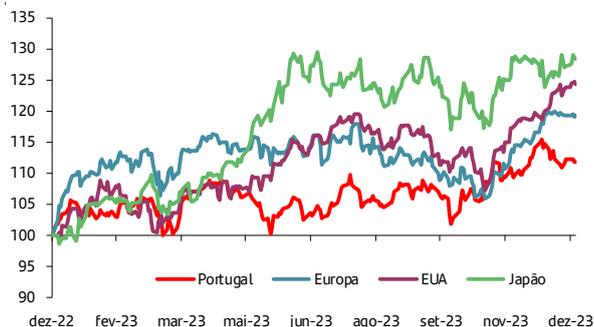
Os **mercados acionistas** tiveram um ano muito favorável, alimentados pelos bons resultados de empresas e pelas expectativas de descida das taxas de juro, que começaram a ganhar relevância no último trimestre do ano.

Em máximos históricos absolutos terminaram os índices norte-americano (**S&P500**), com uma valorização de 24%, e o britânico (**FTSE**), apesar de um crescimento muito moderado (3,8%) do que os demais índices.

Em máximos de décadas, destacam-se o índice japonês **Nikkei** que, com uma valorização de 28%, atingiu um máximo de 1990, e o índice pan-europeu **Eurostoxx50**, que valorizou 19%, para os máximos desde 2000.

A dinâmica de valorização registou momentos de reversão temporária, em março, quando da resolução de vários bancos nos EUA, e no final do verão, com a discussão sobre o teto da dívida nos EUA.

Mercados Acionistas (Dez-22 = 100)



Fonte: Bloomberg

Em Portugal, o índice **PSI** registou uma valorização mais moderada, de 12%, para o nível mais elevado desde 2014. Os contributos positivos dos setores da banca, construção e retalho foram parcialmente anulados pelo comportamento da energia.

O **ouro** valorizou de forma consistente, terminando o ano de 2023 acima dos 2 mil dólares por onça, surgindo como um ativo de refúgio num momento em que as pressões inflacionistas revelavam sinais de moderação.

Economia Portuguesa

O PIB cresceu 2,3% em 2023, beneficiando de uma maior recuperação no final do ano, pois o crescimento nos segundo e terceiro trimestres do ano tinha sido virtualmente nulo.

O PIB beneficiou, ainda, de efeitos de “carry” relacionados com a recuperação pós-pandémica, que caracterizaram o 1.º trimestre, enquanto no final do ano, as medidas de apoio ao rendimento das famílias implementadas durante o ano (atualizações de salários na função pública e de pensões, por exemplo) suportaram o consumo privado.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente volátil ao longo do ano, com uma virtual estagnação da atividade nos segundo e terceiro trimestres, refletindo os efeitos dos vários choques, em especial da subida das taxas de juro.

De realçar que no 4.º trimestre de 2023 a economia cresceu 0,8% em cadeia (2,2% em termos homólogos), apoiada no consumo privado, assim como no investimento, enquanto as exportações líquidas tiveram um ligeiro contributo negativo para a evolução trimestral.

No conjunto do ano, todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, ao nível da procura interna assim como da procura externa.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022	2023
PIB	5,7	6,8	2,3
Consumo Privado	4,7	5,6	1,6
Consumo Público	4,5	1,4	1,2
Investimento	11,4	3,5	0,8
Exportações	12,3	17,4	4,2
Importações	12,2	11,1	2,2
Inflação média	1,3	7,8	4,3
Desemprego	6,7	6,2	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,3	0,9
Dívida pública (% do PIB)	124,5	112,4	98,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,0	-0,2	2,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A **procura interna** contribuiu com 1,4pp para o crescimento, especialmente concentrado no consumo privado, fruto do comportamento do mercado laboral. O consumo público cresceu moderadamente, uma vez dissipado o efeito dos gastos relacionados com a pandemia.

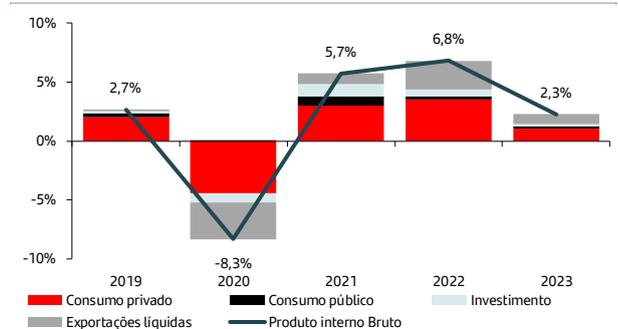
O **consumo privado** cresceu 1,6% em 2023, uma forte desaceleração face aos 5,6% observados em 2022, muito influenciado pelo impacto da elevada inflação (4,3%) e da pronunciada subida das taxas de juro sobre os orçamentos familiares. Apenas a despesa em bens duradouros cresceu de forma mais visível (+7,1%), com a despesa em bens não duradouros e serviços a crescer apenas 1,1% (1,2% ao nível dos bens alimentares).

Foi visível uma alteração do cabaz de consumo das famílias, com a procura de bens mais baratos, seja pelo consumo de

proteínas mais baratas, seja pela diversificação para marcas brancas.

Contributos para o Crescimento do PIB

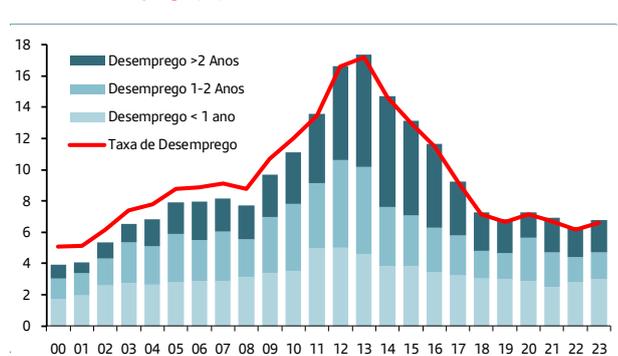
(tvh)



Fonte: INE

Este ajustamento ao nível da despesa das famílias ocorreu, apesar de o mercado de trabalho se ter mantido dinâmico, com crescimento da população ativa que, na sua maioria, encontrou emprego. Houve um ligeiro aumento do desemprego, mas a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 7% (em 6,5%), em 2023, continuando a refletir uma economia a operar no pleno emprego. Os inquéritos às empresas continuaram a reportar a escassez de mão-de-obra como uma das principais restrições à atividade. Em 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 6,6% face a 2022, ou seja, um aumento real de 2,3%.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Embora com um valor elevado, o ritmo de crescimento dos preços no consumidor desacelerou, em especial no segundo semestre do ano, situando-se em 4,3%, em média anual (que compara com 7,8% em 2022). A taxa de variação homóloga, em dezembro de 2023, foi de 1,4% (9,6% no período homólogo). A desaceleração refletiu, por um lado, a descida dos preços da energia e, por outro, as medidas de apoio, com destaque para o “IVA zero”, que abrangeu um cabaz de 46 produtos alimentares básicos (e que terminou no final de 2023). Em dezembro, os preços dos bens caíram 0,3% face ao período homólogo.

À semelhança do que se verificou na zona euro, a inflação subjacente desacelerou mais lentamente, situando-se em 2,6% (face ao pico de 7,3% observado em dezembro de 2022),

refletindo a evolução dos preços dos serviços, que a dezembro de 2023 cresceram 4,1%.

Em 2023, as famílias utilizaram o stock de poupança acumulado durante o período da pandemia – refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022 – para fazer aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

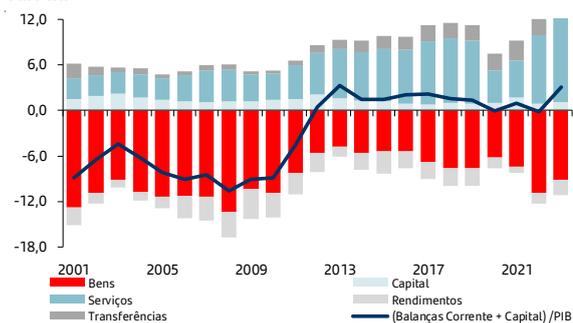
O **investimento** desacelerou fortemente, com um crescimento de apenas 0,8% em 2023. A formação bruta de capital fixo cresceu 2,4%, com um maior gasto em equipamentos de transporte, mas em grande medida anulado por uma contração do investimento em construção. Por outro lado, houve uma redução de stocks, face à maior acumulação observada em 2021 e 2022, tendo um contributo negativo para o investimento total (-1,6pp).

O menor dinamismo da atividade de construção esteve patente na relativa estabilização do número de fogos construídos (que permanece em níveis historicamente baixos, em redor de 20 mil novos fogos), assim como na lenta execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2024) representavam 17% do envelope financeiro total (que, por sua vez, foi ampliado para 22,2 mil milhões de euros, um acréscimo de 5,6 mil milhões face ao valor inicial). A forte subida dos custos de construção (+3,9% em 2023, mas com um crescimento acumulado de 27% desde 2019) é um fator explicativo relevante para o baixo ritmo de atividade no setor.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 4,2% em 2023, em forte desaceleração face aos 17,4% registados no ano anterior. Esta evolução foi especialmente explicada pela dinâmica das exportações de bens, que praticamente estagnaram (+1,1%), refletindo a desaceleração na Europa e, em especial, do setor industrial na Alemanha. As exportações de serviços cresceram 10,6%, um ritmo muito expressivo, considerando o crescimento de 41% do ano anterior, com a normalização da atividade de turismo no pós-pandemia.

As **importações** praticamente estagnaram, com um crescimento de 2,2%, em linha com a desaceleração quer da procura interna, quer das exportações.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

O crescimento das exportações, conjugado com a descida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante contributo para a recuperação do saldo da **balança de bens**, cujo défice se reduziu para 9,3% do PIB (+1,5pp face a 2022). Por seu lado, a melhoria da atividade de turismo permitiu uma clara recuperação do saldo da **balança de serviços**, cujo excedente aumentou em 1,5pp, para 10,5% do PIB.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, aumentou o excedente para 1,4% do PIB, por novas transferências no quadro do PRR. Por seu lado, a **balança de rendimentos** agravou o défice, por maior pagamento de rendimentos de investimento ao exterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um excedente de cerca de 2,7% do PIB, que é o mais elevado desde 2013.

A recuperação da capacidade de financiamento da economia beneficiou muito da evolução das **finanças públicas**, com as Administrações Públicas a registarem um excedente orçamental de 0,9% do PIB.

Saldo Orçamental (% PIB)



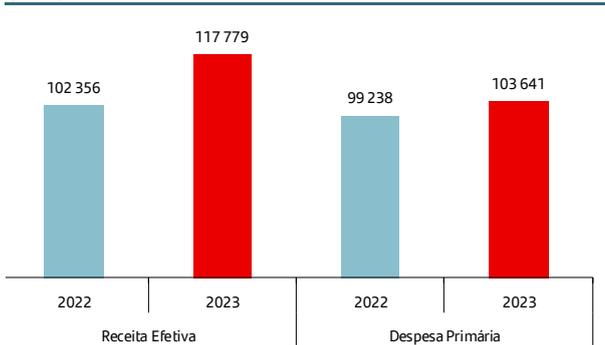
Fonte: Ministério das Finanças

A ainda elevada inflação, conjugada com o crescimento da atividade económica, os aumentos salariais e o crescimento do emprego, permitiu um significativo crescimento da receita fiscal (+11,8%).

Ao nível dos impostos diretos, a receita de IRC cresceu 22,3% e a de IRS 13,6%. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o crescimento da receita de ISP (+14,8%) e do IVA (+10,0% face a 2022, apesar do IVA zero sobre um cabaz de bens alimentares).

A despesa primária cresceu claramente abaixo da receita efetiva (+4,4% vs 15,1%), com o crescimento da despesa com pessoal (+7,5%) e do serviço com a dívida (+3,6%) a ser compensado por menores subsídios (-2,3%) e o controlo das transferências (+0,9%).

Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2023, no primeiro semestre do ano, continuou a observar-se uma forte subscrição líquida de Certificados de Aforro, no montante de 13 mil milhões de euros, que levou o Tesouro a criar uma nova série, com uma taxa de remuneração mais baixa (a taxa máxima passou de 3,5% para 2,5%). Em resultado, as subscrições líquidas reduziram-se significativamente, também com o aumento da taxa de remuneração dos depósitos.

Por aquele motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento em 2023, com menores emissões de Bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro. A alteração da remuneração é explicada, também, pelas implicações a médio prazo sobre a estrutura de financiamento do Tesouro, com um peso excessivo do retalho em detrimento do financiamento institucional – os Certificados de Aforro são mobilizáveis ao fim de 3 meses, sem qualquer pré-aviso, além de que a taxa de 3,5% se situava em linha ou mesmo acima da *yield* a 10 anos.

Fruto do maior peso dos Certificados de Aforro, o custo do financiamento executado em 2023 aumentou para 3,5%, enquanto a maturidade média da dívida pública baixou ligeiramente, para 7,2 anos.

Em resultado do maior crescimento nominal do PIB, por um lado, e da recompra de dívida, no final do ano, o rácio de dívida pública reduziu-se para 98,7% do PIB (-13,7pp face ao final de 2022), o nível mais baixo desde 2009.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se, a dezembro de 2023, em 267% do PIB (-30pp face ao final de 2022), com o setor das sociedades não financeiras privadas a situar-se nos 112% (-10pp) e as famílias nos 56% do

PIB (-6pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram novas melhorias na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para A, pela DBRS, A-, pela Fitch, e A- pela S&P (já em 2024) e em dois *notches*, para A3, pela Moody's.

O **setor bancário português** foi claramente influenciado pelo contexto de taxas de juro mais elevadas, tanto ao nível do crédito como dos depósitos.

O saldo global de crédito baixou, em 2023, com menor produção de crédito e um ritmo relativamente elevado de amortizações, com famílias e empresas a utilizarem a sua base de depósitos para o efeito, assim mitigando os impactos da subida das taxas de juro. O crédito ao setor privado baixou 1,6%, fruto de uma redução de 1,4% no crédito à habitação e de 2,6% no crédito a empresas.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos reduziram-se em 2,5%, em 2023. Ao nível dos particulares, os depósitos baixaram 1,5%, embora com alguma transferência para depósitos a prazo, à medida que as taxas de remuneração foram aumentando. Também aumentaram as aplicações em recursos fora de balanço, em particular em fundos de investimento mobiliário. Os depósitos de empresas baixaram em 4,6%.

Apesar do contexto de rápida e pronunciada subida das taxas de juro observada desde meados de 2022, e do facto de os créditos serem maioritariamente a taxa variável, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de *Non-Performing Loans* do sistema a situar-se em 2,9% no final do terceiro trimestre (-0,1pp face ao final de 2022), com uma cobertura por imparidades de 56,3%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2022 (+0,6pp, para 1,3%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para um máximo de 14,6% (+5,9pp face ao final de 2022).

Nota: texto escrito com a informação disponível até 6 de março de 2024.

Principais Riscos e Incertezas para 2024

Em 2023, as taxas de juro de curto prazo alcançaram os seus níveis mais elevados em 15 anos, em redor de 4%, fruto da reação do Banco Central Europeu à significativa aceleração da inflação ocorrida em 2022 e início de 2023, e que resultou no mais rápido e pronunciado ciclo de subida de taxas de juro em cerca de quatro décadas (as taxas de juro de referência subiram em 450pb entre julho de 2022 e setembro de 2023).

Já no último trimestre de 2023, o ataque do Hamas a Israel resultou num novo foco de conflito, que ainda prossegue à data de elaboração deste relatório (28 de fevereiro de 2024), com perturbações adicionais, como os ataques dos rebeldes iemenitas a navios que se utilizam a rota do Canal do Suez, e que afetou já o transporte marítimo, em termos de duração do percurso, assim como em termos de custo, pois a rota alternativa é a do Cabo.

Estes desenvolvimentos acresceram aos choques observados desde 2020, como a pandemia, o choque energético e inflacionista, e a guerra resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, e tiveram implicações sobre os desenvolvimentos quer económicos, quer financeiros, na zona euro, incluindo Portugal, e no resto do mundo.

Os efeitos combinados destes desenvolvimentos podem continuar a contribuir, em termos de principais riscos e incertezas, para a atividade do Santander em Portugal no ano de 2024.

Por um lado, ocorreu já, em 2023, uma profunda desaceleração da atividade económica, materializada num fraco ritmo de crescimento trimestral, que, combinado com as elevadas taxas de juro, se traduziu numa moderação dos volumes de novo crédito, tanto hipotecário como a empresas. Por outro lado, tanto famílias como empresas utilizaram parte da liquidez acumulada durante a pandemia para amortizar antecipadamente os seus créditos, resultando numa diminuição de volumes. Pela positiva, não foi perceptível uma deterioração da qualidade creditícia.

A incerteza ainda vivenciada no início do ano, em que teremos vários processos eleitorais (em Portugal, na União Europeia e nos Estados Unidos da América), pode contribuir para um contexto de precaução, com a continuação de baixa procura de novo crédito pelos agentes económicos, num mercado bancário muito concentrado que continua altamente competitivo, do ponto de vista de política de preço.

A desaceleração da inflação, assim como da atividade, está a contribuir para expectativas de que o ciclo de subida de taxas de juro tenha terminado. A mensagem transmitida pelos principais bancos centrais é (à data de 28 de fevereiro), de validação dessa expectativa de que o ciclo de subida terminou, mas também de que, como a inflação ainda está acima do objetivo, a descida pode ocorrer apenas mais tarde, em 2024, face às expectativas de uma alteração mais rápida.

Esta evolução pode, por um lado, mitigar os riscos sobre a qualidade da carteira de crédito que adviriam se as taxas de juro permanecessem nos atuais níveis ou subissem ainda mais. Por outro lado, poderá ter efeitos sobre a margem financeira, na medida em que a maioria da carteira de crédito ainda está indexada a taxa variável.

No global, a atual conjugação de fatores de risco traduz-se na manutenção de um cenário de elevada incerteza, com riscos negativos para a atividade económica global, mas cujos plenos impactos são de difícil aferição, no atual momento.

De igual modo, os fatores supramencionados poderiam, num pico de incerteza e sob certas condições, atualmente indeterminadas, contribuir para movimentos de aversão ao risco nos mercados financeiros, com perturbações sobre os prémios de risco, com efeitos de contágio aos vários segmentos e setores de atividade.

O Santander em Portugal irá executar a sua atividade num contexto complexo, com riscos de baixo crescimento dos volumes, tanto de crédito como de depósitos, elevada sensibilidade da poupança à taxa de remuneração, mantendo a constante monitorização da qualidade creditícia e uma adequada política de alocação de capital nas operações ativas.

Perspetivas para 2024

A evolução da atividade do Santander em Portugal estará dependente da materialização e potenciais impactos de alguns fatores referidos no ponto anterior, relativo aos principais riscos e incertezas, relacionados com a estabilização e recuperação da atividade económica, por um lado, e com a evolução das taxas de juro, por outro.

O contexto económico é fundamental para uma consolidação da recuperação da atividade, que possa gerar um ciclo de investimento mais sustentado. Neste âmbito, a execução do “Portugal 2030”, enquanto principal instrumento financeiro de apoio às empresas na sua transformação digital e energética, assume particular relevância. Em complemento, a execução do Plano de Recuperação e Resiliência é uma alavanca adicional, no que concerne à mobilização do investimento pelo setor público.

Este ciclo, em especial do setor privado não financeiro, poderia mobilizar a concessão de crédito. Ao nível do crédito às famílias, um novo ciclo de taxas de juro, menos restritivo, poderia também contribuir para uma estabilização ou mesmo incremento dos volumes de originação de novo crédito. Contudo, ao nível dos proveitos de comissões, apesar da maior atividade creditícia, o setor bancário continua a operar num quadro legislativo que tem isentado, temporária ou permanente, a cobrança de comissões em alguns serviços bancários.

Apesar das perspetivas para a evolução das taxas de juro, deve manter-se uma cuidadosa monitorização da qualidade creditícia, seja porque os efeitos totais da subida das taxas de juro ocorrida em 2023 poderão ainda não se ter feito sentir na totalidade, seja porque num quadro de crescimento económico moderado o desemprego poderá manter a dinâmica de subida que já se observou no final de 2023. No entanto, a economia permanece em pleno emprego e com a taxa de desemprego em mínimos.

O Banco mantém a sua estratégia e continua focado na sua execução, materializada em um forte ímpeto transformacional, orientado para a melhoria da experiência e satisfação do cliente, destacando-se i) a contínua otimização e simplificação de processos, focada na transacionalidade com uma presença omnicanal; ii) uma oferta simplificada, mas personalizada, alinha às expetativas e necessidades dos clientes; iii) o crescimento rentável em volumes de negócio, adaptado às necessidades dos clientes e às condições de mercado; iv) no controlo rigoroso da qualidade creditícia; e v) na manutenção de uma sólida posição de capital e liquidez, em linha com os requisitos regulamentares.

O Santander em Portugal continuará, também, focado em ser um Banco Responsável impulsionando o crescimento sustentável e inclusivo da Sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e apoiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Comunidades onde está presente, com especial foco no financiamento da transição climática. Neste apartado, o Banco já dispõe de uma posição sólida, que pretende reforçar, através do financiamento de energias renováveis, e com a disponibilização de produtos e serviços financeiros sustentáveis.

Áreas de Negócio

Particulares

No segmento de **Particulares** destaca-se a trajetória de crescimento de clientes, como resultado do grande esforço de captação realizado ao longo do ano (e materializado numa série de campanhas).

Destaque ainda para o **NPS** (*Net Promoter Score*), índice que mede o nível de satisfação dos clientes, e onde o Santander manteve o 2.º lugar a nível do sistema bancário nacional.

Em termos de **atividade comercial**, neste segmento, verificou-se um aumento da dinamização nos últimos meses do ano, fruto do programa de revitalização comercial que foi lançado e que teve resultados muito positivos.

Em 2023, o Banco **incrementou a sua base de clientes ativos** em 70 mil novos clientes, ou seja, um crescimento de 4% face ao final de 2022, e os clientes digitais em mais 63 mil clientes (+6%), para 1,2 milhões de clientes, representando já 64% dos clientes ativos, com mais de 1,2 milhões de log-ins diários nos canais digitais do Banco (site privado e app), ou seja, um crescimento de 25,5% face a 2022.

O alargamento da base de clientes do Banco foi acompanhado de um maior relacionamento, materializado no crescimento das principais métricas de transacionalidade ao longo do ano de 2023, alavancado no acréscimo, em 3%, do número de cartões de débito e crédito disponibilizados pelo Banco.

Neste apartado, o **Banco promoveu várias iniciativas**, destacando-se:

- Lançamento do cartão digital na hora para clientes particulares (cartões novos e pedidos de substituição);
- Reforço do programa Santander *Rewards* – *Engagement* dos clientes com utilização frequente do cartão (descontos em forma de reembolsos – *cashback*);
- Dinamização dos pagamentos digitais com um enorme drive de crescimento e o negócio a adaptar-se com as *wallets* Apple Pay/Google Pay e tokenização;

Em 2023, os clientes do Santander em Portugal executaram quase 100 milhões de **operações de pagamentos e transferências**, 12,9% acima do observado no ano anterior. Também realizaram quase 1 milhão de compras diárias (+19% em termos homólogos) e efetuaram mais de 45 milhões de levantamentos de dinheiro.

O ano de 2023 ficará para a história por mudanças significativas no **Crédito Habitação**. Assistiu-se a uma alteração nos regimes de taxa das operações contratadas, de variável para mistas, e um aumento muito significativo das transferências entre bancos. Este cenário foi consequência do aumento das taxas de

juro e pelas medidas implementadas pelo Governo. O Santander, ao longo do ano, procurou responder às alterações de preferências dos clientes, adequando a sua oferta ao novo contexto de mercado, permitindo um crescimento sustentado dos volumes de nova produção, em especial no segundo semestre do ano. Contudo, o contexto de taxas de juro mais elevadas resultou em menores volumes de produção face a 2022, o que, conjugado com um incremento das amortizações parciais antecipadas pressionou a carteira, com uma quebra acumulada no ano de 4,7%.

O **Crédito ao Consumo** decresceu em 2023, com menores volumes de produção comparativamente com 2022, essencialmente decorrente do contexto atual de mercado, assim como de alterações introduzidas no processo de admissão e decisão, com o objetivo de reduzir o incumprimento. Não obstante, os volumes de produção revelaram-se sólidos, essencialmente decorrente do foco comercial, otimização das regras de admissão implementadas e continuação da transformação digital do processo de contratação.

Em 2023, a atividade de **Seguros Proteção** manteve o foco na melhoria relacional com os clientes do banco, aumentando o nível de oferta e otimizando processos com objetivo de aproximação do cliente, simplificando a sua interação com o banco em todas as dimensões do seu dia-a-dia (Proteção Global).

No que respeita a **Seguros Autónomos**, foi lançado o novo e simplificado Seguro Proteção Lar, com uma jornada 100% omnicanal. Enriqueceu-se, também, a oferta de empresas, com o lançamento de uma oferta de Saúde ajustada às necessidades de cada cliente, o Seguro *Cyber* e o reforço da oferta de Auto. No final do ano, foi adicionado um novo ramo à oferta com o lançamento do Seguro Responsabilidade Civil Familiar que, para além das coberturas base, permite apoiar as famílias em caso de doença oncológica e dar resposta a preocupações relacionadas com as novas tendências de mobilidade (em trotinete, por exemplo).

Relativamente a **Seguros Associados ao Crédito**, foi trabalhada a competitividade e atratividade da oferta, com o lançamento de diversas campanhas ao longo do ano. As jornadas de crédito com os seguros em contexto são alvo de melhoria contínua e a sua otimização prolongar-se-á para 2024.

Neste contexto, o ano foi muito forte na captação de **jovens médicos**, onde o Santander continua a apoiar este segmento na preparação da **Prova Nacional de Acesso para a Especialidade** e na sua entrada para o mercado de trabalho. Em simultâneo, lançaram-se iniciativas para replicar as boas práticas, a outros parceiros.

Negócios, Empresas e Institucionais

Em 2023, um dos principais objetivos para o **Segmento de Empresas** no Santander foi reforçar o papel do Banco como parceiro das empresas portuguesas, posicionando-se ao lado das mesmas na resposta aos desafios que se foram apresentando ao longo do ano. Graças a esta proximidade, o Santander continuou a ser reconhecido como parceiro de confiança das empresas no seu processo de transformação e banco de referência na contribuição para a maior adoção dos critérios de sustentabilidade, cada vez mais exigentes.

Destaca-se no âmbito das parcerias não financeiras a atribuição, no campo da Inovação e Desenvolvimento, do estatuto COTEC. O Banco apoia, ainda, as candidaturas das pequenas e médias empresas, no PME Líder e Excelência, reconhecendo a força dos seus balanços e a sua capacidade em fazer a diferença. O Santander está presente no apoio à capacitação das PME, focado em ajudar as empresas a crescer através da parceria com a *Business Roundtable* Portugal. O ano de 2023 terminou com o lançamento da oferta de 200 bolsas para o programa de gestão para PME – “NOVA SBE Voice Leadership”, promovendo a capacitação dos gestores das empresas.

Os desafios relacionados com a sustentabilidade, os combates às alterações climáticas e ajudar as empresas na sua transição para uma economia mais verde, estão a ganhar cada vez mais relevância. O *Green Finance* ganhou destaque e hoje as empresas que trabalham com o Santander estão mais informadas para a tomada de decisão dos seus investimentos e veem no Santander um parceiro.

O apoio aos projetos de investimento público e privado no âmbito dos Fundos Europeus continuou a ser uma prioridade do Banco.

Em 2023, o **Turismo**, a **Agricultura**, a **Economia Social** e a **Saúde** continuaram a assumir um papel de destaque na economia Nacional, sendo por isso considerados também setores estratégicos para o Banco Santander.

No **Turismo**, uma das alavancas da economia, o Banco esteve fortemente empenhado na disponibilização de soluções orientadas para o apoio à inovação e transformação digital, bem como para a sustentabilidade climática. Na **Agricultura**, o Santander continuará a reforçar a sua presença no setor agrícola através de uma oferta adequada que permita ajudar a potenciar a qualidade das práticas dos clientes e parceiros, promovendo a sua eficiência e contribuindo para que seja um dos pilares da economia nacional. A **Economia Social** e o Santander estão a construir uma nova forma de estar, estabelecendo parcerias, dando resposta às reais necessidades do setor, valorizando não a rentabilidade, mas sim a sustentabilidade, num esforço partilhado entre o Estado e Administração Local, Entidades do Setor Social e Banca, corporizados nos Programas Pares ou de avisos específicos integrados no PRR, e na qual o Banco tem sido parceiro estrutural. A **Saúde**, irá continuar a ter a atenção do Santander em Portugal de um modo orgânico, com uma

estratégia de proximidade ao setor e a toda a sua cadeia de valor.

A importância do poder local, através dos municípios, das empresas municipais e restantes instituições do setor público, tem sido assumida pelo *cluster* que acompanha a **Banca Institucional**. Manteve-se o compromisso no apoio a estes clientes, com uma oferta diferenciadora e adequada a cada um contribuindo para o aumento da relação/fidelização com o Santander. Trata-se de um segmento onde a resposta tem sido assumida por uma equipa dedicada que dá suporte às redes na relação com estas entidades.

Sabendo que as empresas portuguesas se deparam com enormes desafios, o Santander disponibilizou cerca de 982 milhões de Euros **através de linhas protocoladas com o BEI**, sendo 162 milhões para a eficiência energética em edifícios. A estes protocolos com o BEI, juntam-se um conjunto de Linhas, já em vigor, com o **Fundo Europeu de Investimento (FEI)**, e com o **Banco Português de Fomento / Sistema Nacional de Garantia Mútua**.

O Santander disponibiliza, ainda, uma plataforma *online*, o **Trade Club Alliance**, que disponibiliza informação sobre clientes, fornecedores ou distribuidores no estrangeiro, além de dados macroeconómicos, cambiais ou ainda simulação do cálculo dos custos totais associados a operações de exportação.

Wealth Management and Insurance

O ano de 2023 foi marcado pela continuação da ofensiva russa contra a Ucrânia, pelo eclodir da guerra no Médio-Oriente a partir de outubro, e pelas intervenções e comunicações dos principais bancos centrais quanto à política monetária a seguir de forma a combater eficazmente a inflação que se fez sentir de forma global desde meados do ano de 2022.

Se, por um lado, os efeitos da guerra se continuam a fazer sentir, sem previsões de “fim à vista”, por outro, como consequência das políticas dos principais bancos centrais, a inflação começou finalmente a dar sinais de abrandamento. Como resultado, os mercados começaram a incorporar que algures durante o ano de 2024 deverá acontecer uma alteração da política monetária, sendo já visível pela inclinação negativa da curva de taxas de juro de curto prazo (até um ano).

Com este enquadramento, 2023 foi um ano em praticamente que todas as classes de ativos tiveram performances positivas, com o índice norte-americano S&P500 a valorizar 23% no ano, e o índice europeu Eurostoxx 50 a valorizar 19% (após uma desvalorização de 12% em 2022).

Assim, para a generalidade dos indicadores de negócio do *Private Banking* do Santander em Portugal, o ano de 2023 revelou-se um ano muito positivo, com todos os indicadores de negócio com *performances* muito positivas, de onde se destaca um crescimento do volume de negócio em 9%, um crescimento

de 27% nos recursos fora de balanço – fundos de investimentos, mandatos discricionários e seguros “Unit-Linked”).

Como vem sendo habitual, manteve-se também em 2023 uma forte dinâmica de crescimento da base de clientes do *Private Banking*, assente numa continuada atividade de prospeção externa, e uma grande colaboração e apoio da rede de balcões e de centros empresas.

Como reconhecimento da excelência de serviço e atenção ao cliente, o *Private Banking* do Santander Portugal foi reconhecido em 2023 pela revista ***Euromoney*** como o “*Best International Private Bank*” a operar em Portugal, e já no final do ano, distinguido pelo 9.º ano consecutivo pela revista ***Global Finance*** como “*Best Private Bank Portugal 2024*”. Estas distinções reconhecem e reforçam a qualidade das equipas e das soluções de investimento disponibilizadas pelo *Private Banking* do Santander, continuando o desenvolvimento contínuo de melhoria de serviço ao cliente e da proposta de valor.

Corporate and Investment Banking

Neste contexto geopolítico e financeiro, a área de ***Corporate & Investment Banking***, em 2023, continuou a sua aposta de potenciar a colaboração entre a equipa local, com competências reconhecidas no mercado de *wholesale banking* português, a plataforma regional (Europa) e as restantes equipas globais com conhecimentos e experiência nos diversos mercados e geografias onde o Grupo Santander está presente. Esta colaboração permite ao Banco posicionar-se como *advisor* estratégico dos clientes para transações locais e globais e ambicionar a liderança no mercado de *wholesale banking* em Portugal.

Na área de ***Global Debt Financing***, 2023 ficou marcado, entre outros, pela liderança do Banco nas principais operações de *Project Finance* em Portugal. No setor das energias renováveis, destaca-se a conclusão da assessoria financeira à Finerge, através da qual o banco apoiou a empresa numa operação de financiamento de mais de 2,3 mil milhões de euros, refinanciando a totalidade da sua dívida e financiando o seu plano de crescimento futuro. Esta operação destaca-se ainda por ter apresentado uma estrutura de amortização inovadora, mais adaptável aos desafios hoje apresentados ao setor energético, e ganhou os prémios de “*Renewables Deal of the Year*” Europeu pela revista PFI, e “*Deal of the Year*” pela *Proximo Infrastructures*. Adicionalmente, o banco liderou as principais operações do ano no setor das infraestruturas.

No produto de ***Crédito Sindicado***, o Banco destacou-se com uma operação de asseguramento da dívida da Visabeira Global, no montante de 450 milhões de Euros, operação que foi depois sindicada junto de um conjunto de entidades de crédito nacionais e internacionais.

A nível de ***Debt Capital Markets***, a área de *Global Debt Financing* manteve a sua posição de liderança no mercado português com

a participação na colocação de três emissões obrigacionistas: para a EDP, de 750 milhões de euros a 5 anos; para a Caixa Central de Crédito Agrícola, de 200 milhões de euros a 4 anos; e para a Floene, de 420 milhões de euros a 5 anos.

A área de *Corporate Finance* continuou a desenvolver no ano de 2023 uma intensa atividade em operações de Fusões & Aquisições e *Equity Capital Markets*, destacando-se a conclusão com sucesso das seguintes operações:

- ➔ Assessoria financeira à Onex Holding na venda de um portfólio eólico de 221MW à Finerge;
- ➔ Assessoria financeira à EDPR na venda de um portfólio eólico e solar na Polónia de 280MW à Orlen;
- ➔ Assessoria financeira à Altri e Greenvolt na operação de *spin-off* da restante participação de 16,6% detida na Greenvolt pela Altri.

Na área de ***Mercados***, na esfera macroeconómica, o ano foi marcado por uma consolidação da subida das taxas de juro (e consequente ajuste de expectativas e carteiras), pelo arrefecimento da inflação no segundo semestre, e pelo pico de volatilidade durante o mês de março, causado pela queda do Silicon Valley Bank. Apesar das taxas de juro altas, os mercados acionistas fecharam o ano com ganhos relevantes (em grande parte novamente alimentados pelas *big tech*) e os *spreads* de crédito mantiveram-se estáveis.

No apartado de ***Taxa de Juro***, apesar de alguns ventos desfavoráveis, nomeadamente a aversão dos clientes a taxas de juro mais altas, a estratégia de negócio definida para o ano acabou por se revelar acertada, levando a que a atividade continuasse a crescer.

Na operativa ***Cambial***, manteve-se a solidez, alicerçado num acompanhamento personalizado dos clientes, na competitividade e abrangência da oferta e no ecossistema de produtos financeiros oferecidos pelo banco. Estes pilares estratégicos foram particularmente importantes num ano em que a concorrência se revelou mais agressiva que o habitual. De se destacar, novamente, a continuação da tendência de digitalização do negócio, com a percentagem de clientes com acesso à Plataforma de Câmbios NetBanco Empresas a continuar a crescer.

No segmento de ***Cash Trading***, os volumes negociados nos mercados acionistas, no ano de 2023, registaram um decréscimo face ao ano anterior. De salientar, a diminuição homóloga do negócio *online*, acompanhando a redução a que se assistiu em Portugal dos volumes negociados nos mercados acionistas devido, sobretudo, à alteração fiscal ao regime das mais-valias que entrou em vigor em 2023. No mesmo período os volumes negociados nos mercados obrigacionistas registaram um forte crescimento, nomeadamente em obrigações de Dívida *Corporate* (+37,6%) e em obrigações de Dívida Pública (+349,8%).

No segmento de **Produtos Estruturados** para retalho, desde o início do ano foram colocados 8 produtos, que captaram um total de cerca de 177 milhões euros. De salientar que a subida das taxas de juro permitiu obter níveis de *payoff* mais atrativos neste tipo de produtos, mesmo em produtos mais conservadores e de prazos mais curtos. Dentro da oferta de produtos de investimento do Banco, os produtos estruturados destacam-se por serem uma alternativa de investimento que satisfaz as expectativas dos clientes quanto a níveis de rentabilidade para este momento de mercado.

Áreas de Suporte ao Negócio

Experiência do cliente

O Santander Portugal tem o cliente no centro da sua atividade, sendo que o conjunto de iniciativas que se têm vindo a desenvolver na área de experiência de cliente tem sido consequente com essa realidade.

Ao longo de 2023 a área de experiência de cliente elegeu como principais prioridades oferecer respostas aos desafios fundamentais que os clientes têm manifestado, nomeadamente:

1. Potenciar uma experiência de balcão que seja singular e proporcione momentos de satisfação de necessidade da forma mais eficaz e eficiente possível para o cliente.
2. Garantir que há uma interação com o cliente cada vez mais relacional e baseada nos valores que o Santander defende enquanto Banco, demonstrando uma preocupação genuína pelo bem-estar financeiro dos clientes.
3. Proporcionar a máxima disponibilidade física e tecnológica de todos os canais de interação usados pelos clientes.
4. Demonstrar valor nos produtos e serviços que são disponibilizados aos clientes, alinhados e personalizados com os seus desejos e interesses.

Com a implementação destes 4 pontos, os resultados obtidos foram muito positivos, conseguindo aumentar o grau de satisfação por parte dos clientes Santander, para clientes em que seja o Primeiro Banco, praticamente duplicando o valor da recomendação face ao ano de 2022.

Ainda dentro da voz de cliente e na análise elaborada pela Marktest no estudo de *benchmark* corporativo, o Banco Santander conseguiu finalizar o ano em 2.º lugar na segunda vaga de 2023, destacando-se a liderança num conjunto de *drivers* que se consideram como fundamentais nos princípios de confiança e da relação que se deve preservar com os clientes, nomeadamente:

- “Satisfação Global com Banco Principal”
- “Capacidade de Resolução de Problemas”
- “Inovador e Moderno”
- “Forte e Sólido”
- “Satisfação Global IB”
- “Satisfação Global App”

Para destacar alguns dos drivers em que o Santander lidera na Indústria Financeira a apreciação do cliente, transmitida no

observatório elaborado pela entidade externa já mencionada.

Em termos de processos junto do Banco, o ano foi marcado um aumento de 7,8% face ao período homólogo no volume de entradas (Reclamações + Incidências), sobretudo com as seguintes motivações:

- As reclamações entradas no ano de 2023 registaram um crescimento de 34%, derivado essencialmente por 3 razões: Impacto Macro Económico, Medidas Legais/Regulatórias e Processo de Transformação;
- Apesar deste crescimento, considerando a variação de 640 (+53%) reclamações de Pós-Venda no total de variação Anual de Reclamações Entradas (1 205) em resultado das 3 razões acima mencionadas, a perspetiva para 2024 é de grande otimismo, fruto da previsão da estabilização/redução das taxas de juro, melhoria de processos e automatização e acompanhamento dos níveis de serviço.

Assim, em 2023, o Santander manteve o foco na melhoria da experiência proporcionada ao cliente, incluindo a experiência de balcão, interação relacional, disponibilidade de canais de interação e valor dos produtos e serviços.

Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, com um aumento no grau de satisfação do cliente e liderança em vários *drivers* importantes, como satisfação global com o banco principal, capacidade de resolução de problemas e inovação.

O Santander Portugal está comprometido em continuar a melhorar a experiência do cliente e manter sua posição de liderança na qualidade de seus processos, soluções tecnológicas, produtos e serviços.

Customer Care

Com o propósito de contribuir para uma cultura cada vez mais centrada no cliente e de melhoria da qualidade de serviço aos clientes, este ano foi criada a nova área de *Customer Care*.

Uma das grandes prioridades desta área é medir, monitorizar e desafiar uma melhoria contínua dos processos e dos níveis de serviço em toda a organização, de forma a servir cada vez melhor os clientes do Santander. Por vezes as áreas cumprem internamente o seu nível de serviço, mas quando se olha para os prazos totais de alguns processos, numa visão cliente, esses prazos podem não ser adequados. A rapidez e eficácia no serviço e na resposta às solicitações dos clientes é cada vez mais importante e valorizada.

A gestão célere de qualquer manifestação de insatisfação e garantir que todos os clientes ficam satisfeitos, é outra das prioridades de *Customer Care*. Com uma equipa dedicada a esclarecimentos, respostas a reclamações e ouvir a voz do cliente, fazendo de cada contacto, mesmo que seja uma reclamação, uma oportunidade para esclarecer, corrigir e recuperar a confiança e lealdade dos clientes.

Tecnologia e Operações

A **Área de Tecnologia**, em linha com as áreas de negócio, continuou a implementar soluções orientadas aos seus colaboradores e aos seus clientes, promovendo a adoção de novas tecnologias, arquiteturas modernas e abordagens de desenvolvimento ágeis. No contexto regulamentar, assegurou a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências de carácter legal ou regulamentar, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas, pilares fundamentais na atuação do Santander em Portugal.

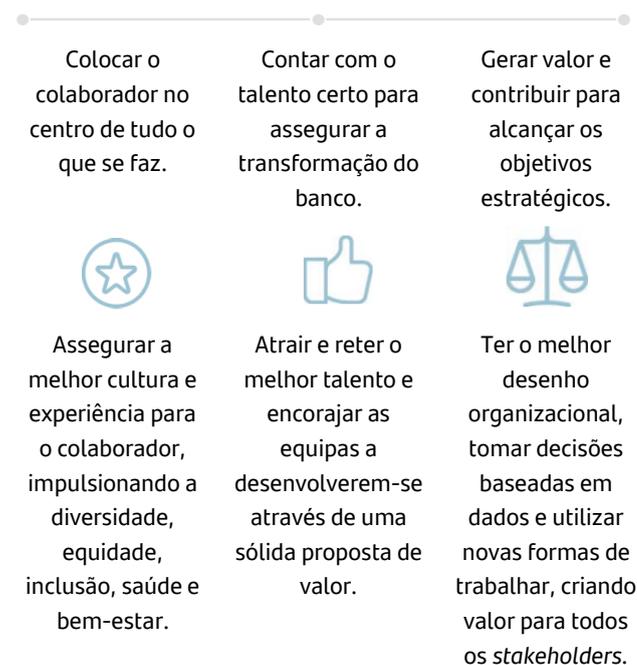
Em 2023, potenciado por *enablers* implementados anteriormente continuou-se o programa estratégico de TI,

A crescente exigência dos clientes e o aumento de processos digitais, exigem cada vez mais uma cultura de serviço ao cliente em todas as áreas do banco. A criação do *Customer Care* com uma visão cliente e representando a voz do cliente dentro do Banco irá certamente contribuir para o Santander ser cada vez mais um banco de referência em qualidade de serviço.

nomeadamente, em jornadas para *Cloud*, digitalização de processos na rede e serviços centrais (implementação de processos que permitem a redução de carga administrativa), e na transformação dos sistemas de informação permitindo ao Banco Santander ser cada vez mais um banco digital com balcões, com foco constante na melhoria da experiência do cliente. Destacam-se ainda as novas funcionalidades disponibilizadas nos canais digitais e no serviço de *Call Center*. No serviço de atendimento a clientes pela Rede Comercial também estão disponíveis novas capacidades em plataformas como as de *onboarding* de clientes e Seguros.

Gestão de Pessoas

O Banco Santander ambiciona ser um empregador de referência através de uma estratégia que se baseia em três pilares.



Construir uma cultura sólida

O Santander é uma empresa global, unida por uma cultura comum. O mundo está a evoluir e o banco tem que fazer o mesmo. Por essa razão, no ano passado foi relançado o *Santander Way*, incluindo os novos cinco comportamentos T.E.A.M.S. O *Santander Way* é a forma como são feitas as coisas e se garante uma cultura única.

Estes comportamentos pautam e orientam a forma como é trabalhada e inculcada a marca Santander. As empresas com uma cultura interna forte atraem e retêm mais talento e têm melhor desempenho. Ao incorporar os comportamentos T.E.A.M.S. no dia a dia, o Santander irá liderar a mudança da banca do futuro.

Cada uma das letras T.E.A.M.S. representa um comportamento, para ser fácil de memorizar, reforçando a estratégia de pensar no cliente, a importância do trabalho em equipa, a necessidade de abraçar a mudança, de atuar com rapidez e de falar abertamente.



→ **Think Customer – Penso no cliente**

Cuido da relação com os nossos clientes e dou o meu melhor para ganhar a sua confiança e lealdade.

→ **Embrace Change – Impulsiono a mudança**

Enfrento novos desafios e procuro novas formas de fazer as coisas como uma oportunidade para crescer.

→ **Act Now – Atuo com rapidez**

Tomo iniciativa com responsabilidade e faço as coisas de forma simples.

→ **Move Together – Trabalho em equipa**

Promovo a colaboração e trabalho junto dos meus/minhas colegas para alcançar objetivos comuns.

→ **Speak Up – Falo abertamente**

Expresso as minhas ideias com respeito e sem medo. Sinto-me confortável a dar e a receber *feedback*.

O Santander tem como objetivo corporativo ser a melhor empresa para trabalhar nas várias geografias onde marca presença e, por essa razão, tem-se vindo a consolidar o trabalho realizado em anos anteriores, nomeadamente melhorando processos que facilitem a experiência do colaborador, agilizando e ampliando o pacote de medidas que é colocado à disposição.

A estratégia de escuta

O Santander Portugal foi certificado como *Top Employer 2023* em Portugal pelo *Top Employers Institute*, empresa que certifica as melhores políticas e práticas globais de Recursos Humanos, envolvendo diversos segmentos e parâmetros, tais como: estratégia de pessoas, ambiente de trabalho, aquisição e retenção de talento, aprendizagem e desenvolvimento, saúde e bem-estar, diversidade, equidade e inclusão, entre outros.

Em 2023, o Santander manteve também o estatuto “*efrA*” – Excelência como Empresa Familiarmente Responsável, atribuído pela Fundação Mais Família em 2020. Este caminho iniciou-se em 2010 com certificação de nível C. Esta certificação é um elemento diferenciador na gestão do dia-a-dia pelo que continua a fazer parte do alinhamento de Gestão de Pessoas.

Consolidando um dos comportamentos T.E.A.M.S., o *SpeakUp*, de forma a promover um ambiente de abertura e de confiança, proporcionando ações de melhoria, manteve-se o inquérito de clima organizacional interno – *Your Voice*:

- O questionário é respondido na plataforma *Peakon*, agregada ao *Workday*;
- A escuta contínua permite estar mais próximo das equipas e agir com rapidez num ambiente em constante mudança. Este ano existiram três momentos de inquérito, em março, junho e setembro;
- A melhoria da experiência do *manager* e do colaborador, pela visualização rápida e prática dos seus resultados, permitindo obter *insights* para

planos de ação de melhoria.

Este modelo permite identificar e acompanhar temas como o compromisso, a flexibilidade, a colaboração, a diversidade, equidade e inclusão, os comportamentos T.E.A.M.S. e outros temas relevantes para a organização.

Os resultados, em 2023, foram os seguintes:

	Participação agregada	Engagement	eNPS
Portugal	97%	8,0/10	45

Para estes resultados contribuem as mais de 80 medidas que estão ao dispor dos Colaboradores e que vão ao encontro do objetivo de ser uma boa instituição para trabalhar e familiarmente responsável.

Programa *BeHealthy*

O Santander dispõe de um programa corporativo, que celebra o seu 7.º aniversário, que tem como objetivo posicionar o Banco como a instituição mais saudável do mundo. Esse programa denomina-se *BeHealthy* e tem por objetivo promover e criar hábitos de vida saudável para os Colaboradores, com base em 4 pilares de desenvolvimento:

- *Know Your Numbers*: oferece ferramentas que permitem tomar contacto com indicadores da saúde, marcar metas de melhoria e prevenir riscos de saúde;
- *Eat*: consciencializar sobre os benefícios de comer de forma saudável e combater o excesso de peso;
- *Be Balanced*: ajudar a gerir o equilíbrio no trabalho, promovendo formas de melhoria do rendimento, nomeadamente através do *Mindfulness*;
- *Move*: promover o exercício físico e *fitness* no trabalho. Monitorizar o progresso e inspirar a um *lifestyle* saudável.



Campanha - *BeHealthy*

Em abril de 2023 dedicou-se uma semana a ativar o Bem-estar dos Colaboradores – “Semana *Be Healthy*” - com várias atividades que fomentam os hábitos de vida saudável:

- Ginástica laboral
- Arte Terapia
- *Open Days* Ginásio
- Caminhada ou Corrida
- Neurofitness
- Rastreio de Saúde
- *Coaching* Parental
- *Smoothie Bike*
- *EMOTAI* – Programa de Saúde Mental

Pacto para mais e melhores empregos para jovens

O Santander foi uma das 50 empresas portuguesas que assinou o "Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens", uma iniciativa que conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República, cujo objetivo é operar uma mudança real no contexto de vulnerabilidade associado ao emprego dos jovens.

A iniciativa decorre do "Livro Branco: Mais e Melhores Empregos para os Jovens", promovida pela Fundação José Neves e pelo Governo, através da Secretaria de Estado do Trabalho.

Com esta parceria, o Santander compromete-se, até 2026 e através de um conjunto de medidas fixadas, a reforçar a aposta na contratação e retenção de jovens talentos, a garantir-lhes emprego de qualidade, a contribuir para a sua formação e desenvolvimento e a dar-lhes voz.

O "Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens" abrange jovens até aos 29 anos, inclusive, e o grande propósito deste documento é aumentar 10% as contratações de jovens nessa faixa etária e que mais de 19% dos jovens dessas empresas tenham contratos sem termo.

Diversidade, equidade e inclusão (DE&I)

Foi dada continuidade com o programa de apoio ao desenvolvimento e empregabilidade de pessoas com deficiência. O Santander em Portugal conta já com 16 pessoas com necessidades específicas, na sua maioria contratadas nos últimos 6 anos. Este ano mantiveram-se também alguns programas de curta duração de apoio à integração no mercado de trabalho. Destacam-se as iniciativas:

- **Speak Up**, realizadas, trimestralmente, entrevistas de acompanhamento, com a duração de 45 minutos, para garantir que todos os colaboradores com necessidades específicas podem de forma aberta partilhar as suas necessidades, motivações e interesses de percurso e desenvolvimento profissional. Simultaneamente, são entrevistados, também, os *managers* de um destes colaboradores para, de um modo integrado, avaliar com eles o nível de resposta que o Banco está a dar às necessidades dos colaboradores e identificar quais os pontos de melhoria.

Em síntese, garante-se através do *feedback* recebido, que todas as pessoas com deficiência têm conhecimento e acesso às metodologias e oportunidades, entre outras, as de desenvolvimento e mobilidade profissional.

- **Feira de Emprego da Associação Salvador**, realizada na Academia Santander. Esta iniciativa foi precedida pela realização de um *bootcamp* e de um *dolphin tank* de preparação dos candidatos para o mercado de trabalho. Este encontro assentou no modelo de *Speed Recruitment* onde participaram 36 empresas e 26 candidatos, tendo sido realizadas 210 entrevistas de seleção.

- **Preparação e formação dos *managers*** para receberem novas pessoas com deficiência nas suas equipas e apoiarem o desenvolvimento dos atuais colaboradores, através de uma gestão verdadeiramente inclusiva. Foi divulgado um *ebook* e um guia de apoio à utilização da linguagem inclusiva, tendo sido também disponibilizado um outro guia de apoio ao *Sponsor* de Diversidade e Inclusão. Simultaneamente, foi disponibilizado um manual de apoio aos *managers* e equipas com pessoas enquadráveis no âmbito da neurodiversidade.
- Adicionalmente, **apostou-se na disponibilização de materiais de formação** em tópicos que sensibilizam para o assédio e para os enviesamentos, um curso especificamente desenvolvido para lideranças de topo e outros disponíveis para todos os colaboradores.
- **Parceira com o *Inclusive Community Forum (ICF)***. Esta é uma iniciativa da **Nova SBE** dedicada à vida das pessoas com deficiência, as suas famílias, instituições e empresas, com o objetivo de promover uma comunidade mais inclusiva. Realça-se, no âmbito do ICF, a criação e implementação de um processo de recrutamento inclusivo, bem como o apoio e a mentoria que atualmente é proporcionado a um conjunto de empresas que recentemente aderiram ao ICF, ajudando-as a agilizarem a implementação do seu processo de Diversidade, Equidade e Inclusão.
- Participação no projeto "**Better to Include**". O objetivo deste projeto consiste em promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para tal, trabalhou-se e foram partilhadas, durante 3 dias, boas práticas de Inclusão. O Santander disponibilizou as instalações do Banco para as sessões de trabalho e, por fim, houve uma participação numa conferência aberta à comunidade onde o Banco ajudou a divulgar as boas práticas identificadas no âmbito deste projeto.
- Criaram-se vários guias: **Guia do Sponsor, Guia da linguagem inclusiva, Guia de boas práticas de inclusão, Guia de recrutamento Inclusivo**.
- O Banco está associado ao **programa PRO_MOV**, um movimento que visa impactar positivamente a vida dos portugueses, possibilitando a (re)integração no mercado de trabalho. Este movimento foi criado pela *European Round Table for Industry (ERT)* com o objetivo de requalificar um milhão de europeus até 2025 e 5 milhões até 2030.

Igualdade de Género

Em 2023 foram relançadas as redes de diversidade Santander *Women's Network (SWN)* e Rede *Embrace*, bem como a participação ativa no Santander *Enable Network*, comunidade para a inclusão de pessoas com deficiência, com uma abrangência global no universo Santander, permitindo a partilha de boas práticas inclusivas e agilizando a sua

implementação.

A **SWN Portugal** é uma rede que trabalha para dar maior visibilidade às mulheres e conseguir, entre homens e mulheres, uma maior diversidade e igualdade de oportunidades para todos. Atualmente composta por 278 membros (homens e mulheres), tem vindo a desenvolver iniciativas diversas e impactantes na vida dos colaboradores, nomeadamente *webinars* sobre os temas:

- *I am remarkable*
- *Master in Life Adventures*
- Dia Internacional da Mulher
- *Mental Health* (A outra face da maternidade)

Rede Embrace: no Santander apoia-se a igualdade e a inclusão nas equipas. O Banco quer destacar o que torna as pessoas únicas, celebrando, também, a diversidade. Através desta comunidade foram desenvolvidas diversas iniciativas de apoio e sensibilização ao tema LGBTI+.

A comunidade tem atualmente 170 membros. Foi comemorado o “Dia do Orgulho” com um *Workshop*, o Banco participou ativamente nas iniciativas globais do Santander e lançou um conjunto de *podcasts* criados pela Rede Embrace Portugal.

Desenvolvimento profissional

A transformação do Santander é impulsionada pela abordagem de aprendizagem contínua. Os programas de formação e desenvolvimento contribuem para que os colaboradores adquiram as competências adequadas não só às suas funções atuais, mas também alinhem as competências que permitam antecipar necessidades de negócio.

Gestão de Talento:

- **Avaliação de Potencial** – em 2023 foi implementado um novo modelo de avaliação de potencial. Esta plataforma permitiu a realização de *Talents Reviews* das principais áreas de negócio e suporte.
- **Planeamento da sucessão** – foi reforçado o plano de sucessão, tendo como objetivo assegurar a diversidade baseada na correta identificação e qualidade dos dados.
- **Modelo de competências** – No Santander promove-se e foi reforçada a importância da auto-reflexão e desenho de planos de desenvolvimento individual de cada colaborador, com vista a apoiar o *reskilling* e *upskilling*.

Líderes Presentes e Futuros

- **Young Leaders** – concluiu-se a edição de 2022/2023 do programa YL tendo envolvido 200 líderes emergentes com um notável conhecimento nas áreas do digital e inovação e defensores da cultura de

Simple, Próximo e Justo (SPJ). Portugal contou com 9 participantes.

Ao longo de 9 meses, os participantes do programa *Young Leaders 2023* viveram uma experiência imersiva, potenciando o seu crescimento pessoal e profissional. Aumentaram também o seu *networking* e conheceram novas fontes de inspiração, preparando-se para causar impacto e ir mais longe na consolidação da cultura Santander. Esta jornada de aprendizagem revelou-se uma boa oportunidade de abordagem aos modelos de negócio do futuro para o Santander.

Na sessão de encerramento durante os três dias, os YL tiveram oportunidade de fortalecer o vínculo criado desde que iniciaram essa viagem, realizar atividades em equipa, apresentar projetos dos quais fazem parte, participar e refletir sobre o tema liderança, juntamente com executivos de bancos, professores e especialistas externos.

- **Elevate** – é o ecossistema de aprendizagem global para a alta direção. É uma experiência híbrida em *Executive Education* que inclui atividades lideradas por peritos internacionais para reforçar a liderança do Santander através da aprendizagem contínua e a colaboração para uma cultura comum. Neste programa participaram 77 Colaboradores do Santander Portugal, que avaliaram o curso em 4,7/5.
- **Multipliers** – programa de formação orientado para *top managers* e *middle managers* com o objetivo de desenvolver uma mentalidade de liderança multiplicadora da inteligência coletiva das equipas e impulsionar os resultados da organização. Este curso contou com 137 participantes, nesta primeira fase e foi avaliado em 4,96/5.
- **MentorS** – iniciativa de desenvolvimento para apoiar os mentores a estarem mais bem preparados no acompanhamento dos *mentees* – colaboradores recém-chegados ao Santander, durante os primeiros 12 meses.
- Reforço da presença nas feiras de emprego das Universidades com a oferta *Be Tech* e com o *claim* “Hello, Santander, Hello World”, reforçando a dimensão Global do Santander.

Mobilidade Corporativa

A *Global Careers Strategy* engloba estratégias simples e transparentes de mobilidade que se alinham com o negócio e necessidades dos colaboradores. Destaca-se:

- **Global Job Posting** – oferece aos Colaboradores a hipótese de se candidatarem para trabalhar no próprio país ou em outros países, áreas ou empresas do Grupo Santander.

- **Mundo Santander** – é um dos programas de talento emblemáticos do Grupo Santander desde 2008. Tem vindo a apoiar o desenvolvimento colaboradores que participaram em projetos estratégicos noutros países, num período entre 3 a 6 meses.
- **Programa Swap** – é um programa específico de mobilidade denominado *Swap* que prevê a troca cruzada, entre países, de participantes de áreas similares.

Ao longo do ano decorreu uma nova edição do Mundo Santander/*Swap* na qual participaram 8 portugueses em projetos distribuídos por Espanha, Polónia e Reino Unido.

Por outro lado, Portugal recebeu também 12 participantes de diferentes nacionalidades em projetos criados pelas equipas do banco.

Formação e desenvolvimento

O Santander tem como objetivo, em matéria de formação e desenvolvimento, ser uma instituição de aprendizagem contínua e isso materializa-se na disponibilização de ferramentas que permitam aos Colaboradores manter-se atuais para que isso contribua para relevância da empresa como um todo.

No ano de 2023 foram ministradas 193 693 horas de formação a 4 653 Colaboradores, o que perfaz uma média de 41,6h per capita.

DOJO

O Santander e a área de Gestão de Pessoas investem no talento, o ativo mais importante para o futuro do Banco. Assim, alinhado com a estratégia do Grupo, tem-se apostado na renovação da forma como se aprende, adaptando as metodologias às melhores práticas do mercado.

Só com o desenvolvimento da capacidade dos colaboradores para aprenderem e se “reinventarem” será possível responder à evolução das necessidades dos clientes e também da modernização e digitalização do setor e do mercado.

O Dojo acompanha as novas tendências e tem mais de 90 mil conteúdos de formação, para que todos possam desenvolver as competências para tornar o Santander na melhor plataforma aberta de serviços financeiros.

Esta plataforma digital reúne as melhores práticas do mercado

de autoconsumo e formação individualizada, com formatos que se adaptam às diferentes formas de aprender – *podcasts*, vídeos, *e-learning*s interativos, resumos de livros, *papers*.

Empresa Familiarmente Responsável

No âmbito do objetivo de empresa familiarmente responsável existem algumas iniciativas no Guia do Colaborador, das quais se destacam:

- Cerimónia 30 anos de Banco com entrega de relógio
- Participação do passe social
- Dia de aniversário do Colaborador
- Tarde de aniversário do(s) filho(s) até aos 12 anos
- Horas para Voluntariado
- Apoio a filhos com necessidades especiais
- Apoio a ascendentes
- 1.º dia de escola
- Prémios de Excelência para filhos dos colaboradores
- *Coaching* parental
- Apoio às propinas dos filhos
- Linha Psicólogo
- Desabilitação tabágica

Remuneração e avaliação de desempenho

O modelo do Grupo de remuneração é abrangente e combina regimes variáveis e fixos, com base nos resultados dos colaboradores e da empresa. A remuneração variável a curto e longo prazo reflete o que alcançámos (objetivos quantitativos e qualitativos ao nível do Grupo, bem como objetivos individuais e de equipa) e como foi feito (por exemplo: comportamentos, liderança, sustentabilidade, compromisso, crescimento e gestão de riscos).

Além disso, os colaboradores têm benefícios competitivos, produtos e serviços bancários, seguros de vida e de saúde. Os regimes de remuneração fixa refletem as condições do mercado local. Para a remuneração fixa, aplicam-se estritamente os critérios de referência e acordos coletivos em vigor no país.

MyContribution

50%
O quê

Objetivos individuais que estão ligados à estratégia organizacional.

“O que faço no dia-a-dia” para alcançar resultados de negócio; demonstração de como contribuo para a Missão e Visão do Grupo.



40%

Como

Elementos-chave comuns que demonstram “como” alcanço o meu “como” – *The Santander Way*.

10%
Riscos

Objetivo comum de riscos para todos os níveis e funções, para mostrar como giro os meus riscos no dia-a-dia. **riskpro**

Informação Económica e Financeira

Atividade Consolidada

No final de 2023, a Santander Totta, SGPS alcançou um resultado líquido de 1 030,2 milhões de euros, mais 69,8% comparando com 606,7 milhões de euros, obtidos no período homólogo.

A rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 26,9% do ano de 2023, cresceu 13,8 p.p., em relação a 13,1% de 2022. O rácio de eficiência situou-se em 24,7%, 11,4 p.p. abaixo dos 36,1%, verificados no período homólogo.

O crédito a clientes (bruto) de 44,6 mil milhões de euros, cresceu 3,0%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crédito a empresas e institucionais aumentou 13,7%, compensando a descida de 4,7% do crédito a particulares.

O rácio de *Non-Performing Exposure* situou-se em 1,7%, descendo 0,3 p.p., face 2,0% observados em 2022, com uma cobertura por provisões de 89,2% (mais 2,2 p.p. do que no ano transato).

Os recursos de clientes atingiram 43,3 mil milhões de euros, diminuindo 5,4%, em relação ao ano passado, mediante a redução de 8,5% dos depósitos, influenciados pela canalização de poupança para a amortização antecipada de créditos e para a aplicação em recursos fora de balanço, que aumentaram 11,1%.

No final de 2023, o rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, de 149,7%, cumpriu a exigência regulamentar vigente em base *fully implemented*.

O rácio *Common Equity Tier 1*, calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, de 16,9%, (*fully implemented*), aumentou 0,6 p.p. em relação ao período homólogo do ano passado.

O rácio de MREL de 28,5%, situou-se acima do requisito (*fully implemented*) de 24,17% (incluindo o requisito combinado de fundos próprios CBR, de 3% do TREA), exigido para 1 de janeiro de 2024.

No final do exercício de 2023, a reserva de liquidez alcançou 17,7 mil milhões de euros, cerca de 1,7 mil milhões de euros acima do valor de 2022, revelando a sólida posição de liquidez da instituição.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, constituído integralmente pela terceira série de operações de

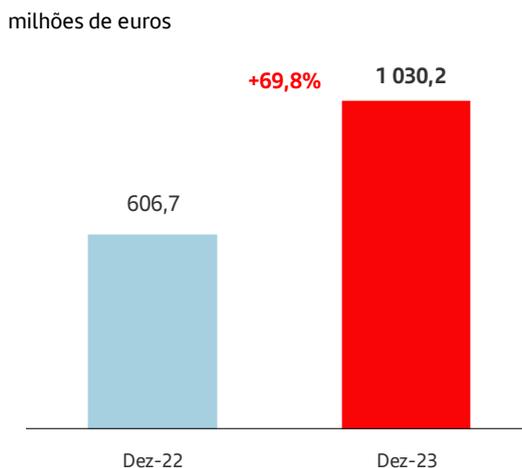
refinanciamento de prazo alargado direcionadas TLTRO III, situou-se em 0,7 mil milhões de euros. Efetuou-se a amortização no vencimento de uma tranche de 3,5 mil milhões de euros, no mês de junho de 2023. A exposição líquida ao Eurosistema fixou-se em -4,9 mil milhões de euros (posição excedentária).

O financiamento de longo prazo, englobou também 3,6 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias (0,75 mil milhões de euros emitidos em abril e 0,85 mil milhões de euros emitidos em setembro de 2023), 1,1 mil milhões de euros de emissões *Senior Non-Preferred*, 1,0 mil milhões de euros de titularizações, 0,3 mil milhões de euros de *Credit Linked Notes*, 0,2 mil milhões de euros de emissões subordinadas e 0,4 mil milhões de euros de operações interbancárias com acordo de recompra.

O financiamento de curto prazo incluiu 4,1 mil milhões de euros de operações interbancárias com acordo de recompra.

O Santander em Portugal detém as melhores notações financeiras do setor. As atuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta, em comparação com os níveis da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – A- (Portugal – A-);

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA ST SGPS



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	Dez-23	Dez-22	Var.
Margem financeira	1 491,0	782,9	+90,5%
Rendimento de instrumentos de capital	1,7	3,8	-55,8%
Resultados de associadas	(3,8)	20,6	-118,4%
Comissões líquidas	457,0	470,3	-2,8%
Outros resultados de exploração	6,5	10,5	-38,1%
Atividade de seguros	0,0	12,2	-100,0%
Margem comercial	1 952,4	1 300,2	+50,2%
Resultados em operações financeiras	178,1	88,3	+101,7%
Produto bancário	2 130,5	1 388,5	+53,4%
Despesas administrativas	(465,4)	(440,3)	+5,7%
Despesas com pessoal	(284,5)	(263,4)	+8,0%
Outras despesas administrativas	(181,0)	(176,9)	+2,3%
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(23,9)	(41,7)	-42,6%
Depreciação	(54,3)	(45,7)	+18,8%
Resultado de exploração	1 586,9	860,9	+84,3%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	(125,2)	12,6	-1090,3%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	1 461,7	873,5	+67,3%
Impostos	(431,1)	(266,6)	+61,7%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	1 030,6	607,0	+69,8%
Interesses que não controlam	(0,4)	(0,2)	+59,5%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST SGPS	1 030,2	606,7	+69,8%

No final de 2023, a margem financeira totalizou 1 491,0 milhões de euros, mais 90,5%, comparando com 782,9 milhões de euros obtidos no ano anterior. O impacto favorável da revisão da taxa de juro da carteira de crédito, mais que compensou a maior procura de crédito à habitação a taxa mista, o contexto concorrencial competitivo, que num enquadramento de elevada liquidez do sistema bancário, pressionou em baixa os *spreads* de crédito, o facto do Banco Central Europeu ter deixado de remunerar as reservas mínimas obrigatórias, o vencimento de parte do financiamento obtido junto do Banco Central Europeu ao abrigo do TLTRO III, que foi substituído pela emissão de obrigações e por financiamento interbancário, e a gradual transferência da subida das taxas de juro de referência à remuneração dos depósitos.

O resultado de associadas de -3,8 milhões de euros, verificado em 2023, comparando com 20,6 milhões de euros do ano transato, refletiu a valia obtida na operação intragrupo da venda das participações das seguradoras.

As comissões líquidas situaram-se em 457,0 milhões de euros, um decréscimo de 2,8%, em comparação com 470,3 milhões de euros apurados no final de 2022. Destaca-se o desempenho favorável das comissões de assessoria financeira, embora atenuado por comissões inferiores associadas a crédito (pela diminuição do volume da nova produção de crédito, em especial hipotecário, num enquadramento do impacto sobre os orçamentos familiares, da inflação e das taxas de juro mais elevadas, e pelas alterações regulatórias, que isentam a cobrança de algumas comissões sobre empréstimos), de meios de pagamento (influenciados pela operação intragrupo da

transmissão do serviço de pagamento automático, no final de 2022, embora com evolução positiva da transacionalidade de clientes, mediante o crescimento das comissões de operações de pagamentos e transferências com cartões), de fundos e de seguros (principalmente vinculados a crédito habitação, pelo decréscimo da produção e pela amortização antecipada de crédito, mas com evolução favorável dos seguros de proteção autónomos, com nova oferta comercial).

Os outros resultados de exploração cifraram-se em 6,5 milhões de euros, menos 38,1% em comparação com 10,5 milhões de euros do período homólogo, impactados pelo resultado inferior de gestão de imóveis.

O resultado da atividade de seguros nulo, no final de 2023, face a 12,2 milhões de euros registados no ano passado, decorreu da operação intragrupo da venda das participações das seguradoras.

A margem comercial alcançou 1 952,4 milhões de euros, subindo 50,2% em relação a 1 300,2 milhões de euros observados no final de 2022, beneficiando do enquadramento positivo da evolução das taxas de juro na margem financeira.

Os resultados em operações financeiras cifraram-se em 178,1 milhões de euros, aumentando 101,7% em relação a 88,3 milhões de euros alcançados um ano antes. O valor do exercício de 2023 inclui 106,4 milhões de euros da mais valia obtida na operação intragrupo da venda das participações das seguradoras.

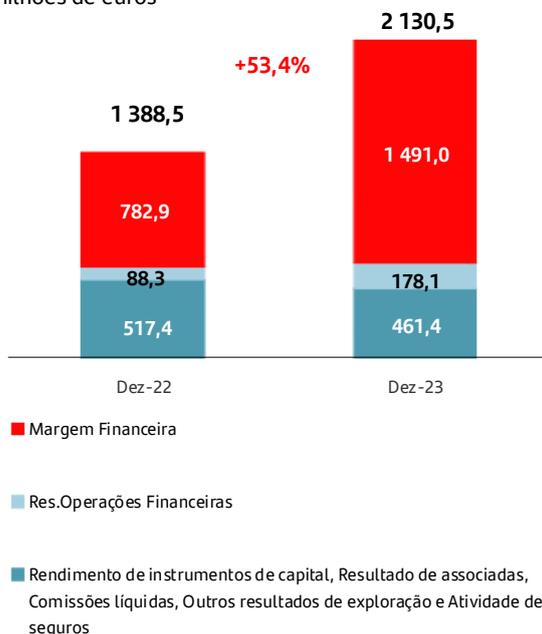
O produto bancário totalizou 2 130,5 milhões de euros, subindo em termos homólogos 53,4%, em relação aos 1 388,5 milhões

de euros do final de 2022, pela evolução favorável da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, que mais

que compensaram o decréscimo das restantes componentes.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais registados no final de 2023, de 519,8 milhões de euros, aumentaram 7,0%, comparativamente a 486,0 milhões de euros observados no período homólogo, num enquadramento de inflação elevada, em grande parte do ano. O Santander em Portugal tinha uma rede comercial com 376 postos de atendimento (menos 7 que no período homólogo) e 4 619 colaboradores (menos 34 que no final de 2022).

As despesas com pessoal situaram-se em 284,5 milhões de euros, aumentando 8,0%, em relação a 263,4 milhões de euros do período homólogo, pela atualização salarial implementada em 2023.

As outras despesas administrativas cifraram-se em 181,0 milhões de euros, mais 2,3%, face a 176,9 milhões de euros do ano transato, mediante o investimento em processos e sistemas, para a melhoria constante da qualidade de serviço e a disponibilização da oferta nos canais digitais, com um rigoroso controlo dos custos.

A depreciação ascendeu a 54,3 milhões de euros, um acréscimo de 18,8%, em comparação com 45,7 milhões de euros verificados em 2022, refletindo o investimento em novas aplicações tecnológicas, adstritas ao processo de transformação comercial e digital do Banco.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

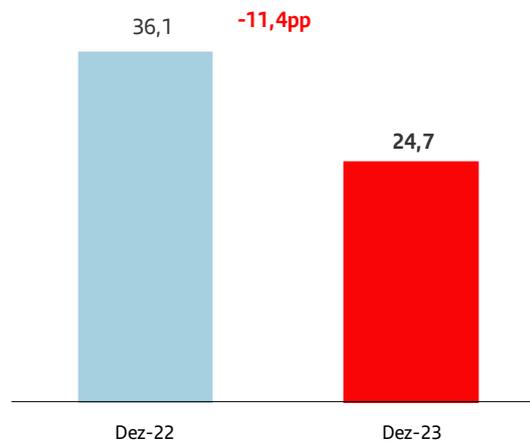
	Dez-23	Dez-22	Var.
Despesas de pessoal	(284,5)	(263,4)	+8,0%
Outras despesas administrativas	(181,0)	(176,9)	+2,3%
Depreciação	(54,3)	(45,7)	+18,8%
Custos operacionais	(519,8)	(486,0)	+7,0%
Rácio de eficiência	24,7%	36,1%	-11,4 p.p.

Encerrado o exercício de 2023, o rácio de eficiência situou-se em 24,7%, menos 11,4 p.p., em relação a 36,1% observados no final do ano de 2022, refletindo o aumento das receitas, a

eficiência operacional e a redução do custo de serviço ao cliente, no âmbito do contínuo processo de transformação comercial e digital, com um controlo estrito dos custos operacionais.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

%



As contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos cifraram-se em 23,9 milhões de euros, um decréscimo de 42,6% em relação ao valor de 41,7 milhões de euros observado no período homólogo.

O resultado de exploração alcançou 1 586,9 milhões de euros, correspondendo a uma subida de 84,3%, em relação aos 860,9 milhões de euros obtidos no ano passado.

Em imparidade, provisões líquidas e outros resultados, registou-se -125,2 milhões de euros, comparando com 12,6 milhões de euros do período homólogo.

As provisões líquidas totalizaram -22,5 milhões de euros, em comparação com 3,8 milhões de euros de 2022.

A imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado atingiu -73,3 milhões de euros no final de 2023, comparando com 12,0 milhões de euros, registados no ano anterior, no âmbito de uma política conservadora de controlo do risco de crédito, num enquadramento de inflação e de taxas de juro mais elevadas e do conseqüente aumento do custo do crédito, do incremento moderado da taxa de desemprego, e da incerteza geopolítica. A qualidade da carteira de crédito permaneceu elevada, com um rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE) de 1,7%, reduzindo 0,3 p.p. face ao observado no período homólogo.

A imparidade líquida de ativos não financeiros situou-se em 5,8 milhões de euros, comparando com 12,9 milhões de euros do ano passado.

O custo regulatório com a Contribuição sobre o Setor Bancário e a Contribuição Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário de 38,3 milhões de euros, aumentou 6,8%, em comparação com 35,9 milhões de euros liquidados no ano passado.

O resultado dos ativos não correntes detidos para venda cifrou-se em 3,1 milhões de euros, menos 84,2% do que os 19,9 milhões de euros alcançados no ano passado, que incluíram ganhos não recorrentes, relacionados com a alienação de ativos imobiliários, nomeadamente de imóveis próprios.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam alcançou 1 461,7 milhões de euros, o que representou uma subida de 67,3%, comparando com 873,5 milhões de euros registados em 2022.

Os impostos situaram-se em 431,1 milhões de euros, face a 266,6 milhões de euros apurados um ano antes, mais 61,7%.

No final de 2023, o resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Santander Totta, SGPS, ascendeu a 1 030,2 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 69,8%, em comparação com 606,7 milhões de euros obtidos em 2022.

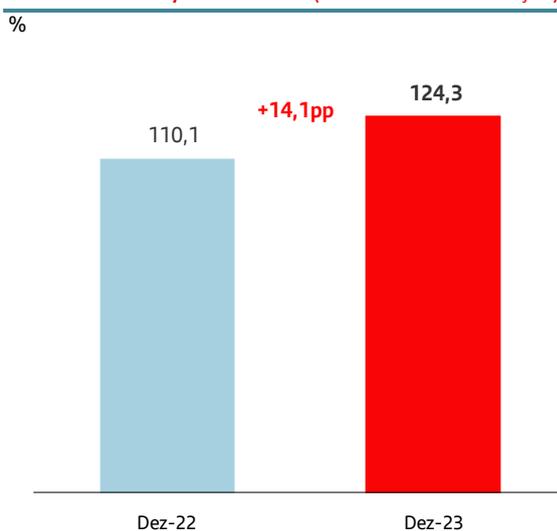
Balanço e Atividade

No final de 2023, o volume de negócio totalizou 87,9 mil milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 1,3% em relação aos 89,1 mil milhões de euros verificados em 2022, pela descida de 5,4% dos recursos de clientes e pela subida de 3,0% do crédito a clientes (bruto).

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)	Dez-23	Dez-22	Var.
Volume de Negócio	87 904	89 080	-1,3%
Crédito a clientes (bruto)	44 586	43 303	+3,0%
Recursos de Clientes	43 318	45 777	-5,4%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 124,3% no encerramento do exercício de 2023, mais 14,1 p.p. do que no período homólogo.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (Rácio de transformação)



Finalizado o ano de 2023, o crédito a clientes (bruto) atingiu 44,6 mil milhões de euros, representando uma subida de 3,0%, face ao ano anterior, com o crédito a empresas e institucionais a aumentar 13,7%, e o crédito a particulares a descer 4,7%.

CRÉDITO (milhões de euros)	Dez-23	Dez-22	Var.
Crédito a clientes (bruto)	44 586	43 303	+3,0%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	24 108	25 290	-4,7%
<i>do qual</i>			
Habitação	22 035	23 117	-4,7%
Consumo	1 789	1 820	-1,7%
Crédito a empresas e institucionais	20 478	18 014	+13,7%

O crédito a particulares situou-se em 24,1 mil milhões de euros, descendo 4,7%, em relação aos 25,3 mil milhões de euros observados no final de 2022.

O crédito à habitação no valor de 22,0 mil milhões de euros reduziu 4,7%, em termos homólogos, influenciados pela diminuição da procura de crédito e pela amortização antecipada de crédito, principalmente no primeiro semestre do ano, quando o ritmo de subida das taxas de juro Euribor, principal indexante deste tipo de crédito, em consequência da política monetária do Banco Central Europeu, com o aumento das taxas de juro de referência, foi mais acentuado. O Banco adequou a sua oferta comercial ao novo contexto de mercado, mediante a disponibilização de soluções com taxa de juro variável, e com taxa de juro mista, com um período inicial de fixação da taxa de juro, em condições concorrenciais bastante competitivas, que possibilitou o gradual crescimento dos volumes da nova

produção, especialmente no segundo semestre.

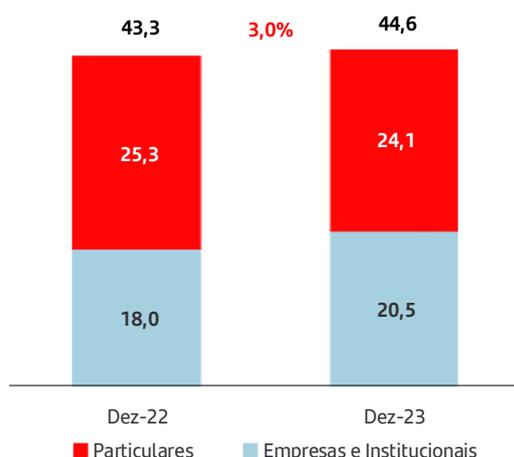
O crédito ao consumo fixou-se em 1,8 mil milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 1,7%, face ao montante do ano anterior.

O crédito a empresas e institucionais ascendeu a 20,5 mil milhões de euros, representando uma subida de 13,7% face ao período homólogo de 2022, refletindo o apoio dado pelo Banco aos projetos dos seus clientes, destacando-se as operações de refinanciamento de empresas de maior dimensão, e as soluções de liquidez e de gestão de tesouraria, incluindo o apoio ao comércio internacional.

No final 2023, o crédito à habitação representava 49% da carteira de crédito, o crédito a empresas e institucionais 46% e o crédito ao consumo e outros 5%.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

mil milhões de euros



O rácio de Non-Performing Exposure (NPE), calculado de acordo com a definição da European Banking Authority (EBA), em relação a exposições em balanço, cifrou-se em 1,7% em 2023, menos 0,3 p.p., em comparação com os 2,0% apurados no final do ano anterior.

Não obstante os aumentos salariais compensarem apenas em parte a inflação, a subida das taxas de juro ter aumentado o custo de financiamento das famílias e das empresas, e o aumento moderado da taxa de desemprego, resultarem na

deterioração da capacidade do cumprimento do serviço da dívida, não se constata um impacto relevante sobre a qualidade da carteira de crédito.

A cobertura por imparidades fixou-se em 89,2% em dezembro de 2023 (mais 2,2 p.p., em relação a 87,0% no mês homólogo de 2022).

O custo do crédito atingiu 0,17%, mais 0,2 p.p., em comparação com -0,03% observados no ano passado.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Dez-23	Dez-22	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	1,7%	2,0%	-0,3 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	89,2%	87,0%	+2,2 p.p.
Custo do crédito	0,17%	(0,03%)	+0,2 p.p.

No final de 2023, os recursos de clientes totalizaram 43,3 mil milhões de euros, descendo 5,4%, em comparação com o período homólogo de 2022, pela diminuição de 8,5% dos depósitos, influenciada com a amortização antecipada de crédito, e a aplicação em recursos fora de balanço, que cresceram 11,1%.

RECURSOS (milhões de euros)	Dez-23	Dez-22	Var.
Recursos de clientes	43 318	45 777	-5,4%
Recursos de balanço	35 239	38 506	-8,5%
Depósitos	35 239	38 506	-8,5%
Recursos fora de balanço	8 079	7 270	+11,1%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	4 252	3 623	+17,4%
Seguros e outros recursos	3 828	3 647	+4,9%

Os depósitos cifraram-se em 35,2 mil milhões de euros, descendo 8,5%, em relação aos 38,5 mil milhões de euros verificados no período homólogo, refletindo a amortização antecipada de crédito pelos clientes, no contexto de taxas de juro elevadas, e a canalização de poupança para aplicações em recursos fora de balanço.

Os recursos de clientes fora de balanço ascenderam a 8,1 mil milhões de euros, um crescimento de 11,1%, face aos 7,3 mil milhões de euros observados no final de 2022, no âmbito de

Rácios de Solvabilidade

No final de 2023, o rácio Common Equity Tier 1 (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, situou-se em 16,9% (fully implemented), aumentando 0,6 p.p., em comparação com os 16,3% registados no ano anterior, sustentado pela capacidade de geração orgânica de capital e pela gestão dos ativos ponderados por risco.

O Banco tem uma capitalização bastante elevada, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu (para

diversas soluções de investimento em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco no valor de 4,3 mil milhões de euros cresceram 17,4%, em relação a 3,6 mil milhões de euros do ano passado. Os seguros e outros recursos no valor de 3,8 mil milhões de euros aumentaram 4,9%, em termos homólogos.

2024, CET 1 de 8,428%, Tier 1 de 10,238% e Total de 12,5% em fully implemented).

O rácio de MREL (*Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities*) de 28,5%, no final de 2023, situou-se acima do requisito fully implemented de 24,17% (incluindo o requisito combinado de fundos próprios CBR, de 3% do TREA), exigido para 1 de janeiro de 2024.

CAPITAL (milhões de euros)	Dez-23	Dez-22	Var.
Common Equity Tier 1	2 622	2 655	-1,2%
Tier 1	3 022	3 055	-1,1%
Capital (total)	3 295	3 330	-1,0%
Risk Weighted Assets (RWA)	15 473	16 248	-4,8%
Rácio CET 1	16,9%	16,3%	+0,6 p.p.
Rácio Tier 1	19,5%	18,8%	+0,7 p.p.
Rácio capital (total)	21,3%	20,5%	+0,8 p.p.

Factos Relevantes Após o Término do Exercício

É intenção do Grupo Santander em Portugal ("Grupo") em 2024, iniciar um processo de reorganização do grupo económico.

O processo de reorganização passa pela fusão da Taxagest, SGPS, S.A. no Banco e uma subsequente fusão da Santander Totta, SGPS, S.A. no Banco. Tendo-se procedido a uma análise estratégica, económica e operacional da estrutura do Grupo, verificou-se que a presente estrutura societária se revela redundante e suscetível de otimização.

Com a fusão por incorporação da Taxagest, SGPS, S.A. e da Santander Totta, SGPS, S.A. no BST pretende-se, designadamente:

- simplificar a estrutura societária, evitando a sobreposição de estruturas e procedimentos intermédios;
- implementar um sistema de governação único para o Grupo, mais eficaz, eficiente e adequado, atenta a sua natureza de grupo bancário e supervisionado;
- obter sinergias mediante a melhor estruturação e organização que a prospetivada fusão proporcionará;
- tornar mais eficiente a estrutura e gestão do financiamento, fundos próprios e passivos elegíveis do Grupo;
- simplificar a estrutura do Grupo para efeitos de supervisão bancária nacional e europeia.

A produção de efeitos das projetadas operações de fusão está sujeita às autorizações regulatórias aplicáveis, incluindo a autorização a emitir pelo Banco Central Europeu. No caso de não se verificar alguma destas condições, o registo definitivo da fusão não será efetuado e, portanto, a fusão não produzirá efeitos.

Adicionalmente, o registo definitivo das fusões e a sua consequente produção de efeitos ficam ainda condicionados à verificação das demais condições que resultam do regime jurídico aplicável, assim como à verificação dos pressupostos, nomeadamente fiscais ou outros, que justificam a pertinência das operações de fusão.

Gestão de Riscos

Modelo de Gestão e Controlo de Riscos

O modelo de gestão e controlo de riscos do Banco baseia-se num conjunto de princípios comuns e numa cultura de risco integrada em todo o Grupo Santander, numa correta identificação e gestão dos riscos, numa forte estrutura de governo, e em processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

A. Princípios e cultura de riscos

Os princípios de gestão e controlo dos riscos, de cumprimento obrigatório e aplicáveis a todo o momento, têm em conta os requisitos e normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

1. **Uma sólida cultura de riscos (*Risk Pro*):** que faz parte do "Santander Way" e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco.
2. **Todos os empregados são responsáveis pela gestão do risco** e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de apetite de risco do Banco.
3. **Implicação da Alta Direção** assegurando uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promoverão a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos no apetite de risco.
4. **Independência das funções de gestão e controlo de riscos**, de acordo com o modelo de três linhas de defesa do Banco que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos.
5. **Abordagem prévia e abrangente da gestão e controlo de riscos** em todos os negócios e tipos de riscos.
6. **Gestão adequada e completa da informação** que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a declaração de apetência pelo risco, avaliação do perfil de risco, análise de cenários e a estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

B. Identificação e Gestão dos Riscos

Encontram-se estabelecidos os seguintes riscos-chave no Marco Corporativo de Riscos:

- **Risco de crédito:** é o risco de perda financeira resultante do incumprimento ou da deterioração da qualidade creditícia de um cliente ou de uma contraparte, a quem o Banco tenha concedido crédito diretamente ou pelo qual tenha assumido uma obrigação contratual;
- **Risco de mercado:** é o risco incorrido como resultado do efeito que as alterações nos fatores de mercado, taxas de juro, taxas de câmbio, rendas variáveis e *commodities*, entre outros, podem ter nos rendimentos ou no capital;
- **Risco de liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha de recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações na devida data de vencimento, ou apenas os consiga obter a um elevado custo;
- **Risco estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco de o Banco não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco operacional:** é definido como se como o risco de perda resultante da inadequação ou falhas de processos, pessoas e sistemas internos, ou resultantes de eventos externos, incluindo o risco legal e os riscos de cumprimento regulatório e de conduta definidos no Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta;
- **Risco de crime financeiro:** é o risco resultante de ações ou da utilização dos meios, produtos e serviços do grupo em atividades de natureza criminosa ou ilegal. Estas atividades incluem, entre outras: branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, violação de programas de sanções internacionais, corrupção, suborno e evasão fiscal;
- **Risco de modelo:** é o risco de perda resultante de previsões incorretas, que levem o Banco à adoção de medidas que não sejam as mais apropriadas, ou da utilização inadequada de um modelo;
- **Risco de reputação:** risco de impacto económico negativo imediato ou potencial para o Banco devido a danos sobre a perceção da imagem do Banco por parte de

empregados, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;

- ➔ **Risco estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas ou da sua implementação de forma deficiente, e que têm impacto na posição a médio e a longo prazo das principais partes interessadas, ou resultantes de uma incapacidade de adaptação a desenvolvimentos externos.

Adicionalmente, os elementos de riscos relacionados com o meio-ambiente e as alterações climáticas – físicos e de transição – são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

Estes elementos incluem, por um lado, os derivados dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos pontuais bem como por alterações crónicas no ambiente e, por outro, os derivados do processo de transição para um modelo de desenvolvimento com menores emissões, incluindo as alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos.

A classificação dos riscos é essencial para a sua gestão e controlo efetivo dos mesmos. Todos os riscos identificados devem, portanto, ser associados às categorias de risco acima referidas, a fim de organizar a sua gestão, controlo e informação relacionada.

C. Governo de Riscos

O Banco tem uma estrutura robusta de gestão do risco que procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com o apetite definido pelo Conselho de Administração

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado por uma cultura de risco implementada em todo o Banco – *Risk Pro*.

Linhas de defesa

No Banco, é seguido um modelo em três vertentes para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos:

- ➔ **1.ª Linha: Gestão de riscos** – funções de negócio e de suporte que originam riscos e são as primeiras responsáveis pela sua gestão;
- ➔ **2.ª Linha: Controlo e supervisão de riscos** – funções de controlo de risco que controlam as exposições de riscos, assegurando a sua supervisão e questionamento, e permitindo uma visão holística dos riscos de todas as atividades;
- ➔ **3.ª Linha: Risk Assurance** – Auditoria Interna, que assegura uma comprovação independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizativa separada e um grau de independência, devem colaborar sempre que necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de negócio. As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus comités.

Primeira linha de defesa: Gestão de riscos

As linhas de negócio e todas as funções de suporte que geram exposições de risco constituem a primeira linha de defesa. A primeira linha de defesa identifica, mede, controla, segue e relata os riscos que originam e aplica as políticas, modelos e procedimentos que regulam a gestão do risco. A geração de risco deve ser de acordo com a apetência de risco aprovada e os limites associados. O responsável de qualquer unidade que origine um risco é o primeiro responsável pela gestão desse risco.

A primeira linha de defesa é responsável pelo seguinte:

- ➔ Estabelecer um ambiente apropriado para a gestão de todos os riscos associados ao negócio;
- ➔ Propor, em colaboração com as áreas de segunda linha de defesa:
 - A apetência de risco ao Conselho de Administração, para aprovação por este;
 - Limites de nível inferior proporcionais à apetência de risco, para aprovação pelo órgão relevante.
- ➔ Implementar os mecanismos para gerir o perfil de risco dentro da apetência de risco e dos limites de nível inferior;
- ➔ Assegurar que os modelos operativos de gestão são eficazes para as necessidades do negócio.

A primeira linha de defesa deve apoiar e promover a cultura de gestão de riscos do Banco.

Segunda linha de defesa: Controlo e supervisão de riscos

As áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, como segunda linha de defesa, irão supervisionar e questionar de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa. Esta segunda linha de defesa deve garantir, dentro dos seus respetivos âmbitos de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com a apetência de risco definida pela direção de topo e promover uma forte cultura de gestão de riscos em toda a organização.

A segunda linha de defesa é responsável por:

- ➔ Supervisionar a gestão de risco levada a cabo pela primeira linha de defesa;

- Verificar o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos, e avaliar se os negócios se mantêm dentro da apetência de risco;
- Questionar as propostas de negócio e emitir parecer sobre as mesmas. Deve proporcionar à direção de topo e às unidades de negócio os elementos necessários para a compreensão dos riscos dos diversos negócios e atividades;
- Fornecer uma visão consolidada das exposições de risco; incluindo o perfil de risco;
- Disponibilizar avaliações detalhadas dos riscos materiais e acompanhar de perto os riscos emergentes;
- Definir as métricas que devem ser utilizadas na medição de riscos e rever e questionar as propostas de apetência de risco e de limites de nível inferior da primeira linha de defesa;
- Verificar que existem políticas e procedimentos adequados para gerir o negócio dentro da apetência de risco.

Na estrutura do Banco, a segunda linha de defesa é composta pelas áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, embora as estruturas organizativas no âmbito da segunda linha de defesa possam variar por tipo de risco.

A responsabilidade da segunda linha de defesa inclui a obrigação de reportar, como seja necessário, sobre o risco, a apetência de risco e incumprimentos da mesma aos órgãos de governo apropriados.

A segunda linha de defesa deve adotar e promover uma cultura de gestão de riscos comum. Deverá igualmente fornecer orientação, aconselhamento e juízo especializado em todas as matérias relevantes relacionadas com riscos.

Terceira linha de defesa: *Risk Assurance*

A Auditoria Interna é uma função permanente, independente de qualquer outra função ou unidade, cuja missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, gestão do risco (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para este fim, a Auditoria Interna avalia:

- A eficácia e eficiência dos processos e sistemas acima referidos;
- O cumprimento da normativa e requisitos de supervisão aplicáveis;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;
- E a integridade patrimonial.

Estrutura de comités de riscos

O Conselho de Administração é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação e revisão periódica do apetite e enquadramento do risco e pela promoção de uma forte cultura de risco em toda a organização. Para desempenhar estas funções, o conselho depende de vários comités com responsabilidades específicas relacionadas com o risco.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é responsável pela monitorização de todos os riscos e pelo questionamento e aconselhamento das linhas de negócio sobre gestão de riscos. Tem acesso direto ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Outros organismos que formam o nível mais elevado de governo dos riscos, com poderes delegados pela Comissão Executiva são o Comité Executivo de Riscos e o Comité de Controlo de Riscos, que são detalhados abaixo:

→ *Comité Executivo de Riscos (CER)*

Este comité é o órgão máximo de decisão de riscos. O comité toma decisões de assunção de riscos ao mais alto nível, assegurando que se encontram dentro dos limites estabelecidos pelo apetite de risco do Banco.

Presidente: Presidente da Comissão Executiva (CEO).

→ *Comité de Controlo de Riscos (CCR)*

Este Comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos provenientes das linhas de negócio são geridos de acordo com os limites de apetência ao risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos. Isto envolve a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes, e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Banco.

Presidente: Responsável de Riscos (CRO).

Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou Comités regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

D. Processos e Ferramentas de Gestão

Tendo como objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos, o Banco dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritos abaixo:

Apetência de Riscos e Estrutura de Limites

No Banco, a apetência de risco (RAS, sigla em inglês) é definida como o montante e o tipo de riscos que é considerado prudente assumir na execução da estratégia de negócio para que o Banco possa manter a sua atividade normal em caso de eventos inesperados. Ao estabelecer esta apetência, são tidos em conta cenários adversos que podem ter um impacto negativo nos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço das ações.

O Conselho de Administração estabelece anualmente a apetência de risco sendo o mesmo transferido para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de negócio, dentro das normas definidas.

Modelo de negócio e fundamentos da apetência de risco

A apetência pelo risco é consistente com a cultura de risco e modelo de negócio do Grupo Santander. Os principais elementos que definem este modelo de negócio e apoiam a apetência pelo risco do Banco são:

- Um perfil de risco médio-baixo e previsível baseado num modelo de negócio centrado na banca comercial, com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado significativas, com um modelo de negócio de banca maiorista que dá prioridade às relações com os clientes nos principais mercados do Grupo.
- Produção de ganhos estáveis e recorrentes e remuneração dos acionistas, sobre uma forte base de capital e liquidez com uma diversificação eficaz das fontes de financiamento.
- Uma estrutura de filiais independentes e autónomas em termos de capital e liquidez, assegurando que nenhuma filial apresente um perfil de risco que possa pôr em risco a solvência do Grupo.
- Uma função de risco independente com envolvimento da Alta Direção que reforça a forte cultura de risco do Santander e retorno sustentável do capital.
- Uma visão global e holística de todos os riscos com um ambiente robusto de controlo e monitorização: todos os riscos, todas as empresas e todos os países.
- Um modelo de negócio centrado nos produtos em que o Grupo se considera suficientemente conhecedor e capaz de gestão (sistemas, processos e recursos).
- Um modelo de conduta que cuida dos interesses dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade em geral.
- Uma política de remuneração que alinha os interesses individuais dos empregados e gestores com o apetite pelo risco e é consistente com o desempenho do Grupo a longo prazo.

Princípios Gerais da Apetência de Riscos

A apetência pelo risco em todas as entidades pertencentes ao Grupo Santander, incluindo o Banco Santander Totta, é regida pelos seguintes princípios:

- **Responsabilidade do conselho e da Alta Direção.** O conselho de administração é o último responsável pela definição da apetência de risco, bem como pelo controlo do seu cumprimento.
- **Visão integral do risco (*enterprise wide risk*), comparação e questionamento do perfil de risco.** A apetência pelo risco deve considerar todos os riscos significativos, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através da utilização de métricas quantitativas e indicadores qualitativos.
- **Visão prospetiva dos riscos (*forward-looking view*).** A apetência de risco deve considerar o perfil de risco desejável a curto e médio prazo, tendo em conta tanto as circunstâncias mais prováveis como os cenários adversos ou de stress.
- **Vinculação a planos estratégicos e de negócio.** A apetência de risco é uma componente fundamental do planeamento estratégico e de negócio, e está integrada na gestão através da sua tradução em políticas e limites de gestão, bem como através da participação de todas as linhas de defesa em processos chave de apetite.
- **Princípios e uma linguagem de risco comum a toda a organização.** A apetência de risco das diferentes unidades incluindo a do Banco está alinhada com a do Grupo.
- **Revisão periódica, comparação e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios.** Mecanismos de seguimento e controlo para manter o perfil de risco, e assim adotar as medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de incumprimento.

Estrutura de limites, seguimento e controlo

O apetite de risco é expresso em termos qualitativos e por limites, estruturado em torno de 5 eixos principais:

1. *Volatilidade de Resultados:*
 - Perda Máxima que o Banco está disposto a assumir face a um cenário de stress crónico
2. *Solvência:*
 - Posição de capital mínimo que o Banco está preparado para assumir num cenário de stress crónico
 - Nível máximo de alavancagem que o Banco está disposto a assumir num cenário de tensão crónica
3. *Liquidez:*
 - Posição mínima de liquidez estrutural.
 - Horizontes de liquidez mínima que o Banco está disposto a assumir face a vários cenários de stress crónico.

- Posição mínima de cobertura de liquidez
4. **Concentração:**
- Concentração por cliente individual.
 - Concentração em contrapartes de *non investment grade*.
 - Concentração em grandes exposições.
5. **Riscos Não Financeiros**
- Indicadores qualitativos sobre riscos não financeiros:
 - Fraude
 - Tecnologia
 - Segurança e ciberrisco
 - Contencioso
 - Outros
 - Perdas máximas de risco operacional.
 - Perfil de risco máximo.

O cumprimento dos limites de apetência de risco é controlado regularmente. As áreas de controlo especializadas informam mensalmente o conselho e os seus comités sobre o perfil de risco.

A vinculação dos limites de apetência de risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento-chave para garantir eficácia do apetite de risco como instrumento de gestão. Assim, as políticas e os limites utilizados na gestão, para as diferentes tipologias e categorias de risco, estão diretamente relacionados com os princípios e limites definidos na apetência pelo risco.

Risk Profile Assessment (RPA)

O Banco realiza exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares e refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a cultura de risco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

- ➔ **Desempenho do risco**, que permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com standards internacionais.
- ➔ **Análise prospetiva**, baseada em métricas de stress ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (*Top Risks*), permitindo o estabelecimento de

planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

Análise de cenários

Outro instrumento fundamental utilizado pelo Banco para assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a análise dos possíveis impactos decorrentes de diferentes cenários relacionados com o ambiente em que o Banco opera. Estes cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o perfil de risco do Banco.

Esta "análise de cenários" é um instrumento muito útil para a gestão de riscos a todos os níveis.

Permite avaliar a resistência do Banco a cenários de *stress*, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso os cenários projetados comecem a concretizar-se. O objetivo é reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez.

Gestão de Riscos em 2023

Introdução

Para o Banco Santander Totta, a qualidade da gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, em linha com a política corporativa do Grupo em que se insere.

A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão foi um fator decisivo, no ano de 2023, para fazer face aos efeitos decorrentes da subida da Euribor em todos os prazos, da inflação que atingiu níveis elevados, da manutenção dos custos energéticos elevados, da continuidade da guerra na Ucrânia, e da recente guerra no médio oriente, e pela continuidade da exigência dos mercados financeiros.

A forte Cultura de Riscos do Grupo e que está incorporada transversalmente em toda atividade e estrutura do Banco, influencia a forma como se executam todos os processos no Banco, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada colaborador demonstra face aos diferentes tipos de riscos que se têm que enfrentar. Esta forte cultura de riscos é especialmente importante em anos muito desafiantes, como foram estes três últimos anos, possibilitando quer ao Banco, quer às diferentes equipas, uma rápida adaptação às diferentes conjunturas.

Risco de Crédito - Principais Vetores da Atividade

O ano de 2023 fica marcado pela subida da Euribor em todos os prazos e por uma inflação que atingiu níveis elevados e que obrigou a uma adaptação da vida financeira das famílias e empresas. Para fazer face a este cenário macroeconómico o governo disponibilizou às famílias um conjunto de medidas financeiras que permitem às mesmas poderem ajustar-se a este

novo enquadramento e conseguirem fazer face ao incremento do custo de vida.

O Banco Santander manteve o seu apoio às famílias neste momento de maior desafio financeiro, disponibilizando as soluções adequadas às necessidades das mesmas.

Manteve-se a intensidade de monitorização e acompanhamento dos clientes, efetuado numa primeira instância pela primeira linha de defesa (Área Comercial) e complementado pela segunda linha de defesa (Área de Riscos). Nos clientes (particulares e empresas de pequena dimensão), cuja decisão de crédito é efetuada maioritariamente através de modelos de decisão considerados “automáticos”, foram monitorizados os efeitos da inflação e da subida das taxas de juros e implementadas medidas de mitigação do incremento do risco de crédito de forma a assegurar a qualidade creditícia das carteiras e a sustentabilidade do balanço do banco. Foram reforçadas as análises e a monitorização às métricas comportamentais nestes clientes, de forma a detetar antecipadamente possíveis deteriorações da real capacidade de pagamento dos mesmos.

Mantiveram-se inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento de risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos.
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos Riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- Ao nível dos Riscos Encarteirados manteve a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso.
- A atuação atempada e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiram continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco controlados e em níveis aceitáveis.
- Desenvolvimento contínuo de melhorias nos processos de admissão, com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- Manteve-se a recorrência das reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco e que consta das políticas internas, para a deteção antecipada de alertas na carteira de crédito.
- Ao nível dos Riscos Standardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os *Non Performing Exposure* e Crédito Vencido, procurando antecipar o deterioro da qualidade creditícia da carteira de crédito.
- Neste sentido manteve-se o recurso às já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- Ao nível da Gestão Corporativa de Riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Banco.
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB), para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.
- Por fim, durante o ano de 2023 houve necessidade de adaptar os processos internos de forma a dar resposta às iniciativas governamentais implementadas de apoio às famílias decorrente da subida das taxas de juro, decorrente do programa “Mais Habitação” e DL 91/2023.

O risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco, por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander em Portugal está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes não encarteirados (standardizados ou de tratamento massivo).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista de risco, complementado com ferramentas de apoio à decisão, baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes standardizados os que não têm um analista de risco especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados quando necessário com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

1. Ferramentas de classificação (*rating* / *scoring*)

O Banco Santander utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* ou *scoring* uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de risco que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que, entretanto, tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto clientes Particulares como de Empresas não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão podem ser complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior capacidade preditiva dos riscos assumidos e que são utilizados para ações comerciais.

2. Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*Exposure At*

Default ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*Loss Given Default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

A PD define-se como a probabilidade de que uma contraparte possa não conseguir cumprir com as suas obrigações no prazo de um ano, através da observação estatística.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

1. Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de apetite de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está disposto a assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da Área de Riscos, através da definição dos Planos Estratégicos Comerciais (PEC).

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, a gestão é feita ao nível do Grupo Económico em que é definido o apetite de risco para o mesmo, estabelecendo limites de crédito.

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

2. Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de Seguimento. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

3. Prevenção, Gestão de Incumprimento e Recuperações

A prevenção, gestão de incumprimento e recuperações no Banco Santander constituem uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos da prevenção, gestão de incumprimento e recuperações são os seguintes:

- ➔ Antecipar potenciais dificuldades dos clientes mitigando o risco de entrada em incumprimento;
- ➔ Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.

- ➔ Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de prevenção, gestão de incumprimento e recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. Esta atividade, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

A gestão preventiva e a gestão de irregulares dos clientes Particulares & Negócios, visa dotar o Banco de uma capacidade de gestão massiva e antecipativa de clientes não encarteirados, feito através de estratégias e processos em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem sofisticada, que permite antecipar e melhorar a rapidez de resposta às dificuldades dos clientes que as demonstrem.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a conjugação do Valor Presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2023 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) e câmbio registou uma diminuição, consequência do término de várias operações de swaps de cobertura do crédito hipotecário com câmara de compensação, LCH Clearnet. Relativamente à exposição com

Grupos Financeiros, o número de operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro (tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação) diminuiu, apesar de se ter verificado um aumento da exposição para Grupos Não Financeiros, devido ao aumento dos coeficientes de risco das operações de taxa de câmbio a longo prazo. Adicionalmente procedeu-se estrategicamente a uma transferência de parte da carteira LCH Clearnet (reino Unido) para Eurex (Alemanha).

Risco de mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Santander Totta para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço. Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos são assegurados por um órgão independente da gestão.

Controlo de Risco de Mercado de Negociação

Atividades sujeitas a risco de mercado

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros.

As operações realizadas com clientes são cobertas com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

Metodologias

A metodologia aplicada no exercício de 2023, no âmbito do Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* – resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander em Portugal cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;

Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

O VaR manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de EUR 9,2 mil a 29/12/2023.

Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na reapreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor económico ou na margem financeira do banco.

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de reapreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander em Portugal define o risco operacional como o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas internos, ou resultantes de eventos externos.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco operacional inerente às atividades, processos e sistemas próprios das suas funções habituais.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco, independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

De acordo com o *Capital Requirements Regulation* o Santander utiliza o método-padrão único, *Standardised Measurement Approach/SMA*, para cálculo dos requisitos de fundos próprios para Risco operacional.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas.

Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de stress e indicadores de alerta precoce.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 149,7% a 29/12/2023.

Limites

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- ➔ Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, *stress test* da carteira ALCO, VaR;
- ➔ Liquidez: *Buffer* de liquidez, cenários de stress, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oneração de ativos e de concentração.

Modelo de gestão

O modelo organizativo do Banco Santander em Portugal em termos de controlo e gestão do Risco Operacional, resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

Com o objetivo de cumprir os requisitos regulatórios e de acordo com as melhores práticas do setor bancário, o Grupo definiu um modelo organizacional estruturado em três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa, é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A segunda linha de defesa é constituída pela área com função de controlo de Risco Operacional, e é responsável, por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes, e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância

estabelecidos para o efeito. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco.
- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência de risco.
- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional.
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas.
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros).
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas.
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional.
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta.
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo / mitigação, e reporte).
- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte.
- Incrementar a melhoria dos processos e controlos e mitigar/reduzir eventuais perdas.
- Facilitar o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem

realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados.
- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no setor.
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional (*RCSA – Risk Control Self-Assessment*), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores (*ORIs – operational risk indicators*), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos.
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores, que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas /mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco continua a reforçar a implementação do programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco

Santander Totta continua a ser uma forte prioridade da instituição permitindo uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitando a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

O Banco continua, também, a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficácia das diferentes ferramentas de gestão do risco operacional, efetuando ações de benchmarking com a Corporação e diferentes geografias do Grupo e desafiando simultaneamente as 1LoD para a prevenção e mitigação do RO através da promoção de várias iniciativas onde se inclui a dinamização de um modelo de prevenção da fraude interna e a consciencialização para os novos riscos emergentes (fraude externa, *Cybersecurity*, Riscos ESG, entre outros).

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por Risco Reputacional a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas de Cumprimento e as políticas de Risco Reputacional têm por finalidade a gestão dos riscos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretizem; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, o quadro normativo interno relativo aos Riscos de Cumprimento e ao Risco Reputacional, abrangem, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pelo seu particular impacto na prevenção e gestão dos riscos em apreço.

Políticas e instrumentos de risco de cumprimento

- Valores Corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- Política de Cumprimento;
- Políticas em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);
- Política e Procedimentos de Comercialização e de Seguimento de Produtos;

- Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses;
- Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de Prevenção de Corrupção e de Defesa Corporativa (o Santander possui uma Política Corporativa de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: i) Um canal de denúncias (Canal Aberto) onde qualquer colaborador pode comunicar, de forma confidencial e anónima, quaisquer eventuais violações dos Códigos de Conduta e/ou da Política de Prevenção da Corrupção e ii) outras eventuais irregularidades);
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas.

Políticas de Risco Reputacional

- Política de Risco Reputacional;
- Política de Setores Sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a conseguir identificar, gerir e prevenir o risco reputacional associado);
- Política e Procedimento para o Setor da Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).
- Política de Donativos (definindo os critérios a seguir na atribuição de donativos com finalidades sociais).

Os dois fundamentos e objetivos essenciais da função de Conformidade (corporizada na área de Cumprimento e Conduta do Banco) são por um lado, a prevenção, o acompanhamento e o controlo dos riscos de conformidade enquanto objeto autónomo, ainda que inserido no contexto mais amplo da atividade do Banco e por outro lado, a deteção e a mitigação e superação de eventuais desconformidades.

Sem prejuízo da existência de um quadro institucional e de governo estabilizado e de um conjunto significativo de atividades de gestão de risco realizadas de forma recorrente, a atividade da área de Cumprimento e Conduta é ajustada ao ambiente regulatório, às expectativas dos supervisores e à evolução do perfil de risco do Banco, de acordo com a atividade efetivamente desenvolvida em cada momento, o que é tanto mais relevante quanto é certo que se regista permanentemente

um elevado dinamismo nestas matérias que, naturalmente, acaba por ter impacto também no exercício da função.

Para o efeito, é elaborado e aprovado anualmente um Plano de Atividades que incorpora tarefas definidas em resultado de um conjunto de fontes, que incluem os processos de auto-avaliação de riscos por parte da área de cumprimento e conduta (com destaque para o exercício corporativo anual de auto avaliação denominado *Compliance Capabilities Methodology*), os exercícios anuais de autoavaliação de riscos por parte das diversas áreas de 1.ª linha de defesa (*Risk Control Self Assessment*), as atividades decorrentes da função especializada na identificação e análise de nova regulamentação com impacto na atividade do Banco (“radar regulatório”), os aspetos decorrentes de determinações e recomendações emitidas por entidades de supervisão e/ou auditores internos e externos, os eventuais alertas associados a métricas definidas em matéria de apetite de risco, as atividades de gestão de risco com base em

informação relevante obtida de quaisquer outras fontes internas e externas e as atividades que decorrem do aperfeiçoamento/melhoria de processos e sistemas existentes (melhoria contínua).

Neste contexto, existem atividades que podem consubstanciar-se em ações de comunicação ou sensibilização, criação de grupos de trabalho para implementação de regulamentação, desenvolvimento de medidas em matéria de governo interno (incluindo a aprovação e revisão de normativos), implementação de melhorias em matéria de gestão de dados e produção de reportes, melhoria de processos, implementação de controlos e/ou desenvolvimento de outros procedimentos de gestão de risco.

Em linhas gerais, a estratégia da função esteve focada na melhoria da gestão dos riscos relevantes e no reforço da Cultura de Riscos.

Informação Complementar

Prevenção de branqueamento de capitais

Financial Crime Compliance (FCC)

A função de cumprimento em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBCFT) do Banco Santander em Portugal está corporizada na área de *Financial Crime Compliance (FCC)*, integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de “*compliance*” e que funciona de forma independente e permanente, e no Comité de Análise e Resolução que é um órgão de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A área de FCC dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*).

Tem como objetivo principal a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com todo o normativo aplicável, na prevenção e minimização de danos, nomeadamente decorrentes de eventuais sanções, bem como de carácter reputacional.

Para este efeito, além de contar com um “Responsável pelo Cumprimento Normativo” e de uma estrutura orgânica especializada e dedicada, existem normativos internos que suportam os procedimentos e controlos específicos que constituem o sistema de controlo interno em matéria de FCC, que é objeto de auditoria anual.

Ao responsável pelo cumprimento normativo nesta matéria, compete:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a PBCFT;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento e avaliação da política de formação interna;

- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio do Banco;
- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao *Chief Compliance Officer* compete, nomeadamente, a coordenação da área de FCC e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Ao Comité de Análise e Resolução compete, nomeadamente:

- Aprovar as políticas e objetivos gerais do sistema de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo e do normativo aplicável às diferentes áreas e órgãos;
- Efetuar o seguimento de atividades da área de FCC;
- Aprovar os procedimentos específicos que devam ser adotados na matéria por qualquer área;
- Aprovar os programas de formação e efetuar o seguimento da respetiva execução;
- Efetuar o seguimento da implementação das recomendações de auditoria interna e externa bem como de determinações específicas e recomendações de autoridades de supervisão;
- Apreciação de qualquer outro assunto que lhe seja submetido pela área de FCC;

Em 2023, foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores:

- i. Reporte previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020 relativo a PBCFT;
- ii. Reporte previsto no artigo 83.º do Aviso n.º 1/2022 do Banco de Portugal relativo a PBCFT.

Estrutura acionista

Acionista	Nº ações	%
Banco Santander, SA	196 996 017 344	99,85%

Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 16 de maio de 2023, a Santander Totta SGPS, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2022, a Santander Totta SGPS detinha 120 933 572 ações próprias correspondentes a 0,061% do seu

capital social. Durante o ano 2023, a Santander Totta SGPS, S.A. comprou 4 066 829 ações próprias, correspondente a 0,002% do seu capital social, fechando o ano com um total de 125 000 410 ações próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir ações de accionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS NO ANO DE 2023

Santander Totta SGPS, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2022	120 933 572	0,02	2 620 215	0,061%
Aquisição de ações	4 066 829	0,02	68 569	0,0021%
Saldo em 31/12/2023	125 000 401	0,02	2 688 784	0,063%

Movimento de ações e obrigações dos membros dos Órgãos Sociais da Santander Totta, SGPS, SA

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

	Entidade	Posição a 31/dez/2022	Movimentos em 2023	Posição a 31/dez/2023
José Carlos Brito Sítima	Banco Santander, SA	157 425	-	157 425
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander, SA	220 895	23.02.2023 - Depósito de títulos (atribuição corporativa): 70.389 - 3,50€	291 284
Manuel António Amaral Franco Preto			22.02.2023 - Venda: 20.000 - 3.46€	
			23.02.2023 - Depósito de títulos (atribuição corporativa): 59.467 - 3,50€	
	Banco Santander, SA	211 956	23.02.2023 - Venda: 10.000 - 3.52€	176 423
			23.02.2023 - Venda: 10.000 - 3.52€	
			29.11.2023 - Venda: 30.000 - 3.77€	
			04.12.2023 - Venda: 25.000 - 3.82€	
Miguel Belo de Carvalho			23.02.2023 - Depósito de títulos (atribuição corporativa): 49.393 - 3,50€	
	Banco Santander, SA	88 906	03.03.2023 - Venda: 10.000 - 3,78€	108 299
			03.03.2023 - Venda: 10.000 - 3,80€	
			06.03.2023 - Venda: 10.000 - 3,84€	
José Duarte Assunção Dias	-	0	-	0
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Banco Santander, SA	15 608	-	15 608
Marta Sobreira Reis Alarcão Troni	-	0	-	0
José Luís Areal Alves da Cunha	-	0	-	0

Funções exercidas pelos membros dos Órgãos Sociais da Santander Totta, SGPS, SA

Cargos em Acumulação		
	No perímetro da consolidação	Fora do perímetro da consolidação
José Carlos Brito Sítima	Banco Santander Totta, SA (Presidente do Conselho de Administração)	Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola (Membro da Junta Diretiva NE, em representação do Banco Santander Totta, SA)
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander Totta, SA (Vice - Presidente do Conselho de Administração; Presidente da Comissão Executiva CEO) Santander SA (Regional Head of Europe)	Santander UK Group Holdings, plc (Membro do Conselho de Administração NE) Santander UK, plc (Membro do Conselho de Administração NE) PagoNxt, S.L. (Membro do Conselho de Administração NE) Centro Paroquial São Francisco de Paula (Diretor NE) ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (Membro do Conselho Consultivo) Fundação Alfredo de Sousa (Membro do Conselho de Curadores) Associação Portuguesa de Bancos (Vogal da Direção, em representação do Banco Santander Totta, SA) The Trilateral Commission (Membro do Grupo Europeu) MindAlliance Portugal (Membro do Conselho Consultivo, em representação do Banco Santander Totta, S.A.) Endeavor Global Portugal (Membro do Conselho de Administração em representação do Banco Santander Totta, S.A.)
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Totta, SA (Membro do Conselho de Administração Vice-Presidente da Comissão Executiva) Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente do Conselho de Administração) Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA (Presidente da Comissão de Vencimentos) Santander SA (Regional Head of Financial Accounting & Control Europe)	-
Miguel Belo de Carvalho	Banco Santander Totta, SA (Membro Executivo do Conselho de Administração) Fundação Santander Portugal (Presidente do Conselho de Curadores)	Universidade Lusíada - Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa (Membro do Conselho Consultivo)
José Duarte Assunção Dias	Santander Totta Seguros (Suplente do Conselho Fiscal) Gamma (Presidente do Conselho Fiscal) Aegon Santander Portugal Vida (Presidente do Conselho Fiscal) Aegon Santander Portugal Não Vida (Presidente do Conselho Fiscal)	Alves da Cunha, A. Dias & Associados SROC (Sócio) Fundação Santander Portugal (Presidente do Conselho Fiscal)
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Gamma (Membro do Conselho Fiscal) Fundação Santander Portugal (Vogal do Conselho Fiscal)	Consultor Independente Sociedade Agrícola do Setil, SA (Vogal do Conselho de Administração NE) Casais Firminos - Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Cinegético, SA (Vogal do Conselho de Administração NE) Quinta das Malhadas, S.A. (Presidente do Conselho de Administração NE)
Marta Sobreira Reis Alarcão Troni	Gamma (Membro do Conselho Fiscal)	Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Vogal do Conselho Fiscal) Santander Asset Managment - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Vogal do Conselho Fiscal) Associação - Fundo de Assistência do Crédito Agrícola Mútuo - FACAM (Presidente da Comissão de Fiscalização) Sociedade Agrícola do Pêgo Alto, Lda (Gerente NE) José Alarcão Troni & Associados, Consultoria Global, Lda (Consultora) Gerson Lerhman Group GLG (Member Council & Project Member) BRAINFORCE Switzerland - Interim Management & Consulting (Consultora) Sociedade Agrícola Macieira Reis, S.A (Membro do Conselho de Administração NE)

NE - Não Executivo | NE - Non-Executive

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

“Receitas de juros” deduzidas das “Despesas com juros”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rendimento de instrumentos de capital

“Receitas de dividendos”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultados de associadas

“Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Comissões líquidas

“Receitas de taxas e comissões” deduzidas das “Despesas com taxas e comissões”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Outros resultados de exploração

“Outras receitas operacionais” deduzidas de “Outras despesas operacionais”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Atividade de seguros

Soma de “Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” com “Margem bruta da atividade de seguros”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Margem comercial

Soma da “Margem financeira”, “Rendimento de instrumentos de capital”, “Resultados de associadas”, “Comissões líquidas”, “Outros resultados de exploração” e “Atividade de seguros”.

Resultados em operações financeiras

Soma de “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido”, “Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido”, “Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, valor líquido”, “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Produto bancário

“Margem comercial” adicionada de “Resultados em operações financeiras”.

Custos operacionais

Soma de “Despesas com pessoal”, de “Outras despesas administrativas” e de “Depreciação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de exploração

“Produto bancário” subtraído de “Custos operacionais” e de “Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de “Provisões ou reversão de provisões”, de “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados”, de “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros”, de “Ganhos ou perdas outros, valor líquido” e de “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Provisões líquidas

“Provisões ou reversão de provisões”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado

“Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados – Ativos financeiros pelo custo amortizado”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade líquida de ativos não financeiros

“Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

“Resultado de exploração” subtraído de “Imparidade, provisões líquidas e outros resultados”.

Impostos

“Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

“Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam” deduzido de “Impostos”.

Interesses que não controlam

“Lucros ou prejuízos do período – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS

“Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam” deduzido de “Interesses que não controlam”.

Resultado dos ativos não correntes detidos para venda

“Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rácio de eficiência

Rácio entre os “custos operacionais” e o “produto bancário” deduzido das “Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos”, tal como apresentado na Demonstração de Resultados.

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal.

Volume de Negócio

Soma do “Crédito a clientes (bruto)” com os “Recursos de clientes”.

Crédito a clientes (bruto)

Corresponde à soma das rubricas de balanço: “Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos”, “Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida” e “Ativos financeiros pelo custo amortizado -

empréstimos e adiantamentos”, expurgado de “Outros saldos a receber” e de “Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito”, conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas”. Valores antes de imparidades.

Crédito a clientes (líquido)

Crédito a clientes (bruto), líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de “Imparidade para títulos de dívida” e “Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes” conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas”.

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

Rácio de non-performing exposure

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extrapatrimoniais.

Custo do crédito

Rácio entre a “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado” (da Demonstração dos Resultados) e a média do “Crédito a clientes (bruto)” (do balanço).

Cobertura de non-performing exposure

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

Depósitos

Corresponde à rubrica “Depósitos – Clientes” – ver nota 17 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

Recursos fora de balanço

Soma dos “Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco” e dos “Seguros e outros recursos”, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

Recursos de balanço

Corresponde a “Depósitos”, conforme definição incluída nesta secção.

Recursos de clientes

Soma de “Recursos de balanço” com os “Recursos fora de balanço”.

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o “Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS” e o “Total dos capitais próprios” no início do período.

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o “Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS” e o “Total do ativo”.

Tabela de indicadores não financeiros

Informamos que foi preparado um Relatório de Banca Responsável separado do Relatório de Gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, sendo o mesmo publicado no sítio da internet do Grupo Santander Totta no prazo legal.

Relatório de Governo Societário

I - Introdução

Com o presente Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício de 2023, a Santander Totta, SGPS, SA dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o artigo 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o artigo 29.º-H do Código de Valores Mobiliários.

Para elaboração do presente relatório, foram igualmente tidos em consideração a diversa regulamentação e orientações das entidades de regulação e supervisão competentes.

Sublinha-se que, durante o exercício de 2023 e relativamente ao seu modelo de governo societário e controlo interno, a Santander Totta, SGPS, SA, observou e cumpriu com os procedimentos impostos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 e as orientações revistas (EBA/GL/2021/05) da Autoridade Bancária Europeia (EBA – European Banking Authority) respeitantes à aplicação dos mesmos.

II. Estrutura Acionista

A Santander Totta, SGPS, SA tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal

Na data de elaboração do presente relatório, o capital social é de 1 972 962 079,58€, detido em 99,848% pelo Banco Santander, S.A..

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

Sem embargo do exposto supra, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem ações.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.

A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

III. Órgãos Sociais

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 278.º, n.º 1. al. a) do CSC.

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413.º, n.º 1 al. b do CSC.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes

Existe ainda uma Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral.

Das reuniões dos Órgãos Sociais são elaboradas atas que permitem uma adequada identificação dos seus participantes, incluindo do seu secretário, bem como uma adequada compreensão das matérias nelas tratadas, das deliberações tomadas, de eventuais recomendações formuladas ou dos assuntos que carecem de acompanhamento em reuniões futuras.

Os membros do órgão de administração e fiscalização submetem-se em permanência aos requisitos de adequação, idoneidade, aptidão, experiência, disponibilidade, independência e qualificações profissionais para o exercício do cargo que forem definidos pelas normas aplicáveis, submetendo-se às regras de avaliação periódicas, individuais e coletivas que vierem a ser definidas pela Sociedade.

Em 21 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral da Sociedade aprovou a eleição dos Órgãos Sociais, incluindo os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas para o triênio 2022/2024.

A 28 de março de 2023 as entidades de supervisão competentes emitiram a sua não oposição à reeleição e eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Assembleia Geral

Nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário.

Todos os seus membros foram eleitos pela Assembleia Geral que se realizou a 21 de dezembro de 2021, para o mandato 2022/2024, tendo cumprido o segundo ano do mandato.

A 31 de março de 2023, decorreu uma Assembleia Geral para aprovação de contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2022, em termos individuais e para aprovação de aplicação de resultados do exercício de 2022.

A 16 de maio de 2023, a Sociedade realizou a Assembleia Geral Anual da Sociedade na qual foi aprovado o relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, respeitantes ao exercício de 2022, incluindo o relatório do governo societário e eleição da Comissão de Vencimentos para o mandato em curso.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de 15 vogais, consoante o que a Assembleia Geral fixar para cada mandato.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade. Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

Durante o ano de 2023, o Conselho de Administração foi composto por um Presidente, um Vice-Presidente (CEO) e dois vogais executivos.

Cumpriu o seu primeiro ano do novo mandato e, durante o ano de 2023, reuniu 12 vezes e as suas reuniões foram secretariadas pelo Secretário da Sociedade, tendo sido elaboradas, aprovadas e assinadas todas as atas das reuniões.

Conselho Fiscal

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e, conforme deliberado em Assembleia Geral a um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas que não sejam membros daquele órgão.

O Conselho Fiscal é composto por três membros, sendo um de entre eles o respetivo Presidente.

Cumpriu o seu primeiro ano do novo mandato e, durante o ano de 2023, reuniu 12 vezes e as suas reuniões foram secretariadas pelo Governo Interno da Sociedade, tendo sido elaboradas, aprovadas e assinadas todas as atas das reuniões.

Durante o ano de 2023, segundo ano do mandato (2022-2024), a composição dos órgãos sociais da Santander Totta, SGPS, SA foi a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	António Maria Pinto Leite
Vice-Presidente:	Ricardo Andrade Amaro
Secretário:	Secretário da Sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogais:	Manuel António Amaral Franco Preto Miguel Belo de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente:	José Duarte Assunção Dias
Vogais:	Henrique Salema de Carvalho e Silva Marta Sobreira Reis Alarcão Troni
Suplente:	José Luís Areal Alves da Cubga

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada por José Manuel Henriques Bernardo

COMISSÃO DE VENCIMENTOS¹

Presidente:	Maria Alexandra Teixeira Peres Brandão Palma Cavaco
Vogal:	Javier Roglá Puig

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Secretário Efetivo:	Bruno Miguel dos Santos de Jesus
Secretários Suplentes:	Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques

¹ Eleitos em Assembleia Geral de 16 de maio de 2023

Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

DA SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

(A «Declaração»)

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2023, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2022.

1. Enquadramento

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

2.1. Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) **Assembleia Geral:** Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) **Conselho Fiscal:** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, fracionado em 12 pagamentos mensais.
- c) **Conselho de Administração:** Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos a título de remuneração fixa e variável aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2022, o valor global de 3,0 milhões de euros.

3. Aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 28 de março de 2023

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	6.284.760	8.415.436
Ativos financeiros detidos para negociação	6	1.465.544	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	7	24.626	2.647.169
Instrumentos de capital próprio		24.626	868.500
Títulos de dívida		-	1.778.669
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	3.847.416	5.109.459
Instrumentos de capital próprio		172.370	149.230
Títulos de dívida		1.247.157	2.691.674
Empréstimos e adiantamentos		2.427.889	2.268.555
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	41.869.686	40.814.573
Títulos de dívida		7.242.366	3.471.400
Empréstimos e adiantamentos		34.627.320	37.343.173
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	259.831	601.827
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	11	-	111.558
Ativos tangíveis	12	403.833	447.308
Propriedades de investimento		138.032	179.211
Ativos tangíveis		265.801	268.097
Ativos intangíveis	12	33.626	37.441
Ativos por impostos	13	167.592	247.176
Outros ativos	14	197.331	173.755
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	15	35.565	43.749
TOTAL DO ATIVO		54.589.810	59.148.188
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	6	1.475.977	465.786
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	16	-	2.792.796
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	17	47.495.855	50.437.165
Depósitos		40.987.896	45.434.491
Títulos de dívida emitidos		6.248.857	4.635.881
Outros passivos financeiros		259.102	366.793
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	26.048	183.771
Provisões	18	139.999	786.094
Compromissos e garantias concedidos		53.263	49.705
Outras provisões		86.736	736.389
Passivos por impostos	13	372.878	260.293
Capital social reembolsável à vista	19	37.303	46.938
Outros passivos	20	705.675	350.276
TOTAL DO PASSIVO		50.253.735	55.323.119
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	21	1.972.962	1.972.962
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	21	400.000	400.000
Outro rendimento integral acumulado	21	(173.147)	(329.747)
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados		(443.955)	(420.546)
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados		270.808	90.799
Resultados retidos	21	390.280	322
Outras reservas	21	969.285	1.853.595
Ações próprias	21	(2.679)	(2.610)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	22	1.030.196	606.727
Dividendos antecipados	21	(252.343)	(677.515)
Interesses que não controlam	23	1.521	1.335
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		4.336.075	3.825.069
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		54.589.810	59.148.188

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Receitas de juros	25	2.691.065	1.175.173
Despesas com juros	25	(1.200.094)	(392.318)
MARGEM FINANCEIRA		1.490.971	782.855
Receitas de dividendos	26	1.690	3.825
Parte dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	27	(3.780)	20.552
Receitas de taxas e comissões	28	523.850	574.272
Despesas com taxas e comissões	28	(66.849)	(104.012)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	29	(39.968)	758
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	29	33.287	9.732
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	29	1.504	2.540
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	29	-	-
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	29	18.095	19.956
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, valor líquido	29	163.538	-
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	30	1.683	55.312
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	31	-	7.593
Margem bruta da atividade de seguros	31	-	4.653
Outras receitas operacionais	32	16.203	18.778
Outras despesas operacionais	32	(9.700)	(8.268)
PRODUTO BANCÁRIO		2.130.524	1.388.546
Despesas administrativas	33	(465.449)	(440.265)
Despesas com pessoal		(284.456)	(263.382)
Outras despesas administrativas		(180.993)	(176.883)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	34	(23.908)	(41.658)
Depreciação	12	(54.312)	(45.715)
Provisões ou reversão de provisões	18	(22.493)	3.750
Compromissos e garantias concedidos		(3.558)	1.474
Outras provisões		(18.935)	2.276
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	18	(73.286)	11.975
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		24	29
Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		(73.310)	11.946
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	18	5.766	12.939
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	1.3 l)	(38.316)	(35.884)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	35	3.144	19.860
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM OPERAÇÃO, ANTES DE IMPOSTOS		1.461.670	873.548
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	13	(431.110)	(266.593)
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM OPERAÇÃO, APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		1.030.560	606.955
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		1.030.560	606.955
Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	23	364	228
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		1.030.196	606.727

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023		31-12-2022	
		Atribuível aos acionistas da Sociedade	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas da Sociedade	Atribuível a interesses que não controlam
Lucros ou prejuízos do exercício		1.030.196	364	606.727	228
Outro rendimento integral	21	162.143	47	(196.539)	(52)
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados					
Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido					
. Valor bruto	21	(9.349)	-	112.643	72
. Impacto fiscal		1	(1)	7	(7)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral					
. Valor bruto		(7.631)	(3)	76.308	29
. Impacto fiscal		(889)	-	(1.338)	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas					
. Valor bruto	7	-	-	2.089	-
. Impacto fiscal		-	-	(88)	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados					
Coberturas de fluxos de caixa					
Transferências para resultados do período					
. Valor bruto		154.750	60	31.813	12
. Impacto fiscal		(47.973)	(19)	(9.862)	(4)
Variação no justo valor					
. Valor bruto		22.987	9	(183.629)	(71)
. Impacto fiscal		(7.125)	(3)	56.925	22
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Transferências para resultados do período					
. Valor bruto		7.854	(18)	(12)	-
. Impacto fiscal		(2.435)	6	4	-
Variação no justo valor					
. Valor bruto	8	(33.161)	(14)	(205.159)	(51)
. Impacto fiscal		14.349	4	56.281	16
Empréstimos e adiantamentos pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Variação no justo valor					
. Valor bruto	8	96.997	37	(220.852)	(101)
. Impacto fiscal		(30.069)	(11)	68.464	31
Variações na "shadow reserve"					
Transferências para resultados do período					
. Valor bruto		74	-	-	-
. Impacto fiscal		(17)	-	-	-
Variação no justo valor					
. Valor bruto		-	-	31.310	-
. Impacto fiscal		-	-	(7.358)	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas					
Transferências para resultados do período					
. Valor bruto		5.164	-	-	-
. Impacto fiscal		(1.384)	-	-	-
Variação no justo valor					
. Valor bruto		-	-	(5.579)	-
. Impacto fiscal		-	-	1.494	-
Rendimento integral consolidado do exercício		1.192.339	411	410.188	176

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Instrumentos de		Outro rendimento integral acumulado			Lucros ou prejuízos			Interesses que não controlam		Total do	
	capital próprio emitidos,	capital social	De justo	Por	Resultados	Outras	Ações	atribuíveis aos	Dividendos	outro rend.		outras
	exceto capital social	Capital social	valor	impostos	retidos	reservas	próprias	da empresa mãe	antecipados	integral acumulado	rubricas	próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2021	400.000	1.972.962	(124.661)	(7.486)	482.914	1.602.514	(2.529)	298.614	-	55	1.777	4.624.160
Aplicação dos resultados												
. Transferência para reservas (Nota 21)	-	-	-	-	(49.048)	249.623	-	(200.575)	-	(113)	113	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(433.544)	25	-	(98.039)	-	-	(640)	(532.198)
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	(19.600)	-	-	-	-	-	(19.600)
Aquisição de ações próprias (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	-	-	(81)
Transações com detentores de participações minoritárias	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	(39)	-
Distribuição de dividendos provisórios sobre resultados do ano	-	-	-	-	-	-	-	-	(677.515)	-	-	(677.515)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	-	-	(1.411)	350	-	1.061	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	19.933	-	-	-	-	6	19.939
Rendimento integral do exercício de 2022	-	-	(361.068)	164.529	-	-	-	606.727	-	176	-	410.364
Saldos em 31 de dezembro de 2022	400.000	1.972.962	(487.140)	157.393	322	1.853.595	(2.610)	606.727	(677.515)	118	1.217	3.825.069
Aplicação dos resultados												
. Transferência para reservas (Nota 21)	-	-	-	-	389.295	(870.268)	-	480.973	-	(228)	228	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	663	-	-	(1.087.700)	677.515	-	(196)	(409.718)
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	(19.586)	-	-	-	-	(14)	(19.600)
Aquisição de ações próprias (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	(69)	-	-	-	-	(69)
Transações com detentores de participações minoritárias	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	(7)	(6)
Distribuição de dividendos provisórios sobre resultados do ano	-	-	-	-	-	-	-	-	(252.343)	-	-	(252.343)
Transferência entre rendimento integral e outras reservas, pela perda de influência significativa em participada	-	-	112	(861)	-	749	-	-	-	-	-	-
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	-	-	(6.948)	2.154	-	4.794	-	-	-	-	2	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(7)	(10)
Rendimento integral do exercício de 2023	-	-	237.685	(75.542)	-	-	-	1.030.196	-	411	-	1.192.750
Saldos em 31 de dezembro de 2023	400.000	1.972.962	(256.291)	83.144	390.280	969.285	(2.679)	1.030.196	(252.343)	298	1.223	4.336.075

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Receitas de juros e comissões		2.991.430	1.639.412
Despesas com juros e comissões		(919.364)	(414.914)
Despesas administrativas		(446.809)	(456.953)
Contribuições para os fundos de pensões	36	(32.526)	(27.650)
Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais		689	1.054
Recuperação de créditos incobráveis	18	1.477	10.569
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros		-	25.912
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		1.594.897	777.430
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito		(1.684)	7.495
Ativos financeiros detidos para negociação		(967.441)	81.237
Ativos financeiros pelo custo amortizado		(836.903)	(594.492)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		(122.869)	108.861
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda		10.002	77.851
Propriedades de investimento		41.179	34.519
Outros ativos		(33.259)	33.575
		(1.910.975)	(250.954)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Instituições de crédito e Bancos centrais		(1.179.364)	(888.116)
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Clientes		(3.479.135)	93.284
Passivos financeiros detidos para negociação		967.920	(105.398)
Outros passivos		274.202	45.250
		(3.416.377)	(854.980)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		(3.732.455)	(328.504)
Impostos pagos		(313.618)	(161.206)
Caixa líquida das atividades operacionais		(4.046.073)	(489.710)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Dividendos recebidos	26	1.690	3.825
Aquisição ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		6.744	(317)
Alienação/reembolso de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		772.709	(16.573)
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados		-	(3.443)
Rendimentos adquiridos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		81.245	60.831
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(51.353)	(39.798)
Vendas de ativos tangíveis		2.182	4.542
Alienação de empresas subsidiárias e associadas	4	307.100	17.227
Caixa líquida das atividades de investimento		1.120.317	26.294
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
(Emissão)/Reembolso de dívida titulada e subordinada	17	1.567.598	1.437.492
Remuneração paga de dívida emitida		(83.405)	(48.470)
Dividendos pagos	21	(662.061)	(1.209.098)
Distribuição rendimento - "Additional Tier 1 Instruments"	21	(19.600)	(19.600)
Caixa líquida das atividades de financiamento		802.532	160.324
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		(2.123.224)	(303.092)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.415.436	8.718.528
Caixa e seus equivalentes no início do período do perímetro segurador		(7.452)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.284.760	8.415.436

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta”, “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes ativos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco”). A Santander Totta tem por objeto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

Em 21 de dezembro de 2023 e após ter recebido da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a sua não oposição em 28 de setembro de 2023, ocorreu alienação da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. à Santander Insurance, S.L., por este facto, as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023 refletem esta saída de perímetro (ver Nota 4).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Grupo adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste sentido, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP procedendo nessa data à fusão por incorporação.

A Santander Totta está integrada na consolidação do Banco Santander, S.A. (ultimate parent). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2023 e 2022 encontram-se detalhados na Nota 38.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 332 balcões (339 balcões em 31 de dezembro de 2022). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de abril de 2024. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e efetivas à data de 01 de janeiro 2023, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2022.

A partir do exercício de 2020 o Banco passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento de Execução (UE) 2017/1443 da Comissão de 29 de junho de 2017, revogado pelo Regulamento de Execução (UE) 2021/451 da Comissão de 17 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

Na preparação das demonstrações financeiras o Grupo segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Derivados - contabilidade de cobertura; - Propriedades de investimento; - Passivos financeiros detidos para negociação e - Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Banco adotou com referência a 1 de janeiro de 2023 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 12** (alteração), 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor (Nota 1.3 k)).

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.
- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020.
- **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade'. Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IFRS10, IFRS11, IAS 28 e IFRS3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, despesas, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e os das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 23). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados. No momento de uma compra parcial ou venda parcial que não resulte na alteração de controlo, o resultado dessa transação é reconhecido por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Capital social reembolsável à vista". Os resultados do Fundo Novimovest, não controlados pelo Grupo, são reconhecidos como uma dedução às rubricas "Outras receitas/despesas operacionais" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa, mas em que não detém o seu controlo.

Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas. O Grupo reconhece imparidade face aos seus investimentos em associadas se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos a terceiros em benefício das associadas.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (moeda funcional), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas (*fixing* do Banco de Portugal).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

Moeda	Câmbios	
	31-12-2023	31-12-2022
USD	1,1050	1,0666
GBP	0,8690	0,8869

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVTPL”).

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado”. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Ativos financeiros pelo custo amortizado-empréstimos e adiantamentos” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias prestadas são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de receitas e despesas de taxas e comissões

As receitas de taxas e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidas em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

As receitas de taxas e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidas em resultados no exercício a que se referem.

As receitas de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registadas em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Outro rendimento integral acumulado” até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Receitas de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Receitas de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados económicos e de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados económicos e de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido" e "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de investimento comercializados pela Santander Totta Seguros e sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Estes contratos incluem a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante designados unit-linked) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros designados como passivos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados dizem exclusivamente respeito a estes produtos unit-linked. A Santander Totta Seguros não garante aos tomadores de seguros nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Os ativos investidos pela seguradora como cobertura dos produtos unit-linked estão contabilizados como ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados, e mensurados em conformidade. O impacto da mensuração ao justo valor desses ativos é igualmente refletida na valorização dos passivos unit-linked. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização tanto dos ativos como dos passivos são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro".

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Grupo efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o respetivo valor contabilístico, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A IFRS 9 ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB. Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco;
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- A efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar os resultados.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou em 2021 a nova definição de *default* como critério para identificação de créditos em Stage 3, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontram em situação de "impaired", na data de aquisição, no reconhecimento inicial. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (*lifetime*)) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de *scorings* e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando existem pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias, assim como outros indicadores que indiquem a deterioração da qualidade creditícia dos clientes (e.g. créditos identificados como reestruturados por dificuldades financeiras, clientes com exposições em atraso na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Grupo a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a perda esperada para risco de crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogéneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juros efetiva original do ativo.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em *default*) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de euros ou inferiores quando aprovados).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macroeconómicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista (21,9%), o cenário base (48,7%), o cenário otimista (12,7%) e um cenário de *downside*/ climático (16,7%). O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Grupo procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido nas rubricas "Ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis" (Nota 12) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na subrubrica "Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras" (Nota 17), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o Grupo está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e consequentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos passam a integrar o ativo sob o direito de uso.

Recurso a expedientes práticos previstos na norma

O Grupo aplica um conjunto de expedientes práticos previstos na norma, nomeadamente: leasings de baixo valor; leasings de curto-prazo e a não inclusão dos gastos diretos iniciais incorridos no cálculo do direito de uso; na mensuração do passivo de locação não procede à separação das componentes não leasings incluídas em contratos de locação.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de "Despesas administrativas - Outras despesas administrativas".

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio não afetos à exploração com contrato de promessa de compra e venda são contabilizados na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" e os que se encontram disponíveis para venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na subrubrica "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas".

f) Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 14).

Relativamente aos ativos recebidos em dação o seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com mais frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizado na zona onde aquele se encontra localizado.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificar por aumento do justo valor menos gastos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para esta rubrica.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com, informação dos consultores legais e fiscais do Grupo.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós-emprego específicos de alguns ex-membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovados pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT.

Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos de reforma.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este Decreto-Lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os ex-colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em junho de 2022, o Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) deliberou autorizar a extinção da quota-parte do Banco e em outubro de 2022 a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. passou a gerir o Fundo de Pensões do Banif que contempla o plano de benefício definido e de contribuição definida. Em 5 de julho de 2023, a ASF autorizou a extinção por transferência do fundo de pensões do Banif e a alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões do Santander. Neste sentido, em 31 de outubro de 2023 produziu-se a fusão do fundo de pensões do Banif no fundo de pensões do Santander.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (94,80 euros por beneficiário e 41,03 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado - prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – "Benefícios aos empregados" as remensurações são registadas diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na subrubrica de "Despesas administrativas - Despesas com pessoal" da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de "Outros ativos" ou "Outros passivos", dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

k) Impostos sobre os lucros

O Grupo está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Grupo, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2023 e 2022, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - . Até 1.500 milhares de euros 0%
 - . entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - . entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - . superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Grupo no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

De acordo com o Orçamento de Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022), no que concerne à dedução de prejuízos fiscais, deixa de estar previsto um período temporal para o reporte destes. Porém, o limite anual da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65%, mantendo-se o incremento do limite em dez pontos percentuais para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Esta alteração aplica-se à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a essa data, cujo período de dedução ainda se encontre em curso na data de entrada em vigor da presente lei.

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontrava-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei). Neste sentido, o Grupo aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma em 2019.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, TottaUrbe, Gamma e a Santander Totta Seguros (apenas em 31 de dezembro de 2022) - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultados contabilístico ou fiscal, nem dêem origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

Em 15 de dezembro de 2022 foi aprovada a Diretiva 2022/2523, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas cujo volume de receitas anuais seja igual ou superior a 750 milhões de euros. Esta Diretiva, comumente designada Diretiva Pilar 2, segue as regras-modelo desenvolvidas pela OCDE e vem introduzir um novo imposto sobre o rendimento quando a taxa efetiva de imposto das entidades do Grupo numa das suas jurisdições, calculada nos termos das regras-modelo, for inferior a 15%. Neste âmbito, em 23 de maio de 2023 a União Europeia publicou uma alteração à IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Nota 1.1), para contemplar as regras da referida Diretiva. Em Portugal, o prazo de transposição de 31 de dezembro de 2023 não foi cumprido, não existindo ainda, à data das presentes demonstrações financeiras, condições para que a presente norma se possa considerar já substancialmente adotada nesta jurisdição. Porém, com base nas informações disponíveis e nas estimativas efetuadas, o Conselho de Administração do Grupo não antecipa impactos materiais resultantes da aplicação das normas Pilar 2 na esfera do Grupo em Portugal a que o Grupo pertence, sem prejuízo dos encargos administrativos relevantes que a sua implementação poderá acarretar.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Grupo mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o setor bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou também a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário, esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

Estas contribuições têm a mesma base de cálculo variando unicamente as taxas aplicadas às bases:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

Para a contribuição sobre o setor bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Para o adicional de solidariedade sobre o setor bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,02% e de 0,00005% respetivamente.

m) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida, e até dezembro de 2014, comercializou seguros não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros eram contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta, em 31 de dezembro de 2022, nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, correspondiam às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

Provisão para prémios não adquiridos e gastos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos em 31 de dezembro de 2022, correspondia ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão era aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática em 31 de dezembro de 2022, destinava-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão era igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa em 31 de dezembro de 2022, era constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontravam a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados era inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2022, destinava-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos gastos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Em 31 de dezembro de 2022, correspondia ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos ativos financeiros eram classificados na rubrica de "Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral", e as respetivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, eram registadas na rubrica de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado. Adicionalmente, era reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica "Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – "shadow reserve")" por contrapartida de "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados ("shadow accounting" previsto na IFRS 4).

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de dezembro de 2022, correspondia aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados era paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

Provisões técnicas de resseguro cedido

Em 31 de dezembro de 2022 a Santander Totta Seguros mantinha de resseguro cedido assegurando a transferência para companhias resseguradoras de parte do risco incorrido nos produtos de seguros contratados com os seus clientes.

As provisões técnicas de resseguro cedido, correspondia à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

Provisão para riscos em curso

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão para riscos em curso correspondia ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excediam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão era calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

n) Ajustamentos de recibos por cobrar

Em 31 de dezembro de 2022, os ajustamentos de recibos por cobrar tinham por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

o) Reconhecimento de rendimentos e despesas – seguros

Em 31 de dezembro de 2022, os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados eram registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da atividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, eram contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas, como “Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado”.

Os títulos afetos à atividade seguradora eram todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e eram registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral”, com exceção dos títulos afetos aos contratos em que o risco de investimento era suportado pelo tomador de seguro (contratos *unit linked*), que se encontravam registados na rubrica de “Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados”.

p) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações fica retida nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

q) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

r) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o saldo da rubrica “Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem”, uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 36)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 39)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”. Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 18 e 39)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Outros ativos e ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (Notas 14 e 15)

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, o seu registo inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e conseqüentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com maior frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transações de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

Impostos (Nota 13)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Grupo apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Grupo.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 18 e 42)

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Grupo e as decisões até à data dos tribunais, os quais, no entanto poderão vir a não se concretizar. Relativamente aos planos de reestruturação foram considerados os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

Determinação dos passivos por contratos de seguro (Nota 18)

Em 31 de dezembro de 2022, a determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro era efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. m) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro revestia-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletia de forma adequada a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2022 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondia à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e eram calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido era igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pela Gestão do Grupo (Comissão Executiva):

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Grupo nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento de projetos: - de comércio; - às exportações e - ao imobiliário.

Gestão de Seguros:

Esta área inclui os seguros de vida que, na estratégia de *cross selling*, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais, mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados consolidados por segmento operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2023					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
Margem financeira	101.268	1.188.035	136.465	-	65.203	1.490.971
Receitas de dividendos	-	-	-	-	1.690	1.690
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	-	-	-	-	(3.780)	(3.780)
Receitas/despesas de taxas e comissões	62.764	408.026	26.324	-	(40.113)	457.001
Resultado em operações financeiras ¹	14.157	8.130	1.465	-	154.387	178.139
Outras receitas/despesas operacionais	11	2.215	-	-	4.277	6.503
Produto bancário	178.200	1.606.406	164.254	-	181.664	2.130.524
Despesas administrativas	(28.793)	(417.764)	(16.212)	-	(2.680)	(465.449)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	-	(23.908)	(23.908)
Depreciações	(1.402)	(51.925)	(985)	-	-	(54.312)
	148.005	1.136.717	147.057	-	155.076	1.586.855
Imparidade e provisões, líquidas de anulações ²	2.383	(158.128)	(8.482)	-	74.214	(90.013)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	3.144	3.144
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	-	(38.316)	(38.316)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	150.388	978.589	138.575	-	194.118	1.461.670
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	(46.617)	(303.362)	(42.958)	-	(38.173)	(431.110)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	-	-	-	-	(364)	(364)
Lucros ou prejuízos do exercício	103.771	675.227	95.617	-	155.581	1.030.196

	31-12-2022					Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	
Margem financeira	54.962	598.678	78.547	736	49.932	782.855
Receitas de dividendos	-	-	-	-	3.825	3.825
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	-	-	-	15.412	5.140	20.552
Receitas/despesas de taxas e comissões	47.483	407.759	27.147	(5.329)	(6.800)	470.260
Resultado em operações financeiras ¹	14.951	8.973	872	11	63.491	88.298
Outras receitas/despesas operacionais	-	2.091	-	1.128	7.291	10.510
Atividades seguradora	-	-	-	12.246	-	12.246
Produto bancário	117.396	1.017.501	106.566	24.204	122.879	1.388.546
Despesas administrativas	(25.456)	(386.922)	(16.953)	(8.457)	(2.477)	(440.265)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	-	(41.658)	(41.658)
Depreciações	(1.205)	(43.057)	(933)	(520)	-	(45.715)
	90.735	587.522	88.680	15.227	78.744	860.908
Imparidade e provisões, líquidas de anulações ²	(195)	50.636	12.837	(10)	(34.604)	28.664
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	29	19.831	19.860
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	-	(35.884)	(35.884)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	90.540	638.158	101.517	15.246	28.087	873.548
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	(28.067)	(197.829)	(31.470)	804	(10.031)	(266.593)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	-	-	-	-	(228)	(228)
Lucros ou prejuízos do exercício	62.473	440.329	70.047	16.050	17.828	606.727

- ¹ Inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:
- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido;
 - Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas;
 - Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido.
- ² Este agregado inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:
- Provisões ou reversão de provisões;
 - Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados;
 - Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos afetos a cada segmento operacional, conforme informação analisada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2023					
	Corporate Investment Banking	Banca de Retail	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Ativo						
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	2.427.889	2.427.889
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Crédito hipotecário	-	22.035.220	-	-	-	22.035.220
Crédito ao consumo	-	1.788.525	-	-	-	1.788.525
Outros créditos	2.651.008	5.921.185	5.164.049	-	3.808.286	17.544.528
Outros saldos a receber	-	61.689	-	-	439.724	501.413
Total dos ativos afetos	2.651.008	29.806.619	5.164.049	-	6.675.899	44.297.575
Ativos não afetos						10.292.235
Total do Ativo						54.589.810
Passivo						
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	-	706.835	706.835
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	-	5.042.435	5.042.435
Depósitos - Clientes	728.579	28.238.895	5.990.551	-	280.601	35.238.626
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	6.248.857	6.248.857
Total de passivos afetos	728.579	28.238.895	5.990.551	-	12.278.728	47.236.754
Passivos não afetos						3.016.981
Total do Passivo						50.253.735
Garantias e Aves (Extrapatrimoniais)	143.458	577.798	1.280.359	-	-	2.001.615

	31-12-2022					
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Ativo						
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	2.268.555	2.268.555
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Crédito hipotecário	-	23.116.530	-	-	-	23.116.530
Crédito ao consumo	-	1.819.873	-	-	-	1.819.873
Outros créditos	2.880.998	6.389.436	5.889.488	-	22.987	15.182.908
Outros saldos a receber	-	68.283	-	-	626.979	695.262
Total dos ativos afetos	2.880.998	31.394.122	5.889.488	-	2.918.521	43.083.128
Ativos não afetos						16.065.060
Total do Ativo						59.148.188
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	-	4.113.714	4.113.714
Depósitos -Instituições de crédito	-	-	-	-	2.814.412	2.814.412
Depósitos- Clientes	743.804	31.787.554	5.934.827	40.180	-	38.506.365
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	4.635.881	4.635.881
Total de passivos afetos	743.804	31.787.554	5.934.827	40.180	11.564.007	50.070.372
Passivos não afetos						5.252.747
Total do Passivo						55.323.119
Garantias e Avals (Extrapatrimoniais)	141.567	563.158	1.121.290	-	-	1.826.015

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Lucro ou prejuízo do exercício	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.	Matriz	Matriz	100,00	100,00	5.520.773	5.287.791	3.984.540	3.839.886	795.302	1.508.288
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	99,96	99,96	99,96	99,96	56.259.327	57.756.670	4.052.784	3.532.974	943.190	603.685
TOTTA (IRELAND), PLC (1)	-	-	99,96	99,96	507.818	798.140	474.720	455.780	1.732	254
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (2)	-	-	99,96	99,96	87.620	89.422	85.751	87.571	(1.820)	(10.105)
TAXAGEST, SGPS, S.A.	1,00	1,00	99,96	99,96	56.019	55.731	55.993	55.725	268	(8)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	78,71	78,71	179.934	225.464	175.464	220.784	3.079	3.395
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	-	-	99,96	99,96	7.837	7.403	7.702	7.330	372	196
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	387.379	451.903	(5.911)	(2.023)	(4.028)	2.194
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	418.815	477.417	(16.230)	(10.861)	(5.320)	1.804
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	324.868	388.719	323.226	384.172	(1.175)	(555)
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	354.149	410.711	349.935	406.159	(286)	(208)
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	2.049.963	2.397.130	-	-	-	-
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. (ver Nota 8)	-	-	-	21,86	-	488.200	-	133.973	-	23.512
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	-	100,00	-	100,00	-	3.671.896	-	106.465	-	14.611
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	-	49,00	-	139.160	-	39.333	-	20.279
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	-	49,00	-	63.832	-	23.450	-	11.654
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL Co. SEGUROS	-	-	-	49,99	-	16.546	-	6.176	-	(470)

As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Integral
TOTTA (IRELAND), PLC ⁽¹⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTAURBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral

- (1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do "Lucro ou prejuízo do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado entre 1 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 (1 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022).
- (2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.

De acordo com a IFRS 10, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja, quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Carteira de imóveis	138.032	179.211
Contas de terceiros	4.297	5.428
Disponibilidades	37.442	40.754
Acréscimos e diferimentos	164	71
	<u>179.935</u>	<u>225.464</u>
Capital do Fundo	175.464	220.784
Ajustamento e provisões	1.842	1.960
Contas de terceiros	1.141	1.094
Acréscimos e diferimentos	1.488	1.626
	<u>179.935</u>	<u>225.464</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 2.424 milhares de euros e 2.672 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest (Nota 22).

Em 21 de dezembro de 2023 e após ter recebido da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a sua não oposição em 28 de setembro de 2023, ocorreu alienação da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. à Santander Insurance, S.L.. O preço de venda foi determinado com referência a 01 de janeiro de 2023 (data de referência de venda) e ascendeu a 307.100 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, o subgrupo segurador tinha o seguinte impacto nas contas do Grupo:

(valores em milhares de Euros)	31 de dezembro de 2022		
	Consolidação IFRS	Atividade bancária	Atividade seguradora
Ativo			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.415.436	8.407.985	7.452
Ativos financeiros detidos para negociação	498.737	498.103	634
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	2.647.169	31.020	2.616.149
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.109.459	4.423.530	685.929
Ativos Financeiros ao custo amortizado	40.814.573	40.850.963	(36.390)
Derivados de cobertura	601.827	601.827	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	111.558	199.510	(87.952)
Perímetro segurador	70.090	158.042	(87.952)
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	41.468	41.468	-
Ativos tangíveis	447.308	447.229	78
Ativos intangíveis	37.441	36.936	505
Ativos por impostos	247.176	245.857	1.319
Outros Ativos	173.755	151.966	21.789
Ativos não correntes detidos para venda	43.749	43.749	-
TOTAL DO ATIVO	59.148.187	55.938.673	3.209.513
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	465.786	508.058	(42.272)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.792.796	-	2.792.796
Passivos financeiros ao custo amortizado	50.437.165	50.599.574	(162.409)
Derivados de cobertura	183.771	183.771	-
Provisões	161.215	161.046	168
Provisões técnicas	624.880	-	624.880
Passivos por impostos	260.293	274.716	(14.423)
Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	46.938	46.938	-
Outros passivos	350.276	339.503	10.773
TOTAL DO PASSIVO	55.323.118	52.113.604	3.209.514
Capital			
Capital	1.972.962	1.972.962	47.250
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	-
Reservas por rendimento integral acumulado	(329.747)	(329.747)	(46.404)
Outras reservas e resultados transitados	1.853.917	1.853.917	126.938
(Ações próprias)	(2.610)	(2.610)	-
Resultado do exercício do Grupo	606.727	606.727	30.258
Dividendos antecipados	(677.515)	(677.515)	-
Interesses minoritários	1.335	1.335	-
TOTAL DO CAPITAL	3.825.069	3.825.069	158.042
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL	59.148.187	55.938.673	3.367.555

A alienação do grupo segurador teve o seguinte impacto nas contas do Grupo:

Valor de venda	307.100
Valor da participação em 31 de dezembro de 2022	(158.042)
Outro rendimento integral efeito fiscal	<u>13.094</u>
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 29)	162.152
Outro rendimento integral efeito bruto	
. De empreendimentos conjuntos (Nota 27)	(3.780)
. De filiais (Nota 29)	<u>(55.718)</u>
Impacto nas contas consolidadas do Grupo	<u><u>102.654</u></u>

5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Caixa	391.055	307.313
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu (BCE)	5.669.789	7.850.256
Outros depósitos à ordem em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	<u>223.916</u>	<u>257.867</u>
	<u><u>6.284.760</u></u>	<u><u>8.415.436</u></u>

De acordo com a regulamentação em vigor, as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1%.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui fundos para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema e depósitos constituídos overnight através da facilidade permanente de depósito do Eurosistema. A componente das disponibilidades para cumprir a reserva mínima, em 31 de dezembro de 2023, não é remunerada e em 31 de dezembro de 2022 era remunerada a 2%. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações ao abrigo do mecanismo de absorção de liquidez com prazo overnight eram remuneradas a 4% e 2%, respetivamente.

6. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	<u>1.465.544</u>	<u>498.737</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>1.475.977</u>	<u>465.786</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão registados os seguintes derivados:

	31-12-2023				31-12-2022			
	Valor nominal	Ativo	Passivo	Líquido	Valor nominal	Ativo	Passivo	Líquido
Forwards								
Compras	227.357	1.715	1.537	178	175.819	4.043	3.491	552
Vendas	227.174				175.229			
Contratos de taxa de câmbio (<i>Currency Swaps</i>)								
Compras	759.211	159	4.057	(3.898)	949.426	191	2.136	(1.945)
Vendas	762.662				950.689			
Contratos de taxa de juro (<i>Interest Rate Swaps</i>)	27.117.082	1.423.167	1.429.985	(6.818)	25.358.606	458.804	452.049	6.755
Contratos sobre cotações (<i>Equity Swaps</i>)	541.089	32.876	32.879	(3)	284.665	26.902	-	26.902
Contratos de taxa de câmbio (Opções)								
Compras	120.850	1.007	942	65	138.315	1.978	1.975	3
Vendas	120.850				138.315			
Contratos sobre cotações (opções)								
Compras	96.981	2.649	2.640	9	7.942	1.275	641	634
Vendas	96.981				7.942			
Contratos de garantia de taxa de juro (<i>Caps and Floors</i>)	670.466	3.971	3.937	34	435.471	5.544	5.494	50
	<u>30.740.703</u>	<u>1.465.544</u>	<u>1.475.977</u>	<u>(10.433)</u>	<u>28.622.419</u>	<u>498.737</u>	<u>465.786</u>	<u>32.951</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de ativo e passivo financeiros detidos para negociação encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 1.640 milhares de euros e 2.960 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (2.633 milhares de euros e 5.150 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos através de uma estratégia de "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

7. ATIVOS FINANCEIROS QUE NÃO SÃO ATIVOS DE NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Instrumentos de capital próprio	24.626	868.500
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos	-	1.209.091
De outros emissores	-	569.578
	<u>24.626</u>	<u>2.647.169</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os juros e os resultados da valorização destes ativos financeiros pelo seu justo valor foram refletidos na rubrica da demonstração dos resultados "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados" (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

Descrição	31-12-2023	31-12-2022				
	Capital	Produtos "Unit link"		Outros produtos		Justo Valor
		Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	
Instrumentos de dívida						
Obrigações do Tesouro	-	1.196.657	12.187	245	2	1.209.091
Dívida não subordinada	-	564.303	5.255	20	-	569.578
Instrumentos de capital próprio	24.626	836.375	-	32.125	-	868.500
	24.626	2.597.335	17.442	32.390	2	2.647.169

O movimento ocorrido nos "Instrumentos de capital próprio" durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	31-12-2022	Compras	Reembolsos/Amortiz./ Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizados	31-12-2023
	(Nota 29)					
Instrumentos de capital próprio	32.125	51	(9.054)	4.086	(2.582)	24.626

Os reembolsos ocorridos no exercício de 2023, resultam da atividade recorrente do Grupo.

	31-12-2021	Compras	Reembolsos/Amortiz./ Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizados	31-12-2022
	(Nota 29)					
Instrumentos de capital próprio	100.272	463	(70.920)	41.099	(38.789)	32.125

Os reembolsos/Amortizações/Liquidações/Vendas no exercício de 2022 incorporavam 33.838 milhares de euros relacionados com o Projeto Crow. No âmbito deste projeto o Banco realizou as seguintes ações:

- Compra de ações, prestações acessórias e suprimentos da Solago – Investimentos Turísticos, S.A. à Investgave III que se encontra contabilizado por 2.908 milhares de euros na rubrica "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" (Nota 15);
- Subscrição de 19.962 unidades de participação do Fundo Turismo Algarve, FCR contabilizado por 9.363 milhares de euros na rubrica "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" (Nota 15);
- Redução de capital do Fundo Recuperação Turismo, FCR por 47.405 milhares de euros e alienação das unidades participação detidas por 7.848 milhares de euros;
- Redução de capital do Fundo Recuperação (FCR) por 3.049 milhares de euros.

8. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. Por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida									
De emissores públicos	1.201.058	30.512	(49.254)	72.420	(6.070)	66.350	(1.509)	-	1.247.157
Instrumentos de capital próprio	110.947	-	-	72.256	(10.833)	61.423	-	-	172.370
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	(10.826)	107.562	-	107.562	-	-	2.427.889
	3.612.005	61.665	(60.080)	252.238	(16.903)	235.335	(1.509)	-	3.847.416

	31-12-2022								
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. Por op. cobertura	Reserva de justo valor		Total	Outros	Imparidade	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa				
	(Nota 18)								
Instrumentos de dívida									
De emissores públicos	2.580.939	58.360	(142.648)	162.349	(63.703)	98.646	(1.846)	-	2.593.451
Outros emissores	105.236	1.201	-	120	(8.310)	(8.190)	-	(24)	98.223
	2.686.175	59.561	(142.648)	162.469	(72.013)	90.456	(1.846)	(24)	2.691.674
Instrumentos de capital próprio	73.222	-	-	76.341	(333)	76.008	-	-	149.230
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	(267.304)	204.706	-	204.706	-	-	2.268.555
	5.059.397	90.714	(409.952)	443.516	(72.346)	371.170	(1.846)	(24)	5.109.459

Os empréstimos e adiantamentos correspondem a um financiamento direto a médio e longo prazo ao Estado Português.

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o exercício de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	Valias										
	31-12-2022	Compras	Reembolsos/Amortiz/Liquidação/Vendas	Transfer.	realizadas por resultados	não realizadas	realizadas por C/P	Alienação perimetro segurador	Juros/coberturas/outros	Imparidade	31-12-2023
	(Nota 29)										
Instrumentos de capital próprio	149.230	1.782	(2.554)	37.114	1.386	(9.790)	(4.797)	-	(1)	-	172.370
Instrumentos de dívida	2.691.674	-	(766.141)	-	15.750	13.811	-	(685.928)	(22.032)	23	1.247.157
	2.840.904	1.782	(768.695)	37.114	17.136	4.021	(4.797)	(685.928)	(22.033)	23	1.419.527

	Variação							
	31-12-2021	Compras	Reembolsos/Amortiz/Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Variação carteira da seguradora	Juros/coberturas/outros	Imparidade	31-12-2022
Instrumentos de capital próprio	72.653	2.103	(1.871)	76.341	-	4	-	149.230
Instrumentos de dívida	3.050.819	-	(803)	(108.996)	(76.799)	(172.576)	29	2.691.674
	3.123.472	2.103	(2.674)	(32.655)	(76.799)	(172.572)	29	2.840.904

Durante o primeiro semestre de 2023, o Banco transferiu a participação da Unicre da carteira de Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 11), para a carteira de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Esta transferência foi realizada ao justo valor, determinado por peritos externos e tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Ao valor reconhecido na carteira de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas foi deduzido o valor dos dividendos recebido 4.356 milhares de euros e o remanescente foi reconhecido por resultados na rubrica Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 29).

Em dezembro de 2023, o Banco alienou 750.000 milhares de euros de obrigações de dívida pública, que geraram uma valia de 15.750 milhares de euros (Nota 29). O risco de taxa de juro deste ativo financeiro estava coberto, tendo o cancelamento antecipado da cobertura gerado um impacto em resultados de 32.023 milhares de euros registados na rubrica Ganhos ou perdas em ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido (Nota 29), cumprindo assim as regras da contabilidade de cobertura.

O Grupo procede anualmente à avaliação dos seus Instrumentos de capital próprios com materialidade.

As rubricas de emissores públicos apresentavam as seguintes características:

Descrição	31-12-2023				31-12-2022			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
Emissores públicos nacionais								
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	18.401	166	(84)	18.483
. Com vencimento entre um e três anos	1.046.690	28.661	20.966	1.096.317	96.838	1.137	(2.413)	95.562
. Com vencimento entre três e cinco anos	99.905	149	(5.511)	94.543	1.914.022	50.655	5.262	1.969.939
. Com vencimento entre cinco e dez anos	53.976	1.698	173	55.847	132.981	2.218	(13.941)	121.258
. Com vencimento a mais de dez anos	487	4	(41)	450	8.640	145	(1.426)	7.359
	<u>1.201.058</u>	<u>30.512</u>	<u>15.587</u>	<u>1.247.157</u>	<u>2.170.882</u>	<u>54.321</u>	<u>(12.602)</u>	<u>2.212.601</u>
Emissores públicos estrangeiros								
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	37.701	299	(223)	37.777
. Com vencimento entre um e três anos	-	-	-	-	139.007	2.537	(4.202)	137.342
. Com vencimento entre três e cinco anos	-	-	-	-	71.162	448	(3.365)	68.245
. Com vencimento entre cinco e dez anos	-	-	-	-	158.977	740	(25.570)	134.147
. Com vencimento a mais de dez anos	-	-	-	-	3.210	15	114	3.339
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>410.057</u>	<u>4.039</u>	<u>(33.246)</u>	<u>380.850</u>
	<u>1.201.058</u>	<u>30.512</u>	<u>15.587</u>	<u>1.247.157</u>	<u>2.580.939</u>	<u>58.360</u>	<u>(45.848)</u>	<u>2.593.451</u>

9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Crédito titulado		
. Papel comercial	2.525.191	2.689.539
. Obrigações	4.668.258	900.922
Juros a receber	118.593	16.099
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(66.320)	(129.138)
Rendimentos diferidos	(1.094)	(1.172)
	<u>7.244.628</u>	<u>3.476.250</u>
Imparidade para títulos de dívida (Nota 18)	(2.262)	(4.850)
	<u>7.242.366</u>	<u>3.471.400</u>

A sub-rubrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Empréstimos e adiantamentos - clientes		
A empresas		
Descobertos e contas correntes	980.255	946.003
Créditos tomados - factoring	1.507.087	1.738.983
Carteira comercial - outros	157.155	172.505
Locação financeira	895.636	992.105
Empréstimos	6.906.385	8.106.310
Outros créditos	37.202	37.987
A particulares		
Descobertos e contas correntes	84.607	110.344
Locação financeira	115.022	142.683
Empréstimos	23.665.200	24.852.624
Outros créditos	472.982	454.998
	<u>34.821.531</u>	<u>37.554.542</u>
Juros a receber	138.740	79.320
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(39.323)	(69.367)
Rendimentos diferidos	(7.380)	(5.814)
	<u>92.037</u>	<u>4.139</u>
	<u>34.913.568</u>	<u>37.558.681</u>
Outros saldos a receber		
Contas margem	171.475	375.898
Cheques a cobrar	61.689	68.283
Devedores diversos e outras disponibilidades	250.580	259.277
	<u>483.744</u>	<u>703.458</u>
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito		
Empréstimos	24.782	23.158
Juros a receber e rendimentos diferidos	5	(56)
	<u>24.787</u>	<u>23.102</u>
Empréstimos e adiantamentos	<u>35.422.099</u>	<u>38.285.241</u>
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - clientes e outros saldos a receber	(794.678)	(941.953)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	(101)	(115)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 18)	<u>(794.779)</u>	<u>(942.068)</u>
	<u>34.627.320</u>	<u>37.343.173</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 266.940 milhares de euros e 103.870 milhares de euros, respetivamente. Como resultado destas operações foram registados nos exercícios de 2023 e 2022 menos valias no montante de 18.204 milhares de euros e mais valias no montante de 7.276 milhares de euros, respetivamente (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Empréstimos e adiantamentos - Clientes - A particulares” incluía créditos com finalidade de habitação, afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias/cobertas emitidas pelo Banco nos montantes de 11.284.130 milhares de euros e 10.237.229 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

A sub-rubrica “Devedores diversos e outras disponibilidades” inclui 157.699 milhares de euros com origem nos prejuízos fiscais do Banif (Nota 13).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os exercícios de 2023 e 2022 é apresentado na Nota 18.

A divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem o seguinte detalhe:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura	Valor bruto	Perdas imparidade	Cobertura
Stage 1	37.845.975	(45.550)	0,12%	35.700.203	(64.992)	0,18%
Stage 2	3.927.180	(246.056)	6,27%	4.973.001	(274.751)	5,52%
Stage 3	893.572	(505.435)	56,56%	1.088.287	(607.175)	55,79%
	<u>42.666.727</u>	<u>(797.041)</u>		<u>41.761.491</u>	<u>(946.918)</u>	

Os ativos não produtivos líquidos de imparidade apresentam o seguinte detalhe por contraparte e data de incumprimento:

Contrapartes	31-12-2023				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Empréstimos e adiantamentos	388.137	226.117	43.701	99.360	18.959
Administrações públicas	88	88	-	-	-
Instituições de crédito	118	118	-	-	-
Outras empresas financeiras	454	4	421	29	-
Empresas não financeiras	212.114	140.304	11.883	45.317	14.610
Particulares	175.363	85.603	31.397	54.014	4.349
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	388.137	226.117	43.701	99.360	18.959

Contrapartes	31-12-2022				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Títulos de dívida	15	15	-	-	-
Empresas não financeiras	15	15	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	481.097	302.338	26.944	123.102	28.713
Administrações públicas	97	97	-	-	-
Instituições de crédito	124	124	-	-	-
Outras empresas financeiras	136	23	-	106	7
Empresas não financeiras	314.993	223.986	7.335	66.655	17.017
Particulares	165.747	78.108	19.609	56.341	11.689
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	481.112	302.353	26.944	123.102	28.713

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para o crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado no exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Ativos financeiros pelo custo amortizado				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 31-12-2021	33.744.691	6.400.773	1.258.695	41.404.159	65.977	280.518	673.683	1.020.178
Transferências:								
Stage 1 para 2	(1.283.116)	1.283.116	-	-	(3.822)	54.736	-	50.914
Stage 1 para 3	(80.353)	-	80.353	-	(635)	-	21.265	20.630
Stage 2 para 3	-	(118.663)	118.663	-	-	(13.754)	53.827	40.073
Stage 2 para 1	1.717.920	(1.717.920)	-	-	3.105	(57.011)	-	(53.906)
Stage 3 para 2	-	78.614	(78.614)	-	-	9.476	(36.085)	(26.609)
Stage 3 para 1	9.960	-	(9.960)	-	206	-	(1.515)	(1.309)
Overlay re-rating	300.000	(300.000)	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Overlay idiossincrático	366.300	(366.300)	-	-	-	32.100	-	32.100
Overlay hipotecas	(450.000)	450.000	-	-	-	17.000	-	17.000
Outros	-	-	-	-	-	(8.000)	(3.000)	(11.000)
Write offs e vendas	-	-	(106.461)	(106.461)	-	-	(76.789)	(76.789)
Originação líquida de amortizações	1.374.801	(736.619)	(174.389)	463.793	161	(25.314)	(24.211)	(49.364)
Saldo em 31-12-2022	35.700.203	4.973.001	1.088.287	41.761.491	64.992	274.751	607.175	946.918
Transferências:								
Stage 1 para 2	(1.990.668)	1.990.668	-	-	(8.358)	127.883	-	119.525
Stage 1 para 3	(81.385)	-	81.385	-	(761)	-	43.990	43.229
Stage 2 para 3	-	(146.903)	146.903	-	-	(18.520)	70.476	51.956
Stage 2 para 1	688.317	(688.317)	-	-	2.481	(33.084)	-	(30.603)
Stage 3 para 2	-	60.690	(60.690)	-	-	9.589	(32.065)	(22.476)
Stage 3 para 1	2.297	-	(2.297)	-	10	-	(1.000)	(990)
Overlay idiossincrático	1.688.000	(1.688.000)	-	-	-	(101.000)	-	(101.000)
Overlay hipotecas	(59.000)	59.000	-	-	-	7.000	-	7.000
Outros	-	-	-	-	-	-	7.010	7.010
Write offs e vendas	-	-	(267.784)	(267.784)	-	-	(203.332)	(203.332)
Originação líquida de amortizações	1.898.211	(632.959)	(92.232)	1.173.020	(12.814)	(20.563)	13.181	(20.196)
Saldo em 31-12-2023	37.845.975	3.927.180	893.572	42.666.727	45.550	246.056	505.435	797.041

Tendo presente a elevada incerteza nos impactos futuros da pandemia, bem como a inexistência de informação histórica comparável que poderá não ser capturada devidamente pelos modelos nos parâmetros de risco calculados, o Banco aprovou no exercício de 2020, um procedimento de overlays à imparidade, que regulamenta a análise de imparidade em situações excecionais que não são devidamente capturados pelos modelos utilizados no cálculo efetuado pelo Banco, pela própria natureza e/ou particularidades da mesma. Ao abrigo desse procedimento, em 31 de dezembro de 2021 o Banco aplicou dois overlays ao modelo de imparidade, com objetivo de refletir os impactos, de uma forma abrangente e prudente:

- *Overlay-rating* -Tendo presente uma expectável deterioração nas contas do exercício de 2020 das empresas, foi contabilizado um novo *overlay*. Este *overlay* conduziu a uma reclassificação de 300 milhões de euros de exposição de stage 1 para stage 2 e uma dotação de imparidade de 15 milhões de euros;
- *Overlay idiossincrático* – Como uma aproximação do impacto na imparidade de um aumento significativo de risco (passagem a stage 2) dos sectores mais afetados pelo impacto económico da pandemia. Este *overlay* foi atualizado tendo sido dotado um novo reforço de imparidade por 11,9 milhões de euros, essencialmente na carteira de encarteiradas por uma deterioração do rating interno, com um retorno a stage 1 de 378,7 milhões de euros de exposição compensado em parte pelo *overlay re-rating*.

No exercício de 2022 o tratamento dado pelo Banco aos *Overlays* foi:

- O exercício de 2022 veio demonstrar que não se registou uma deterioração significativa, desde a saída das moratórias, nos sectores mais afetados pela pandemia. Neste sentido o Banco anulou o *Overlay idiossincrático* para estes sectores no montante de 68,9 milhões de euros;
- O ano de 2022 ficou marcado indelevelmente pela invasão da Ucrânia pela Rússia e guerra subsequente, ainda em curso. As suas ondas de choque, materializadas num segundo choque de oferta sobre a economia mundial, tiveram efeitos ao nível da energia e demais matérias-primas. A pronunciada subida dos preços destes bens, no primeiro semestre de 2022, veio ampliar os efeitos inflacionistas que já estavam em curso, contribuindo para uma subida das taxas de juro de referência, mais pronunciada e mais rápida, por parte dos principais bancos centrais. A inflação, nas economias desenvolvidas, atingiu máximos de três décadas em 2022, e a desaceleração tem-se revelado mais gradual do que o inicialmente esperado, mesmo com o mais forte endurecimento da política monetária. Os efeitos sobre a inflação da descida dos preços da energia foram parcialmente anulados pela subida dos preços dos bens e serviços excluindo alimentação e energia (a designada "inflação subjacente"). Esta descida mais lenta da inflação resultou na manutenção, pelos principais bancos centrais, de um grande foco no controlo da inflação, tendo sinalizado que, fruto dos riscos latentes, as taxas poderão ainda subir mais e permanecer elevadas durante um período mais longo. O pleno efeito da subida das taxas de juro sobre o crédito, em especial sobre o hipotecário, deverá ser sentido durante o ano de 2023, atendendo à periodicidade da refixação do indexante. Neste contexto o Banco constituiu dois *Overlays*:
 - *Overlay idiossincrático* por 101,0 milhões de euros para os sectores mais afetados pelos aumentos dos custos energéticos e de matérias-primas; e
 - *Overlay hipotecas* por 17 milhões de euros para operações de crédito à habitação originadas ao abrigo do macroprudencial, cujo rendimento seja inferior a 1.200 euros e taxa de esforço ultrapasse os 50% num contexto de Euribor a 3,5%.

No exercício de 2023 o tratamento dado pelo Banco aos overlays foi:

- O exercício de 2023 veio demonstrar que as carteiras de empresas mais afetadas pelos custos energéticos tiveram um bom comportamento, não se tendo verificado uma degradação do risco relevante das exposições abrangidas pelo universo do *overlay*. Neste âmbito, foi anulado este *overlay* tendo retornado à carteira a *stage 1* crédito no montante de 1.688 milhões de euros e anulada a imparidade no montante de 101 milhões de euros; e
- Relativamente ao *overlay* de hipotecas e tratando-se de uma carteira sujeita algum risco sistemático por via do contexto de taxa de juro e da incerteza relativa à evolução do mercado imobiliário, o Banco após análise decidiu aplicar um *overlay* para os clientes com um nível de rendimento inferior a 1.000 euros e taxa de esforço superior a 50%, por serem os clientes que apresentam *default rates* e transições para *stage 2* superiores. Este *overlay* conduziu a uma reclassificação de 59 milhões de euros de exposição de *stage 1* para *stage 2* (450 milhões de euros no exercício de 2022).

10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2023					
	Valor de balanço		Valor nocional			
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro						
Passivos e crédito	117.411	3.924	20.764	382.089	3.211.985	3.614.838
Ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral	117.479	21.278	-	1.800.000	3.396.000	5.196.000
Swaps sobre cotações	86	846	-	7.431	89.550	96.981
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro- fluxos de caixa	24.855	-	-	-	3.000.000	3.000.000
	<u>259.831</u>	<u>26.048</u>	<u>20.764</u>	<u>2.189.520</u>	<u>9.697.535</u>	<u>11.907.819</u>
31-12-2022						
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço		Valor nocional			
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
	Instrumentos derivados de cobertura					
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro						
Passivos e crédito	183.817	96	311	253.823	2.964.280	3.218.414
Ativos financeiros pelo justo valor por outro rendimento integral	418.010	9.294	1.500.000	-	5.946.000	7.446.000
Swaps sobre cotações	-	234	-	-	7.942	7.942
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro- fluxos de caixa	-	174.147	-	10.000.000	-	10.000.000
	<u>601.827</u>	<u>183.771</u>	<u>1.500.311</u>	<u>10.253.823</u>	<u>8.918.222</u>	<u>20.672.356</u>

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de Derivados - contabilidade de cobertura encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 97 milhares de euros e 1 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (630 milhares de euros e 288 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 39.

O Grupo realiza operações de cobertura no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias/cobertas é igualmente gerido pelo Grupo através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Grupo transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal). O valor nominal é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Empreendimentos conjuntos		
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	49,99	37.655
AEGON Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	49,00	19.634
AEGON Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	49,00	12.801
		70.090
Associadas		
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	41.468
		41.468
		111.558

Relativamente aos empreendimentos conjuntos ver Nota 4.

No decurso do exercício de 2022 o Banco transferiu o negócio de Acquiring Services - prestação de serviços de aquisição de operações de pagamento, à Getnet Europe ("Getnet"), empresa do Grupo. O acordo de transferência aconteceu a 24 de agosto de 2022, tendo o negócio sido concretizado a 1 de novembro de 2022.

A operação foi acompanhada de dois eventos relevantes em agosto de 2022, nomeadamente, (i) a renúncia pelo Banco ao cargo de Administrador da Unicre com efeitos imediatos e (ii) a comunicação pelo Banco à Unicre da cessação de relação comercial relacionada com o negócio de POS, nos seis meses subsequentes, em resultado da transferência do negócio para a Getnet, tendo a cessação ocorrido em abril de 2023.

Como consequência dos acontecimentos anteriores e tendo por base os princípios de transparência das leis da concorrência, o Banco renunciou ao exercício de influência significativa na Unicre. Por essa via, o Banco deixou de deter influência significativa e passou a considerar a participação nesta entidade como um investimento, transferindo a participação para a carteira de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8).

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Propriedades de investimento:

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Grupo passou a consolidar pelo método integral o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Terrenos		
Urbanizados	13.332	20.293
Não urbanizados	686	1.002
Construções acabadas		
Arrendadas	109.491	131.036
Não arrendadas	<u>14.523</u>	<u>26.880</u>
	<u><u>138.032</u></u>	<u><u>179.211</u></u>

Por outro lado, durante o exercício de 2023 e de 2022, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Rendas (Nota 32)	8.052	8.753
Impostos	(507)	(644)
Condomínio	(226)	(252)
Conservação e reparação	(446)	(200)
Seguros	<u>(102)</u>	<u>(112)</u>
	<u><u>6.771</u></u>	<u><u>7.545</u></u>

O movimento ocorrido na sub-rubrica de “Propriedades de investimento” no exercício de 2023 e 2022 foi como segue:

	Saldo em		Valorização		Saldo em
	31-12-2022	Entradas	a justo valor	Alienações	31-12-2023
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	179.211	-	(3.081)	(38.098)	138.032

	Saldo em		Valorização		Saldo em
	31-12-2021	Entradas	a justo valor	Alienações	31-12-2022
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	213.731	70	(1.206)	(33.384)	179.211

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outras receitas/despesas operacionais” (Nota 32).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 15.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	31-12-2023	31-12-2022
Propriedades de investimento	138.032	179.211

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em		Técnica de valorização	Inputs relevantes
		31-12-2023	31-12-2022		
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3					
Retail park Matosinhos	Arrendado	48.756	48.979	Método comparativo de mercado/ Método do Rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita					
Armazém em Matosinhos	Arrendado	16.019	16.045	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9					
Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.269	11.306	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Camaxide					
Escritórios em Oeiras*	Arrendado	-	11.069	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2*	Arrendado	-	12.203	Método de rendimento / Método do custo	Taxa de capitalização
Campos de Golf em Loulé					
Terrenos em Valongo	Terrenos	10.233	10.238	Método comparativo de mercado/ Método do custo	Valor do terreno e do custo de
				Método do Valor Residual	Construção e comercialização por m2
		86.277	109.840		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por metro quadrado ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

Os imóveis que deixaram de constar no quadro acima foram alienados durante o exercício de 2023.

Ativos tangíveis e ativos intangíveis:

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o exercício de 2023 e 2022 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2022				Abates e vendas		Transferências		Alienação perímetro segurador			31-12-2023			
	Valor	Depreciação	Imparidade	Aquisições	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Depreciação	Valor	Depreciação	Imparidade	Valor
	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada		Bruto	Acumulada		Bruto
	(Nota 18)				(Nota 14)					(Nota 18)					
Ativos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	327.742	(127.068)	(6.147)	3	-	-	(1.273)	688	-	-	(6.299)	326.472	(132.679)	(6.147)	187.646
. Despesas em edifícios arrendados	9.441	(7.272)	-	967	(409)	409	-	-	-	-	(497)	9.999	(7.360)	-	2.639
. Outros imóveis	166	(82)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	166	(83)	-	83
. Direitos de uso (Nota 17)	43.690	(21.104)	-	1.836	(594)	140	-	-	-	-	(4.572)	44.932	(25.536)	-	19.396
	<u>381.039</u>	<u>(155.526)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>2.806</u>	<u>(1.003)</u>	<u>549</u>	<u>(1.273)</u>	<u>688</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.369)</u>	<u>381.569</u>	<u>(165.658)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>209.764</u>
Equipamento	146.159	(99.532)	-	26.440	(78.234)	77.099	(17)	10	(2.798)	2.698	(17.887)	91.550	(37.612)	-	53.938
Outros ativos tangíveis	2.180	(76)	-	-	(43)	43	-	-	(5)	-	-	2.132	(33)	-	2.099
	<u>148.339</u>	<u>(99.608)</u>	<u>-</u>	<u>26.440</u>	<u>(78.277)</u>	<u>77.142</u>	<u>(17)</u>	<u>10</u>	<u>(2.803)</u>	<u>2.698</u>	<u>(17.887)</u>	<u>93.682</u>	<u>(37.645)</u>	<u>-</u>	<u>56.037</u>
	<u>529.378</u>	<u>(255.134)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>29.246</u>	<u>(79.280)</u>	<u>77.691</u>	<u>(1.290)</u>	<u>698</u>	<u>(2.803)</u>	<u>2.698</u>	<u>(29.256)</u>	<u>475.251</u>	<u>(203.303)</u>	<u>(6.147)</u>	<u>265.801</u>
Ativos intangíveis															
Software	167.676	(132.886)	-	22.108	(82.005)	82.005	-	-	(10.764)	9.897	(25.056)	97.015	(66.040)	-	30.975
Outros ativos intangíveis	2.008	(2.008)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.008	(2.008)	-	-
Goodwill	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651
	<u>172.335</u>	<u>(134.894)</u>	<u>-</u>	<u>22.108</u>	<u>(82.005)</u>	<u>82.005</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.764)</u>	<u>9.897</u>	<u>(25.056)</u>	<u>101.674</u>	<u>(68.048)</u>	<u>-</u>	<u>33.626</u>

	31-12-2021				Transferências para outros ativos					31-12-2022			
	Valor	Depreciação	Imparidade	Aquisições	Abates e vendas		Valor	Depreciação	Depreciação	Valor	Depreciação	Imparidade	Valor
	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada		Bruto	Acumulada		Bruto
	(Nota 18)			(Nota 14)					(Nota 18)				
Ativos tangíveis													
Imóveis													
. Imóveis de serviço próprio	335.573	(126.979)	(6.147)	2.117	-	-	(9.948)	6.412	(6.501)	327.742	(127.068)	(6.147)	194.527
. Despesas em edifícios arrendados	9.162	(7.049)	-	521	(242)	232	-	-	(455)	9.441	(7.272)	-	2.169
. Outros imóveis	166	(81)	-	-	-	-	-	-	(1)	166	(82)	-	84
. Direitos de uso (Nota 17)	41.399	(16.854)	-	3.697	(1.406)	-	-	-	(4.250)	43.690	(21.104)	-	22.586
	386.300	(150.963)	(6.147)	6.335	(1.648)	232	(9.948)	6.412	(11.207)	381.039	(155.526)	(6.147)	219.366
Equipamento	161.614	(109.076)	-	8.271	(23.632)	20.483	(94)	57	(10.996)	146.159	(99.532)	-	46.627
Outros ativos tangíveis	2.180	(76)	-	-	-	-	-	-	-	2.180	(76)	-	2.104
	163.794	(109.152)	-	8.271	(23.632)	20.483	(94)	57	(10.996)	148.339	(99.608)	-	48.731
	550.094	(260.115)	(6.147)	14.606	(25.280)	20.715	(10.042)	6.469	(22.203)	529.378	(255.134)	(6.147)	268.097
Ativos intangíveis													
Software	142.483	(109.374)	-	25.193	-	-	-	-	(23.512)	167.676	(132.886)	-	34.790
Outros ativos intangíveis	2.008	(2.008)	-	-	-	-	-	-	-	2.008	(2.008)	-	-
Goodwill	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651
	147.142	(111.382)	-	25.193	-	-	-	-	(23.512)	172.335	(134.894)	-	37.441

13. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Ativos por impostos correntes	3.720	3.045
Ativos por Impostos diferidos	<u>163.872</u>	<u>244.131</u>
	<u>167.592</u>	<u>247.176</u>
Passivos por impostos correntes	219.312	129.741
Passivos por Impostos diferidos	<u>153.566</u>	<u>130.552</u>
	<u>372.878</u>	<u>260.293</u>
Impostos diferidos	10.306	113.579

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos correntes	(401.795)	(210.293)
Impostos diferidos	<u>(29.315)</u>	<u>(56.300)</u>
	<u>(431.110)</u>	<u>(266.593)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante o exercício de 2023 e 2022 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2022	Outro rendimento integral	Resultados	Alienação perímetro segurador	Saldo em 31-12-2023
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:					
. Impostos diferidos ativos	86.211	-	(22.721)	-	63.490
. Impostos diferidos passivos	(5.221)	-	-	-	(5.221)
Ativos intangíveis	923	-	2.874	-	3.797
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	858	-	(286)	-	572
. Impostos diferidos passivos	(1.576)	-	99	-	(1.477)
Pensões:					-
. Pensões de reforma	3.513	-	429	-	3.942
. Reformas antecipadas	56.501	-	(5.689)	-	50.812
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	2.909	-	(323)	-	2.586
Atividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	20	-	-	(20)	-
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(60)	-	-	60	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(95.555)	(3.814)	-	(14.015)	(113.384)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	47.394	(55.120)	-	-	(7.726)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	38.733	-	(4.334)	-	34.399
Operações de titularização	(22.779)	-	336	-	(22.443)
Outros	1.708	-	300	(1.049)	959
	<u>113.579</u>	<u>(58.934)</u>	<u>(29.315)</u>	<u>(15.024)</u>	<u>10.306</u>

	Saldo em 31-12-2021	Outro rendimento integral	Resultados	Saldo em 31-12-2022
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como gasto fiscal:				
. Impostos diferidos ativos	126.618	-	(40.407)	86.211
. Impostos diferidos passivos	(5.221)	-	-	(5.221)
Ativos intangíveis	1.481	-	(558)	923
Reavaliação de ativos tangíveis				
. Impostos diferidos ativos	1.144	-	(286)	858
. Impostos diferidos passivos	(1.712)	-	136	(1.576)
Pensões:				
. Pensões de reforma	4.110	-	(597)	3.513
. Reformas antecipadas	65.104	-	(8.603)	56.501
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.232	-	(323)	2.909
Atividade seguradora:				
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	7.378	(7.358)	-	20
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(75)	-	15	(60)
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(238.953)	143.398	-	(95.555)
Derivados de cobertura de fluxos de caixa	313	47.081	-	47.394
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44.589	-	(5.856)	38.733
Operações de titularização	(23.268)	-	489	(22.779)
Outros	2.018	-	(310)	1.708
	(13.242)	183.121	(56.300)	113.579

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do Banif, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do Banif e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do Banif (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 ("Despacho da AT"), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do Banif, relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Não obstante o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconhecerem ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do Banif num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco tem o direito no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, a uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro. Para dar cumprimento a esta decisão o Banco transferiu, no exercício de 2020, o montante em causa, desta rubrica para a rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Devedores diversos e outras disponibilidades" (Nota 9).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2020, inclusive. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias e a maior parte são correções meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, TottaUrbe, Gamma e Santander Totta Seguros (apenas em 31 de dezembro de 2022) - sociedades dominadas.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 18)		
Para prémios não adquiridos	-	2.539
Matemática do ramo vida	-	10
Para participação nos resultados	-	143
Para sinistros	-	18.652
	<u>-</u>	<u>21.344</u>
Devedores e outras aplicações		
Devedores por seguro directo e resseguro	-	10.718
Outros rendimentos a receber	23.399	15.050
Promessas de dação, arrematações e outros ativos		
recebidos em dação de pagamento	47.747	89.404
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Despesas com encargo diferido	979	6.625
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)		
Responsabilidades do Santander	(1.089.386)	(935.876)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander	1.130.449	1.008.553
Responsabilidades da sucursal de Londres	(31.175)	(31.143)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	32.815	32.231
Responsabilidades do Banif	-	(131.550)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	-	91.671
Responsabilidades do BAPOP	(147.425)	(140.719)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BAPOP	186.351	173.365
Outros valores em trânsito e transações a regularizar	68.768	18.269
	<u>225.667</u>	<u>209.743</u>
Imparidade em ativos não financeiros (Nota 18)		
Devedores e outras aplicações	-	(31)
Promessas de dação, arrematações e outros ativos		
recebidos em dação de pagamento	(28.336)	(57.301)
	<u>(28.336)</u>	<u>(57.332)</u>
	<u>197.331</u>	<u>173.755</u>

O movimento ocorrido na sub-rubrica Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento durante o exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2022					Transferências de/para ANCDV (Nota 15)	Transferência de ativos tangíveis (Nota 12)	Imparidade			31 de dezembro de 2023		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações			Dotações	Reposição	Utilização	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	11.716	(5.284)	6.432	-	-	(5.184)	-	1.766	-	6.532	(3.518)	3.014	
Promessas de Dação	186	(186)	-	-	-	(83)	-	83	-	103	(103)	-	
Arrematações	3.917	(1.707)	2.210	1.388	-	(2.133)	-	655	37	3.172	(1.075)	2.097	
Outros	21.552	(20.409)	1.143	539	(6.795)	(1.459)	-	4.099	3.211	13.837	(13.168)	669	
Imóveis de serviço próprio para venda	19.509	(10.982)	8.527	32	(8.181)	-	592	2.192	2.315	11.952	(6.526)	5.426	
Outros imóveis em venda	32.524	(18.733)	13.791	-	(20.373)	-	-	3.217	14.171	12.151	(3.946)	8.205	
	89.404	(57.301)	32.103	1.959	(35.349)	(8.859)	592	12.012	19.734	47.747	(28.336)	19.411	

	31 de dezembro de 2021					Transferências de/para ANCDV (Nota 15)	Transferências de ativos tangíveis (Nota 12)	Imparidade			31 de dezembro de 2022		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Entradas	Alienações			Dotações	Reposição	Utilização	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	37.331	(24.191)	13.140	-	-	(25.615)	-	20.336	-	11.716	(5.284)	6.432	
Promessas de Dação	337	(337)	-	-	-	(151)	-	151	-	186	(186)	-	
Arrematações	6.813	(2.924)	3.889	2.427	(14)	(5.309)	-	1.254	10	3.917	(1.707)	2.210	
Outros	27.848	(24.018)	3.830	9.147	(3.456)	(11.987)	-	3.203	1.191	21.552	(20.409)	1.143	
Imóveis de serviço próprio para venda	39.840	(25.771)	14.069	41	(23.945)	-	3.573	6.790	8.228	19.509	(10.982)	8.527	
Outros imóveis em venda	69.113	(24.847)	44.266	220	(36.809)	-	-	4.439	9.070	32.524	(18.733)	13.791	
	181.282	(102.088)	79.194	11.835	(64.224)	(43.062)	3.573	36.173	18.499	89.404	(57.301)	32.103	

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a tipologia de imóveis da carteira de ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	2023				2022			
	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis								
Terrenos urbanos	3	819	(230)	589	5	864	(233)	631
Terrenos rústicos	6	313	(300)	13	6	310	(296)	14
Edifícios construídos								
. Residenciais	38	3.150	(1.422)	1.728	35	3.598	(1.661)	1.937
. Comerciais	16	2.250	(1.566)	684	25	6.944	(3.094)	3.850
	63	6.532	(3.518)	3.014	71	11.716	(5.284)	6.432
Outros imóveis em venda								
Terrenos urbanos	95	6.786	(1.368)	5.418	158	9.437	(3.470)	5.967
Terrenos rústicos	7	4.080	(2.381)	1.699	61	18.912	(13.698)	5.214
Edifícios construídos								
. Residenciais	7	336	(25)	311	13	842	(220)	622
. Comerciais	11	949	(172)	777	26	3.333	(1.345)	1.988
	120	12.151	(3.946)	8.205	258	32.524	(18.733)	13.791
	183	18.683	(7.464)	11.219	329	44.240	(24.017)	20.223

O apuramento das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 15.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de apuramento do justo valor das “Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento” de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

15. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido na rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	31-12-2022		Entradas	Alienações	Transferências/ ANCDV (Nota 14)	Imparidade (Nota 18)			31-12-2023		
	Valor bruto (Nota 18)	Imparidade acumulada (Nota 18)				Dotações	Reversões	Utilizações	Valor bruto (Nota 18)	Imparidade acumulada (Nota 18)	Valor líquido (Nota 18)
Ativos recebidos por dação em pagamento											
Imóveis	68.490	(42.485)	68	(41.552)	8.858	(3.726)	481	22.820	35.864	(22.910)	12.954
Equipamento	1.905	(1.702)	347	(340)	-	(468)	248	176	1.912	(1.746)	166
Outros ativos	17.541	-	9.801	(4.897)	-	-	-	-	22.445	-	22.445
	87.936	(44.187)	10.216	(46.789)	8.858	(4.194)	729	22.996	60.221	(24.656)	35.565
Ativos recebidos por dação em pagamento											
Imóveis	79.020	(41.873)	488	(54.080)	43.062	(33.892)	20.855	12.425	68.490	(42.485)	26.005
Equipamento	2.407	(2.100)	1.083	(1.585)	-	(1.313)	1.002	709	1.905	(1.702)	203
Outros ativos	-	-	17.541	-	-	-	-	-	17.541	-	17.541
Imóveis de serviço próprio para venda	37.457	-	-	(37.457)	-	-	-	-	-	-	-
	118.884	(43.973)	19.112	(93.122)	43.062	(35.205)	21.857	13.134	87.936	(44.187)	43.749

No primeiro semestre de 2022, o Banco alienou o edifício central (Ramalho Ortigão), o qual se encontrava no balanço por 35 milhões de euros. A concretização desta transação originou uma valia registada na rubrica “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas” (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a tipologia de imóveis da carteira de Ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	2023				2022			
	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Terrenos urbanos	74	9.307	(5.575)	3.732	87	9.423	(5.621)	3.802
Terrenos rústicos	1	26	(1)	25	70	10.525	(9.002)	1.523
Edifícios construídos								
. Residenciais	244	17.038	(9.325)	7.713	355	32.448	(17.177)	15.271
. Comerciais	63	9.493	(8.009)	1.484	73	16.094	(10.685)	5.409
	382	35.864	(22.910)	12.954	585	68.490	(42.485)	26.005

No âmbito do projeto Guadiana, o Banco celebrou no segundo semestre de 2022 um contrato de promessa de compra e venda de uma carteira de 563 imóveis por um valor de venda de 23 milhões de euros. A saída dos imóveis de balanço irá ocorrer à medida da realização das escrituras. No exercício de 2023 foram escriturados 181 imóveis por um valor de venda de 11 milhões de euros (140 imóveis por um valor de venda de 4 milhões de euros em dezembro de 2022), as valias realizadas por esta venda são registadas na rubrica “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas” (Nota 35).

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

16. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2022, nesta rubrica registavam-se os passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro.

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

	<u>31-12-2022</u>
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	<u>2.792.796</u>

17. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A subrubrica Depósitos, tem a seguinte composição

	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos - Bancos centrais		
Recursos do Banco Central Europeu - Depósitos	706.835	4.113.627
Recursos de Outros Bancos Centrais	-	87
	706.835	4.113.714
Depósitos - Instituições de crédito		
Depósitos	545.270	742.157
Operações de venda com acordo de recompra	4.496.595	2.071.901
Juros a pagar/despesas diferidas	570	354
	5.042.435	2.814.412
Depósitos - Clientes		
Depósitos à ordem	19.864.868	24.209.880
Depósitos a prazo	14.883.567	13.755.746
Depósitos de pré-aviso	6.000	2.000
Depósitos estruturados	131.695	137
Depósitos de poupança	299.980	493.301
Juros a pagar/despesas diferidas	54.628	5.120
Produtos de seguros financeiros sem participação nos resultados	-	40.180
Correções de valor por operações de cobertura	(2.112)	1
	35.238.626	38.506.365
	40.987.896	45.434.491

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a subrubrica de “Depósitos - Instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	31-12-2023				Prazo remanescente		
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos
Instrumentos de dívida de emissores públicos nacionais	31.228	-	(236)	30.992	30.992	-	-
Instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros	(859.994)	-	10.537	(849.457)	(395.815)	(453.642)	-
Instrumentos de dívida de outros emissores	5.434.524	-	(119.464)	5.315.060	1.786.596	2.719.638	808.826
	4.605.758	-	(109.163)	4.496.595	1.421.773	2.265.996	808.826
Tipo de subjacente	31-12-2022				Prazo remanescente		
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos
Instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros	(99.926)	-	(20)	(99.946)	(99.946)	-	-
Instrumentos de dívida de outros emissores	2.188.074	-	(16.227)	2.171.847	1.043.763	1.128.084	-
	2.088.148	-	(16.247)	2.071.901	943.817	1.128.084	-

A subrubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
Obrigações hipotecárias/cobertas						
Saldo inicial	8.600.000	(6.623.800)	1.976.200	8.600.000	(6.600.000)	2.000.000
Emitidas	2.669.900	(1.000.000)	1.669.900	750.000	(750.000)	-
Readquiridas	-	-	-	-	(23.800)	(23.800)
Reembolsadas	(1.500.000)	1.500.000	-	(750.000)	750.000	-
Saldo final	9.769.900	(6.123.800)	3.646.100	8.600.000	(6.623.800)	1.976.200
Juros a pagar	-	-	37.199	-	-	9.250
Comissões associadas ao custo	-	-	(18.869)	-	-	(14.472)
Correções de valor por operações de cobertura	-	-	7.417	-	-	-
	9.769.900	(6.123.800)	3.671.847	8.600.000	(6.623.800)	1.970.978
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização						
Saldo inicial	3.182.259	(2.057.561)	1.124.698	3.374.158	(2.837.840)	536.318
Emitidas	-	-	-	665.930	-	665.930
Readquiridas	-	-	-	-	(9.430)	(9.430)
Reembolsadas	(467.075)	325.177	(141.898)	(857.829)	789.709	(68.120)
Saldo final	2.715.184	(1.732.384)	982.800	3.182.259	(2.057.561)	1.124.698
Juros a pagar	-	-	1.267	-	-	809
Comissões associadas ao custo	-	-	(31.265)	-	-	(36.336)
	2.715.184	(1.732.384)	952.802	3.182.259	(2.057.561)	1.089.171
Obrigações estruturadas						
Saldo inicial	254.282	(8.227)	246.055	191.227	(8.227)	183.000
Emitidas	141.600	-	141.600	100.800	-	100.800
Readquiridas	-	7.431	7.431	-	-	-
Reembolsos	(101.707)	-	(101.707)	(37.745)	-	(37.745)
Saldo final	294.175	(796)	293.379	254.282	(8.227)	246.055
Juros a pagar	-	-	5.454	-	-	4.064
Correções de valor por operações de cobertura	-	-	(238)	-	-	-
	294.175	(796)	298.595	254.282	(8.227)	250.119
Outras obrigações						
Saldo inicial	1.100.000	-	1.100.000	500.000	-	500.000
Emitidas	-	-	-	600.000	-	600.000
Saldo final	1.100.000	-	1.100.000	1.100.000	-	1.100.000
Juros a pagar	-	-	12.557	-	-	12.557
	1.100.000	-	1.112.557	1.100.000	-	1.112.557
Passivos subordinados						
Saldo inicial	527.599	(320.000)	207.599	327.599	(320.000)	7.599
Emitidos	-	-	-	200.000	-	200.000
Saldo final	527.599	(320.000)	207.599	527.599	(320.000)	207.599
Juros a pagar	-	-	5.457	-	-	5.457
	527.599	(320.000)	213.056	527.599	(320.000)	213.056
	14.406.858	(8.176.980)	6.248.857	13.664.140	(9.009.588)	4.635.881

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias/cobertas possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições dos títulos de dívida emitidos encontram-se detalhadas no Anexo I.

Entre maio de 2008 e dezembro de 2023, o Banco realizou trinta e três emissões de obrigações hipotecárias/cobertas ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as obrigações hipotecárias/cobertas tinham um património autónomo constituído por:

	31-12-2023	31-12-2022
Crédito a clientes (Nota 9)	11.284.130	10.237.229
Juros de crédito	42.615	17.683
Derivados	(1.263.905)	(166.020)
	<u>10.062.840</u>	<u>10.088.892</u>

A subrubrica Outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Cheques e ordens a pagar	93.855	198.533
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	15.463	11.879
Sector público administrativo	34.074	30.560
Credores por contratos de factoring	61.038	55.053
Credores por fornecimentos de bens	872	2.629
Outros Credores	7.881	17.578
Compromissos com rendas futuras	19.705	22.790
Outros	26.214	27.770
	<u>259.102</u>	<u>366.793</u>

Os compromissos com rendas futuras correspondem à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 12)
Saldo em 31 de dezembro 2021	24.830	24.545
Amortização 2022	(4.798)	(4.250)
Saídas	(1.406)	(1.406)
Entradas	2.831	2.831
Extensões e alterações de renda	1.333	866
Saldo em 31 de dezembro 2022	22.790	22.586
Amortização 2023	(4.467)	(4.572)
Saídas	(454)	(454)
Entradas	323	1.836
Extensões e alterações de renda	1.513	-
Saldo em 31 de dezembro 2023	19.705	19.396

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os cash flows contratuais são os seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
. Até 1 ano	4.542	4.454
. Até 2 ano	3.449	4.067
. Até 3 ano	3.144	3.086
. Até 4 ano	3.024	2.989
. Até 5 ano	2.799	2.879
. Mais de 5 anos	2.747	5.315
	<u>19.705</u>	<u>22.790</u>

18. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Provisões compromissos e garantias concedidos	53.263	49.705
Outras provisões		
Reestruturação	40.743	65.653
Outras		
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego (Nota 38)	10.508	10.260
Questões fiscais	11.750	6.918
Questões jurídicas e litígios fiscais pendentes	4.686	6.963
Outras provisões	19.049	21.715
	<u>45.993</u>	<u>45.856</u>
Provisões técnicas	-	624.880
Outras provisões	86.736	736.389

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade referentes à atividade bancária durante o exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023					31-12-2023
	31-12-2022	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências	
Provisões compromissos e garantias concedidos (Nota 24)	49.705	8.763	(5.205)	-	-	53.263
Reestruturação	65.653	-	(13.500)	(11.410)	-	40.743
Outras	45.856	41.063	(8.628)	(2.130)	(30.168)	45.993
	<u>161.214</u>	<u>49.826</u>	<u>(27.333)</u>	<u>(13.540)</u>	<u>(30.168)</u>	<u>139.999</u>
	2022					31-12-2022
	31-12-2021	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências	
Provisões compromissos e garantias concedidos (Nota 24)	51.179	4.853	(6.327)	-	-	49.705
Reestruturação	87.204	-	-	(21.551)	-	65.653
Outras provisões	70.792	9.180	(11.456)	(20.660)	(2.000)	45.856
	<u>209.175</u>	<u>14.033</u>	<u>(17.783)</u>	<u>(42.211)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>161.214</u>

O montante constante do conceito reestruturação é para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores e ainda não liquidados. Os valores utilizados em 2023 e 2022, foram para fazer face aos compromissos assumidos e pagos.

O movimento ocorrido na imparidade nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023						
	Saldo em 31-12-2022	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2023	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	4.850	244	(2.832)	-	2.262	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	942.068	166.549	(107.378)	(206.460)	794.779	(1.477)	18.204
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	24	-	(24)	-	-	-	-
	<u>946.942</u>	<u>166.793</u>	<u>(110.234)</u>	<u>(206.460)</u>	<u>797.041</u>	<u>(1.477)</u>	<u>18.204</u>
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	44.187	4.194	(729)	(22.996)	24.656	-	-
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.147	-	-	-	6.147	-	-
Outros ativos	57.332	2.781	(12.012)	(19.765)	28.336	-	-
	<u>107.666</u>	<u>6.975</u>	<u>(12.741)</u>	<u>(42.761)</u>	<u>59.139</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
2022							
	Saldo em 31-12-2021	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2022	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	5.622	1.481	(2.253)	-	4.850	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	1.014.556	88.682	(83.710)	(77.460)	942.068	(8.870)	(7.276)
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	52	-	(29)	1	24	-	-
	<u>1.020.230</u>	<u>90.163</u>	<u>(85.992)</u>	<u>(77.459)</u>	<u>946.942</u>	<u>(8.870)</u>	<u>(7.276)</u>
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	43.973	35.205	(21.857)	(13.134)	44.187	-	-
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.147	-	-	-	6.147	-	-
Outros ativos	102.119	9.886	(36.173)	(18.500)	57.332	-	-
	<u>152.239</u>	<u>45.091</u>	<u>(58.030)</u>	<u>(31.634)</u>	<u>107.666</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

No exercício de 2022, o movimento ocorrido nas provisões técnicas referentes à atividade de seguros, foi o seguinte:

	Valores em resultados do exercício				Liquidações	Transferências por distribuição da participação nos resultados	Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 31-12-2021	Variação das provisões	Variação das provisões p/sinistros	Variação da Shadow reserve			
Ativo por provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 14)							
Ramo Vida							
. Provisão para prémios não adquiridos	2.672	(133)	-	-	-	-	2.539
. Provisão matemática	62	(51)	-	-	-	-	11
. Custos de aquisição diferidos da provisão matemática	(1)	-	-	-	-	-	(1)
. Provisão para sinistros	17.037	-	1.615	-	-	-	18.652
. Provisão para participação nos resultados	-	618	-	-	(475)	-	143
Total de ativo por provisões técnicas de resseguro cedido	19.770	434	1.615	-	(475)	-	21.344
Passivo por provisões técnicas de seguro direto							
Ramo Vida							
. Provisão para prémios não adquiridos	(2.743)	182	-	-	-	-	(2.561)
. Provisão matemática	(611.840)	22.287	-	-	-	(22)	(589.575)
. Custos de aquisição diferidos da provisão matemática	1	-	-	-	-	-	1
. Provisão para sinistros	(23.848)	-	(1.629)	-	-	-	(25.477)
. Provisão para participação nos resultados	(31.699)	(193)	-	31.310	210	22	(350)
. Outras provisões técnicas	(6.787)	(131)	-	-	-	-	(6.918)
Total de passivo por provisões técnicas de seguro directo	(676.916)	22.145	(1.629)	31.310	210	-	(624.880)

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representavam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluíam os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados respeitam a temporários anuais renováveis.

19. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

20. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Encargos com pessoal	83.510	71.720
Gastos gerais administrativos	74.632	63.417
Outros encargos a pagar	7.939	8.454
Outros passivos por seguro direto e resseguro		7.196
Outras receitas com rendimento diferido	7.884	9.150
Outros		
Transferências no âmbito do SEPA	349.739	99.070
Saldos a regularizar em ATM's	182	224
Outros valores em trânsito e transações a regularizar	181.790	91.045
	705.675	350.276

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros encargos a pagar correspondem essencialmente a acréscimos de custos relacionados com atividade regular do Grupo.

21. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Número de ações	% de participação	Montante	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	175.190.213	0,09%	1.752	179.257.042	0,09%	1.793
Ações próprias	125.000.401	0,06%	1.250	120.933.572	0,06%	1.209
	197.296.207.958	100,00%	1.972.962	197.296.207.958	100,00%	1.972.962

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 milhares de euros.

Ações próprias

No exercício de 2023 a Sociedade procedeu à aquisição de 4.066.829 ações próprias, pelo montante de 69 milhares de euros.

No exercício de 2022 a Sociedade procedeu à aquisição de 3.883.629 ações próprias, pelo montante de 81 milhares de euros.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade detém 125.000.401 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social

Em 14 de janeiro de 2021, a Sociedade fez uma terceira emissão de “€ 400.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições, situações que conduziram ao seu registo nesta rubrica. O montante pago no exercício de 2023 e 2022, ascendeu a 19.600 milhares de euros.

Outro rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Efeito Bruto de Valorizações		
Elementos que não serão reclassificados em resultados		
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(709.489)	(700.140)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	61.400	75.978
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	(112)
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados	(648.089)	(624.274)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados		
Reserva para coberturas de fluxos de caixa	24.912	(152.824)
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	366.886	295.196
Variação do justo valor dos passivos por seguros (shadow reserve)	-	(74)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	(5.164)
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados	391.798	137.134
Efeito Fiscal		
Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	204.207	204.206
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(73)	(1.339)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	861
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal	204.134	203.728
Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Reserva para coberturas de fluxos de caixa	(7.723)	47.376
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Variação do justo valor de títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(19.764)	(31.678)
Variação do justo valor de créditos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(93.503)	(63.434)
Variação do justo valor dos passivos por seguros (shadow reserve)	-	17
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	-	1.384
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal	(120.990)	(46.335)
Outro rendimento integral acumulado	(173.147)	(329.747)

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas por rendimento integral.

As rubricas de “Resultados retidos” e “Outras reservas” têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Resultados retidos	<u>390.280</u>	<u>322</u>
Outras reservas		
Reserva legal	394.592	369.799
Reservas de fusão	640.575	640.575
Reservas Consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	(65.882)	815.228
Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	<u>-</u>	<u>27.993</u>
	<u>969.285</u>	<u>1.853.595</u>

No dia 28 de fevereiro de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 482.855 milhares de euros.

No dia 04 de maio de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de 49.049 milhares de euros.

No dia 27 de julho de 2022, o Conselho Fiscal deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2022 no montante de 677.925 milhares de euros.

No dia 31 de março de 2023, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2022, como se segue:

- 677.925 milhares de euros já distribuídos em 2022 a título de adiantamentos sobre os lucros; e
- 409.775 milhares de euros a distribuir após Assembleia Geral.

No dia 25 de julho de 2023, o Conselho Fiscal deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2023 no montante de 252.500 milhares de euros.

Resultados retidos

Esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade vinha constituindo um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, era anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Conforme parecer emitido pelos seus consultores legais, a Sociedade, por força do Decreto-Lei nº 109-H/2021, de 10 de dezembro, que deu nova redação ao Artigo 2º A do RGICSF, deixou de ser considerada uma sociedade financeira e de aplicar o Artigo 97º do Decreto-lei nº 201/2002, de 26 de setembro e passou a ser considerada uma instituição financeira passando a aplicar o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Outras reservas - Empresas consolidadas pelo método integral

Esta rubrica incorpora os impactos das alterações de políticas contabilísticas e os impactos com origem na alienação de instrumentos de capital, bem como, a distribuição de rendimentos – “Additional Tier 1 Instruments”.

22. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Lucro ou prejuízo do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Lucro ou prejuízo do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro ou prejuízo do exercício da ST SGPS (atividade individual)	795.302	795.302	1.508.288	1.508.288
Lucro ou prejuízo do exercício das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	943.190	942.825	603.685	603.449
Totta (Ireland), Plc.	23.801	23.791	4.028	4.026
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	23.512	5.138
Santander Totta Seguros, S.A.	-	-	14.611	14.611
TottaUrbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	(1.820)	(1.819)	(10.105)	(10.101)
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	-	20.279	9.937
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	-	11.654	5.710
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	3.079	2.424	3.395	2.672
Taxagest, S.A.	268	268	(8)	(8)
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	372	371	196	196
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	-	-	(470)	(235)
		<u>967.860</u>		<u>635.395</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta, S.A.		(538.956)		(1.505.904)
Totta (Ireland), PLC		(4.862)		(8.734)
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(4.355)		(3.833)
Aegon Santander Portugal Vida e Não Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.		-		(11.960)
		<u>(548.173)</u>		<u>(1.530.431)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(6.622)		(4.433)
Anulação da valorização da Unicre no Banco		(31.172)		-
Anulação da imparidade para investimentos em filiais		9.996		-
Impacto pela venda do perímetro segurador		(157.196)		-
Outros		201		(2.092)
		<u>(184.793)</u>		<u>(6.525)</u>
		<u>1.030.196</u>		<u>606.727</u>

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2023	2022
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	1.030.196	606.727
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	125.000.401	120.933.572
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	197.161.177.970	197.176.826.021
Resultado por ação básico atribuível aos proprietários da empresa mãe (em euros)	0,0052	0,0031

Os resultados básicos por ação são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

23. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

No exercício de 2023 e 2022, o valor dos interesses que não controlam em balanço e em resultados corresponde à proporção das participações de terceiros no capital da Sociedade.

24. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros (Nota 39)	370.432	340.183
Compromissos por crédito concedido (Nota 39)		
Revogáveis	6.841.168	7.222.184
Irrevogáveis	646.033	812.140
	7.487.201	8.034.324
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros (Nota 39)	1.631.183	1.485.832
Créditos documentários abertos (Nota 39)	228.694	242.819
Outros compromissos concedidos	84	84
	1.859.961	1.728.735
Compromissos irrevogáveis de pagamento	102.474	75.508
	1.962.435	1.804.243
	9.820.068	10.178.750
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	187.105	146.457
Fundo de Garantia de Depósitos	84.955	81.046
Sistema de Indemnização aos Investidores	9.439	7.204
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	12.924.529	12.087.705
Fundo de Resolução Europeu	26.451	-
	13.232.479	12.322.412
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	41.459.544	34.268.965
Valores recebidos para cobrança	634.223	631.286
	42.093.767	34.900.251

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias prestadas e os compromissos por crédito concedido e os outros compromissos concedidos apresentam a seguinte exposição por stage:

	31-12-2023							
	Exposição				Imparidade (Nota 18)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.953.424	526.997	6.780	7.487.201	5.560	12.060	25	17.645
Garantias e avales financeiros	334.520	17.390	18.522	370.432	436	1.445	13.091	14.972
Outros compromissos concedidos	1.699.040	56.269	104.652	1.859.961	483	1.026	19.137	20.646
	8.986.984	600.656	129.954	9.717.594	6.479	14.531	32.253	53.263

	31-12-2022							
	Exposição				Imparidade (Nota 18)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	7.497.591	528.207	8.526	8.034.324	6.710	4.960	28	11.698
Garantias e avales financeiros	309.108	8.004	23.071	340.183	700	533	13.083	14.316
Outros compromissos concedidos	1.554.866	45.879	127.990	1.728.735	695	679	22.317	23.691
	9.361.565	582.090	159.587	10.103.242	8.105	6.172	35.428	49.705

Na subrubrica Compromissos irrevogáveis de pagamento o Banco regista a responsabilidade com:

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2023 e 2022, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 321 milhares de euros e 312 milhares de euros, respetivamente (Nota 34).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas responsabilidades ascendiam a 7.054 milhares de euros e 6.539 milhares de euros, respetivamente.

Fundo Único de Resolução

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do seu perfil de risco. Nos exercícios de 2023 e 2022 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 22,5% e 15%, respetivamente, do valor da contribuição anual. A contribuição do exercício de 2023 e 2022, ascendeu a 21.010 milhares de euros e 33.358 milhares de euros, respetivamente e o valor reconhecido em resultados ascendeu a 16.283 milhares de euros e 28.354 milhares de euros, respetivamente (Nota 34).

25. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023			2022		
	Receitas	Despesas	Líquido	Receitas	Despesas	Líquido
Ativos						
Disponibilidades em Bancos centrais e em instituições de crédito	209.397	-	209.397	35.164	(18.455)	16.709
Ativos financeiros detidos para negociação	145.306	-	145.306	-	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	16	-	16
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Empréstimos e adiantamentos	71.965	-	71.965	73.301	-	73.301
Títulos de dívida	60.222	-	60.222	62.383	(420)	61.963
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Empréstimos e adiantamentos- Instituições de crédito	10.131	-	10.131	3.262	-	3.262
Títulos de dívida	141.656	-	141.656	52.863	-	52.863
Empréstimos e adiantamentos- Clientes	1.543.979	(37.056)	1.506.923	664.772	(25.938)	638.834
Contabilidade de cobertura	508.404	(495.141)	13.263	225.951	(245.611)	(19.660)
Outros ativos	5	-	5	1	-	1
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(145.709)	(145.709)	-	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	(70.749)	(70.749)	57.460	-	57.460
Depósitos - Instituições de crédito	-	(146.366)	(146.366)	-	(9.901)	(9.901)
Depósitos - Clientes	-	(129.146)	(129.146)	-	(10.476)	(10.476)
Títulos de dívida emitidos	-	(175.155)	(175.155)	-	(80.258)	(80.258)
Passivos de locação	-	(420)	(420)	-	(468)	(468)
Outros	-	(348)	(348)	-	(791)	(791)
Outros passivos	-	(4)	(4)	-	-	-
	<u>2.691.065</u>	<u>(1.200.094)</u>	<u>1.490.971</u>	<u>1.175.173</u>	<u>(392.318)</u>	<u>782.855</u>

26. RECEITAS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2023	2022
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.664	3.643
Outros	26	182
	<u>1.690</u>	<u>3.825</u>

27. PARTE DOS LUCROS OU PREJUÍZOS DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

No exercício de 2022, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Em empreendimentos conjuntos	
AEGON Santander Portugal Vida	9.937
AEGON Santander Portugal Não Vida	5.710
Mapfre Santander Portugal Co. Seguros	(235)
	<u>15.412</u>
Em associadas	
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	5.140
	<u>20.552</u>

No exercício de 2023 o valor desta rubrica está relacionado com alienação do perímetro segurador (ver Nota 4)

28. RECEITAS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2023	2022
Receitas de taxas e comissões	523.850	574.272
Valores mobiliários	13.835	16.778
Serviços financeiros às empresas (corporate finance)	2.691	881
Gestão de ativos	1.738	1.959
Custódia	5.639	4.770
Serviços de pagamento		
Contas correntes	113.554	104.854
Cartões de crédito	21.269	20.913
Cartões de débito e outros pagamentos com cartão	92.937	144.748
Transferências e outras ordens de pagamento	21.443	20.526
Outras receitas de taxas e comissões relacionadas com serviços de pagamento	1.133	1.051
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	156.545	159.602
Instrumentos financeiros estruturados	24.059	10.202
Compromissos de empréstimo concedidos	8.329	8.029
Garantias financeiras concedidas	4.231	4.021
Empréstimos concedidos	41.902	58.131
Outras receitas com taxas e comissões	14.545	17.807
Despesas de taxas e comissões	66.849	104.012
Valores mobiliários	5.392	4.865
Gestão de ativos	390	3.767
Serviços de pagamento	43.307	71.954
Garantias financeiras recebidas	885	4.042
Outras despesas com taxas e comissões	16.875	19.384

29. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2023	2022
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	(39.968)	758
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida	15.750	4
Alienação do perímetro segurador (Nota 4)	(55.718)	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida)	-	754
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	33.287	9.732
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	1.504	2.540
Instrumentos de capital próprio (Nota 7)	1.504	2.310
Outros	-	230
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	-	-
Derivados de cobertura	(222.316)	865.373
Elemento coberto	222.316	(865.373)
Diferenças cambiais, valor líquido	18.095	19.956
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, valor líquido (Nota 8)	163.538	-
Alienação do perímetro segurador (Nota 4)	162.152	-
Transferência da Unicre (Nota 8)	1.386	-

30. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Ganhos em propriedades de investimento	2.791	1.098
Perdas em propriedades de investimento	(1.108)	(1.120)
Ganhos no desreconhecimento de linhas de negócio	-	55.334
	<u>1.683</u>	<u>55.312</u>

No segundo semestre de 2022 o Banco transferiu a área de negócio de POS (*merchant acquiring*) para a Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L.U. por 55.334 milhares de euros.

31. MARGEM BRUTA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

No exercício de 2022, a margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	7.593
Margem bruta da atividade de seguros	
Prêmios brutos emitidos líquidos de resseguro	2.958
Comissões de resseguro cedido	21.145
Participação nos resultados de resseguro cedido	618
Gastos com sinistros líquidos de resseguro	(51.669)
<i>Variação das provisões p/ sinistros líquidas de resseguro</i>	(13)
<i>Outros Gastos com sinistros líquidos de resseguro</i>	(51.656)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	21.960
Juros e rendimentos líquidos de ativos afetos a provisões técnicas	9.858
Ganhos líquidos de ativos afectos a provisões técnicas	244
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	(461)
	<u>4.653</u>

As provisões técnicas compreendiam os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da atividade de seguros.

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros receitas operacionais		
Rendas auferidas (Nota 12)	8.052	8.753
Rendimentos da prestação de serviços diversos	1.945	1.860
Variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 12)	1.318	1.912
Outros	4.888	6.253
	<u>16.203</u>	<u>18.778</u>
Outras despesas operacionais		
Variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 12)	(4.399)	(3.118)
Encargos com clientes	(3.261)	(3.191)
Outros	(2.040)	(1.959)
	<u>(9.700)</u>	<u>(8.268)</u>

Na subrubrica “Encargos com clientes” são registados os gastos com fraude interna e externa.

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas com pessoal

	2023	2022
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização	7.837	3.963
Empregados	180.815	172.720
Outras remunerações variáveis	35.880	26.586
	<u>224.532</u>	<u>203.269</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos obrigatórios	48.172	46.576
Fundos de pensões (Nota 36)	2.699	4.236
Outros	920	862
	<u>51.791</u>	<u>51.674</u>
Outros gastos com pessoal		
Transferências de pessoal	680	1.127
Plano complementar de reforma (Nota 36)	443	459
Outros	7.010	6.853
	<u>8.133</u>	<u>8.439</u>
	<u>284.456</u>	<u>263.382</u>

Outras despesas administrativas

	2023	2022
Fornecimentos externos:	7.086	6.551
Serviços especializados	54.169	44.583
Manutenção de software e equipamento informático	88.107	91.614
Comunicações	5.423	5.642
Conservação e reparação	2.913	2.677
Publicidade e edição de publicações	7.164	6.716
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	2.873	3.653
Deslocações, estadas e representações	3.965	3.022
Seguros	2.122	2.254
Outros serviços de terceiros	5.020	4.098
Outros impostos e taxas	2.151	6.073
	<u>180.993</u>	<u>176.883</u>

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários remunerados à sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2023 e 2022, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2023			2022		
	Sociedade	Grupo	Total	Sociedade	Grupo	Total
Auditoria e revisão legal de contas	225	2.377	2.602	211	2.516	2.727
Outros serviços e garantia de fiabilidade	-	719	719	22	990	1.012
Serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	-	624	624	-	448	448
	225	3.720	3.945	233	3.954	4.187

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Avaliação da imparidade da carteira de crédito, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- ii) Revisão limitada à informação financeira trimestral (1º e 3º trimestres de 2023 e de 2022) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;
- iii) Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- iv) Verificação da informação relativa às obrigações hipotecárias, de acordo com o requerido pelo Artigo 34º do Decreto-Lei nº 59/2006, de 20 de março;
- v) Verificação ex-ante da informação relativa às obrigações cobertas, de acordo com o requerido pela alínea b) do n.º 1 do Artigo 17.º do Regime Jurídico das Obrigações Cobertas;
- vi) Verificação da informação relativa a operações de política monetária, de acordo com o requerido no artigo 101º A da Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- vii) Procedimentos de validação do relatório anual de fluxos financeiros para efeitos da certificação do IFRRU 2020;
- viii) Verificação de um conjunto de indicadores incluídos no Relatório de Banca Responsável;
- ix) Apoio à Comissão de Auditoria do Banco e Conselho Fiscal da Sociedade, no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso; e
- x) Revisão do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- i) Emissão de comfort letter para a atualização dos prospets sobre o programa de obrigações hipotecárias/cobertas e EMTN;
- ii) Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais;
- iii) Procedimentos acordados sobre a informação dos créditos incluídos em operações de titularização;
- iv) Procedimentos acordados sobre o reporte ex-ante ao Fundo Único de Resolução;
- v) Verificação de um conjunto de indicadores de sustentabilidade;
- vi) Auditoria especial à qualidade dos dados; e
- vii) Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial na Santander Totta Seguros (apenas no exercício de 2022).

34. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Contribuições para o Fundo de Resolução		
Fundo de Resolução Nacional	6.821	12.552
Fundo Único de Resolução (Nota 24)	16.283	28.354
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	321	312
Outros	483	440
	<u>23.908</u>	<u>41.658</u>

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

35. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA NÃO ELEGÍVEIS COMO UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023			2022		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Em ativos recebidos em dação	5.445	(2.574)	2.871	8.535	(19.826)	(11.291)
Em outros ativos não financeiros	7.495	(7.222)	273	62.890	(31.739)	31.151
	<u>12.940</u>	<u>(9.796)</u>	<u>3.144</u>	<u>71.425</u>	<u>(51.565)</u>	<u>19.860</u>

36. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (planos Santander, BAPOP e Banif) relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Santander		BAPOP		Banif
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no ativo	166.585	145.899	65.673	62.417	9.442
. Pensionistas	76.359	61.044	7.096	6.870	10.749
. Reformados e reformados antecipadamente	687.917	590.938	65.445	62.978	95.620
	930.861	797.881	138.214	132.265	115.811
- Cuidados de saúde (SAMS)	147.137	128.503	8.779	8.068	14.658
- Subsídio por morte	4.773	4.147	432	386	398
- Prémio na reforma	6.615	5.345	-	-	683
	1.089.386	935.876	147.425	140.719	131.550
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.130.449	1.008.553	186.351	173.365	91.671
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 14)	41.063	72.677	38.926	32.646	(39.879)
Desvios atuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	23.850	(211.728)	3.279	(43.691)	(29.283)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas atuariais	30.054	32.573	3.030	586	(6.871)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(42.159)	108.228	(8.195)	18.611	22.962
	(12.105)	140.801	(5.165)	19.197	16.091
	11.745	(70.927)	(1.886)	(24.494)	(13.192)

Em 5 de julho de 2023, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões autorizou a extinção por transferência do fundo de pensões do Banif e a alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões do Santander. Neste sentido, em 31 de outubro de 2023 produziu-se a fusão do fundo de pensões do Banif no fundo de pensões do Santander.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tábua de mortalidade		
. Feminina	TV 99/01 ⁽⁻²⁾	TV 99/01
. Masculina	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	3,50%	3,70%
Taxa de crescimento salarial		
. Ano 2023	-	3,00%
. Ano 2024	2,50%	2,50%
. Ano 2025	2,00%	2,00%
. Após 2025	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões		
. Ano 2023	-	2,75%
. Ano 2024	2,25%	2,25%
. Ano 2025	1,75%	1,75%
. Após 2025	0,50%	0,50%
Taxa anual de revalorização dos salários da segurança social		
. Nº 1 do artigo 27º	0,45%	0,45%
. Nº 2 do artigo 27º	0,55%	0,55%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício de 2023 e 2022, pode ser detalhado como se segue:

	<u>Santander</u>		<u>BAPOP</u>		<u>Banif</u>
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
Responsabilidades no início do exercício	1.067.426	1.155.946	140.719	185.616	167.108
Gasto dos serviços correntes	1.316	2.507	386	714	-
Gasto dos juros	37.786	12.256	3.962	1.673	-
(Ganhos)/perdas atuariais	53.903	(179.155)	6.309	(43.105)	(36.154)
Reformas antecipadas	5.485	8.415	910	405	596
Valores pagos	(78.942)	(66.324)	(5.361)	(5.077)	-
Contribuições dos empregados	2.412	2.231	500	493	0
Responsabilidades no fim do exercício	<u>1.089.386</u>	<u>935.876</u>	<u>147.425</u>	<u>140.719</u>	<u>131.550</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o pagamento temporal estimado dos pagamentos para os próximos dez anos, são os seguintes:

Ano	Santander		BAPOP		Banif
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
2023		65.251		5.169	9.056
2024	74.430	62.933	5.523	5.244	8.986
2025	72.170	63.524	5.524	5.275	9.077
2026	68.999	60.270	5.453	5.193	8.919
2027	68.632	57.643	5.393	5.116	8.527
2028	66.231	55.564	5.330	5.053	8.149
2029	63.858	53.374	5.391	5.117	8.015
2030	62.371	52.049	5.281	5.040	7.840
2031	61.239	51.238	5.099	4.869	7.682
2032	60.944	50.933	5.281	5.044	7.610
2033	60.325	-	5.447	-	-
	659.199	507.528	53.722	45.951	74.805

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o juro líquido. Nos exercícios de 2023 e 2022, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 33):

	31-12-2023	31-12-2022
Gasto dos serviços correntes	1.702	3.221
Gasto dos juros	41.748	13.929
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(41.748)	(13.929)
Plano de benefício definido	1.702	3.221
Plano de contribuição definida	1.039	988
Plano da Sucursal de Londres	(42)	27
	2.699	4.236

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição, com exceção do Banif que detém um Fundo de contribuição definida.

Em 2024 o Banco espera efetuar uma contribuição de 3.073 milhares de euros para o plano de benefício definido do Santander e BAPOP.

O crescimento de salários e pensões estimado foi determinado tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander e BAPOP é de 14 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP		Banif
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
Desvios no início do exercício	715.983	758.860	(22.991)	1.503	41.238
(Ganhos)/perdas atuariais	53.903	(179.155)	6.309	(43.105)	(36.154)
(Ganhos)/perdas financeiras	(42.159)	108.228	(8.195)	18.611	22.962
Desvios no final do exercício	<u>727.727</u>	<u>687.933</u>	<u>(24.877)</u>	<u>(22.991)</u>	<u>28.046</u>

O Fundo de Pensões do Santander é gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Fundo de Pensões do BAPOP é gerido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número de participantes dos planos era o seguinte:

	Santander		BAPOP		Banif
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
Empregados no ativo					
Plano de benefício definido	3.217	3.137	626	636	156
Plano de contribuição definida	1.210	561	87	94	551
Pensionistas	1.508	1.365	31	31	122
Reformados e reformados antecipadamente	6.687	6.052	224	215	672
	<u>12.622</u>	<u>11.115</u>	<u>968</u>	<u>976</u>	<u>1.501</u>

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2023 e 2022, foram as seguintes:

	Ativos											
	Plano de contribuição definida			Plano de benefício definido			Reformados e reformados antecipadamente			Pensionistas		
	Santander	Bapop	Banif	Santander	Bapop	Banif	Santander	Bapop	Banif	Santander	Bapop	Banif
Número total em 31 de dezembro de 2021	496	98	577	3.272	674	159	6.113	210	695	1.333	31	100
Saídas:												
. De ativos	(67)	(4)	(24)	(81)	(33)	(1)	-	-	-	(10)	(5)	(2)
. Por mortalidade	-	-	-	(5)	-	-	(139)	(2)	(18)	(49)	-	(5)
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(14)	-	-	-
Transferências	(1)	-	(2)	(52)	(5)	(2)	53	5	4	-	-	-
Entradas	133	-	-	3	-	-	25	2	5	91	5	29
Número total em 31 de dezembro de 2022	561	94	551	3.137	636	156	6.052	215	672	1.365	31	122
Saídas:												
. De ativos	(46)	(7)	-	(37)	(6)	-	-	-	-	(9)	(3)	-
. Por mortalidade	(1)	-	-	(4)	(1)	-	(132)	(1)	-	(52)	-	-
. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	549	-	(551)	106	(4)	(156)	724	4	(672)	122	-	(122)
Entradas	147	-	-	15	1	-	43	6	-	82	3	-
Número total em 31 de dezembro de 2023	<u>1.210</u>	<u>87</u>	<u>-</u>	<u>3.217</u>	<u>626</u>	<u>-</u>	<u>6.687</u>	<u>224</u>	<u>-</u>	<u>1.508</u>	<u>31</u>	<u>-</u>

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco durante os exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP		Banif
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
Valor do Fundo no início do exercício	1.100.224	1.164.211	173.365	194.073	92.220
Contribuições do Banco (monetárias)	26.810	4.407	5.690	814	22.413
Contribuições dos empregados	2.412	2.231	500	493	-
Rendimento líquido do Fundo					
Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	37.786	12.256	3.962	1.673	-
Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	42.159	(108.228)	8.195	(18.611)	(22.962)
Valores pagos	(78.942)	(66.324)	(5.361)	(5.077)	-
Valor do Fundo no final do exercício	1.130.449	1.008.553	186.351	173.365	91.671

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões ascenderam em 2023 a 7,39% no Santander e 7,87% no BAPOP e em 2022 a -8,4% no Santander, -8,21% no BAPOP e -13,70% no Banif.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões em vigor prevê os seguintes limites:

Classe de ativos	Intervalos previstos
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em dezembro de 2023 o Fundo de Pensões do Santander e do BAPOP, foram classificados como Artigo 8 do Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (SFDR).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

	Santander		BAPOP		Banif
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
Instrumentos de dívida:					
. Rating A	30.032	28.827	6.352	7.565	23.818
. Rating AA	45.152	22.644	9.682	5.367	2.216
. Rating AAA	73.445	24.691	19.132	6.055	-
. Rating BBB	239.347	300.806	61.194	74.400	2.074
. Rating BB	7.663	18.270	611	3.354	5.015
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	9.914	11.427	3.169	1.024	457
Fundos de Investimento Imobiliário	56.936	93.840	331	691	-
Fundos de Investimento Mobiliário	565.561	453.468	72.004	67.849	40.947
Depósitos	50.679	16.926	14.712	6.595	3.886
Imóveis					
. Espaços comerciais	32.228	19.634	-	-	12.456
. Terrenos	1.341	1.297	-	-	-
Instrumentos de capital:					
. Ações portuguesas – não cotadas	458	-	-	-	872
. Ações estrangeiras – cotadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	425	293	61	-	-
Outros	17.268	16.430	(897)	465	(70)
	<u>1.130.449</u>	<u>1.008.553</u>	<u>186.351</u>	<u>173.365</u>	<u>91.671</u>

A metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos (com exceção dos depósitos e outros) adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 39), foi como segue:

	31-12-2023				31-12-2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	492.610	-	13.083	505.693	525.102	-	12.908	538.010
Fundos de investimento	637.565	-	57.267	694.832	562.264	-	94.531	656.795
Instrumentos de capital	-	-	458	458	-	-	872	872
Instrumentos financeiros derivados	486	-	-	486	293	-	-	293
Imóveis	-	-	33.569	33.569	-	-	33.387	33.387
Outros	-	-	81.762	81.762	-	-	44.232	44.232
	<u>1.130.661</u>	<u>-</u>	<u>186.139</u>	<u>1.316.800</u>	<u>1.087.659</u>	<u>-</u>	<u>185.930</u>	<u>1.273.589</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	31-12-2023	31-12-2022
Imóveis arrendados	13.801	13.446
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	140.609	200.151
	<u>154.410</u>	<u>213.597</u>

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Nos exercícios de 2023 e 2022 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 443 milhares de euros e 459 milhares de euros respetivamente (Nota 33).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
	100%	100%
	S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light	S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light
Tábua de mortalidade		
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4,5%	4,8%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	2,1%	2,2%
Taxa de inflação	2,9%	3,0%

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2023	31-12-2022
Estimativa das responsabilidades por serviços passados	31.175	31.143
Cobertura das responsabilidades:	<u>32.815</u>	<u>32.231</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 14)	<u>1.640</u>	<u>1.088</u>

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício de 2023 e 2022, pode ser detalhado como se segue:

	31-12-2023	31-12-2022
Responsabilidades no início do exercício	31.143	52.915
Gasto dos serviços correntes	12	27
Gasto dos juros	1.489	891
(Ganhos)/perdas atuariais	102	(21.476)
Valores pagos	<u>(1.571)</u>	<u>(1.214)</u>
Responsabilidades no fim do exercício	<u><u>31.175</u></u>	<u><u>31.143</u></u>

O movimento ocorrido no Fundo no exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	31-12-2023	31-12-2022
Valor patrimonial no início do exercício	32.231	49.938
Rendimento líquido do fundo:		
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	1.543	865
. Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	586	(17.374)
Contribuição do Banco	26	16
Valores pagos	<u>(1.571)</u>	<u>(1.214)</u>
Valor patrimonial no final do exercício	<u><u>32.815</u></u>	<u><u>32.231</u></u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	31-12-2023	31-12-2022
Desvios no início do exercício	7.428	11.530
(Ganhos)/perdas atuariais	102	(21.476)
(Ganhos)/perdas financeiras	<u>(611)</u>	<u>17.374</u>
Desvios no final do exercício	<u><u>6.919</u></u>	<u><u>7.428</u></u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	31-12-2023	31-12-2022
Instrumentos de dívida	9.929	11.784
Instrumentos de capital	14.662	12.503
Outros	<u>8.224</u>	<u>7.944</u>
Valor do Fundo	<u><u>32.815</u></u>	<u><u>32.231</u></u>

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- **Risco de investimento** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.

- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Santander, BAPOP e Banif (em 31 de dezembro de 2022):

	2023		2022	
	(Redução)/ Acréscimo		(Redução)/ Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(5,3%)	(65.878)	(5,3%)	(63.722)
. Redução de 0,5%	5,9%	72.818	5,8%	70.438
Alteração da taxa de crescimento salarial:				
. Acréscimo de 0,5%	2,6%	32.583	2,5%	30.593
. Redução de 0,5%	(2,2%)	(27.417)	(2,1%)	(25.467)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	6,9%	85.087	6,9%	83.810
. Redução de 0,5%	(6,3%)	(77.700)	(6,3%)	(76.451)
Alteração da tábua de mortalidade:				
. Mais dois anos	(5,4%)	(66.719)	(5,1%)	(61.935)
. Menos dois anos	5,3%	65.709	5,0%	60.777

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

37. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating	Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	281.562	A+	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	10.753	A+	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	33.960	BBB+	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>326.275</u>					
Classe D	14.000	7.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>333.275</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	244.809	A	Aaa	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Aa1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	Aa1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	A	A3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>351.809</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Caa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>357.809</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta nº 4 e as obrigações da classe F do Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização geridas pela Gamma, STC

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

Atlantes Mortgage nº 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	68.788	AA+	AA+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	8.564	AA+	AA+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	3.491	A+	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>80.843</u>				
Classe D	16.125	8.332	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>89.175</u>				

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	120.384	AA+	AA+	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	17.264	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>137.648</u>				
Classe C	57.668	33.477	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>171.125</u>				

Atlantes Mortgage nº 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	130.162	AA+	AA+	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	14.334	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>144.496</u>				
Classe C	74.250	40.371	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>184.867</u>				

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		
Classe A	1.716.000	475.512	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>959.512</u>				
Classe C	66.000	33.000	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>992.512</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Consumer Totta 1

Em setembro de 2022 o Banco concretizou uma titularização no montante de 628.207 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos ao consumo da carteira que se encontra em modelos avançados para efeitos de rácio de capital do Banco. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Consumer Totta 1 classe A a F e X com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade colocadas em mercado com exceção da classe X (*excess spread*) que foi adquirida pelo Banco. Esta operação terá um período de *revolving* de um ano e para efeitos de capital esta operação apresenta uma transferência significativa de risco.

Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e a Gamma e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Consumer Totta 1 classe A						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	Moody's	Fitch		
Classe A	520.000	462.047	Aa2	AA+(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 0,80%
Classe B	25.000	22.214	A3(sf)	AA-(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 1,10%
Classe C	40.000	35.542	Baa3	A(sf)	junho 2033	3mth Euribor +2%
Classe D	25.000	22.214	Ba2	BB+(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 8%
Classe E	40.000	35.542	NR	NR	junho 2033	3mth Euribor + 11,85%
Classe F	6.500	3.900	NR	NR	junho 2033	3mth Euribor + 12,5%
	<u>656.500</u>	<u>581.459</u>				
Classe X	9.430	4.961	NR	NR	junho 2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>665.930</u>	<u>586.420</u>				

Durante o exercício de 2022 foram liquidadas as operações da Azor Mortgage N°2 e Atlantes Mortgage N°5 e N°7.

38. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2023 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo	
Open Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha
Santander Global Services, S.L.	Espanha
Santander Asset Management S.G.O.I.C, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.A.	Espanha
CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Espanha
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Bank Polska S.A.	Polónia
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Santander Global Technology and Operations, S.L. Unipersonal	Espanha
PagoNxt Trade Services, S.L.	Espanha
CACEIS Bank	França
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Camine D-Services, Unipessoal Lda.	Portugal
Consulteam Consultores de Gestão, Unipessoal, Lda.	Portugal
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Banco Santander International SA	Suíça
Banco Santander México, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha
Santander Financial Services plc	Reino Unido
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha
Santander Financial Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros S.A.	Portugal

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2022 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo</u>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
<u>Empresas significativamente influenciadas e empresas conjuntamente controladas pelo Grupo</u>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Mapfre Santander Portugal-Companhia de Seguros	Portugal
<u>Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo</u>	
Santander Financial Services plc	Reino Unido
Banco Santander México, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	México
Banco Santander International SA	Suíça
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil
Santander Bank Polska S.A.	Polónia
CACEIS Bank	França
CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Consulteam Consultores de Gestão, Unipessoal, Lda.	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Espanha
Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Open Bank, S.A.	Espanha
PagoNxt Trade Services, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.A.	Espanha
Santander Asset Management S.G.O.I.C, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank, National Association	Estados Unidos da América
Santander Consumer Bank A.S.	Noruega
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Santander Global Services, S.L.	Espanha
Santander Global Technology and Operations, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander UK Group Holdings plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2023	
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65.457	3.876
Ativos financeiros detidos para negociação	1.391.778	743
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	133
Ativos financeiros pelo custo amortizado	38.319	56.364
Derivados - contabilidade de cobertura	112.170	-
Ativos intangíveis	-	3.397
Outros ativos	14	16.597
Passivos:		
Passivos financeiros detidos para negociação	1.363.534	48.547
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Depósitos - Instituições de crédito	354.530	18.805
Depósitos - Clientes	-	346.194
Títulos de dívida emitidos	1.357.649	77.781
Outros Passivos Financeiros	-	4.540
Derivados - contabilidade de cobertura	4.770	-
Outros passivos	5.293	11.526
Demonstração de Resultados:		
Receitas de juros	523.588	3.222
Despesas com juros	485.777	4.245
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	-	(3.780)
Receitas de taxas e comissões	1.243	128.292
Despesas de taxas e comissões	-	1.286
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(119.188)	(3.786)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(8.528)	-
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, valor líquido	-	162.152
Despesas administrativas	10.826	51.371
Depreciações e amortizações	-	3.117
Extrapatrimoniais:		
Garantias financeiras concedidas	18.523	1.769
Compromissos de empréstimo concedidos	109.769	6.356
Outros compromissos concedidos	97.979	73.358
Operações cambiais e instrumentos derivados	30.071.508	376.597
Responsabilidades por prestação de serviços	407.399	10.242.359
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	-	6.553.117

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

	31-12-2022		
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas e empresas conjuntamente controladas pelo Grupo	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	119.725	-	4.149
Ativos financeiros detidos para negociação	425.883	-	-
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados	1.311	-	4.164
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	44.360	-	133
Ativos financeiros pelo custo amortizado	336.639	53.639	81.874
Derivados - contabilidade de cobertura	189.275	-	-
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	111.558	-
Ativos intangíveis	-	-	4.210
Outros ativos	13	6.950	49
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	358.895	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	502.928	-	5.789
Depósitos - Clientes	-	22.048	44.378
Títulos de dívida emitidos	1.346.950	-	-
Outros Passivos Financeiros	-	1	-
Derivados - contabilidade de cobertura	1.760	-	-
Outros passivos	9.303	-	6.459
Demonstração de Resultados:			
Receitas de juros	184.012	535	572
Despesas com juros	204.770	2	12
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizadas pelo método da equivalência	-	20.552	-
Receitas de taxas e comissões	1.906	87.702	1.397
Despesas de taxas e comissões	2.883	-	3.860
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	418.253	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	(156)	-	(429)
Margem bruta da actividade de seguros	356	-	6
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(14.774)	-	-
Outros não financeiros	-	-	55.334
Despesas administrativas	9.303	-	46.497
Depreciações e amortizações	-	-	2.704
Outras receitas/despesas operacionais	-	137	4
Extrapatrimoniais:			
Garantias financeiras concedidas	16.809	-	3.599
Compromissos de empréstimo concedidos	28.029	2.017	3.813
Outros compromissos concedidos	59.974	599	80.077
Garantias financeiras recebidas	1	-	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	28.717.019	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	402.490	141.595	6.786.170
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	-	-	2.801.335

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração do Banco, ascenderam a 597 milhares de euros e 1.110 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros do Conselho de Administração foram atribuídos em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 7.837 milhares de euros e 7.627 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (Comissão Executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com este plano ascendiam a 10.508 milhares de euros e 10.260 milhares de euros, (Nota 18) respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões – Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

39. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31-12-2023			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	6.284.760	6.284.760	6.282.867
Ativos financeiros detidos para negociação	1.465.544	-	1.465.544	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	24.626	-	24.626	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.847.416	-	3.847.416	3.847.416
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	41.869.686	41.869.686	41.894.666
Derivados - Contabilidade de cobertura	259.831	-	259.831	259.831
	5.597.417	48.154.446	53.751.863	53.774.950
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.475.977	-	1.475.977	1.475.977
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	40.987.896	40.987.896	40.960.820
Títulos de dívida emitidos	-	6.248.857	6.248.857	6.160.182
Outros passivos financeiros	-	259.102	259.102	259.102
Derivados - Contabilidade de cobertura	26.048	-	26.048	26.048
	1.502.025	47.495.855	48.997.880	48.882.129
31-12-2022				
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.415.436	8.415.436	8.411.536
Ativos financeiros detidos para negociação	498.737	-	498.737	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	2.647.169	-	2.647.169	2.647.169
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.109.459	-	5.109.459	5.109.459
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	40.814.573	40.814.573	40.020.515
Derivados - Contabilidade de cobertura	601.827	-	601.827	601.827
	8.857.192	49.230.009	58.087.201	57.289.243
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	465.786	-	465.786	465.786
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2.792.796	-	2.792.796	2.792.796
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	45.434.491	45.434.491	45.416.734
Títulos de dívida emitidos	-	4.635.881	4.635.881	4.388.604
Outros passivos financeiros	-	366.793	366.793	366.793
Derivados - Contabilidade de cobertura	183.771	-	183.771	183.771
Provisões técnicas	-	624.880	624.880	624.880
	3.442.353	51.062.045	54.504.398	54.239.364

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2023			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.440.691	24.853	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados		-	24.626	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	180.774	3.496.215	170.427	3.847.416
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	259.831	-	259.831
	180.774	5.196.737	219.906	5.597.417
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.451.081	24.896	1.475.977
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	26.048	-	26.048
	-	1.477.129	24.896	1.502.025
31-12-2022				
Metodologia de apuramento do justo valor				
Cotações em mercado ativo	Outras técnicas de valorização		Total	
(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	450.354	48.383	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	2.614.954	-	32.215	2.647.169
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	859.978	4.106.340	143.141	5.109.459
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	601.827	-	601.827
	3.474.932	5.158.521	223.739	8.857.192
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	416.316	49.470	465.786
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	2.792.796	-	2.792.796
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	183.771	-	183.771
	-	3.392.883	49.470	3.442.353

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2023			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	6.282.867	-	6.282.867
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.946.572	476.338	37.471.756	41.894.666
	3.946.572	6.759.205	37.471.756	48.177.533
Passivo				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	5.760.304	35.200.516	40.960.820
Titulos de dívida emitidos	-	3.649.547	2.510.635	6.160.182
Outros passivos financeiros	-	-	259.102	259.102
	-	9.409.851	37.970.253	47.380.104
31-12-2022				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.411.536	-	8.411.536
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	505.351	39.515.164	40.020.515
	-	8.916.887	39.515.164	48.432.051
Passivo				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	6.921.998	38.494.736	45.416.734
Titulos de dívida emitidos	-	1.847.397	2.541.207	4.388.604
Outros passivos financeiros	-	-	366.793	366.793
Provisões técnicas	-	-	624.880	624.880
	-	8.769.395	42.027.616	50.797.011

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo compreende três níveis nos termos da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com *inputs* que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Grupo procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os derivados detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
 - Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de *default* apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Grupo classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Grupo utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral
Em 31 de dezembro de 2021	25.234	100.176	73.798
Aquisições	-	647	2.103
Alienações	-	-	(2.770)
Reembolsos	-	(83.098)	-
Alterações de justo valor	23.149	14.490	70.010
Em 31 de dezembro de 2022	48.383	32.215	143.141
Aquisições	-	51	1.782
Alienações	-	-	(2.496)
Reclassificações	-	-	38.500
Reembolsos	-	(10.530)	-
Alterações de justo valor	(23.530)	2.890	(10.500)
Em 31 de dezembro de 2023	24.853	24.626	170.427

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2023		31-12-2022	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	4,19%	5,64%	1,74%	4,65%
1 mês	4,19%	5,60%	1,74%	4,66%
3 meses	4,04%	5,58%	2,12%	4,77%
6 meses	3,86%	5,41%	2,69%	4,97%
9 meses	3,63%	5,22%	3,03%	5,08%
1 ano	3,40%	5,03%	3,23%	5,12%
3 anos	2,56%	4,02%	3,31%	4,34%
5 anos	2,43%	3,79%	3,23%	4,03%
7 anos	2,44%	3,73%	3,20%	3,90%
10 anos	2,49%	3,71%	3,20%	3,83%

Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2023					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	2.783.571	2.791.411	(105.643)	2.685.768	2.722.791	107.165
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.396.000	3.640.133	(60.080)	3.580.053	5.196.000	96.201
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(131.597)	(132.113)	2.112	(130.001)	131.597	(1.921)
Títulos emitidos	(857.431)	(871.572)	(7.179)	(878.751)	857.431	7.483
Cobertura de fluxos de caixa:						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.000.000	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	24.855
	<u>8.190.543</u>	<u>8.427.859</u>	<u>(170.790)</u>	<u>8.257.069</u>	<u>11.907.819</u>	<u>233.783</u>

	31-12-2022					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.218.057	3.230.941	(198.505)	3.032.436	3.218.057	183.483
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.151.701	4.234.233	(409.952)	3.824.281	7.446.000	408.716
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(357)	(362)	(1)	(363)	357	4
Cobertura de fluxos de caixa:						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	(174.147)
	17.369.401	17.464.812	(608.458)	16.856.354	20.664.414	418.056

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2023					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	-	-	-	24.855	-	24.855

	31-12-2022					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	(16.728)	(157.419)	-	-	-	(174.147)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados nos exercícios de 2023 e 2022, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Ativos financeiros pelo custo amortizado	90.998	(90.998)	-	(204.312)	204.312	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	136.872	(136.872)	-	(661.699)	661.699	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	2.113	(2.113)	-	50	(50)	-
Títulos de dívida emitidos	(7.667)	7.667	-	588	(588)	-
	222.316	(222.316)	-	(865.373)	865.373	-

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de SCAN (*Santander Customer Assessment Note*) vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturado através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Grupo tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Grupo e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Grupo monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Grupo.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Grupo pode ser interpretado da seguinte forma:

Rating 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de *default* elevada;
Rating 4,0 – 4,9: Cliente com probabilidade de *default* moderada;
Rating 5,0 – 9,3: Cliente com probabilidade de *default* reduzida.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6.284.760	6.284.760	8.415.436	8.415.436
Ativos financeiros detidos para negociação	1.465.544	1.465.544	498.737	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	24.626	24.626	2.647.169	2.647.169
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.847.416	3.847.416	5.109.459	5.109.459
Ativos financeiros pelo custo amortizado	41.869.686	49.356.887	40.814.573	48.848.897
Derivados - Contabilidade de cobertura	259.831	259.831	601.827	601.827
	<u>53.751.863</u>	<u>61.239.064</u>	<u>58.087.201</u>	<u>66.121.525</u>
Garantias prestadas (Nota 24)				
Garantias e avales financeiros	370.432	370.432	340.183	340.183
Garantias e avales não financeiros	1.631.183	1.631.183	1.485.832	1.485.832
Créditos documentários abertos	228.694	228.694	242.819	242.819
	<u>2.230.309</u>	<u>2.230.309</u>	<u>2.068.834</u>	<u>2.068.834</u>

A exposição máxima em “Ativos financeiros pelo custo amortizado” é a seguinte:

	31-12-2023	31-12-2022
Valor de balanço	41.869.686	40.814.573
Outros compromissos concedidos (Nota 24):		
Revogáveis	6.841.168	7.222.184
Irrevogáveis	646.033	812.140
Exposição máxima	<u>49.356.887</u>	<u>48.848.897</u>

Perdas por imparidade

O cálculo da *Expected Credit Loss* (ECL) incorpora uma perspetiva *Forward Looking* através da inclusão de cenários macroeconómicos (otimista, base, ácido e *downside* climático) nos modelos de PD e LGD aplicando-se a cada cenário determinada probabilidade de ocorrência. Os cenários são atualizados pelo menos uma vez por ano e espelham o comportamento de variáveis macroeconómicas utilizadas nos modelos de *stress*. As principais projeções macroeconómicas usadas no fecho de 2023 foram as seguintes:

	2023	2024	2025	2026	2027
PIB (var. anual)					
Cenário Base	2,30%	1,40%	1,70%	1,80%	1,90%
Cenário Otimista	2,40%	2,10%	2,40%	2,50%	2,50%
Cenário Ácido	2,20%	-0,50%	-1,10%	0,70%	1,50%
Cenário <i>Downside</i> climático	1,00%	-1,10%	0,20%	0,60%	0,70%
Desemprego (var. anual)					
Cenário Base	7,10%	8,00%	8,00%	7,90%	7,70%
Cenário Otimista	7,10%	7,70%	7,60%	7,40%	7,20%
Cenário Ácido	7,20%	8,30%	8,90%	9,00%	8,80%
Cenário <i>Downside</i> climático	7,10%	8,20%	8,80%	8,90%	8,70%
Preços Imobiliários (var. anual)					
Cenário Base	6,50%	2,00%	3,10%	3,40%	3,80%
Cenário Otimista	7,30%	1,40%	3,00%	3,20%	3,70%
Cenário Ácido	6,80%	-1,70%	-1,40%	0,90%	2,50%
Cenário <i>Downside</i> climático	6,80%	-1,60%	-1,40%	0,90%	2,50%
CPI (var. anual)					
Cenário Base	4,30%	2,10%	1,90%	1,70%	1,90%
Cenário Otimista	4,90%	3,10%	2,30%	2,00%	2,10%
Cenário Ácido	4,30%	1,60%	1,20%	1,20%	1,50%
Cenário <i>Downside</i> climático	4,00%	1,50%	1,20%	1,20%	1,50%
Obrigações do Tesouro 10a					
Cenário Base	3,17%	3,39%	3,45%	3,63%	3,84%
Cenário Otimista	2,89%	2,80%	2,88%	3,04%	3,23%
Cenário Ácido	3,31%	3,44%	3,52%	3,62%	3,72%
Cenário <i>Downside</i> climático	3,30%	3,42%	3,51%	3,62%	3,70%

O Cenário Base considera um crescimento económico moderado posterior à forte recuperação registada no início de 2023. O crescimento referido encontra-se suportado pela procura externa que beneficia da recuperação das cadeias de valor globais e de um aumento forte e diversificado no setor do turismo. A procura interna afigura-se moderada uma vez que as famílias e os investidores enfrentam taxas de juro mais elevadas e um menor poder de compra. Nos anos seguintes é esperado que a economia convirja gradualmente para o seu crescimento potencial.

O Cenário Otimista caracteriza-se por uma maior resiliência da atividade económica, com alavancas positivas (fundos europeus, procura externa mais diversificada e resiliente, maior solidez do mercado de trabalho e setor bancário com melhor liquidez e solvência).

O Cenário Pessimista caracteriza-se por uma contração da atividade em 2024, que se poderá prolongar por 2025, a que se seguirá uma recuperação moderada.

O cenário *downside* climático incorpora uma perspetiva de evolução de riscos climáticos no cálculo da ECL assumindo a ocorrência de um cenário de transição desordenada no país.

Para efeito de análise de sensibilidade, é assumida uma ponderação de 100% nos cenários extremos. Em cenário ácido a 100% o impacto na imparidade seria de +46,0 milhões de euros (+23,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), em cenário otimista a 100% de -51,2 milhões de euros (-18,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), o que representa um impacto sobre o total das imparidades registadas no fecho de 2023 de +5,5% e -6,1% (+2,4% e -1,9% ao fecho de 2022), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a concentração por sector de atividade para a carteira de empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, é a seguinte:

Setor de atividade	31-12-2023			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	% Concentração
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	262.041	(8.447)	253.594	0,73%
Indústrias Extrativas	13.367	(981)	12.386	0,04%
Indústrias Transformadoras	1.632.645	(85.535)	1.547.110	4,47%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	214.436	(230)	214.206	0,62%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	38.824	(1.738)	37.086	0,11%
Construção	979.104	(51.972)	927.132	2,68%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.725.610	(73.860)	1.651.750	4,77%
Transportes e armazenagem	500.079	(34.042)	466.037	1,35%
Alojamento, restauração e similares	1.106.031	(59.942)	1.046.089	3,02%
Atividades de informação e de comunicação	89.881	(2.569)	87.312	0,25%
Atividades Imobiliárias	1.268.761	(39.316)	1.229.445	3,55%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	619.403	(25.710)	593.693	1,71%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	304.296	(39.721)	264.575	0,76%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	333	(2)	331	0,00%
Educação	66.339	(1.300)	65.039	0,19%
Atividades de saúde humana e apoio social	226.474	(4.165)	222.309	0,64%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	66.474	(8.607)	57.867	0,17%
Outras atividades de serviços	392.701	(15.195)	377.506	1,09%
Empréstimos e adiantamentos - Instituições financeiras	601.825	(1.152)	600.673	1,73%
Empréstimos e adiantamentos - Sector público	882.764	(13.257)	869.507	2,51%
Particulares:				
. Habitação	22.143.683	(168.581)	21.975.102	63,46%
. Consumo e outras finalidades	2.287.028	(158.457)	2.128.571	6,15%
	35.422.099	(794.779)	34.627.320	100%

Setor de atividade	31-12-2022			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	% Concentração
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	285.277	(15.991)	269.286	0,72%
Indústrias Extrativas	19.379	(1.754)	17.625	0,05%
Indústrias Transformadoras	1.949.894	(160.369)	1.789.525	4,79%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	379.415	(479)	378.936	1,01%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	50.091	(1.929)	48.162	0,13%
Construção	1.000.015	(80.412)	919.603	2,46%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.913.839	(103.205)	1.810.634	4,85%
Transportes e armazenagem	557.596	(29.302)	528.294	1,41%
Alojamento, restauração e similares	1.191.371	(63.194)	1.128.177	3,02%
Atividades de informação e de comunicação	95.004	(2.893)	92.111	0,25%
Atividades Imobiliárias	1.259.250	(39.062)	1.220.188	3,27%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	844.902	(22.104)	822.798	2,20%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	310.967	(31.570)	279.397	0,75%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	780	(2)	778	0,00%
Educação	73.699	(1.381)	72.318	0,19%
Atividades de saúde humana e apoio social	259.222	(3.353)	255.869	0,69%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	77.402	(10.495)	66.907	0,18%
Outras atividades de serviços	552.462	(19.336)	533.126	1,43%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	790.488	(1.062)	789.426	2,11%
Empréstimos e adiantamentos- Sector público	1.055.038	(9.969)	1.045.069	2,80%
Particulares:				
. Habitação	23.254.352	(185.805)	23.068.547	61,77%
. Consumo e outras finalidades	2.364.798	(158.401)	2.206.397	5,91%
	38.285.241	(942.068)	37.343.173	100%

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Grupo passou a publicar as "exposições não produtivas" (*Non Performing Exposures*) e as "exposições diferidas" (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	41.773.155	(291.606)	0,7%	40.673.204	(339.743)	0,8%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-	-	1.255	(1.239)	98,7%
. Particulares	323.900	(148.537)	45,9%	361.434	(195.687)	54,1%
. Empresas	569.672	(356.898)	62,6%	725.598	(410.249)	56,5%
	893.572	(505.435)		1.088.287	(607.175)	
	42.666.727	(797.041)		41.761.491	(946.918)	

O grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	-	-		16	-	0,0%
. Particulares	175.363	146.989	83,8%	165.747	114.458	69,1%
. Empresas	212.774	143.444	67,4%	315.349	214.876	68,1%
	<u>388.137</u>	<u>290.433</u>		<u>481.096</u>	<u>329.334</u>	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as exposições diferidas têm o seguinte detalhe:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	412.113	(30.374)	7,4%	412.339	(42.441)	10,3%
Exposições não produtivas						
. Particulares	128.497	(55.240)	43,0%	147.939	(69.367)	46,9%
. Empresas	377.740	(228.964)	60,6%	443.034	(224.701)	50,7%
	<u>506.237</u>	<u>(284.204)</u>		<u>590.973</u>	<u>(294.068)</u>	
	<u>918.350</u>	<u>(314.578)</u>		<u>1.003.312</u>	<u>(336.509)</u>	

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2023 e 2022 nas exposições diferidas foram os seguintes:

	Valor	Valor	
	bruto	Imparidade	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.313.085	459.499	853.586
Entradas no período	85.252	20.123	65.129
Amortizações de dívida	(216.298)	(82.268)	(134.030)
Curas	(121.769)	(16.121)	(105.648)
Vendas de carteira	(61.540)	(46.305)	(15.235)
Outras variações	4.582	1.581	3.001
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.003.312</u>	<u>336.509</u>	<u>666.803</u>
Entradas no período	185.593	29.016	156.577
Amortizações de dívida	(124.969)	(35.699)	(89.270)
Curas	(110.505)	(12.299)	(98.206)
Vendas de carteira	(69.551)	(50.127)	(19.424)
Outras variações	34.470	47.178	(12.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>918.350</u>	<u>314.578</u>	<u>603.772</u>

Ativos onerados

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28/2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados. Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2023			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos				
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros				
depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	5.893.705	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	196.996	197.045
Títulos de dívida	488.494	490.717	8.001.029	8.133.219
Empréstimos e adiantamentos	13.165.993	-	23.889.216	-
Outros ativos	-	-	2.954.377	-
	<u>13.654.487</u>	<u>490.717</u>	<u>40.935.323</u>	<u>8.330.264</u>
2022				
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos				
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros				
depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	8.108.123	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	1.017.730	1.017.730
Títulos de dívida	1.253.680	1.225.563	6.688.063	4.194.181
Empréstimos e adiantamentos	11.183.160	-	28.428.568	-
Outros ativos	-	-	2.468.864	-
	<u>12.436.840</u>	<u>1.225.563</u>	<u>46.711.348</u>	<u>5.211.911</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos associados a ativos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

	2023		2022	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não covered bonds próprias ou ABS onerados	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não covered bonds próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	5.186.885	7.480.966	6.185.528	8.458.181
Outros	259.023	998.653	205.508	273.115
	<u>5.445.908</u>	<u>8.479.619</u>	<u>6.391.036</u>	<u>8.731.296</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as principais rubricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por *rating* externo (*rating* interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	31-12-2023	31-12-2022
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 5)		
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	-	7.850.256
BBB+ / BBB / BBB-	5.669.789	-
Não sujeito	391.055	307.313
	<u>6.060.844</u>	<u>8.157.569</u>
Outros depósitos à ordem		
Rating S&P		
A+ /A /A-	136.682	158.100
AA+ /AA /AA-	36.991	35.380
AAA+ /AAA /AAA-	117	19.722
BB+ / BB / BB-	19	1.358
BBB+ / BBB / BBB-	7.887	28.400
Sem rating externo	42.220	14.907
	<u>223.916</u>	<u>257.867</u>
	<u>6.284.760</u>	<u>8.415.436</u>
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados (Nota 7)		
Rating S&P		
A+ / A / A-	-	239.524
AA+ / AA / AA-	-	82.730
AAA+ / AAA / AAA-	-	97.578
B+ / B / B-	-	191
BB+ / BB / BB-	-	7.153
BBB+ / BBB / BBB-	-	1.343.702
C+ / C / C-	-	15
Sem rating externo	-	7.776
	<u>-</u>	<u>1.778.669</u>
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)		
Rating S&P		
A+ /A /A-	-	55.508
AA+ / AA / AA-	-	15.378
AAA+ / AAA / AAA-	-	39.110
BB+ / BB / BB-	-	1.217
BBB+ / BBB / BBB-	3.675.046	4.845.380
Sem rating externo	-	3.660
	<u>3.675.046</u>	<u>4.960.253</u>

	31-12-2023	31-12-2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Títulos de dívida (Nota 9)		
Rating S&P		
A+ /A /A-	1.091.674	
AA+ /AA /AA-	1.164.912	-
BBB+ / BBB / BBB-	1.551.699	173.066
Sem rating externo	3.436.343	3.303.184
dos quais com rating interno:		
Risco de crédito reduzido	2.383.921	2.429.103
Risco de crédito médio	1.043.828	865.617
Risco de crédito alto	8.593	9.808
	<u>7.244.628</u>	<u>3.476.250</u>
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito (Nota 9)		
Rating S&P		
A+ /A /A-	23.310	-
BB+ / BB / BB-	-	1.356
BBB+ / BBB / BBB-	1.025	19.542
Sem rating externo	452	2.204
	<u>24.787</u>	<u>23.102</u>
Empréstimos e adiantamentos - Crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 9)		
Rating interno		
Risco de crédito reduzido	29.421.987	30.174.135
Risco de crédito médio	3.686.779	5.024.251
Risco de crédito alto	1.135.634	1.204.667
Sem rating	1.152.912	1.859.086
	<u>35.397.312</u>	<u>38.262.139</u>
	<u>35.422.099</u>	<u>38.285.241</u>
	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Exposições fora balanço (Nota 24)		
Risco de crédito reduzido	7.818.583	8.115.898
Risco de crédito médio	869.993	1.048.461
Risco de crédito alto	96.892	118.706
Sem rating	932.126	820.177
	<u>9.717.594</u>	<u>10.103.242</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira e Comercial. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Grupo qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

31-12-2023

	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem		6.285.326	-	-	-	-	-	-	6.285.326
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.465.544	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	24.626	-	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	35.454	74.875	1.265.841	251.208	2.648.155	346.358	-	4.621.893
Ativos financeiros pelo custo amortizado	493.465	2.213.003	5.119.697	10.438.802	6.548.891	39.851.369	-	-	64.665.228
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	259.831	259.831
	493.468	8.533.783	5.194.573	11.704.643	6.800.099	42.499.524	370.984	1.725.375	77.322.448
<u>Passivo</u>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.475.977	1.475.977
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - bancos centrais	-	797.526	-	-	-	-	-	-	797.526
Depósitos - instituições de crédito	528.008	1.440.087	2.324.829	856.392	-	-	-	-	5.149.316
Depósitos - clientes e outros empréstimos	20.349.404	5.720.975	8.412.739	641.896	231.979	84.909	-	-	35.441.902
Titulos de dívida emitidos	-	101.132	1.656.461	2.298.085	2.726.479	58.072	-	-	6.840.229
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	26.048	26.048
	20.877.412	8.059.720	12.394.029	3.796.373	2.958.458	142.981	-	1.502.025	49.730.998

	31-12-2022								Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	562.589	-	-	-	7.850.236	-	-	-	8.412.825
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	498.737	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	60.695	64.595	656.622	299.227	820.607	888.086	-	2.789.832
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	65.872	275.266	544.982	4.554.863	528.283	149.230	-	6.118.499
Ativos financeiros pelo custo amortizado	414.386	2.407.415	6.310.989	11.521.707	5.396.766	21.645.464	-	-	47.696.727
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	601.827	601.827
	976.977	2.533.982	6.650.850	12.723.311	18.101.092	22.994.355	1.037.316	1.100.564	66.118.447
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	465.786	465.786
Passivos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2.792.796	-	-	-	-	-	-	-	2.792.796
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - bancos centrais	87	-	3.713.694	744.778	-	-	-	-	4.458.560
Depósitos - instituições de crédito	737.192	980.118	1.140.745	-	-	-	-	-	2.858.055
Depósitos - clientes e outros empréstimos	24.510.997	6.147.526	5.876.954	1.264.833	714.156	23.570	-	-	38.538.036
Titulos de dívida emitidos	-	70.760	371.432	1.928.454	2.564.654	69.545	-	-	5.004.845
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	183.771	183.771
Provisões técnicas	80.013	333.891	13.475	25.128	19.838	88.897	-	-	561.242
	28.121.084	7.532.295	11.116.301	3.963.193	3.298.648	182.013	-	649.557	54.863.090

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista” (caixa, disponibilidades em instituições de crédito). Os instrumentos de capital registados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, foram considerados com maturidade indeterminada. Os ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, foi considerado o justo valor como o seu valor transacional exigível à vista, dado que a gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Grupo pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Grupo consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Grupo utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV (Basis Point Value) – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Grupo. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*Stress Test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2023				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Ativo</u>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	5.669.789	614.971	-	6.284.760
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.465.544	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	24.626	-	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.501.058	-	346.358	-	3.847.416
Ativos financeiros pelo custo amortizado	10.705.145	31.506.092	(341.551)	-	41.869.686
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	259.831	259.831
	14.206.203	37.175.881	644.404	1.725.375	53.751.863
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.475.977	1.475.977
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	692.030	-	14.805	-	706.835
Depósitos - instituições de crédito	4.015.027	1.026.838	570	-	5.042.435
Depósitos - clientes	15.231.827	19.954.283	52.516	-	35.238.626
Títulos de dívida emitidos	4.453.699	1.776.179	18.979	-	6.248.857
Outros passivos financeiros	-	-	259.102	-	259.102
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	26.048	26.048
	24.392.583	22.757.300	345.972	1.502.025	48.997.880
31-12-2022					
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Ativo</u>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	7.850.256	565.180	-	8.415.436
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	498.737	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	1.664.390	114.740	868.039	-	2.647.169
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.983.332	2.843	123.284	-	5.109.459
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.618.800	33.925.259	(729.486)	-	40.814.573
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	601.827	601.827
	14.266.522	41.893.098	827.017	1.100.564	58.087.201
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	465.786	465.786
Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados	-	-	2.792.796	-	2.792.796
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - bancos centrais	4.113.714	-	-	-	4.113.714
Depósitos - instituições de crédito	166.946	2.647.112	354	-	2.814.412
Depósitos - clientes	14.275.441	24.225.805	5.119	-	38.506.365
Títulos de dívida emitidos	3.283.799	1.370.753	(18.671)	-	4.635.881
Outros passivos financeiros	-	-	366.793	-	366.793
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	183.771	183.771
	21.839.900	28.243.670	3.146.391	649.557	53.879.518

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas para a carteira bancária, é o seguinte:

	2023					Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Intervalos de taxas							
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	>10%]			
Ativo								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	576.789	-	5.093.000	-	-	614.971	-	6.284.760
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.465.544	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	24.626	-	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	99.905	31.022	3.370.131	-	-	346.358	-	3.847.416
Ativos financeiros pelo custo amortizado	2.138.782	3.017.095	17.145.227	19.554.381	355.752	(341.551)	-	41.869.686
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	259.831	259.831
	2.815.476	3.048.117	25.608.358	19.554.381	355.752	644.404	1.725.375	53.751.863
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.475.977	1.475.977
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Depósitos - bancos centrais	-	-	692.030	-	-	14.805	-	706.835
Depósitos - instituições de crédito	298.154	4.000	4.735.613	4.098	-	570	-	5.042.435
Depósitos - clientes	26.739.240	4.606.150	3.737.002	103.718	-	52.516	-	35.238.626
Titulos de dívida emitidos	1.496.200	987.431	3.333.288	65.355	347.604	18.979	-	6.248.857
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	26.048	26.048
	28.533.594	5.597.581	12.497.933	173.171	347.604	86.870	1.502.025	48.738.778
31-12-2022								
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	>10%]			
Ativo								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem		7.850.256	-	-	-	565.180	-	8.415.436
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	498.737	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	31.020	-	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	99.880	31.408	4.121.171	-	-	170.939	-	4.423.398
Ativos financeiros pelo custo amortizado	5.832.572	22.838.014	9.930.966	2.665.495	277.012	(729.486)	-	40.814.573
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	601.827	601.827
	5.932.452	30.719.678	14.052.137	2.665.495	277.012	37.653	1.100.564	54.784.991
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	465.786	465.786
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Depósitos - bancos centrais	-	4.113.714	-	-	-	-	-	4.113.714
Depósitos - instituições de crédito	31.000	2.648.986	134.072	-	-	354	-	2.814.412
Depósitos - clientes	37.946.110	366.186	188.950	-	-	5.119	-	38.506.365
Titulos de dívida emitidos	1.496.200	1.993.197	840.000	278.655	46.500	(18.671)	-	4.635.881
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	366.793	-	366.793
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	183.771	183.771
	39.473.310	9.122.083	1.163.022	278.655	46.500	353.595	649.557	51.086.722

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a distribuição de vencimentos contratuais e repricing de taxa de juro dos montantes sensíveis da carteira bancária (apenas em 31 de dezembro de 2022), através de um GAP estático, é o seguinte:

31-12-2023

	Intervalos de datas									Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	> 5 anos			
Ativo												
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5.669.789	-	-	-	-	-	-	-	-	614.971	-	6.284.760
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.465.544	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.626	-	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	30.690	1.016.000	99.905	-	2.354.463	346.358	-	3.847.416
Ativos financeiros pelo custo amortizado	5.933.820	9.615.665	10.855.563	5.084.578	1.451.490	2.005.268	1.124.526	702.449	5.437.877	(341.551)	-	41.869.686
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	259.831	259.831
	11.603.609	9.615.665	10.855.563	5.084.578	1.482.180	3.021.268	1.224.431	702.449	7.792.339	644.404	1.725.375	53.751.862
Passivo												
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.475.977	1.475.977
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado												
Depósitos - bancos centrais	692.030	-	-	-	-	-	-	-	-	14.805	-	706.835
Depósitos - instituições de crédito	956.685	1.597.332	2.487.847	-	-	-	-	-	-	570	-	5.042.435
Depósitos - clientes	4.431.188	4.519.948	5.181.189	3.179.949	417.403	220.776	17.152.778	72.027	10.851	52.516	-	35.238.626
Titulos de dívida emitidos	69.367	617.918	1.577.663	7.431	-	857.599	2.130.000	769.900	200.000	18.979	-	6.248.857
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.048	26.048
	6.149.270	6.735.198	9.246.700	3.187.380	417.403	1.078.375	19.282.778	841.927	210.851	86.870	1.502.025	48.738.778

31-12-2022

	Intervalos de datas									Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	> 5 anos			
Ativo												
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	7.850.256	-	-	-	-	-	-	-	-	565.180	-	8.415.436
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	498.737	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.020	-	31.020
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	30.000	1.766.000	100.000	2.356.459	170.939	-	4.423.398
Ativos financeiros pelo custo amortizado	5.986.469	11.044.260	12.314.256	5.872.274	735.403	2.017.149	1.372.183	522.973	1.679.092	(729.486)	-	40.814.573
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	601.827	601.827
	13.836.725	11.044.260	12.314.256	5.872.274	735.403	2.047.149	3.138.183	622.973	4.035.551	37.653	1.100.564	54.784.991
Passivo												
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	465.786	465.786
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado												
Depósitos - bancos centrais	-	4.113.714	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.113.714
Depósitos - instituições de crédito	610.898	973.585	1.229.575	-	-	-	-	-	-	354	-	2.814.412
Depósitos - clientes	26.587.254	4.083.059	3.715.205	2.151.002	818.922	439.370	451.945	252.464	2.025	5.119	-	38.506.365
Titulos de dívida emitidos	100.719	1.269.952	22	5	996.255	-	507.599	1.780.000	-	(18.671)	-	4.635.881
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	183.771	183.771
	27.298.871	10.440.310	4.944.802	2.151.007	1.815.177	439.370	959.544	2.032.464	2.025	(13.198)	649.557	50.719.930

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	(721)	721	(2.580)	2.368
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(227.049)	239.496	(75.865)	79.461
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(864.794)	931.367	(688.047)	731.329
	<u>(1.092.564)</u>	<u>1.171.584</u>	<u>(766.492)</u>	<u>813.158</u>
Derivados - Contabilidade de cobertura	72.748	(75.408)	282.550	(307.482)
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	(793)	792	(5.911)	5.788
Depósitos - instituições de crédito	(21.490)	21.695	(6.113)	6.124
Depósitos - clientes	(606.730)	630.102	(1.081.985)	1.146.319
Títulos de dívida emitidos	(135.511)	140.068	(104.928)	108.982
Outros passivos financeiros	(16.666)	17.363	(11.776)	11.970
	<u>(781.190)</u>	<u>810.020</u>	<u>(1.210.713)</u>	<u>1.279.183</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR *Weighted* Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	31-12-2023	31-12-2022
VaR Percentil 99%	2	3

RISCO CAMBIAL

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	31-12-2023			Total
	Euros	Dólares Norte- Americanos	Outras moedas	
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6.196.444	35.493	52.823	6.284.760
Ativos financeiros detidos para negociação	1.465.217	-	327	1.465.544
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	24.626	-	-	24.626
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.847.416	-	-	3.847.416
Ativos financeiros pelo custo amortizado	41.469.918	375.224	24.544	41.869.686
Derivados - Contabilidade de cobertura	239.612	19.799	420	259.831
	<u>53.243.233</u>	<u>430.516</u>	<u>78.114</u>	<u>53.751.863</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.476.212	-	(235)	1.475.977
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	706.835	-	-	706.835
Depósitos - instituições de crédito	5.022.967	8.197	11.271	5.042.435
Depósitos - clientes	34.020.191	973.324	245.111	35.238.626
Titulos de dívida emitidos	6.248.857	-	-	6.248.857
Outros passivos financeiros	259.102	-	-	259.102
Derivados - Contabilidade de cobertura	26.048	-	-	26.048
	<u>47.760.212</u>	<u>981.521</u>	<u>256.147</u>	<u>48.997.880</u>

	31-12-2022			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.301.872	62.877	50.687	8.415.436
Ativos financeiros detidos para negociação	496.446	107	2.184	498.737
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	2.588.429	58.740	-	2.647.169
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.109.459	-	-	5.109.459
Ativos financeiros pelo custo amortizado	40.333.215	449.578	31.780	40.814.573
Derivados - Contabilidade de cobertura	579.325	22.240	262	601.827
	57.408.746	593.542	84.913	58.087.201
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	466.988	(108)	(1.094)	465.786
Passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados	2.792.796	-	-	2.792.796
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	4.113.714	-	-	4.113.714
Depósitos - instituições de crédito	2.516.381	297.613	418	2.814.412
Depósitos - clientes	37.122.669	1.156.090	227.606	38.506.365
Titulos de dívida emitidos	4.635.881	-	-	4.635.881
Outros passivos financeiros	366.793	-	-	366.793
Derivados - Contabilidade de cobertura	183.509	-	262	183.771
	52.198.731	1.453.595	227.192	53.879.518

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	31-12-2023	31-12-2022
VaR Percentil 99%	9	13

RISCO DE COTAÇÕES DE ATIVOS

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	31-12-2023				Valor Líquido	
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor		
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia			Valor
Instituições Financeiras	122.485	-	16.033	138.518		
Empresas do Grupo	87.841	-	(157.313)	(69.472)		
	210.326	-	(141.280)	69.046		

31-12-2022				
Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras			Valor Líquido
	Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia		
Contraparte				
Instituições Financeiras	229.464	-	6.641	236.105
Empresas do Grupo	254.514	-	(256.228)	(1.714)
	<u>483.978</u>	<u>-</u>	<u>(249.587)</u>	<u>234.391</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

31-12-2023				
Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras			Valor Líquido
	Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia		
Contraparte				
Instituições Financeiras	(4.496.595)	4.605.758	14.598	123.761

31-12-2022				
Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras			Valor Líquido
	Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia		
Contraparte				
Instituições Financeiras	(2.071.901)	2.088.148	29.364	45.611

40. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo tem uma posição de capital sólida, coerente com o seu modelo de negócio, a sua estrutura do balanço, o seu apetite de risco e os requisitos regulamentares. A robustez do balanço e a rentabilidade do Grupo permite-nos exercer a nossa atividade de financiamento à economia e gerar capital de forma orgânica. As várias métricas de capital são estáveis, com rácios comodamente acima dos requisitos regulamentares e alinhados com o apetite de risco aprovado pela alta direção.

A gestão e adequação do capital visa assegurar a solvência e maximizar a rentabilidade, assim como com os requisitos regulatórios. A gestão de capital é uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões. Existe um quadro de governo aprovado pela alta direção onde estão estabelecidos critérios, políticas, funções, métricas e processos relacionados com a gestão de capital.

No final ano de 2023, o rácio CET1 *phasing in* é de 17,2% e o rácio de capital total *phasing in* é de 21,5% cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos de 8,34% e 12,5%, respetivamente.

Nos últimos exercícios o Banco operacionalizou várias operações de securitização sintéticas originada pelo Banco. As operações têm como subjacentes portefólios de Corporates, PME, ENI's e Hipotecas, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* e um *detachment point*. As tranches *mezzanines*, foram totalmente colocadas junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco ou em formato de garantia financeira/contrato de seguro, com um determinado prémio.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de dezembro de 2023 de 2022 (ambos em BIS III – Phasing in):

	Valores em milhões de Euros	
	31-12-2023	31-12-2022
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)	3.055	3.150
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	2.370	2.370
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	934	847
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(249)	(67)
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)	273	274
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	210	213
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	63	61
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	3.328	3.425
E - POSIÇÕES EM RISCO	15.473	16.258
RÁCIOS		
TIER I (A/E)	19,7%	19,4%
CORE CAPITAL (CET1)	17,2%	16,9%
TIER II (B/E)	1,8%	1,7%
RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)	21,5%	21,1%
LEVERAGE	5,5%	5,5%

Nota: Os valores apresentados no quadro acima não são auditados

41. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência (“AdC”), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes. Esta troca de informação foi sancionada como uma “infração por objeto”, ou seja, a Autoridade da Concorrência considerou esta conduta ilícita ainda que sem a demonstração de efeitos nos consumidores.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilicitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anticoncorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco Santander Totta foi condenado de uma coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao Banco Popular Portugal.

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco, mas também ao Banco Popular Portugal).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Já no âmbito da impugnação judicial, foi estabelecido o montante e a modalidade das cauções a prestar, para obtenção de efeito suspensivo da decisão impugnada. Neste âmbito, o Banco apresentou uma garantia bancária no montante de 17.825 milhares de euros, emitida pelo próprio Banco, como forma de satisfazer a referida caução.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre outubro de 2021 e março de 2022, tendo o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão tomado uma primeira decisão em 28 de abril de 2022. Nesta decisão, embora confirmando genericamente os factos incluídos na decisão sancionatória da AdC sobre a alegada troca de informação não pública sobre spreads e produção de crédito, o Tribunal da Concorrência reconheceu, conforme alegado pelo Santander, que se justificava uma decisão prejudicial sobre esta matéria do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), devido à ausência de jurisprudência e prática decisória considerando trocas autónomas de informações entre concorrentes, como a que está em causa neste caso, como infrações ao direito da concorrência “por objeto”, ou seja, independentemente de seus efeitos no mercado.

Consequentemente, o Tribunal da Concorrência suspendeu o seu julgamento e decisão final, enquanto a questão prejudicial está a ser decidida pelo TJUE, que serão retomados após este tribunal esclarecer as questões levantadas pelo Tribunal da Concorrência.

Esta decisão confirma que a alegada infração não é tão clara como a Autoridade da Concorrência tentou sustentar, uma vez que o próprio Tribunal da Concorrência tem dúvidas sobre o enquadramento legal aplicável.

De acordo com a tramitação regular daquele processo junto do TJUE, o parecer escrito do Banco Santander Totta foi entregue em 30 de agosto de 2022.

As alegações orais das partes foram apresentadas em 22 de junho de 2023, o parecer do advogado geral foi emitido em 5 de outubro de 2023, estimando-se que a decisão final possa ocorrer no primeiro semestre de 2024.

O Banco aguardará a decisão do TJUE e, subsequentemente, a decisão relativa à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciais que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refuta veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado, no final do processo, a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

É intenção do Grupo Santander em Portugal (“Grupo”) em 2024, iniciar um processo de reorganização do grupo económico. O processo de reorganização passa pela fusão da Taxagest, SGPS, S.A. no Banco e uma subsequente fusão da Sociedade no Banco. Tendo-se procedido a uma análise estratégica, económica e operacional da estrutura do Grupo, verificou-se que a presente estrutura societária se revela redundante e suscetível de otimização.

Com a fusão por incorporação da Taxagest, SGPS, S.A. e da Sociedade no Banco pretende-se, designadamente:

- simplificar a estrutura societária, evitando a sobreposição de estruturas e procedimentos intermédios;
- implementar um sistema de governação único para o Grupo, mais eficaz, eficiente e adequado, atenta a sua natureza de grupo bancário e supervisionado;
- obter sinergias mediante a melhor estruturação e organização que a perspetivada fusão proporcionará;
- tornar mais eficiente a estrutura e gestão do financiamento, fundos próprios e passivos elegíveis do Grupo;
- simplificar a estrutura do Grupo para efeitos de supervisão bancária nacional e europeia.

A produção de efeitos das projetadas operações de fusão estão sujeitas às autorizações regulatórias aplicáveis, incluindo a autorização a emitir pelo Banco Central Europeu. No caso de não se verificar alguma destas condições, o registo definitivo da fusão não será efetuado e, portanto, a fusão não produzirá efeitos.

Adicionalmente, o registo definitivo das fusões e a sua consequente produção de efeitos ficam ainda condicionados à verificação das demais condições que resultam do regime jurídico aplicável, assim como à verificação dos pressupostos, nomeadamente fiscais ou outros, que justificam a pertinência das operações de fusão.

O Banco foi notificado em março e em abril de 2024 das ações de indemnização cível nos processos 2/24.1YQSTR e 6/24.4YQSTR, propostas pela Associação Ius Omnibus, e no processo 10/24.2YQSTR, cujo autor é a AMPEMEP - Associação de Micro, Pequenas e Médias Empresas em Portugal, nas quais também são demandadas outras instituições de crédito. Estas ações, correm termos do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e dizem respeito à compensação de alegado sobrepreço em matéria de crédito ao consumo, crédito à habitação e crédito a PMEs, decorrentes de pretensas partilhas de informação, sancionadas pela decisão da Autoridade da Concorrência (“AdC”) no processo PRC 2012/09, presentemente em recurso. Apesar de incluírem estimativas genéricas com base em estudos económicos, as ações não incluem pedidos precisos de indemnização a cada uma das demandadas, fazendo depender o referido cálculo da aplicação do alegado sobrepreço à oferta no período relevante.

A circunstância da factualidade e da qualificação jurídica da conduta se encontrarem em recurso e de, em qualquer caso, como decorre da própria decisão da AdC, não existirem quaisquer indícios da partilha de informação em causa ter tido impacto no mercado, uma vez que se trata de uma infração por objeto, bem como a complexidade da oferta e a insuficiente demonstração de danos e donexo causal, tornam, no entendimento do Banco, improvável a atribuição de indemnizações no âmbito das ações supra.

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2024.

ANEXO I

Em 31 de dezembro de 2023, as condições das obrigações estruturadas, hipotecárias/cobertas, emitidas no âmbito de operações de titularização, outras e dos passivos subordinados são as seguintes:

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Juros a pagar/comissões a diferir	Correções de		Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balço		Valor por operações de cobertura	Total				
Obrigações estruturadas											
Ob.BST Index linked notes 2024	EUR	8.227	796	7.431	342	(238)	7.535	Variável	20-12-2019	23-12-2024	BST Index - linked note due 2024
Credit Linked Notes due August 2037	EUR	85.080	-	85.080	1.716	-	86.796	Variável	26-07-2021	15-08-2037	Euribor3M (floored at 0) + 9%
Credit Linked Notes due January 2042	EUR	69.391	-	69.391	2.029	-	71.420	Variável	31-05-2022	31-01-2042	Euribor3M + 8,7%
Credit Linked Notes due August 2037	EUR	28.477	-	28.477	441	-	28.918	Variável	13-04-2023	15-08-2037	Euribor3M + 6%
Credit Linked Notes due May 2043	EUR	103.000	-	103.000	926	-	103.926	Variável	03-08-2023	02-05-2043	Euribor3M + 9%
Total		294.175	796	293.379	5.454	(238)	298.595				
Obrigações hipotecárias/cobertas											
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	(554)	-	(554)	1,201%	07-12-2017	07-12-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(619)	-	(619)	1,481%	10-04-2017	10-04-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	3.800	996.200	5.545	-	1.001.745	0,875%	25-04-2017	25-04-2024	Taxa Fixa
Hipotecária XXIII	EUR	1.000.000	20.000	980.000	(1.769)	-	978.231	1,250%	26-09-2017	26-09-2027	Taxa Fixa
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(1.120)	-	(1.120)	0,412%	05-07-2019	05-07-2029	Taxa Fixa
Hipotecária XXV	EUR	750.000	750.000	-	(178)	-	(178)	0,505%	27-03-2020	27-03-2025	Taxa Fixa
Hipotecária XXVI	EUR	750.000	750.000	-	(934)	-	(934)	0,00%	28-10-2020	28-10-2030	Taxa Fixa
Hipotecária XXVII	EUR	750.000	750.000	-	(720)	-	(720)	0,64%	04-03-2022	04-03-2029	Taxa Fixa
Hipotecária XXVIII	EUR	750.000	-	750.000	12.951	-	762.951	3,38%	19-04-2023	19-04-2028	Taxa Fixa
Hipotecária XXIX	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(1.175)	-	(1.175)	3,55%	02-06-2023	02-06-2030	Taxa Fixa
Hipotecária XXX	EUR	850.000	-	850.000	6.620	7.417	864.037	3,75%	11-09-2023	11-09-2026	Taxa Fixa
Hipotecária XXXI	EUR	25.700	-	25.700	186	-	25.886	3,85%	16-10-2023	16-10-2028	Taxa Fixa
Hipotecária XXXII	EUR	27.300	-	27.300	107	-	27.407	3,74%	15-11-2023	15-11-2028	Taxa Fixa
Hipotecária XXXIII	EUR	16.900	-	16.900	(10)	-	16.890	3,05%	28-12-2023	28-12-2028	Taxa Fixa
Total		9.769.900	6.123.800	3.646.100	18.330	7.417	3.671.847				

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Juros a pagar/comissões a diferir	Correções de Valor por operações de cobertura	Total	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balço							
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	281.562	206.045	75.517	(250)	-	75.267	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Euribor 3m+0,12% (até dez. 2014); Euribor 3m+0,24% (após)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	10.753	10.753	-	-	-	-	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Euribor 3m+0,19% (até dez. 2014); Euribor 3m+0,40% (após)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	33.960	33.960	-	-	-	-	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Euribor 3m+0,29% (até dez. 2014); Euribor 3m+0,58% (após)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	7.000	7.000	-	-	-	-	Variável	09-12-2005	30-12-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	244.809	200.800	44.009	54	-	44.063	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,13% (até fev. 2014); Euribor 3m+0,26% (após)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,17% (até fev. 2014); Euribor 3m+0,34% (após)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,24% (até fev. 2014); Euribor 3m+0,48% (após)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+0,50% (até fev. 2014); Euribor 3m+1,00% (após)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Euribor 3m+1,75% (até fev. 2014); Euribor 3m+3,50% (após)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	-	-	Variável	22-03-2007	28-02-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 2 - Classe A	EUR	68.788	-	68.788	(8.103)	-	60.685	Variável	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage 2 - Classe B	EUR	8.564	8.564	-	-	-	-	Variável	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage 2 - Classe C	EUR	3.491	3.491	-	-	-	-	Variável	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage 2 - Classe D	EUR	8.332	8.332	-	-	-	-	Variável	05-03-2008	18-09-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 3 - Classe A	EUR	120.385	37.520	82.865	(5.572)	-	77.293	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage 3 - Classe B	EUR	17.264	17.264	-	-	-	-	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage 3 - Classe C	EUR	33.477	33.477	-	-	-	-	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 4 - Classe A	EUR	130.162	-	130.162	(16.503)	-	113.659	Variável	16-02-2009	30-12-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage 4 - Classe B	EUR	14.334	14.334	-	-	-	-	Variável	16-02-2009	30-12-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage 4 - Classe C	EUR	40.371	40.371	-	-	-	-	Variável	16-02-2009	30-12-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	475.512	475.512	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Euribor 3m + 0,60%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Euribor 3m + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	33.000	33.000	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe D	EUR	0	0	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Juros a pagar/ comissões a diferir	Correções de		Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanço		Valor por operações de cobertura	Total				
Consumer Totta 1 classe A	EUR	462.047	-	462.047	243	-	462.290	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 0,80%
Consumer Totta 1 classe B	EUR	22.214	-	22.214	12	-	22.226	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 1,10%
Consumer Totta 1 classe C	EUR	35.542	-	35.542	23	-	35.565	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 2%
Consumer Totta 1 classe D	EUR	22.214	-	22.214	29	-	22.243	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 8%
Consumer Totta 1 classe E	EUR	35.542	-	35.542	62	-	35.604	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 11,85%
Consumer Totta 1 classe F	EUR	3.900	-	3.900	7	-	3.907	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 12,5%
Consumer Totta 1 classe X	EUR	4.961	4.961	-	-	-	-	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Total		2.715.184	1.732.384	982.800	(29.998)	-	952.802				
Outras Obrigações emitidas											
Senior Holdco	EUR	500.000	-	500.000	1.831	-	501.831	0,68%	17-06-2021	17-06-2027	Taxa fixa
Senior Non-Preferred 6NC5 Fixed-to-Fixed	EUR	600.000	-	600.000	10.726	-	610.726	3,08%	03-06-2022	03-06-2028	Taxa fixa
Total		1.100.000	-	1.100.000	12.557	-	1.112.557				
Passivos subordinados											
OB.BST SA 7.5%	EUR	7.599	-	7.599	136	-	7.735	7,50%	06-10-2016	06-10-2026	Taxa Fixa
Subordinated 10NC5 Fixed-to-Fixed Reset Rate Tier 2	EUR	200.000	-	200.000	5.321	-	205.321	4,71%	09-06-2022	09-06-2032	Taxa fixa
Total		207.599	-	207.599	5.457	-	213.056				
TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS		14.086.858	7.856.980	6.229.878	11.800	7.179	6.248.857				

Relatórios e Pareceres da Atividade Consolidada



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. ("Grupo" ou "Santander Totta SGPS"), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 54.589.810 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.336.075 milhares de euros, incluindo resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe de 1.030.196 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISAs") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota 42 do anexo às demonstrações financeiras, no início de 2024 o Grupo Santander em Portugal iniciou um processo de reorganização que prevê a fusão, por incorporação, da Santander Totta SGPS no Banco Santander Totta, S.A ("Banco"). A referida reorganização está condicionada à verificação de um conjunto de condições precedentes, sem as quais a fusão não produzirá quaisquer efeitos. Caso se verifiquem as referidas condições e a fusão prossiga, ocorrerá a transferência para o Banco da globalidade do património da Santander Totta SGPS e a sua subsequente extinção.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Perdas por imparidade dos ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Clientes</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 9, 18 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo</u></p> <p>A significativa expressão das rubricas de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("default"), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2023 o valor bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes ascende a 35.397.312 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 794.678 milhares de euros.</p> <p>As perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito, sendo as restantes apuradas através de análise coletiva.</p> <p>Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total de responsabilidades e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Grupo desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de <i>staging</i>, no sentido de corroborar a</p>	<p>Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Grupo para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade.</p> <p>Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de <i>stage</i> e na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo na sua metodologia.</p> <p>Assim, para uma amostra de exposições classificadas em <i>stage</i> 3, extraída da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2023, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a</p>



Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

atribuição indicativa de *stage* automático (*stages* 1, 2 e 3), e uma análise individual de quantificação de imparidade. Neste último caso, a análise é realizada para as exposições classificadas em *stage* 3, sendo o montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência: (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das suas responsabilidades; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico e simultaneamente incorporarem uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo: (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a taxa esperada de desemprego; (iii) a evolução da Euribor; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento da carteira de crédito do Banco.

A especificidade e a incerteza da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica originaram um acréscimo de complexidade na determinação das perdas por imparidade. Nestas circunstâncias, os modelos internos desenvolvidos pelo Grupo foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos, em concreto a atualização da informação prospetiva, através de um ajustamento aos modelos (*post model adjustments*), de modo a refletir os potenciais efeitos do atual contexto macroeconómico adverso, pautado pela

documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a correspondência dos planos financeiros utilizados para efeitos de determinação das perdas por imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv) analisar as avaliações mais recentes desses colaterais; (v) rever a incorporação na análise da informação prospetiva; (vi) analisar os fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade; (vii) analisar a evolução das exposições; e (viii) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes e à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes.

Adicionalmente, procedemos à seleção de uma amostra de devedores para análise específica dos critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (*stage* 2) e em situação de imparidade (*stage* 3), numa base individual.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco, tendo em conta para o efeito a informação histórica disponível sobre o desempenho e recuperações da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Grupo, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de *default* do Banco e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem, incluindo os critérios adicionais estabelecidos e as análises setoriais desenvolvidas pelo Banco para os setores económicos mais afetados atual conjuntura

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

persistência de um elevado grau de incerteza geopolítica, com riscos predominantemente de natureza externa, bem como o reflexo da relação esperada dessa informação com os parâmetros de risco dos modelos de análise coletiva desenvolvidos pelo Grupo.

Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

macroeconómica e geopolítica; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como a informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados, incluindo a análise das metodologias definidas pelo Banco para a determinação dos *post model adjustments* decorrente do atual contexto macroeconómico adverso; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas para estimar as recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD ("*Loss Given Default*"), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, com referência a 31 de dezembro de 2023.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como as respetivas perdas por imparidade, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Outros saldos a receber relacionados com a medida de resolução aplicada ao Banif

Mensuração do saldo a receber relacionado com a medida de resolução aplicada ao Banif e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 9 e 13 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Conforme se refere na nota 13, na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") deliberada pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal em 20 de dezembro de 2015 ("transação"), e tendo presentes os entendimentos e esclarecimentos subsequentes que foram comunicados ao Grupo pelo Banco de Portugal e o deferimento, por parte do Ministério das Finanças, do pedido de transmissão dos prejuízos fiscais do Banif, o Grupo submeteu, em 29 de maio de 2018, uma declaração de substituição do Modelo 22 (IRC) referente ao exercício de 2015.

Posteriormente, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes, apenas foi

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e a compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo para efeitos da respetiva monitorização, bem como a apreciação dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão quanto à sua forma de recuperação e respetivo montante.

Face à relevância dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) reuniões com o órgão de gestão para análise da avaliação efetuada pelo Grupo quanto à situação e evolução do referido processo; (ii) apreciação da correspondência trocada com o Banco de Portugal e com o Ministério das Finanças; e (iii) reuniões com os

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

reconhecido ao Grupo o direito de utilizar prejuízos fiscais do Banif relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Na sequência da decisão do Ministério das Finanças de 30 de junho de 2020 quanto ao indeferimento do recurso hierárquico apresentando pelo Grupo relativamente ao referido Despacho, o Grupo exigiu em 2020 uma compensação de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou em títulos do tesouro, no âmbito da transação e do acordo celebrado com as autoridades portuguesas envolvidas na medida de resolução aplicada ao Banif, tendo então procedido, como se refere na nota 13, à reclassificação desse montante para a rubrica de "Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Devedores diversos e outras disponibilidades" (nota 9).

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e pela alteração significativa na forma e estratégia de recuperação do saldo em questão, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

advogados externos do Grupo e análise dos seus pareceres.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre este assunto, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Justo valor de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor não cotados num mercado ativo - nível 3 da hierarquia de justo valor

Mensuração do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor e respetivas divulgações apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 6, 7, 8 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2023 os saldos de balanço desses instrumentos financeiros ascendem a 219.906 milhares de euros de ativos e 24.896 milhares de euros de passivos.

Os instrumentos financeiros assim classificados são compostos por: (i) derivados de negociação ou cobertura; e (ii) instrumentos de capital próprio.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor.

Para uma amostra de instrumentos cuja mensuração se tenha baseado substancialmente em dados não observáveis (nível 3), os nossos procedimentos incluíram igualmente: (i) o entendimento das metodologias e principais pressupostos utilizados pelo Grupo; (ii) a avaliação se os modelos desenvolvidos pelo Grupo e os dados e pressupostos utilizados são



Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o Grupo determina o respetivo justo valor através da utilização de modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e inputs a utilizar.

Neste contexto, alterações nos pressupostos e nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

razoáveis nas circunstâncias, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível; e (iii) a revisão analítica sobre o justo valor desses instrumentos financeiros, comparando-o com o período homólogo e com a última informação financeira e respetivos relatórios de auditoria, sempre que disponíveis.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Responsabilidades com pensões e outros benefícios**Mensuração e divulgações relacionadas com responsabilidades com pensões e outros benefícios apresentadas nas notas 1.3 alínea j), 2, 14 e 36 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo**

Em 31 de dezembro de 2023 as responsabilidades por serviços passados do Grupo em relação aos seus administradores, colaboradores e pensionistas ascendem a 1.267.986 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário.

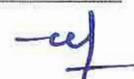
Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios e da população dos administradores, colaboradores e pensionistas, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para calcular as responsabilidades.

Os trabalhos de auditoria incluíram reuniões com o órgão de gestão e contactos com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que obtivemos de forma independente.

Foi efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; e (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício.



Matérias relevantes de auditoria

taxas de mercado para entidades de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (euros) e com maturidade semelhante à duração do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais na mensuração das responsabilidades, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

Por último, analisámos o estudo atuarial elaborado pelo atuário independente com referência a 31 de dezembro de 2023, tendo para o efeito em conta os resultados dos procedimentos referidos acima.

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Passivos contingentes

Divulgações relacionadas com passivos contingentes apresentadas nas notas 1.3 alínea i), 2 e 41 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Os passivos contingentes divulgados na nota 41, em 31 de dezembro de 2023, detalham-se conforme segue:

Autoridade da Concorrência

Em 2012 a Autoridade da Concorrência instaurou um processo de contraordenação contra um conjunto de bancos, onde se inclui o Banco Santander Totta, S.A., por alegadas práticas restritivas da concorrência. Em 9 de setembro de 2019, a Autoridade da Concorrência notificou os bancos da sua decisão, que aponta para a condenação dos mesmos, tendo sido aplicada ao Grupo uma coima no montante de 36 milhões de euros. O Grupo entende que não praticou a infração imputada, pelo que apresentou, em outubro de 2019, recurso da referida decisão para o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão ("TCRS"). Em maio de 2020, por decisão do referido tribunal, o Grupo prestou caução da quantia relativa a parte da coima aplicada, a qual tem natureza provisória, dado estar pendente da decisão sobre a impugnação judicial efetuada pelo Grupo. Em abril de 2022, o TCRS proferiu uma decisão em que deu como provado certos factos, mas não se pronunciou sobre quaisquer sanções, suspendendo o processo e procedendo ao seu reenvio prejudicial ao Tribunal de Justiça da União Europeia, no sentido de este se pronunciar sobre questões que envolvem a

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a identificação e compreensão dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à identificação e monitorização dos passivos contingentes.

Relativamente ao processo instaurado pela Autoridade da Concorrência, os nossos trabalhos incluíram: (i) a análise da avaliação do Grupo quanto à natureza e situação do referido processo, que fundamenta a não constituição de provisões; e (ii) a apreciação da informação obtida junto dos advogados externos do Grupo que acompanham o processo.

Analisámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos sobre estes assuntos após 31 de dezembro de 2023.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos contingentes, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

interpretação do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o que até esta data ainda não correu.

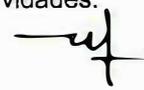
As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 refletem a expectativa do órgão de gestão de que as probabilidades de o processo instaurado pela Autoridade da Concorrência vir a terminar sem o Grupo ter de pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso.

Os passivos contingentes podem evoluir de forma diferente do originalmente esperado, de modo que estão sujeitos a revisão contínua para determinar se a eventualidade de saída de recursos se tornou provável. Nestas circunstâncias, a avaliação destes passivos contingentes implica que o órgão de gestão do Grupo empregue estimativas e julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e contingências em que o Grupo é parte envolvida e, nessa medida, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório consolidado de gestão e da demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

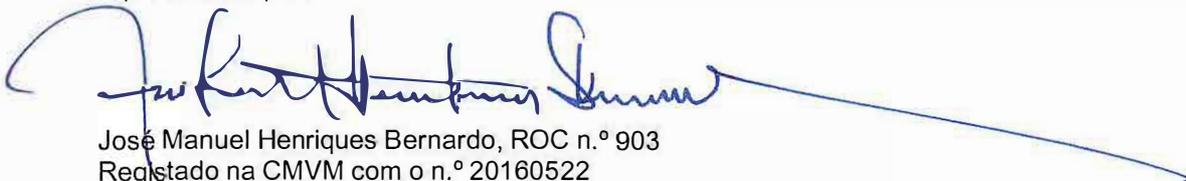
a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na

assembleia geral de acionistas realizada em 21 de dezembro de 2021 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024.

- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 7 de maio de 2024.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

7 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2023

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2023, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. (adiante designada por “Sociedade”), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou treze reuniões em 2023 e seis reuniões em 2024 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em regra, com a presença dos representantes do Revisor Oficial de Contas e, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por “Grupo”), nomeadamente a Controller, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2022, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e aprovou para emissão o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2023, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT



No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2023, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios do Grupo ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões dos Conselhos de Administração da Sociedade e da sua principal participada, Banco Santander Totta, S.A., (ii) a leitura das atas das reuniões destes órgãos, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados, quer da Sociedade quer das suas subsidiárias, e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) No âmbito do acompanhamento das subsidiárias, o Conselho Fiscal, através do seu Presidente, esteve presente nas reuniões do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A., e nas reuniões da Comissão de Auditoria realizadas em 2023 e nas reuniões realizadas em 2024 até à presente data, o que permitiu analisar toda a documentação de apoio distribuída, assistir às apresentações efetuadas pelos responsáveis de cada uma das áreas e colocar questões e pedidos de esclarecimento sempre que necessário e os assuntos tenham suscitado. Relativamente à atividade seguradora do Grupo, as reuniões do Conselho Fiscal tiveram a presença, em quatro delas realizadas em 2023, dos Presidentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Totta Seguros, S.A., nas quais os Presidentes destes órgãos expuseram, respetivamente, a evolução da atividade e dos negócios e a fiscalização exercida.
- Foi acompanhada a operação intragrupo de alienação da subsidiária Santander Totta Seguros- Companhia de Seguros Vida, SA, no âmbito da reestruturação do setor segurador do Grupo, tendo sido analisada a documentação referente ao processo, designadamente o Relatório de avaliação realizado por entidade independente e de reconhecida competência que serviu de base à fixação do preço, bem como a respetiva contabilização e impacto nos resultados do exercício.
- c) Foram analisadas as demonstrações financeiras individuais intercalares reportadas a 30 de junho de 2023, auditadas pelo revisor oficial de contas e, após concluir estarem reunidas todas as condições legais e estatutárias, deu o consentimento previsto no artº 297º do Código das Sociedades Comerciais ao adiantamento sobre os lucros do exercício, ocorrido no mês de julho de 2023, por deliberação do Conselho de Administração.
- d) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Santander Totta SGPS, S.A. - Capital Social: 1.972.962,079,58 € - C.R.C. Lisboa com o NIPC 307 096 851 - Sede: Rua do Ouro, nº 88 - 1100-063 LISBOA

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT



- e) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance*, cyber segurança, deteção de fraudes, e tratamento das reclamações de clientes, assim como ao seguimento interno das recomendações emanadas pelos diversos departamentos de controlo interno, auditores externos e autoridades de supervisão.
- f) Em dezembro de 2023, o Conselho Fiscal emitiu, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal, o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre 1 de dezembro de 2022 e 30 de novembro de 2023.
- g) Foram apreciadas as políticas contabilísticas do Grupo e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados consolidados e fiscalizado o processo de divulgação.
- h) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2023, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo e salienta que naquela informação se incluem os principais riscos e incertezas para 2024.
- i) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- j) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal identificadas no processo de revisão legal das contas e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas consolidadas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT

Santander Totta SGPS, S.A. - Capital Social: 1.972.962.079,58 € - C.R.C. Lisboa com o NIPC 307 096 851 - Sede: Rua do Ouro, nº 88 - 1100-063 LISBOA



- k) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2023 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 5º do Regulamento nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou vinte propostas de prestação de serviços adicionais solicitadas pelo Banco Santander Totta, S.A., sendo que duas delas tiveram por origem pedidos do Banco de Portugal por parte do Revisor Oficial de Contas. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.
- l) Já em 2024, no decurso do mês de março, o Conselho Fiscal procedeu à análise do projeto de fusão por incorporação da Sociedade no Banco Santander Totta, SA, operação que se enquadra no processo de reestruturação do Grupo Santander em Portugal, a qual está condicionada à verificação de um conjunto de condições precedentes sem as quais a fusão não produzirá quaisquer efeitos, e emitiu parecer favorável nos termos do disposto no nº 1 do artigo 99º do Código das Sociedades Comerciais. No caso de se verificarem as condições colocadas a Sociedade extinguir-se-á com o registo definitivo da fusão.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não verificou, nem lhe foi reportada, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses do Grupo, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços do Grupo.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e as correspondentes notas às Demonstrações Financeiras consolidadas, permitem compreender a situação patrimonial do Grupo no fim do exercício de 2023 e o modo como se desenrolou a atividade consolidada do Grupo.

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT



Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2023.

Lisboa, 7 de maio de 2024

O CONSELHO FISCAL

DocuSigned by:

José Assunção Dias

3AF6E74ACA3F401...

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

DocuSigned by:

Henrique de Carvalho e Silva

E48CCCDDB7C9411...

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

DocuSigned by:

Marta Troni

EE025D0914EF4EC...

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni (Vogal)



RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O presente resumo destina-se a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 60.º do Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020 e da Instrução n.º 18/2020, do Banco de Portugal, e do Regulamento n.º 9/2020 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Santander Totta, SGPS, S.A. (Sociedade ou Grupo) elaborou o Relatório de Autoavaliação sobre a adequação e eficácia da sua cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias, para o período de referência de 1 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023, assegurando também que fosse elaborado um relatório individual relativo a cada uma das entidades sujeitas a supervisão em base consolidada ou subconsolidada, incluindo todas as filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC).

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC. São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b) do CSC. Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos. Existe ainda uma Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral.

Em 21 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral da Sociedade aprovou a eleição dos Órgãos Sociais, incluindo os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas e a Comissão de Vencimentos para o triénio 2022/2024. O Secretário da Sociedade foi designado pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2022 e cumpre o mandato relativo ao triénio 2022/2024. A 28 de março de 2022 as entidades de supervisão competentes emitiram a sua não oposição para que os Administradores e os membros do Conselho Fiscal eleitos iniciassem funções. A 26 de agosto de 2022 um dos membros eleitos do Conselho Fiscal apresentou a renúncia ao cargo, com produção de efeitos a 01/10/2022. Em 18 de outubro de 2022, em Assembleia Geral da Sociedade, e tendo em conta a renúncia apresentada, foi deliberado proceder à eleição de um novo membro para integrar o Conselho Fiscal, tendo sido dada posteriormente autorização para o exercício de funções deste membro do órgão de fiscalização por parte das entidades de supervisão competentes. A 17 janeiro de 2023 o novo membro do Conselho Fiscal foi autorizado a exercer funções por parte das entidades de supervisão competentes.

É da responsabilidade do Conselho de Administração estabelecer e assegurar a manutenção de um sistema de controlo interno adequado e eficaz e que é aplicado de forma consistente em todas as suas filiais e sucursais, estabelecidas em Portugal ou no estrangeiro, sem prejuízo das adaptações impostas pela legislação e regulamentação em vigor no país de acolhimento, com o objetivo de

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT

Santander Totta SGPS, S.A. - Capital Social: 1.972.962.079,58 € - C.R.C. Lisboa com o NIPC 307 096 851 - Sede: Rua do Ouro, nº 88 - 1100-063 LISBOA



assegurar, com razoabilidade, a condução ordenada e eficiente do negócio do Grupo, nomeadamente a aderência às políticas de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de irregularidades, fraudes e erros, o rigor dos registos e a sua aderência às normas e critérios contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira e prudencial fidedigna.

O Conselho de Administração é igualmente responsável por garantir uma efetiva gestão de riscos associados à atividade do Grupo, assegurando que todas as filiais do Grupo, incluindo as filiais em países terceiros, implementam sistemas de controlo interno coerentes entre si e em conformidade com os requisitos definidos no presente Aviso.

O Conselho de Administração assegura que o sistema de controlo interno estabelecido tem em consideração o princípio da proporcionalidade e o grau de centralização de autoridade e de delegação estabelecido na instituição incluindo as funções de controlo interno com um estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional.

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem os normativos aplicáveis nas jurisdições onde o Grupo desenvolve a sua atividade. As práticas remuneratórias da Santander Totta SGPS, S.A., devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da Sociedade e, em particular, promover as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital. Todas as filiais da Sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento no Grupo Santander.

Nos Relatórios de Autoavaliação das filiais relevantes (Banco Santander Totta, S.A. e Totta Ireland, PLC) é incluída uma descrição da estratégia de negócio, da estrutura organizativa e das atividades subcontratadas.

No âmbito do processo instituído pelo Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. de monitorização das deficiências de controlo interno e respetiva implementação e das suas medidas corretivas, foram identificadas e descritas no Relatório de Autoavaliação deficiências com impacto no sistema de controlo interno, sendo que, na data de referência daquele Relatório (30 de novembro de 2023), se encontravam em aberto 219 deficiências, as quais se encontram detalhadas nos Relatórios de Autoavaliação Individuais das Entidades que o compõem, nomeadamente o Banco Santander Totta, juntamente com a indicação da sua classificação de acordo com a metodologia aplicada (42 como F1-Reduzida, 128 como F2-Moderada, 49 como F3-Elevada, não tendo sido identificadas

Santander Totta SGPS, S.A. - Capital Social: 1.972.962.079,58 € - C.R.C. Lisboa com o NIPC 507 096 851 - Sede: Rua do Ouro, nº 88 - 1100-063 LISBOA

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT



deficiências com a classificação de F4-Severa). As respetivas medidas corretivas aprovadas bem como os prazos de implementação definidos, refletem assim, de forma adequada, os processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos. Especificamente para as deficiências com classificação F3-Elevada, estas dispõem de medidas corretivas e prazos de implementação ou entrega de planos, na sua grande maioria (23), previstos para 2024. Quanto às deficiências com prazo de resolução para 2025 (12) estão relacionadas sobretudo com temas identificados pela JST na OSI de “IT Security Management” (OSI-2021-ESBBV-0180221) e na IMI de “Decision on the internal models for calculating own funds requirements for credit risk” (IMI-2021-ESSAN-0178751) e pela necessidade de implementação-o de soluções tecnológicas. Para 2026 (12), estão relacionadas com a temática de Modelos IRB e com a necessidade de revisão dos fundamentos metodológicos, de robustecer a sua documentação e respetiva validação..

O seguimento das deficiências em aberto está assente num processo de monitorização contínuo que é acompanhado pela alta direção e em vários comités, de forma periódica e recorrente, nomeadamente no Comité de Riscos do Conselho de Administração, na Comissão de Auditoria, na Comissão Executiva, no Comité de Controlo de Riscos e no Comité de Controlo Interno e Cumprimento, com periodicidade bimestral, para se garantir a correção tempestiva das situações identificadas de acordo com a política de governo interno do Banco. É também efetuado um seguimento das deficiências e dos respetivos planos de ação pelo Conselho Fiscal, através de apresentações periódicas, efetuadas pelo responsável da Função de Gestão de Riscos (deficiências detetadas pela Auditoria Interna, Controlo Interno, Supervisores e Auditores Externos). Os responsáveis da Função de Cumprimento e da Função de Auditoria Interna efetuam também apresentações periódicas no Conselho Fiscal, relativamente ao seguimento das deficiências. O Conselho de Administração analisou as medidas corretivas indicadas para corrigir as deficiências detetadas e concluiu que a concretização das medidas é adequada à resolução das mesmas.

Não foram identificadas deficiências em aberto na Sociedade Totta Ireland, PLC.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Santander Totta SGPS S.A. concluíram pela adequada classificação das deficiências identificadas com o nível de “F3 Elevada” (não foram identificadas deficiências com o nível de “F4 Severa”) e que o seu impacto não é passível de prejudicar a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno.

DS
JAD

O Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. concluiu que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas, tendo em conta o plano de mitigação e as medidas corretivas existentes para cada uma delas, não são passíveis de prejudicar a referida cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno. Concluiu ainda que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os

DS
ADLES

DS
MT



aspectos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 57.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na alínea b), n.º1, do Artigo 5.º, o Conselho de Administração, relativamente à principal filial do Grupo, o Banco Santander Totta, S.A. emitiu a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e de controlo interno, sobre as práticas e políticas remuneratórias implementados e as ações empreendidas para corrigir as deficiências detetadas no período de referência.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal, em especial no Artigo 56.º, e no Regulamento n.º 9/2020, de 16 de dezembro de 2020, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Santander Totta SGPS, S.A. emitiu, em 21 de dezembro de 2023, a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Grupo, a qual, no âmbito das responsabilidades atribuídas a este Órgão, inclui a ponderação realizada por este, à data de referência, designadamente acerca dos impactos atuais ou potenciais das deficiências que se mantenham em aberto.

Por todo o trabalho realizado, com especial atenção aos relatórios das Funções de Gestão de Riscos, Cumprimento e Auditoria interna do Banco, e tendo em consideração que as funções de controlo do Banco atuam em regime de transversalidade junto da Santander Totta SGPS, S.A. e do Totta Ireland, PLC, é convicção do Conselho Fiscal que o Chief Risk Officer, enquanto responsável pela Função de Gestão de Riscos, o Chief Compliance Officer, enquanto responsável pela Função de Cumprimento e o Chief Audit Executive, enquanto como responsável pela Função de Auditoria Interna, desempenham as suas funções de forma adequada, objetiva e independente relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação, com total autonomia e liberdade, não existindo qualquer situação ou constrangimento que a comprometa ou possa vir a comprometer, tendo acesso pleno a todas as atividades e a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências, dispondo igualmente, através do seu responsável, de acesso direto ao Órgão de Administração, e respetivos comités, incluindo, e sempre que se justifique, ao Órgão de Fiscalização da Sociedade e/ou das filiais.

Tendo em consideração a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o período de referência, ponderada toda a informação trazida ao seu conhecimento decorrente das atividades de monitorização pelas estruturas próprias do Grupo Santander Portugal e apoiada pelos serviços adicionais solicitados para o efeito ao Revisor Oficial de Contas, este declarou que nada chegou ao seu conhecimento, para além das deficiências detetadas e anteriormente referidas, que indicasse que: os processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, incluindo os efetuados pelo

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MT



Banco ao abrigo do Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014, da Comissão, de 16 de abril, não são fiáveis, que os processos de preparação de informação divulgada ao público pelo Banco ao abrigo da legislação e regulamentação aplicável, incluindo a informação financeira e prudencial não são fiáveis e que todos os deveres de divulgação ao público, que resultem de legislação e regulamentação aplicáveis e que respeitem às matérias previstas no Aviso, não tenham sido adequadamente cumpridos no período de referência.

No âmbito da avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal é opinião deste órgão, tendo em conta o trabalho realizado, que a cultura organizacional do Grupo Santander Portugal, os sistemas de governo e controlo interno, e o funcionamento e a independência das funções de controlo, tendo em conta as deficiências identificadas independentemente da sua classificação, respondem de forma adequada e eficaz em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida pelo Grupo Santander Portugal e cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020.

É também opinião do Conselho Fiscal que a adoção e aplicação das disposições contidas na política de remunerações garante de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, a coerência entre todas as entidades do Grupo Santander Portugal, cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso n.º 3/2020, do Banco de Portugal.

Por último, no que respeita à Totta Ireland PLC, é opinião do Conselho Fiscal que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.

7 de maio de 2024

O Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias

(Presidente)

DocuSigned by:

3AF6E71ACA3F401...

Henrique Salema de Carvalho e Silva

(Vogal)

DocuSigned by:

E48CCCDDB7C9411...



Marta Sobreira Reis Alarcão Troni
(Vogal)

DocuSigned by:
Marta Troni

EE025D0914EF4EC...

Demonstrações Financeiras Individuais

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Caixa e outros depósitos à ordem	2	390.779	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	968.553	931.149
Instrumentos de capital		133	133
Títulos de dívida		968.420	931.016
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	4	3.774.955	3.822.205
Ativos por impostos	5	386.486	143.193
Outros ativos	6	-	-
TOTAL DO ATIVO		5.520.773	5.287.791
PASSIVO			
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	7	1.318.043	1.318.019
Títulos de dívida emitidos		1.317.878	1.317.878
Outros passivos financeiros		165	141
Provisões	8	42	42
Outras provisões		42	42
Passivos por impostos	5	217.940	129.648
Outros passivos	9	208	196
TOTAL DO PASSIVO		1.536.233	1.447.905
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	10	1.972.962	1.972.962
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	10	400.000	400.000
Outro rendimento integral acumulado	10	(15.409)	(46.295)
Lucros retidos	10	396.780	322
Outras reservas	10	689.927	684.734
Ações próprias	10	(2.679)	(2.610)
Lucros ou prejuízos do período		795.302	1.508.288
Dividendos antecipados		(252.343)	(677.515)
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		3.984.540	3.839.886
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		5.520.773	5.287.791

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos de juros	11	40.945	22.240
Despesas com juros	11	(31.271)	(19.423)
MARGEM FINANCEIRA		9.674	2.817
Rendimento de dividendos	12	565.249	1.505.904
Resultados em operações financeiras	4	233.557	-
Outros resultados de exploração		(7)	(4)
PRODUTO BANCÁRIO		808.473	1.508.717
Despesas administrativas		(950)	(1.167)
Despesas de pessoal	13	(161)	(152)
Outras despesas administrativas		(789)	(1.015)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	8	-	13
Ativos financeiros pelo custo amortizado		-	13
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		807.523	1.507.563
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	5	(12.221)	725
LUCROS OU PREJUÍZOS DO PERÍODO		795.302	1.508.288

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Lucros ou prejuízos do período		795.302	1.508.288
Outro rendimento integral	10	30.886	(44.598)
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados			
Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio			
. Justo valor	3	37.404	(57.546)
. Impacto fiscal	5	(6.518)	12.948
Rendimento integral individual do período		826.188	1.463.690

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	Outro rendimento integral acumulado					Dividendos antecipados	Lucros ou prejuízos do período	Total do capital próprio
				De justo valor	Por impostos	Lucros retidos	Outras reservas	Ações próprias			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.972.962	400.000	(2.190)	493	482.856	698.885	(2.528)	-	54.499	3.604.977
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas		-	-	-	-	49.050	5.449	-	-	(54.499)	-
. Distribuição de dividendos	10	-	-	-	-	(531.582)	-	-	-	-	(531.582)
Aquisição de ações próprias	10	-	-	-	-	-	-	(82)	-	-	(82)
Dividendos antecipados	10	-	-	-	-	-	-	-	(677.515)	-	(677.515)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	10	-	-	-	-	-	(19.600)	-	-	-	(19.600)
Outros		-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Rendimento integral individual do exercício de 2022		-	-	(57.546)	12.948	-	-	-	-	1.508.288	1.463.690
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.972.962	400.000	(59.736)	13.441	322	684.734	(2.610)	(677.515)	1.508.288	3.839.886
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas		-	-	-	-	805.980	24.793	-	677.515	(1.508.288)	-
. Distribuição de dividendos	10	-	-	-	-	(409.522)	-	-	-	-	(409.522)
Aquisição de ações próprias	10	-	-	-	-	-	-	(69)	-	-	(69)
Dividendos antecipados	10	-	-	-	-	-	-	-	(252.343)	-	(252.343)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	10	-	-	-	-	-	(19.600)	-	-	-	(19.600)
Rendimento integral individual do período		-	-	37.404	(6.518)	-	-	-	-	795.302	826.188
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.972.962	400.000	(22.332)	6.923	396.780	689.927	(2.679)	(252.343)	795.302	3.984.540

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Rendimentos de juros e comissões	11	7.684	(2.020)
Despesas administrativas		<u>(944)</u>	<u>(1.046)</u>
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		<u>6.740</u>	<u>(3.066)</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:			
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		6.740	(3.066)
Impostos pagos		<u>(172.223)</u>	<u>49.179</u>
Caixa líquida das atividades operacionais		<u>(165.483)</u>	<u>46.113</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Dividendos recebidos	12	528.613	1.505.904
Aquisição de Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	4	-	(135.039)
Aquisição de Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas "Additional Tier 1 Instruments"	4	-	(400.000)
Recebimento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	12	36.636	-
Alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	4	280.807	-
Reembolso de prestações acessórias	4	-	135.000
Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	-	(900.000)
Reembolso de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	<u>-</u>	<u>250.000</u>
Caixa líquida das atividades de investimento		<u>846.056</u>	<u>455.865</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos pagos	10	(661.842)	(1.209.057)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	10	(19.600)	(19.600)
Aquisição de ações próprias	10	(69)	(82)
Emissão de dívida	7	<u>-</u>	<u>800.000</u>
Caixa líquida das atividades de financiamento		<u>(681.511)</u>	<u>(428.739)</u>
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		(938)	73.239
Caixa e seus equivalentes no início do período		391.101	317.862
Caixa e seus equivalentes no fim do período		390.163	391.101

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de dezembro de 2004 e tem como objeto social a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (“totta”), mediante a transferência de parte do seu património para com ele constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta ou Sociedade). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de abril de 2005, foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por ação. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de 464.168 milhares de euros para 1.972.962 milhares de euros representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de 640.575 milhares de euros. A Sociedade integra a consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*).

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício de 2023 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2024. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

Em conformidade com o artigo nº 2 do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada.

Desta forma, a partir de 1 de janeiro de 2016, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022 e descritas neste anexo.

A partir do exercício de 2020 a Sociedade passou apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU) 2017/1443 de 29 de junho de 2017, revogado pelo (EU) 2021/451 de 17 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

Na preparação das demonstrações financeiras a Sociedade segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 1.3.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que a Sociedade dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2023 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 12** (alteração), 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.

- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020.
- **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade'. Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Na sequência da adoção das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVPL”).

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pela Sociedade.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Sociedade tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimento de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a emissões de obrigações.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, outros valores a receber não valorizados ao justo valor.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou em 2021 a nova definição de default como critério para identificação de créditos em Stage 3, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

ii) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Sociedade quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Sociedade procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, exceto se a probabilidade de uma saída de fundos for remota. As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas nas datas de reporte e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

iii) Impostos sobre Lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável da Sociedade, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Nesta data a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2023 e 2022, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pela Sociedade no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

O Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro) introduziu alterações relevantes ao nível do reporte de prejuízos fiscais, possibilitando que os mesmos sejam deduzidos aos lucros tributáveis futuros sem qualquer limite temporal de utilização.

A dedução dos prejuízos fiscais a efetuar em cada exercício não pode exceder 65% do respetivo lucro tributável (75%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021).

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das sociedades que compõem o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – sociedade dominante; Taxigest, Banco, Gamma, TottaUrbe e Santander Totta Seguros (em 31 de dezembro de 2022) – sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável individual de cada sociedade.

O valor do IRC a receber corresponde à soma algébrica do valor a pagar por cada sociedade dominada e o valor a pagar corresponde ao valor que a sociedade dominante tem a entregar ao Estado.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Em 15 de dezembro de 2022 foi aprovada a Diretiva 2022/2523, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas cujo volume de receitas anuais seja igual ou superior a 750 milhões de euros. Esta Diretiva, comumente designada Diretiva Pilar 2, segue as regras-modelo desenvolvidas pela OCDE e vem introduzir um novo imposto sobre o rendimento quando a taxa efetiva de imposto das entidades do Grupo numa das suas jurisdições, calculada nos termos das regras-modelo, for inferior a 15%. Neste âmbito, em 23 de maio de 2023 a União Europeia publicou uma alteração à IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Nota 1.1), para contemplar as regras da referida Diretiva. Em Portugal, o prazo de transposição de 31 de dezembro de 2023 não foi cumprido, não existindo ainda, à data das presentes demonstrações financeiras, condições para que a presente norma se possa considerar já substancialmente adotada nesta jurisdição. Porém, com base nas informações disponíveis e nas estimativas efetuadas, o Conselho de Administração da Sociedade não antecipa impactos materiais resultantes da aplicação das normas Pilar 2 na esfera do Grupo em Portugal a que a Sociedade pertence, sem prejuízo dos encargos administrativos relevantes que a sua implementação poderá acarretar.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

A Sociedade não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

iv) Especialização dos exercícios

A Sociedade adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

v) Investimento em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas

As empresas filiais são entidades nas quais a Sociedade detém controlo, ou seja, quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- Poder sobre a entidade (o qual é evidenciado, geralmente, pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto);
- Exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a entidade; e
- Capacidade de utilizar esse poder sobre a entidade para influenciar o montante dos retornos variáveis sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades.

As empresas associadas são entidades em que a Sociedade exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem existir controlo ou controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análises de imparidade. As perdas de imparidade são reconhecidas quando se verificam perdas/deteriorações de valor significativas, através da realização de testes de imparidade para a verificação da sua existência. Para além do reconhecimento da imparidade dos investimentos em filiais e associadas, a Sociedade reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades. Os dividendos recebidos das empresas filiais e associadas são registados como "Rendimentos de dividendos" quando atribuídos.

vi) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

vii) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

viii) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

ix) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

1.3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Notas 3 e 16)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 4, 6 e 8)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.2. i).

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo" são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados. Anualmente a Sociedade analisa com base no *Business Plan* os fluxos de caixa esperados decorrentes da atividade das participadas e avalia possíveis indícios de imparidade. Na data de relato não foram identificados indícios de imparidade tendo presente a evolução positiva da atividade das participadas.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso (Nota 8)

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais da Sociedade, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

Impostos (Nota 5)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) a Sociedade apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da Sociedade.

2. CAIXA E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Caixa e outros depósitos à ordem		
Depósitos à ordem - Banco Santander Totta	390.163	391.101
Juros a receber	616	143
	<u>390.779</u>	<u>391.244</u>

Os depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta (BST ou Banco), são remunerados à STR-0,75% (em 31 de dezembro de 2022 era remunerados à Euribor 1 M -0,5%).

3. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>				<u>31-12-2022</u>			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Banco Santander Totta Subordinated Tier 2	320.000	5.076	(24.879)	300.197	320.000	5.076	(43.850)	281.226
Banco Santander Totta Senior Non-Preferred 6NCS	650.000	15.676	2.547	668.223	650.000	15.676	(15.886)	649.790
	<u>970.000</u>	<u>20.752</u>	<u>(22.332)</u>	<u>968.420</u>	<u>970.000</u>	<u>20.752</u>	<u>(59.736)</u>	<u>931.016</u>
Instrumentos de Capital								
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	133	-	-	133	133	-	-	133
	<u>970.133</u>	<u>20.752</u>	<u>(22.332)</u>	<u>968.553</u>	<u>970.133</u>	<u>20.752</u>	<u>(59.736)</u>	<u>931.149</u>

As características das emissões adquiridas pela Sociedade são as seguintes:

ISIN	Emissão	Valor nominal	Data de emissão	Data de vencimento	Taxa	Indexante
PTBSP90M0024	OB.BST - Senior Non-Preferred 6NCS	650.000	20-06-2022	20-06-2028	4,514%	Fixa
PTBSROOM0018	OB. BST 2030 TIER2	320.000	31-12-2020	31-12-2030	1,582%	Fixa

Estas emissões têm a possibilidade de call após o 5º ano.

4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	-	100,00	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	98,91	3.374.550	98,91	3.374.550
Banco Santander Totta, S.A. - "Additional Tier 1 Instruments"	-	400.000	-	400.000
Taxagest, SGPS, S.A. ^(*)	1,00	405	1,00	405
		<u>3.774.955</u>		<u>3.822.205</u>

^(*) O capital remanescente é detido pelo Banco Santander Totta, S.A.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte :

	31-12-2021	Aumentos	Diminuições	31-12-2022	Aumentos	Diminuições	31-12-2023
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	47.250	-	-	47.250	-	47.250	-
Banco Santander Totta, S.A.	3.374.511	135.039	135.000	3.374.550	-	-	3.374.550
Banco Santander Totta, S.A. - "Additional Tier 1 Instruments"	-	400.000	-	400.000	-	-	400.000
Taxagest, SGPS, S.A.	405	-	-	405	-	-	405
	<u>3.422.166</u>	<u>535.039</u>	<u>135.000</u>	<u>3.822.205</u>	<u>-</u>	<u>47.250</u>	<u>3.774.955</u>

Em 21 de dezembro de 2023 e após ter recebido da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a sua não oposição em 28 de setembro de 2023, ocorreu alienação da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. à Santander Insurance, S.L.. O preço de venda foi determinado com referência a 01 de janeiro de 2023 (data de referência de venda) e ascendeu a 307.100 milhares de euros. Ao valor de venda foram deduzidos os valores recebidos a título de dividendos, no montante de 26.293 milhares de euros (Nota 12). Neste sentido, o valor recebido na data do contrato ascendeu a 280.807 milhares de euros, o qual foi abatido do valor da participação em 47.250 milhares de euros, originando uma mais valia de 233.557 milhares de euros.

Em Assembleia Geral de 04 de maio de 2022 do BST, foi aprovado um aumento de capital de 135.056 milhares de euros, tendo a Sociedade subscrito 135.039 milhares de euros. Foi também deliberado o reembolso na íntegra das prestações acessórias realizadas pela Sociedade no montante de 135.000 milhares de euros.

Em 29 de junho de 2022, o Banco emitiu "€ 400.000.000 Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I", obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/EU (ou CRD IV – Capital Requirements Directive), tendo sido na totalidade adquirido pela Sociedade. Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano e uma taxa de juro de 9,159% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições, situações que conduziram ao seu registo nesta rubrica.

Em 31 de dezembro de 2023, os dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais das filiais, são os seguintes:

Empresa	Atividade	Sede	Percentagem		Valor de	Diferença	
			de participação	Situação líquida			
Banco Santander Totta, S.A.	Bancária	Lisboa	98,91%	4.052.783	4.008.697	3.774.550	234.147
Taxagest, SGPS, S.A.	Gestão de Participações Sociais	Lisboa	1,00%	55.993	560	405	155

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 1.2 v), os investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas são analisados para efeito de validação do respetivo valor recuperável sempre que existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados. Anualmente a Sociedade analisa com base no *Business Plan* os fluxos de caixa esperados decorrentes da atividade das participadas e avalia possíveis indícios de imparidade. Na data de relato não foram identificados indícios de imparidade tendo presente a evolução positiva da atividade das participadas.

5. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Ativos por impostos		
Impostos correntes		
IRC a recuperar	125	914
Retenções na fonte	1.517	5
IRC a receber das participadas	377.921	128.833
Impostos diferidos (Nota 10)	6.923	13.441
	386.486	143.193
Passivos por impostos		
Impostos correntes		
IRC a pagar 2022	-	128.833
IRC a pagar 2023	217.897	-
IRC a pagar às participadas	43	815
	217.940	129.648

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos		807.523		1.507.563
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	22,50%	181.693	22,50%	339.202
Dividendos não tributáveis	-14,73%	(118.938)	-22,48%	(338.829)
Alienação da Santander Totta Seguros (Nota 4)	-6,51%	(52.550)	0,00%	-
Correções de anos anteriores - Efeito RETGS	-0,05%	(391)	-0,04%	(625)
Efeito RETGS	-0,01%	(82)	-0,03%	(473)
Multas	0,00%	2	0,00%	-
Derrama estadual	0,31%	2.487	0,00%	-
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação		12.221		(725)

6. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Devedores diversos		
Outros	9	9
	<u>9</u>	<u>9</u>
Imparidade (Nota 8)	(9)	(9)
	<u>-</u>	<u>-</u>

7. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>			<u>31-12-2022</u>			Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
	Capital	Juros a pagar	Valor de balanço	Capital	Juros a pagar	Valor de balanço				
Titulos de dívida emitidos										
Senior Holdco	500.000	1.831	501.831	500.000	1.831	501.831	0,68%	17-jun-2021	17-jun-2027	Fixa
Senior Non-Preferred 6NC5	600.000	10.726	610.726	600.000	10.726	610.726	3,08%	3-jun-2022	3-jun-2028	Fixa
Subordinated 10NC5	200.000	5.321	205.321	200.000	5.321	205.321	4,71%	9-jun-2022	9-jun-2032	Fixa
	<u>1.300.000</u>	<u>17.878</u>	<u>1.317.878</u>	<u>1.300.000</u>	<u>17.878</u>	<u>1.317.878</u>				

Estas emissões têm a possibilidade de call após o 5º ano.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte :

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2021</u>	<u>Emissões</u>	<u>Reembolsos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2022</u>	<u>Emissões</u>	<u>Reembolsos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2023</u>
Dívida emitida	500.000	800.000	-	1.300.000	-	-	1.300.000

As emissões da Sociedade foram integralmente subscritas pelo Banco Santander, S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica Outros passivos financeiros incluía, essencialmente, o valor dos dividendos atribuídos mas não pagos, no montante de 159 milhares de euros (137 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	<u>Saldos em</u> <u>31-12-2022</u>	<u>Reposições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Saldos em</u> <u>31-12-2023</u>
Imparidade em outros ativos (Nota 6)				
Devedores e outras aplicações	9	-	-	9
Outras provisões	42	-	-	42
	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51</u>

	Saldos em 31-12-2021	Reposições	Utilizações	Saldos em 31-12-2022	Recuperações
Imparidade em outros ativos (Nota 6)					
Devedores e outras aplicações	46	-	(37)	9	13
Outras provisões	42	-	-	42	-
	88	-	(37)	51	13

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Encargos a pagar		
Gastos gerais administrativos	208	196

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 milhares de euros.

Outros instrumentos de capital

Em 14 de janeiro de 2021, a Sociedade fez uma terceira emissão de “€ 400.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pela Sociedade a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pela Sociedade e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições. A emissão deste instrumento foi realizada após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os principais acionistas da Sociedade eram os seguintes:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Número de ações	% de participação	Montante	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Ações próprias	125.000.401	0,06%	1.250	120.933.572	0,06%	1.209
Outros	175.190.213	0,09%	1.752	179.257.042	0,09%	1.793
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Outro rendimento integral acumulado tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Valor Bruto (Nota 3)	(22.332)	(59.736)
Impacto fiscal (Nota 5)	6.923	13.441
	<u>(15.409)</u>	<u>(46.295)</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as Outras reservas e Lucros retidos tinham a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Lucros retidos	<u>396.780</u>	<u>322</u>
Reservas não distribuíveis		
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva legal	394.592	369.799
Outras reservas		
Juros AT1	<u>(345.240)</u>	<u>(325.640)</u>
	<u>689.927</u>	<u>684.734</u>

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade vinha constituindo um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, era anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício até perfazer o referido montante.

Conforme parecer emitido pelos seus consultores legais, a Sociedade, por força do Decreto-Lei nº 109-H/2021, de 10 de dezembro, que deu nova redação ao Artigo 2º A do RGICSF, deixou de ser uma sociedade financeira e de aplicar o Artigo 97º do Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro e passou a ser considerada uma instituição financeira passando aplicar o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Ações próprias

No exercício de 2023 a Sociedade procedeu à aquisição de 4.066.829 ações próprias, pelo montante de 69 milhares de euros.

Durante o exercício de 2022, a Sociedade procedeu à aquisição de 3.883.629 ações próprias, pelo montante de 82 milhares de euros.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2023, a sociedade detém 125.000.401 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31-12-2023	31-12-2022
Lucros ou prejuízos do período	795.302	1.508.288
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	125.000.401	120.933.572
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	197.161.177.970	197.176.826.021
Resultado por ação básico (em Euros)	0,0040	0,0076

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

No dia 28 de fevereiro de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 482.855 milhares de euros.

No dia 04 de maio de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de 49.049 milhares de euros.

No dia 27 de julho de 2022, o Conselho Fiscal deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2022 no montante de 677.925 milhares de euros.

No dia 31 de março de 2023, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2022, como se segue:

- 677.925 milhares de euros já distribuídos em 2022 a título de adiantamentos sobre os lucros; e
- 409.775 milhares de euros a distribuir após Assembleia Geral.

No dia 25 de julho de 2023, o Conselho Fiscal deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2023 no montante de 252.500 milhares de euros.

11. RENDIMENTOS DE JUROS E DESPESAS COM JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos de juros		
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	6.542	161
Juros de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	34.403	22.079
	<u>40.945</u>	<u>22.240</u>
Despesas com juros		
Juros de passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	(31.271)	(19.423)
	<u>9.674</u>	<u>2.817</u>

12. RENDIMENTOS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Nota 4)	26.293	-
Banco Santander Totta, S.A.	538.956	1.505.904
. Dividendos ordinários	502.320	1.505.904
. Recebimento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	36.636	-
	<u>565.249</u>	<u>1.505.904</u>

13. NÚMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Conselho Fiscal no montante de 161 milhares de euros (152 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas no exercício de 2023 e 2022, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2023	2022
Auditoria e revisão legal das contas	225	211
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	22
Serviços de consultaria fiscal	-	-
	<u>225</u>	<u>233</u>

Os montantes acima correspondem aos contratados para os períodos, independentemente da sua data de faturação.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade, no exercício de 2022, inclui os honorários relativos ao serviço de apoio ao Conselho Fiscal no âmbito do seu relatório de autoavaliação requerido pelo Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal nos termos previstos no n.º 3 do artigo 56.º do referido Aviso.

15. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações durante o exercício de 2023 e 2022, foi o seguinte :

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Sociedade</u>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pela Sociedade</u>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Taxagest,SGPS, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, S.A. ⁽¹⁾	Portugal
Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal

⁽¹⁾ Alienada no exercício de 2023 (Nota 4)

Os saldos ou transações com entidades relacionadas no exercício de 2023, foi o seguinte :

	31-12-2023	
	Empresa que direta ou indirectamente controlam a Sociedade	Empresas que direta ou indirectamente são controladas pela Sociedade
<u>Ativos:</u>		
Caixa e outros depósitos à ordem	-	390.779
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	968.420
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	3.774.955
Ativos por impostos	-	377.921
<u>Passivos:</u>		
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		
Títulos de dívida emitidos	1.317.878	-
Passivos por impostos	-	43
<u>Demonstração de Resultados:</u>		
Rendimentos de juros	-	40.945
Despesas com juros	(31.271)	-
Rendimentos de dividendos	-	565.249
Resultados em operações financeiras	233.557	-

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

	31-12-2022	
	Empresa que direta ou indiretamente controlam a Sociedade	Empresas que direta ou indiretamente são controladas pela Sociedade
Ativos:		
Caixa e outros depósitos à ordem	-	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	931.016
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	3.822.205
Ativos por impostos	-	128.833
Passivos:		
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		
Títulos de dívida emitidos	1.317.878	-
Passivos por impostos	-	815
Demonstração de Resultados:		
Rendimentos de juros	-	22.240
Despesas com juros	(19.423)	-
Rendimentos de dividendos	-	1.505.904

16. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31-12-2023			31-12-2022				
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Ativo								
Caixa e outros depósitos à ordem	-	390.779	390.779	390.779	-	391.244	391.244	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral								
Instrumentos de capital	133	-	133	133	133	-	133	133
Títulos de dívida	968.420	-	968.420	968.420	931.016	-	931.016	931.016
	<u>968.553</u>	<u>390.779</u>	<u>1.359.332</u>	<u>1.359.332</u>	<u>931.149</u>	<u>391.244</u>	<u>1.322.393</u>	<u>1.322.393</u>
Passivo								
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Títulos de dívida emitidos	-	1.317.878	1.317.878	1.220.658	-	1.317.878	1.317.878	1.175.764
Outros passivos financeiros	-	165	165	165	-	141	141	141
	<u>-</u>	<u>1.318.043</u>	<u>1.318.043</u>	<u>1.220.823</u>	<u>-</u>	<u>1.318.019</u>	<u>1.318.019</u>	<u>1.175.905</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2023				31-12-2022			
	Metodologia de apuramento do justo valor				Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo								
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral								
Instrumentos de capital	-	-	133	133	-	-	133	133
Títulos de dívida	-	-	968.420	968.420	-	-	931.016	931.016
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>968.553</u>	<u>968.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>931.149</u>	<u>931.149</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2023				31-12-2022			
	Metodologia de apuramento do justo valor				Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
Ativo								
Caixa e outros depósitos à ordem	-	390.779	-	390.779	-	391.244	-	391.244
	-	390.779	-	390.779	-	391.244	-	391.244
Passivo								
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Titulos de dívida emitidos	-	-	1.220.658	1.220.658	-	-	1.175.764	1.175.764
Outros passivos financeiros	-	-	165	165	-	-	141	141
	-	-	1.220.823	1.220.823	-	-	1.175.905	1.175.905

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

Para os passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do período.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros da Sociedade compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos os títulos da carteira de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.
- Nível 3 – A Sociedade classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais a Sociedade utiliza extrapolações de dados de mercado.

Durante o exercício de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral
Em 31 de dezembro de 2021	317.957
Aquisições	650.000
Alienações	-
Reembolsos	-
Reclassificações	-
Alterações de justo valor	(36.808)
Em 31 de dezembro de 2022	931.149
Aquisições	-
Alienações	-
Reembolsos	-
Reclassificações	-
Alterações de justo valor	37.404
Em 31 de dezembro de 2023	968.553

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	EUR	
	31-12-2023	31-12-2022
Overnight	4,19%	1,74%
1 mês	4,19%	1,74%
3 meses	4,04%	2,12%
6 meses	3,86%	2,69%
9 meses	3,63%	3,03%
1 ano	3,40%	3,23%
3 anos	2,56%	3,31%
5 anos	2,43%	3,23%
7 anos	2,44%	3,20%
10 anos	2,49%	3,20%

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito na Sociedade abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Ativo				
Caixa e outros depósitos à ordem	390.779	390.779	391.244	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - Títulos de dívida	968.420	968.420	931.016	931.016
	<u>1.359.199</u>	<u>1.359.199</u>	<u>1.322.260</u>	<u>1.322.260</u>

A Sociedade encontra-se exposta ao risco de crédito do Banco Santander Totta, S.A.. O Banco detém os melhores ratings do setor. As atuais notações de rating da dívida de longo prazo do Banco, são as seguintes: Fitch – A-; Moody's – Baa1; S&P – BBB+; e DBRS – A.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efetuado em condições razoáveis.

No que diz respeito à Sociedade, pode-se considerar que o risco de liquidez é bastante reduzido à semelhança dos outros riscos financeiros, na medida em que as obrigações emitidas foram subscritas pelo Banco Santander, S.A. e a liquidez obtida foi investida em obrigações do Banco Santander Totta. S.A..

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2023							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e outros depósitos à ordem	390.779	-	-	-	-	-	-	390.779
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	34.403	68.807	703.292	330.111	133	1.136.746
	<u>390.779</u>	<u>-</u>	<u>34.403</u>	<u>68.807</u>	<u>703.292</u>	<u>330.111</u>	<u>133</u>	<u>1.527.525</u>
Passivo								
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Títulos de dívida emitidos	-	-	31.300	62.600	1.146.733	232.415	-	1.473.048
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	165	165
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.300</u>	<u>62.600</u>	<u>1.146.733</u>	<u>232.415</u>	<u>165</u>	<u>1.473.213</u>
31-12-2022								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e outros depósitos à ordem	391.244	-	-	-	-	-	-	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	34.403	68.807	68.807	999.000	133	1.171.150
	<u>391.244</u>	<u>-</u>	<u>34.403</u>	<u>68.807</u>	<u>68.807</u>	<u>999.000</u>	<u>133</u>	<u>1.562.394</u>
Passivo								
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Títulos de dívida emitidos	-	-	31.300	62.600	560.765	849.683	-	1.504.348
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	141	141
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.300</u>	<u>62.600</u>	<u>560.765</u>	<u>849.683</u>	<u>141</u>	<u>1.504.489</u>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Sociedade na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e preços de mercadorias.

Refletindo as características do negócio em que opera, verifica-se que, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não estava exposta a este tipo de risco.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2023				31-12-2022			
	Exposição a		Não remunerado	Total	Exposição a		Não remunerado	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo								
Caixa e outros depósitos à ordem	-	390.779	-	390.779	-	391.244	-	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral								
Títulos de dívida	970.000	-	(1.580)	968.420	970.000	-	(38.984)	931.016
Instrumentos de capital	-	-	133	133	-	-	133	133
	970.000	390.779	(1.447)	1.359.332	970.000	391.244	(38.851)	1.322.393
Passivo								
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado								
Títulos de dívida emitidos	1.300.000	-	17.878	1.317.878	1.300.000	-	17.878	1.317.878
Outros passivos financeiros	-	-	165	165	-	-	141	141
	1.300.000	-	18.043	1.318.043	1.300.000	-	18.019	1.318.019

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas é o seguinte:

	31-12-2023				31-12-2022					
	Intervalos de taxas			Não sujeito a risco de taxa de juro	Total	Intervalos de taxas			Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	<1%	1%-3%	3%-5%			<1%	1%-3%	3%-5%		
Ativo										
Caixa e outros depósitos à ordem	390.779	-	-	-	390.779	391.244	-	-	-	391.244
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral										
Títulos de dívida	-	320.000	650.000	(1.580)	968.420	-	320.000	650.000	(38.984)	931.016
Instrumentos de capital	-	-	-	133	133	-	-	-	133	133
	390.779	320.000	650.000	(1.447)	1.359.332	391.244	320.000	650.000	(38.851)	1.322.393
Passivo										
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado										
Títulos de dívida emitidos	500.000	-	800.000	17.878	1.317.878	500.000	-	800.000	17.878	1.317.878
Outros passivos financeiros	-	-	-	165	165	-	-	-	141	141
	500.000	-	800.000	18.043	1.318.043	500.000	-	800.000	18.019	1.318.019

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros da Sociedade a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano e de acordo com as perspetivas do Grupo Santander em Portugal, correspondia a:

	31-12-2023		31-12-2022	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Ativo</u>				
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral				
Títulos de dívida	(41.906)	44.063	(54.357)	57.849
	<u>(41.906)</u>	<u>44.063</u>	<u>(54.357)</u>	<u>57.849</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Títulos de dívida emitidos	(38.213)	39.412	(48.715)	50.722
	<u>(38.213)</u>	<u>39.412</u>	<u>(48.715)</u>	<u>50.722</u>

RISCO CAMBIAL

O risco cambial define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, que poderão resultar em alterações no preço de instrumentos denominados em moeda estrangeira, movimentos contabilísticos relativos à conversão na moeda local de investimentos externos, ou pela alteração da posição competitiva da instituição devida a variações significativas das taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os ativos e passivos da Sociedade são denominados em Euros, a exposição ao risco de taxa de câmbio da Sociedade é nulo, tendo em conta a existência, quando aplicável, de uma proteção natural decorrente da compensação da variação cambial entre os ativos e passivos denominados em moeda.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras individuais pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2023, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2024.

Relatórios e Pareceres da Atividade Individual



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.520.773 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.984.540 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 795.302 milhares de euros), a demonstração dos resultados individual, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadasMensuração e divulgações relacionadas com o valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas apresentadas nas notas 1.2 alínea v) e 4 anexas às demonstrações financeiras da Sociedade

Pela relevância desta rubrica no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade e pelo grau de julgamento associado ao apuramento do valor recuperável dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes investimentos incluem participações e outros instrumentos de capital relativos a filiais nas quais a Santander Totta SGPS exerce controlo sobre a sua gestão e/ou em empresas associadas nas quais tem influência significativa, mas não detém o controlo.

Em 31 de dezembro de 2023 os saldos em balanço dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas ascendem a 3.774.955 milhares de euros, representados na sua maioria pela participação na filial Banco Santander Totta, S.A..

Estes investimentos são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a refletir o valor recuperável estimado por recurso a projeções que normalmente incorporam pressupostos do órgão de gestão e envolvem um elevado grau de julgamento. O órgão de gestão da Sociedade baseia-se nos fluxos de caixa que se espera possam vir a ser gerados no decorrer da atividade futura das participadas espelhados em planos de negócio preparados e aprovados, que poderão ou não vir a concretizar-se, para avaliar a existência de indícios de imparidade no valor de balanço dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão nas projeções que suportam o apuramento do valor recuperável, podem originar impactos materiais na mensuração

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e revisão dos procedimentos instituídos pela Santander Totta SGPS no que se refere ao acompanhamento dos investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão no apuramento do valor recuperável desses investimentos.

Para o investimento mais relevante em 31 de dezembro de 2023, representado pela participação na filial Banco Santander Totta, S.A., os procedimentos desenvolvidos consistiram em: i) rever a documentação associada ao acompanhamento e à avaliação da Sociedade sobre os indícios de imparidade; e ii) avaliar a adequabilidade dos *inputs* e pressupostos do órgão de gestão que serviram de base à previsão de fluxos de caixa esperados do respetivo negócio. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos a uma revisão da estimativa dos fluxos de caixa e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

destes investimentos nas demonstrações financeiras da Santander Totta SGPS.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

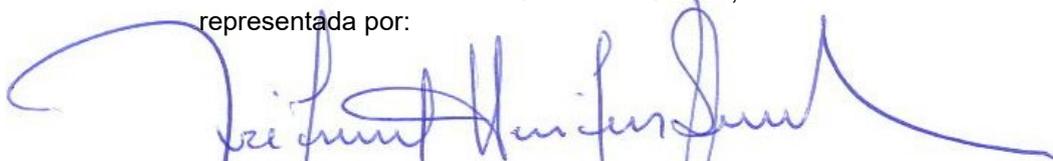
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de dezembro de 2021 para o mandato compreendido entre 2022 e 2024;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 14 de fevereiro de 2024; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

14 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC nº 903
Registado na CMVM com o nº 20160522



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

Exercício de 2023

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2023, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., (adiante designada por “Sociedade”), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos nos termos do art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou treze reuniões em 2023 e três reuniões em 2024 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em regra, com a presença dos representantes do Revisor Oficial de Contas e, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander Totta (adiante designado por “Grupo”), nomeadamente a Controller, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento, o responsável pela Função de Gestão de Riscos e ainda, em duas delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2022, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2023 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2023, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

DS
JAD

DS
HSDCE

DS
MT



- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, (ii) a leitura das atas das reuniões deste órgão, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) Foi acompanhada a operação intragrupo de alienação da subsidiária Santander Totta Seguros-Companhia de Seguros Vida, SA, no âmbito da reestruturação do setor segurador do Grupo, tendo sido analisada a documentação referente ao processo, designadamente o Relatório de avaliação realizado por entidade independente e de reconhecida competência que serviu de base à fixação do preço, bem como a respetiva contabilização e impacto nos resultados do exercício.
- c) Foram analisadas as demonstrações financeiras individuais intercalares reportadas a 30 de junho de 2023, auditadas pelo revisor oficial de contas e, após concluir estarem reunidas todas as condições legais e estatutárias, deu o consentimento previsto no artº 297º do Código das Sociedades Comerciais ao adiantamento sobre os lucros do exercício, ocorrido no mês de julho de 2023, por deliberação do Conselho de Administração.
- d) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- e) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance*, cyber segurança, deteção de fraudes, e tratamento das reclamações de clientes, assim como ao seguimento interno das recomendações emanadas pelos diversos departamentos de controlo interno, auditores externos e autoridades de supervisão.
- f) Em dezembro de 2023, o Conselho Fiscal emitiu, nos termos do Aviso nº 3/2020, do Banco de Portugal, o Relatório de autoavaliação sobre a cultura organizacional, sistemas de governo e de controlo interno, referente ao Grupo e à filial no estrangeiro, a Totta Ireland PLC, abrangendo o período compreendido entre 1 de dezembro de 2022 e 30 de novembro de 2023.
- g) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- h) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2023, entendendo o Conselho Fiscal

DS
JAD

DS
HSDCE

DS
MT



que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Sociedade e salienta que naquela informação se incluem os principais riscos e incertezas para 2024 decorrentes da guerra em curso na Ucrânia e as perturbações no médio oriente, desaceleração da inflação a um ritmo inferior ao anteriormente previsto e desaceleração da atividade económica.

- i) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário requerido pelo Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- j) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas individuais, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas da Sociedade e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas individuais, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- k) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2023 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 5º do Regulamento nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou vinte propostas de prestação de serviços adicionais solicitadas pelo Banco Santander Totta, S.A., sendo que duas delas tiveram por origem pedidos do Banco de Portugal por parte do Revisor Oficial de Contas. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não eram proibidos e não colocavam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Sociedade, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da Sociedade.

DS
JAD

DS
HSDCE

DS
MT



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados individual, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais do exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas às Demonstrações Financeiras individuais, permitem compreender a situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício de 2023, e o modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2023;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2024

O CONSELHO FISCAL

DocuSigned by:

José Assunção Dias

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

DocuSigned by:

Henrique Salema de Carvalho e Silva

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

DocuSigned by:

Marta Troni

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni (Vogal)

